

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIANO MAKUX DE PAULA

FACES DA EXPROPRIAÇÃO E DA DESTERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA
EM PITANGA-PR



CURITIBA

2015

ADRIANO MAKUX DE PAULA

FACES DA EXPROPRIAÇÃO E DA DESTERRITORIZAÇÃO CAMPONESA
EM PITANGA-PR.

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez

CURITIBA

2015

P324f

Paula, Adriano Makux de

Faces da expropriação e da desterritorialização camponesa em Pitanga- PR/ Adriano Makux de Paula. – Curitiba, 2015.

309 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2015.

Orientador: Jorge Ramón Montenegro
Gómez . Bibliografia: p. 286-299.

1. Território. 2. Desapropriação. 3. Políticas públicas. 4. Questão agraria - Brasil. 5. Camponeses - Trabalho. I. Universidade Federal do Paraná. II. Gómez, Jorge Ramón Montenegro. III. Título.

CDD: 338.188162



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo candidato **ADRIANO MAKUX DE PAULA** intitulada "FACES DA EXPROPRIAÇÃO E DA DESTERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA EM PITANGA-PR" para obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração Espaço, Sociedade e Ambiente, Linha de Pesquisa Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o (a) candidato (a), são de parecer pela APROVAÇÃO da Dissertação.

Curitiba, 27 de abril de 2015.

Nome e Assinatura da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge R. Montenegro Gomez - orientador

Prof. Dr. Marcelo R. Mendonça – UFG

Prof. Dr. Roseli Alves dos Santos – UNIOESTE

Prof. Dr. Adilar Antonio Cigolini - PPGGEO/UFPR

Dedico essa dissertação ao meu pai Miguel Barboza de Paula que infelizmente não se encontra fisicamente entre nós. A minha mãe Amélia Makux de Paula e as minhas irmãs Ana Lais Makux de Paula e Thais Makux de Paula.

AGRADECIMENTOS

A necessidade de se listar os nomes de pessoas e instituições que contribuíram no desenvolvimento da pesquisa é um momento de grande satisfação, pois sem a ajuda destas pessoas o trabalho seria ainda mais árduo.

Agradeço ao meu orientador Jorge Montenegro pelas contribuições valiosas a pesquisa, a amizade construída e ao apoio e compreensão nos momentos mais difíceis. Também agradeço a oportunidade de ter participado do grupo de pesquisa ENCONTTRA que tanto contribuiu a minha formação pessoal e profissional. E ao relatar esse fato já estendo o agradecimento aos amigos que lá tive a felicidade de encontrar.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa auxílio concedida desde o início da pesquisa.

Ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná pela compreensão nos momentos difíceis.

A todos da secretária da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, em especial a Adriana Cristina Oliveira e ao Luiz Carlos Zem que ajudaram nas questões burocráticas durante o desenvolvimento do mestrado.

Aos professores: Marcelo R. Mendonça, Roseli Alves do Santos e Adiar Cigolini que trouxeram grandes contribuições a pesquisa no momento da qualificação.

Agradeço a todos os camponeses que gentilmente contribuíram na pesquisa de forma anônima dando os seus depoimentos. A instituição Cresol e a COACEPA pelas informações e entrevista concedidas.

Ao companheiro e amigo Jorge L. Favaro que sempre me ajudou desde o início do mestrado, com conselhos, com livros, com caronas, emprestando o seu apartamento quando necessário e com a amizade.

Ao Rafael Castro pela ajuda na elaboração dos mapas.

Aos meus tios e padrinhos Mariano e Tereza que me ajudaram no trabalho de campo e pelo apoio. Agradeço de igual modo a Teodora, ao Jeronimo e a tia Luiza.

Aos meus amigos de graduação que sempre contribuíram com a amizade, com discussões e com apoio.

A Cleunice de Fátima Marchioro, que tanto me apoio e me ajudou desde quando nos conhecemos.

A minha companheira Caroline Aparecida Marchioro que tanto me ajuda, me conforta, me apoia e me dá força. E pelas revisões ortográficas.

A minha mãe Amélia Makux de Paula e minhas irmãs: Ana Lais Makux de Paula e Thais Makux de Paula que tanto me apoiaram e deram forças para conseguir concluir essa importante etapa da minha vida.

A todos que aqui citei e aqueles que por ventura tenha cometido o erro de não lembrar, o meu muito obrigado!

RESUMO:

A constante desterritorialização que a população rural de Pitanga-PR vem sofrendo é o tema que motivou a realização desta pesquisa. Por essa razão o nosso objetivo principal foi analisar as formas de expropriação e desterritorialização camponesa em Pitanga. Pretendemos revelar o contexto conflitivo que a lógica do agronegócio e ímpeto do Estado capitalista instala ao monopolizar o território pitanguense, desterritorializando constantemente milhares de camponeses. Metodologicamente usamos da pesquisa qualitativa. As técnicas usadas para a coleta dos dados foram: revisão bibliográfica sobre os temas que envolvem a pesquisa, análise de dados de instituições públicas de pesquisa e outros órgãos, trabalhos de campo com entrevistas e observação e análise dos dados coletados. Os resultados nos possibilitaram encontrar várias formas de expropriação que causam processos de desterritorialização todas agindo de maneira conectada. Dessa maneira as expropriações estão relacionadas a seguintes questões: Formas de acesso e não acesso à terra, modernização da agricultura, a expropriação da renda, a desvalorização dos saberes tradicionais, implantação de políticas públicas, as quais algumas são ineficientes, contraditórias e geradoras de processos de expropriação/desterritorialização e outras possuem limites, a assistência técnica e fechamento de escolas do campo e a sua constante precarização. Destas variadas formas analisamos mais profundamente as que estão ligadas a questão da terra, a modernização da agricultura, a renda gerada nas propriedades camponesas e a implantação das políticas públicas: PRONAF, PAA E PNAE. Essas análises nos permitiram contextualizar os resultados obtidos dentro das discussões sobre a persistência e atualidade da questão agrária revelando a importância da continuidade dos estudos sobre o tema, pois os conflitos permanecem, as desigualdades se aprofundam, as expulsões de camponeses continuam forte, os impactos negativos do agronegócio são cada vez mais visíveis e perigosos. Como uma das conclusões mais importantes reafirmamos a necessidade da realização de uma reforma agrária que distribua riquezas, poderes e qualidade de vida para todos os camponeses que se encontram expropriados da terra, da renda e do trabalho. Os conceitos de expropriação e desterritorialização se mostraram mais uma vez importantes para a análise geográfica das questões relacionadas a exclusão social, migrações de sujeitos vulnerabilizados, conflitos e da questão agrária. A dissertação contém cinco capítulos. No primeiro discutimos a formação do território de Pitanga-PR e damos um panorama geral sobre as formas de expropriação; no segundo analisamos como as questões relacionadas a terra continuam expropriando e desterritorializando os camponeses; no terceiro debatemos a materialização da modernização expropriadora/desterritorializadora; no quarto analisamos as políticas públicas: PRONAF, PAA e PNAE verificando os seus avanços, mas principalmente as suas contradições, os limites e as expropriações/desterritorializações que são geradas; no quinto trazemos para a discussão os principais temas debatidos sobre a questão agrária no século XXI e como estes se relacionam com os resultados da pesquisa.

Palavras-Chave: Desterritorialização. Expropriação. Trabalho. Políticas públicas. Questão Agrária. Agricultura Camponesa.

ABSTRACT

The constant expulsion that the rural population of Pitanga-PR has been suffering from their territories is the theme that motivated this research. Therefore our objective was to analyze the ways of expropriation and peasant deterritorialization in Pitanga. We intend to reveal the conflictive context that the logic of agribusiness and momentum capitalist State to monopolize the pitanguense territory constantly deterritorializing thousands of peasants. Methodologically use qualitative research. The techniques used to for the data collection were: analysis of documents and data public institutions for research and other organs, field work with interviews and observation and analysis of the collected data. There was also a bibliographic revision on the issues involving research. The results enabled us find several ways to expropriation that cause deterritorialization processes, all acting in a connected way. Thus the expropriations are related to the following issues: ways of accessing and no access land; agricultural modernization; expropriation of incomes; depreciation traditional knowledge; implementation of public policies, which some are inefficient, contradictory and generating expropriation processes / deterritorialization and others have obvious limitations: the lack of technical assistance; and closing the field schools and their constant precarization .These varied forms we analyze more thoroughly those associated to the question of land, modernization of agriculture, the income generated in peasant properties and the implementation of public policies: PRONAF, PAA and PNAE especially. These analyzes allowed us to contextualize the results obtained in the discussions about the persistence and current agrarian question showing the importance of continuing studies on this topic, as conflict remain, inequalities deepen, the expulsions of peasants continue to be strong, the negative impacts agribusiness are increasingly visible and dangerous. As one of the most important conclusions reaffirm the need to conduct an agrarian reform to distribute riches, power and life quality for all peasants who are expropriated of land, incomes and labor. The terms expropriation and deterritorialization were important for the geographical analysis of the issues related to social exclusion, individuals migration vulnerabilized, conflicts and agrarian question. The dissertation has five chapters. In the first discuss the formation of Pitanga-PR's planning and damages an overview of the forms of expropriation; in the second we analyze how the land-related issues continue expropriating and deterritorializing the peasants; the third we debated the modernization's materialization of expropriating / deterritorializing; in the fourth we analyze public policies: PRONAF, PAA and PNAE checking their progress, but mainly its contradictions, limits and the expropriations / deterritorializations that are generated; in the fifth bring to the discussion the main issues discussed on the agrarian question in the the XXI century and how they relate to the search results.

Key-words: Deterritorialization. Expropriation. Work. Public policies. Agrarian Question. Peasant Agriculture

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA COAMO.	194
---	-----

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - MARCAS RUPESTRES INDICANDO O CAMINHO DO PEABIRU.	37
FOTO 2- AVES CERCADAS APÓS A DISPUTA JUDICIAL ENTRE A SRA. TEREZA E O SEU VIZINHO.	46
FOTO 3 ÁREA ONDE OS ANIMIAS "BAIXOS" ERAM CRIADOS SOLTOS ANTES DA AÇÃO JUDICIAL.	47
FOTO 4- TRATOR COM PULVIRIZADOR DE UMA DAS PROPRIEDADES CAMPONESAS VISITADAS.	50
FOTO 5 - ÁREA DE ERVA MATE EM UMA PROPRIEDADE CAMPONESA EM PITANGA/PR FONTE: TRABALHO DE CAMPO (2014). NOTA: NO PÉRIODO DE VISITA A ESSA PROPRIEDADE A ERVA MATE HAVIA ACABADO DE SER COLHIDA, ASSIM O SACO QUE APARECE NA FOTO ESTÁ DAS ÁRVORES RESTANDO APENAS O SEU TRONCO.	65
FOTO 6 - PÉ DE ERVA MATE NATIVA ENCONTRADA EM UMA PROPRIEDADE CAMPONESA EM PITANGA-PR. FONTE: TRABALHO DE CAMPO (2014)	65
FOTO 7 - CRIAÇÃO DE PORCOS PARA O AUTOCONSUMO EM UMA PROPRIEDADE CAMPONESA.	71
FOTO 8- FOTO QUE ILUSTRA A ATIVIDADE MADEIREIRA NA REGIÃO DE PITANGA. A FOTO FOI TIRADA EM GUARAPUAVA-PR NA DÉCADA DE 1950 NA RUA SENADOR PINHEIRO MACHADO. FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA-PR.....	75
FOTO 9– IMAGEM ÁREA DA ANTIGA SERRARIA GRANDE E CIA NA DÉCADA DE 1980 QUE FUNCIONOU POR 40 ANOS EM PITANGA	75
FOTO 10 - FOTO DO ACAMPAMENTO HERDEIROS DA TERRA DE 1º DE MAIO.	261

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DE PITANGA-PR	23
MAPA 2 - TERRITÓRIO KAINGANG PELO DECRETO ESTADUAL Nº8 - 09/09/1901	53
MAPA 3 - TERRITÓRIO KAINGANG PELO DECRETO ESTADUAL Nº294 17/04/1913	54
MAPA 4 – MAPA DA TERCEIRA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DO IVAÍ APÓS O CONFLITO COM OS COLONOS DE PITANGA-PR	57
MAPA 5 - MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DOS FAXINAIS, DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E DA RESERVA INDÍGENA IVAÍ EM PITANGA-PR.....	59
MAPA 6 - LOCALIZAÇÃO DAS AGROÍNDUSTRIAS DE RECEBIMENTO DE GRÃOS EM PITANGA	192

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) POR VALOR ADICIONAL EM PORCENTAGEM DE PITANGA/PR.....	24
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PITANGA E DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DESMEMBRADOS.	81
GRÁFICO 3 - COMPARAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL EM PITANGA/PR DE 1970 A 2010.	82
GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DE PITANGA-PR E DOS MUNICÍPIOS DESMEMBRADOS ENTRE OS ANOS DE 1960 A 2010.....	83
GRÁFICO 5 - ÁREA OCUPADA PELA PRODUÇÃO DA SOJA E DO FEIJÃO POR HECTARE EM PITANGA – PR	85
GRÁFICO 6 – NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS NO TOTAL, COM CARTEIRA ASSINADA E POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA DE PITANGA-PR EM 2010.....	89
GRÁFICO 7 - NÚMERO DE FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO E NÚMERO DE BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM PITANGA-PR.	90
GRÁFICO 8- NÚMERO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO MUNICIPAL E ESTADUAL DE 1996 A 2013 EM PITANGA.	97
GRÁFICO 9 – OCUPAÇÕES DE TERRA NO BRASIL DE 1988 A 2013.....	134
GRÁFICO 10 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES DE TERRA NO PARANÁ POR ANO DE REFERÊNCIA DE 1988 A 2013.....	135
GRÁFICO 11 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS CRIADOS DE 1985 A 2012 NO BRASIL. FONTE: DATA LUTA, (2013).	135
GRÁFICO 12 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE PITANGA: PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS E PERCENTAGEM DAS ÁREAS EM RELAÇÃO AO TOTAL.....	137
GRÁFICO 13 PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA TIPO ROXA EM PITANGA/PR - VALOR EM (R\$) - POR HECTARE - TIPO DE SOLO - 2000 ATÉ 2013.	145
GRÁFICO 14 PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA TIPO MISTA EM PITANGA/PR - VALOR EM (R\$) - POR HECTARE - TIPO DE SOLO - 2000 ATÉ 2013.	145

GRÁFICO 15 - NÚMERO DE TRATORES NA MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE DE 1975 A 1985.....	161
GRÁFICO 16- NÚMERO DE TRATORES EM ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIOS NO PARANÁ DE 1975 A 2006.	162
GRÁFICO 17 - POPULAÇÃO OCUPADA EM ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO NO PARANÁ DE 1970 A 2006.....	163
GRÁFICO 18 POPULAÇÃO OCUPADA EM ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO EM PITANGA E NO MUNICÍPIOS DESMEMBRADOS A PARTIR DO ANO DE 1987	163
GRÁFICO 19 – NÚMERO DE TRATORES EXISTENTES EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE 1975 A 2006 EM PITANGA E NOS MUNICÍPIOS DESMEMBRADOS.	171
GRÁFICO 20 - NÚMERO DE EMPREGOS TEMPORÁRIOS NA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA EM PITANGA-PR.....	174
GRÁFICO 21 - COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE EMPREGOS NA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA E A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) EM PITANGA-PR.....	175
GRÁFICO 22 - COMPARAÇÃO ENTRE A PEA URBANA E RURAL POR PORCENTAGEM EM PITANGA-PR DE 1991 A 2010.....	177
GRÁFICO 23 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR E PATRONAL DE 2003 A 2014 EM R\$ BILHÕES. FONTE: MAPA (2014) E MDA (2014).....	220
GRÁFICO 24 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO PAC2 POR EIXO.	221
GRÁFICO 25 - DISTRIBUIÇÃO DO SNCR POR PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO PARANÁ – 2012.	229
GRÁFICO 26 - PORCENTAGEM DE AGRICULTORES CAMPONESES QUE ACESSAM O PAA NO BRASIL, NO PARANÁ E PITANGA-PR.....	238

LISTA DE QUADROS.

QUADRO 1 - NOME, ANO E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CRIADOS PELO DESMEMBRAMENTO DE PITANGA/PR. FONTE: IBGE (2014).....	25
QUADRO 2 – ESTRATO DAS PROPRIEDADES DOS ENTREVISTADOS EM PITANGA/PR. FONTE: TRABALHO DE CAMPO (2013 E 2014).....	30
QUADRO 3 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDHM) DE 1991 A 2010	89
QUADRO 4 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS, ÁREA E DATA DE DESAPROPRIAÇÃO SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO ATUAL.....	130
QUADRO 5 – OCUPAÇÕES DE TERRA NA MICRORREGIÃO DE PITANGA-PR, SEGUNDO MUNICÍPIO, IMÓVEL, FAMÍLIAS, MOVIMENTO SOCIAL E DATA.....	133
QUADRO 6- PRINCIPAIS GÊNEROS CULTIVADOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR POR TIPOLOGIA EM PITANGA-PR.....	183
QUADRO 7- PRODUÇÃO E VENDA DE LEITE DE VACA NO ANO DE 2006 NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, COM AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR.....	184
QUADRO 8 - RELAÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PITANGA/PR.	190

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DA FAIXA ETÁRIA 10 A 29 ANOS EM PITANGA/PR	84
TABELA 2- TOTAL DE FAMÍLIAS E DE FAMÍLIAS POBRES, POR MUNICÍPIO DA MICRORREGIÃO DE PITANGA/PR	88
TABELA 3 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE PITANGA SEGUNDO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA EM NÚMEROS ABOSOLUTOS E PORCENTAGEM	138
TABELA 4 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EXISTENTES, POR TIPO DE MÁQUINA E IMPLEMENTO AGRÍCOLA, SEGUNDO INDICADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR EM PITANGA - FAO - ANO 2006.....	170
TABELA 5 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, COMO AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR COM EMPREGADOS TEMPORÁRIOS CONTRATADOS NO ANO, POR TIPOS DE TAREFA	176

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE PITANGA E AS MARCAS DAS EXPROPRIAÇÕES CAMPONESAS.	34
1.2 OS SUJEITOS QUE COMPÕE O TERRITÓRIO DE PITANGA-PR.....	40
1.2.1 A RESERVA INDÍGENA DO IVAÍ: A EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS	51
1.3 A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA EM PITANGA: CICLOS ECONÔMICOS, CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS E PODER.	60
1.4 DA MADEIRA À SOJA: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO RURAL E DA PROPRIEDADE CAMPONESA.....	72
1.5 CONFIGURAÇÕES ATUAIS DO TERRITÓRIO DE PITANGA-PR E A MATERIALIZAÇÃO DA EXPROPRIAÇÃO/DESTERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA.	80
1.6 AS FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA NO TERRITÓRIO DE PITANGA	91
2. AS EXPROPRIAÇÕES E AS DESTERRITORIALIZAÇÕES PELA QUESTÃO DA TERRA EM PITANGA – PR.....	115
2.1 A EXPROPRIAÇÃO PELA REGULAÇÃO HISTÓRICA DO ACESSO À TERRA: A ORIGEM DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA EM PITANGA/PR.	117
2.2 A CONSOLIDAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E SEUS IMPACTOS NO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO/DESTERRITORIALIZAÇÃO EM PITANGA - PR.	125
3. AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO EM PITANGA-PR: A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO EXPROPRIADORA/DESTERRITORIALIZADORA.	153
3.1 REESTRUTURAÇÕES PRODUTIVAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO E NO TRABALHO RURAL.	155
3.2 A REVOLUÇÃO VERDE E A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO: O DESENVOLVIMENTO EXPROPRIADOR EM PITANGA-PR.....	159
4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS CAMPONESES: INCLUSÃO NO MERCADO CAPITALISTA, EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIAS	204
4.1 O GOVERNO NEOLIBERAL E A CRIAÇÃO DO PRONAF	208
4.2. O NEODESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E AS DISPUTAS DENTRO DE UM NOVO CONTEXTO DE PODER: AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS CAMPONESES.....	214
4.3 PAA, PNAE E PRONAF: AS EXPROPRIAÇÕES, OS LIMITES, AS CONTRADIÇÕES E AS RESISTÊNCIAS EM PITANGA-PR.....	223

4.3.1	PRONAF: UMA POLÍTICA QUE CAUSA EXPROPRIAÇÃO/DESTERRITORIALIZAÇÃO, EXCLUSÃO E CONTRADIÇÕES EM PITANGA-PR.....	224
4.3.2	PAA E PNAE POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA COM LIMITES.....	236
5.	ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA, DA REFORMA AGRÁRIA E DAS EXPROPRIAÇÕES NO CAMPO: UMA LUTA CONTRA O PENSAMENTO HEGEMÔNICO	245
5.1	OS SUJEITOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XXI.....	253
5.2	O NEODENVOLVIMENTISMO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS EXPROPRIAÇÕES/DESTERRITORIALIZAÇÕES NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA.....	266
5.3	A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA E OS DESDOBRAMENTOS PARA A MOBILIZAÇÃO DOS SUJEITOS EXPROPRIADOS	272
	CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	282
	REFERÊNCIAS.....	287
	ANEXOS	301

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem por objetivo compreender as formas atuais e diversas da expropriação/desterritorialização camponesa em Pitanga-PR. Inicialmente cabe esclarecer que consideramos a agricultura camponesa aquela que possui uma relação com a terra diferenciada da agricultura capitalista.

Ou seja, para o camponês (como também o trabalhador sem-terra que é um camponês expropriado da terra em sentido extremo) a terra é de trabalho e não de negócio, logo é o meio pelo qual este sujeito consegue recriar as suas subjetividades e suas necessidades básicas de existência através do seu trabalho.

Nesse sentido, o aprofundamento destrutivo das relações capitalistas na sociedade cria uma série de condicionantes para que os meios históricos usados pelo capital para separar os trabalhadores dos seus meios de produção, continuem se reproduzindo de uma forma que pareça como “natural”.

Dessa forma, para parte da sociedade, sobretudo os capitalistas, é normal os camponeses migrarem do campo para a cidade por não terem as mínimas condições de ter terra, trabalho e renda no campo. Os camponeses que resistem a esse processo são expropriados da renda da terra, se submetendo a subordinação ao capital agroindustrial, comercial e financeiro.

Revelar esses mecanismos e mostrar que não são naturais, mas sim fruto de uma série de condições históricas que favorecem um grupo social que sempre se manteve no poder é um dos objetivos dessa dissertação.

Uma vez que, o camponês que não consegue mais se reproduzir é expropriado da terra, conseqüentemente dos seus meios de existência. Essa expropriação que muitas vezes causa a desterritorialização dos camponeses têm vários mecanismos. Alguns com uma violência física e simbólica mais clara, comum em tempos passados, analisados nos fatores históricos que fazem parte da formação do território pitanguense. Outros mais superficiais aos olhos da sociedade, porém que possuem o mesmo plano de violência. Martins (1981, p.144) já mostrava essas relações de expropriação dizendo que:

Para o pequeno agricultor do Sul e do Sudeste, o processo é mais suave, é quase disfarçado. A expulsão não é direta. Ela se dá pela não-criação de condições para que o filho do agricultor se torne agricultor autônomo como o pai. A sua tendência é tornar-se um assalariado na cidade. Para o agricultor, o colono, é cada vez mais difícil ganhar o suficiente para que o filho o siga. A dependência cada vez maior em relação aos industriais, aos intermediários, aos bancos, aos fornecedores, faz com que parcelas crescentes do excedente econômico que produz sejam apropriadas pelos setores que instauram um jogo crescente sobre a agricultura. São as grandes empresas do capital industrial, comercial e financeiro que, sem se envolverem diretamente na produção agrícola, subjugam-no indiretamente. Quando o agricultor percebe, como ocorre muito no Sul, ele está trabalhando para o banco, para o intermediário, transformando-se num proprietário nominal da terra.

Esse é só um dos mecanismos que o capital se utiliza para expropriar e desterritorializar o camponês seja ele jovem, adulto ou sua família como um todo.

Observa-se que o camponês inserido no desenvolvimento desigual do capitalismo resiste no tempo mostrando a sua importância. Entretanto, o mesmo sente cada vez mais as pressões das forças capitalistas, que o pressionam por meio da expropriação.

Essa situação intensifica-se quando o camponês passa a se integrar com o capital agroindustrial e financeiro em razão do crescente monopólio da terra, da produção e da comercialização como demonstramos no decorrer dessa pesquisa.

Fontes (2010) relata que as expropriações contemporâneas correspondem à manutenção e expansão da clássica expulsão do campo dos trabalhadores rurais, resultando de uma situação tanto quantitativamente, quanto qualitativamente novas como, por exemplo, o imperialismo multinacional que está cada vez mais se apropriando das formas de produções autônomas. Também, é o caso das sementes crioulas que acabam sofrendo graves ataques das corporações que produzem sementes geneticamente modificadas.

Destaca-se que esses ataques se dão pelas anomalias e mutações causadas pelo cruzamento espontâneo entre as plantas que não foram modificadas e as que sim foram modificadas, também pela pressão das corporações sobre os Estados para promulgarem legislações que garantam os “direitos” das corporações e criem patentes nos seus produtos visando a “proteção”. Carvalho (2010) relata esse processo dizendo:

Se outrora as sementes constituíam um acervo comunitário e cultural dos povos camponeses e indígenas de todo o mundo, cuja obtenção, guarda e reprodução eram muitas vezes mediados pelo sagrado e tinham na partilha desse bem comum um valor material e simbólico que as tornavam sinônimos da vida, contemporaneamente as sementes transformaram-se em mercadorias, em objetos de negócios cujo objetivo precípua é o lucro através da exploração e submissão dos produtores rurais de todo o mundo, não por potências estrangeiras, mas por corporações privadas capitalistas de âmbito multinacional.

Além desses fatos, promovem pesquisas, propagandas e assistência técnicas para que o camponês que ainda não é integrado ao mercado de sementes híbridas e transgênicas passe a utilizá-las, subordinando-os e deixando cada vez mais vulneráveis as oscilações do mercado capitalista, como relata Carvalho (2010):

Camponeses e índios ao introduzirem no seu universo de produção uma nova matriz tecnológica tiveram que aceitar também, pela imposição da assistência técnica pública e privada e do crédito rural governamental subsidiado, novas práticas de motomecanização, de adubação, de combate às pragas, de controle de doenças e de plantas invasoras. Seus produtos, agora destinados aos mercados internacionais como a soja, o milho, o café, o algodão e a cana de açúcar, entre outros, exigiram maior escala de produção para se tornarem competitivos com a produção dos grandes empresários rurais. A ampliação da área plantada na unidade de produção rural do camponês e indígena eliminou, na grande maioria das regiões do país (no caso do Brasil), os esforços familiares para a produção de produtos destinados ao autoconsumo. (CARVALHO, 2010, s/p.)

Essas dinâmicas novas que os processos de expropriação assumem, resultam ainda da realidade econômica e produtiva que configura o século XXI, pois, a lógica capitalista reconfigurou a noção de propriedade que é vista pelo Estado e pelo capital, como um meio de produção capaz de gerar lucro e superávit primário.

Assim, a produção camponesa tem lógicas próprias e tempos que para uma visão capitalista de mundo, não condizem com a necessidade do sistema capitalista. Tenta-se dessa forma, deslegitimar o seu modo de vida expropriando e excluindo esses sujeitos do seu território. Fontes (2010, p.83) discute que:

A expropriação capitalista não é uma relação entre “coisas”, ainda que incida sobre “coisas” (como a terra), nem entre pessoas e coisas (ainda que as envolva), mas uma relação social, distribuição social em classes, através da qual os trabalhadores são permanentemente incapacitados de assegurar sua plena existência, impedidos, pois de tanto recuar plenamente para as antigas

formas, quanto de assegurar sua subsistência nas novas modalidades sociais, através das formas tradicionais[...].

Outro autor de grande importância que vem discutindo a questão das expropriações na atualidade é David Harvey, (2003, 2010, 2011) que traz para a discussão as formas de acumulação primitivas trabalhadas por Marx no ‘*O Capital*’ que se reproduzem nos dias atuais. Nesse contexto, ele relata que:

A acumulação original do capital no fim da época medieval na Europa se fundamentou em violência, depredação, furto, fraude e roubo. Por meios extras legais, piratas, padres e comerciantes, complementados pelos usuários, reuniram “poder dinheiro” inicial suficiente para começar a circular o dinheiro de forma sistemática sob a forma de capital.

Harvey mostra que esse processo era uma necessidade do sistema capitalista para fazer circular o capital no início da sua reprodução, mas que não era suficiente para manter o crescimento composto, isso só aconteceu quando os capitalistas aprenderam a circular o capital através da produção de assalariados.

Essa necessidade da acumulação original discutida por Marx como um processo que o capital usou no começo da sua história para libertar a mão de obra presa na terra e coloca-la em circulação, a fim de gerar riqueza em um determinado período é criticada por Harvey.

Segundo Harvey, Rosa Luxemburgo também já trazia essa discussão sustentando que o capitalismo se baseava em duas formas de exploração e acumulação. Uma pelo mercado e o lugar de produção do mais-valor em um processo puramente econômico e outra sobre os choques entre relações capitalistas e não capitalistas de produção, feitas através da violência e da disputa de poder. Nascimento (2012, p.157) também relata esse processo dizendo que:

Para desenvolvê-la, o autor apoia-se no duplo aspecto da acumulação capitalista apontado por Rosa Luxemburgo em seus estudos sobre o imperialismo, a saber: o aspecto relacionado ao processo produtivo *stricto sensu* de exploração da força de trabalho, por meio do qual se extrai o mais-valor, e o aspecto referente à dominação social, uma vez que a acumulação implica igualmente a expansão geográfica do capitalismo, cujos métodos predominantes, como dito antes, são a política colonial, um sistema internacional de empréstimos, uma política de esferas de interesse e a guerra.

Dessa forma, Harvey (2013) vai construindo um arcabouço teórico para mostrar como a acumulação primitiva se mantém:

[...] A longa história do capitalismo está centrada nessa relação dinâmica entre, de um lado, a contínua acumulação primitiva e, de outro, a dinâmica da acumulação por meio do sistema de reprodução ampliada descrito n ‘ *O capital*.[...] O capitalismo teria deixado de existir há muito tempo, se não tivesse se engajado em novos ciclos de acumulação primitiva, sobretudo por meio da violência do imperialismo. (HARVEY, 2013, p. 292).

Harvey (2013) vai chamar essa acumulação primitiva “contemporânea” de “acumulação por despossessão ou espoliação” e vai sustentá-la dizendo que:

[...] os processos específicos de acumulação que Marx descreve – a expropriação das populações rurais e camponesas, a política de exploração colonial, neocolonial e imperialista, o usos dos poderes do Estado para realocar recursos para a classe capitalista, o cercamento de terras comuns, a privatização das terras e dos recursos do Estado e o sistema internacional de finanças e créditos, para não falar dos débitos nacionais crescentes e da continuação da escravidão por meio do tráfico de pessoas (especialmente mulheres) – todos esses traços ainda estão entre nós e, em alguns casos, parecem não ter sido relegados ao segundo plano, mas, como sistema de crédito, o cercamento de terras comuns e a privatização, tornaram-se mais proeminentes. (HARVEY, 2013, p.293)

Essas formas de acumulação primitivas que ocorrem nos dias atuais são fundamentais para que o capital continue transformando as relações não capitalistas em capitalistas. Para que isso ocorra no caso do campo, o Estado introduz políticas que prometem fortalecer o modo de vida das populações rurais camponesas e diminuir a sua desterritorialização do campo (no caso estudado vamos focar no PRONAF¹ que segue essa linha).

Todavia, esse tipo de ação em muitos casos acelera esse processo pelos seus próprios mecanismos, como o financiamento para a produção que direciona o camponês a produzir *commodities*, os deixando endividados e impossibilitando a continuação da sua reprodução como camponês.

¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Segundo Oliveira (2007), a manutenção dessa situação se dá pelo papel do Estado, do capital bancário e dos monopólios de comercialização que comandados pelo sistema capitalista, utilizam desses meios para aumentar a acumulação de capital e sujeitar os camponeses, seja pela sua expropriação os transformando em proletariados e se apossando dos seus meios de produção, seja pela sujeição da sua produção pelo capital.

Aqui cabe também justificar a utilização do conceito de desterritorialização. Entendemos que o sujeito se vê obrigado a migrar para a área urbana de Pitanga e de outros municípios e até Estados em razão das condições sociais e econômicas que estão postas a ele. Como a não criação das mínimas condições para que ele consiga continuar territorializado no campo e no mesmo lugar onde a sua família reside. Nesse sentido, concordamos com Haesbaert (2005) quando relata que devemos usar esse conceito:

[...] muito mais para os migrantes de classes subalternas em sua relação de exclusão (ou de inclusão precária, como propõe Martins, 1997) na ordem socioeconômica capitalista do que para as classes privilegiadas, onde desterritorialização, muitas vezes, confunde-se com mera mobilidade física. Aliás, devemos acrescentar que nem mesmo mobilidade espacial é, por si só, um indicador de desterritorialização: muitos grupos sociais podem estar desterritorializados sem deslocamentos físicos, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isso que vivenciem uma precarização das suas condições básicas de sobrevivência. Habitantes antigos de uma favela muito precária podem estar tão desterritorializados quanto migrantes pobres em constante deslocamento.

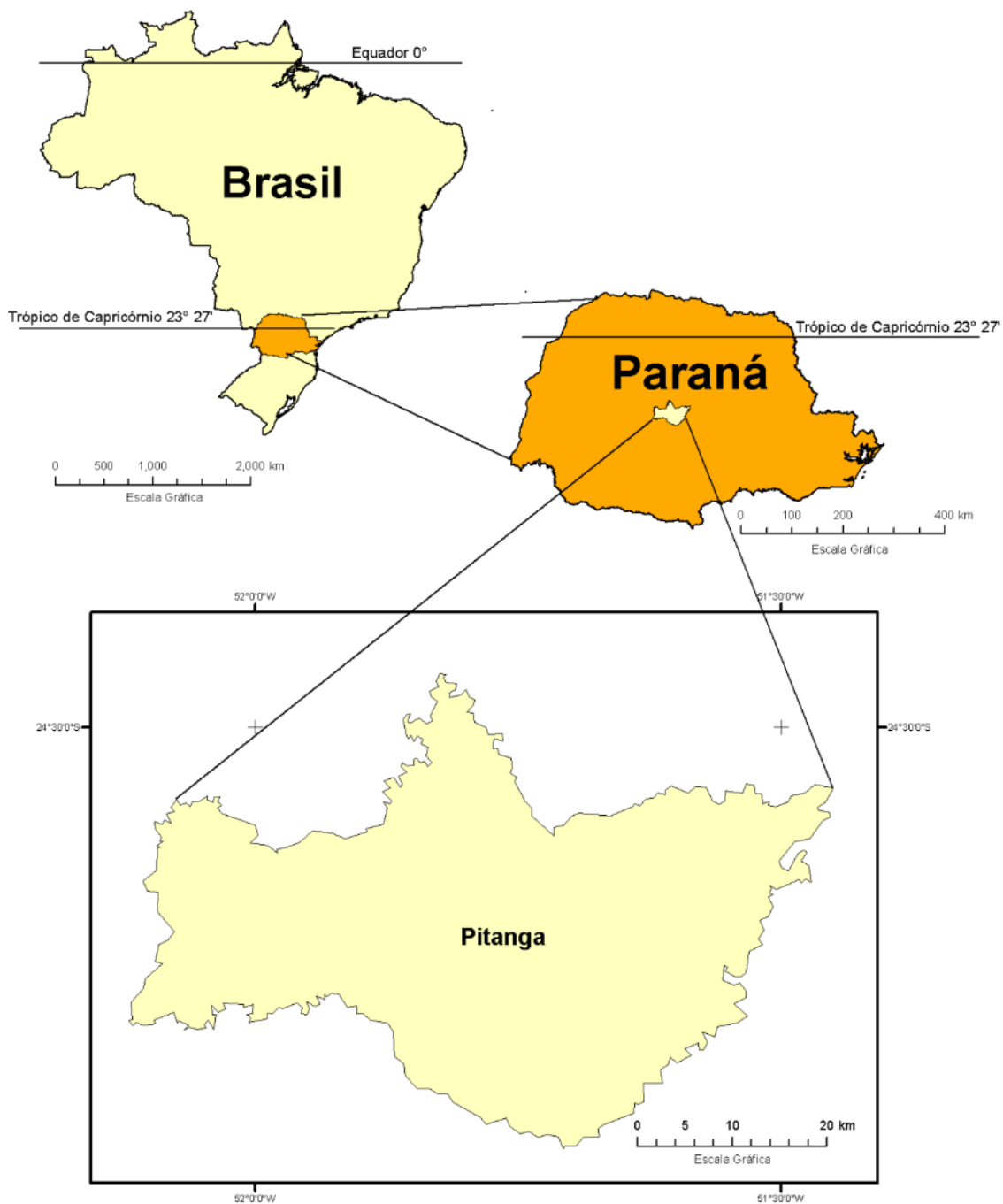
Por esse motivo focamos esta pesquisa nos camponeses que estão hoje tentando resistir na sua terra, ou seja, no seu território, mas que viram, irmãos e filhos se desterritorializarem visando suprir as necessidades físicas e simbólicas, como a constituição de uma família em outro território se reterritorializando.

Portanto, ao migrar o camponês perde laços com a terra e com a sua identidade construída por muitos anos no seu território de origem. A fala dos camponeses quando relata que os filhos e irmãos voltam todos os anos nas férias para visita-los e ali é o lugar onde se sentem bem é um grande exemplo da manutenção dos laços de identidade territorial mesmo estando longe fisicamente.

A respeito, Haesbaert (2005, p.39) relata que:

[...] um dos fatores fundamentais indicativos do processo de desterritorialização do migrante é aquele que se refere à perda de laços identitário-territoriais a que ele está sujeito por força do movimento migratório.

O município de Pitanga/PR (MAPA 1) está localizado na mesorregião Centro-Sul Paranaense. A sua economia (GRÁFICO 1) está baseada principalmente no setor agropecuário (26%) e de serviços (63,7%) e tem uma população de 32,654 habitantes. Os serviços estão intimamente ligados à produção agropecuária, em vista que o município possui pequenas indústrias ligadas à produção de papel e celulose (estas representam apenas 9,5% do PIB da região) e não são capazes de gerar riqueza suficiente para sustentar esse valor, além de não possuir serviços complexos, como universidades de maior porte.



Fonte: IBGE 2015

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DE PITANGA-PR

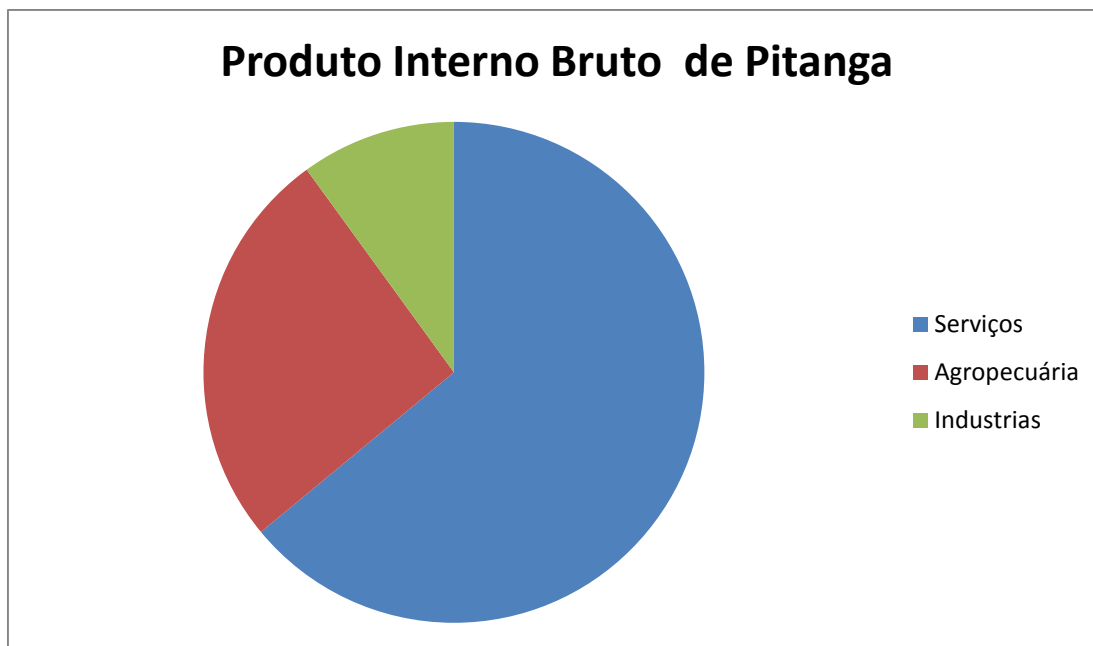


GRÁFICO 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) POR VALOR ADICIONAL EM PORCENTAGEM DE PITANGA/PR
FONTE: IBGE, EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE ESTATÍSTICA, SECRETARIAS ESTADUAIS DE GOVERNO, ADAPTADO POR: DE PAULA, (2013).

Pitanga está localizada em uma das regiões mais pobres do Paraná, por exemplo, todos os municípios da sua microrregião estão entre os 50 piores índices de desenvolvimento humano (IDH) no ranking estadual. No território estudado, 40,9% das famílias são pobres (IBGE, 2010) e 55,8% destas estão no espaço rural. Além desses dados outros números que ajudam a mostrar as desigualdades é a concentração fundiária, 45% dos estabelecimentos agropecuários possuem de 0 a 10 hectares e ocupam 4,6% da área, enquanto 0,2% dos estabelecimentos de 1000 hectares a mais, ocupam 13%.

Dentro desse contexto, pensando especificamente na origem da pesquisa, a problemática que norteou todas as discussões era: entender as razões do contínuo processo de desterritorialização que a população rural de Pitanga vem sofrendo. Essas indagações surgiram de uma inquietação pessoal enquanto pitanguense que via os amigos, parentes e outras pessoas não tão próximas deixando o seu território em busca de emprego e renda em cidades como Joinville-SC, Curitiba-PR e até São Paulo-SP, principalmente, os que residiam no campo. O impacto desse processo para o município também é uma preocupação que instigou ainda mais desenvolver a pesquisa nesse caminho.

Devido a essa notória importância do campo para a economia de Pitanga, nota-se que o contínuo processo de desterritorialização da população como um todo, mas principalmente a rural merece ter a suas causas e dinâmica estudadas, visando entender as formas de expropriação/desterritorialização.

Nesse sentido, analisando a dinâmica da população e tendo como recorte temporal os anos de 1970 a 2010, observa-se que Pitanga chegou a ter uma população de 84.502 habitantes. Em 2010 caiu para 32.645 uma redução de 51.857 pessoas segundo dados do IBGE (2010), destes 29.257 foram em função da criação de novos municípios (ver quadro 1) e 22.600 foram perda real de população que está concentrada principalmente no espaço rural.

Município	Ano da Emancipação	População- Censo 2010
Pitanga	1943	32.638
Campo Mourão	1947	87.194
Manoel Ribas	1956	13.164
Palmital	1961	14.870
Nova Tebas	1987	7.389
Mato Rico	1991	3.822
Santa Maria do Oeste	1993	11.497
Boa Ventura de São Roque	1995	6.549

QUADRO 1 - NOME, ANO E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CRIADOS PELO DESMEMBRAMENTO DE PITANGA/PR. FONTE: IBGE (2014)

Dessa maneira, essa dissertação tem por objetivo analisar as formas de expropriação e de desterritorialização camponesa de Pitanga – PR. Como objetivos específicos têm a pretensão de analisar as formas atuais de expropriação camponesa, analisar as expropriações/desterritorializações causadas pelas questões relacionadas a terra e ao trabalho em Pitanga – PR e analisar o papel do Estado e das políticas

públicas para a agricultura camponesa em Pitanga nas expropriações/desterritorializações.

Metodologicamente, buscamos envolver técnicas qualitativas que se caracterizam pela “íntima relación existente entre diseño, técnicas, análisis y construcción teórica -que en la práctica invalida una separación tajante de las etapas” (SCRIBANO E ORTEZ, 2007. p.23).

Entendemos que a pesquisa qualitativa foi o melhor caminho para o desenvolvimento desta pesquisa, principalmente por permitir analisar e interpretar os dados coletados a campo, possibilitando um melhor entendimento sobre a realidade que estamos estudando.

Segundo Oliveira (2010, p.22) a “Pesquisa Qualitativa é analítica e interpretativa, busca refletir e explorar os dados, que podem apresentar regularidades para criar um profundo e rico entendimento do contexto pesquisado”. Entendemos que a pesquisa quantitativa também traz algumas técnicas que ajudam a complementar as informações que seriam praticamente impossíveis de se coletar a campo quando se trata de um recorte espacial amplo como é o município de Pitanga/PR, referindo-se neste caso, aos dados estatísticos de órgãos públicos de pesquisa como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

Pessoa (2012, p.4) relata que:

Tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa têm sido importantes recursos para esta análise. E uma não exclui a outra. O importante é a definição, pelo pesquisador, dos instrumentos (as técnicas) a serem utilizados para responder às indagações propostas em consonância com o método de interpretação.

Embora, seja importante em alguns estudos, a metodologia quantitativa exige uma rigorosa delimitação prévia de quem e quantos sujeitos devem ser entrevistados, já a qualitativa, a qual nós priorizamos, conforme relatado anteriormente, não depende de uma materialidade pré-definida, ou seja, definir quantos por cento de entrevistados, onde exatamente coletar os dados, etc..

Scribano e Ortez (2007, p.33) relatam bem esse processo descrevendo que:

A diferencia de los instrumentos utilizados en los abordajes cuantitativos, las técnicas cualitativas no dependen de una materialidad previa a la relación con los sujetos, es decir, los papeles impresos que se inter-ponen entre dos subjetividades. Los instrumentos cualitativos se constituyen en la relación intersubjetiva, casi podríamos afirmar que son una interrelación en sí mismo. El investigador se encuentra con sujetos, cuerpos y artefactos directamente en una relación a cara descubierta.

Segundo esses mesmos autores, citando Marshall y Rosman existem quatro tipos de técnicas que o pesquisador deve levar em conta quando se pretende fazer uma pesquisa qualitativa que são: a participação, observação, entrevista e a revisão documental. Assim, nessa pesquisa usamos com maior importância a observação e a entrevista, apesar das outras técnicas também fazerem parte das análises.

Dessa forma, esta pesquisa partiu dos seguintes procedimentos metodológicos: o primeiro passo foi o levantamento bibliográfico sobre os temas que envolvem a pesquisa, como: expropriação, desterritorialização, questão agrária, migração, reestruturação produtiva do capital, trabalho, jovens do campo, modernização agrícola, acumulação capitalista, políticas públicas, desenvolvimento, capitalismo, renda da terra etc.. Scribano e Ortez (2007, p.27) apontam que:

[...] es importante tener presente la necesidad de contar con tres tipos de bibliografía: específica, teórica y metodológica. Es preciso tener a la mano información bibliográfica específica sobre el tema que aborde los aspectos “estructurales” de cómo y por qué se constituye en un tema de relevancia. Esta literatura incluirá información sobre el fenómeno, su contexto espacial y temporal, las características más estudiadas, su impacto en la estructuración social, etc.

Nesse contexto, procuramos teses, dissertações, monografias e artigos que tivessem relação com o tema, a quantidade de trabalhos encontrados que procurassem debater essas questões na atualidade não foi muito ampla, mas com toda a certeza contribuíram para qualificar a pesquisa.

Outro procedimento usado foi pesquisar e levantar dados estatísticos de órgãos como IBGE e IPARDES. Essa etapa objetivou compreender um pouco da realidade do recorte espacial estudado e a magnitude de alguns processos, como por exemplo, a diminuição da população segundo os censos demográficos ou a estrutura fundiária por meio do número de estabelecimentos rurais coletados pelos censos agropecuários.

Assim, a base de dados do IPARDES também ajudou a completar as informações que se tornaram necessárias durante o desenvolvimento da pesquisa. Além de grupos de pesquisa como Dataluta que reúne dados sobre a luta pela terra no Brasil, como também a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que contribuiu com dados referentes a essa mesma questão, sendo de grande utilidade para a construção principalmente do segundo capítulo da pesquisa.

Destaca-se ainda, a presença da análise documental das políticas públicas que impactam diretamente a agricultura camponesa. Foi feita a análise das seguintes políticas públicas: Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Para Marshall e Rossman (1995) citados por Scribano e Ortez (2007, p.33-34):

[...] la recisión documental es una técnica no obstructiva, rica en bosquejar los valores y creencias de los participantes en el campo. Registro de reuniones, bitácoras, anuncios, discursos formales de políticas, cartas, etc., son todos usados para desarrollar una comprensión del asentamiento o grupo estudiado.

Outro momento importante dessa pesquisa em termos metodológicos foi pensar quem seriam os sujeitos da pesquisa e como encontrá-los em campo. Procurávamos entre os camponeses casos específicos, como por exemplo, aqueles que tiveram experiências de desterritorialização/migração de alguém da família, ou então alguns imigrantes que pudessem relatar os fatos que motivaram a deixar o campo. Além de camponeses que resistem ainda no campo e estão sofrendo algum processo de expropriação sem que ocorra a desterritorialização. Scribano e Ortez (2007) chamam esses sujeitos de casos ideias, os quais representam um exemplo paradigmático de um indivíduo ou de um grupo em relação direta com a temática estudada.

As entrevistas com os camponeses ocorreram em sua maioria na área urbana do município em locais que reúnem comumente os camponeses, como pontos de ônibus, supermercados, na feirinha que ocorre todas as quartas-feiras e em eventos focados nesse público. A abordagem ocorria com a apresentação e identificação da

pesquisa e a sua possível contribuição, para então, após o diálogo informal, começar a entrevista.

As entrevistas que ocorreram em frente a pontos de ônibus que se direcionavam para as mais variadas comunidades, supermercados e a feirinha somaram-se em 7 entrevistas.

A participação no evento organizado pela Prefeitura e pelo ITCG (Instituto de Terras, Cartografias e Geociências) para a execução do programa de regularização fundiária² contribuiu bastante na coleta de dados, sendo que foram entrevistados 21 camponeses. Neste dia os dois órgãos públicos estavam coletando a documentação para iniciar o processo de regularização. Dessa maneira o atendimento era individualizado, o que contribuiu para que fossem feitas tantas entrevistas.

Outro momento que contribuiu na coleta dos dados foi quando entrevistamos trabalhadores migrantes da colheita da maçã na agência do trabalhador de Pitanga/PR antes do embarque para Fraiburgo/SC. Conseguimos entrevistar 10 trabalhadores que residiam no campo e a partir desse fato passamos a usar também a técnica de bola de neve, que é “La selección se produce de acuerdo con la temática pero es realizada por los participantes en función de ser los conocedores de los rasgos de los otros participantes” (SCRIBANO E ORTEZ, 2007, p.34). Usando dessa técnica foram visitadas 4 (quatro) propriedades camponesas que se mostravam como casos ideais.

Tendo encontrado os sujeitos da pesquisa fizemos uma série de entrevistas semiestruturadas. Com base em Oliveira (2010, p.27) a:

Entrevista semi-estruturada - são apresentados tópicos, ao invés de questões fechadas e permitem respostas subjetivas, sem perder o quantitativo. É considerada a melhor forma por se utilizar das duas anteriores. O entrevistador segue um guia de questões, mas deve estar preparado para caso a entrevista mude de caminho.

De maneira a caracterizar os sujeitos entrevistados, obteve-se das 45 entrevistas, 9 trabalhadores rurais sem-terra, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Pitanga, o diretor da Cresol Pitanga, o presidente da

² Para saber mais sobre esse programa acessar: www.itcg.pr.gov.br/

COACEPA (Cooperativa da Agricultura Familiar do Centro do Paraná) enquanto as outras 32 foram realizadas com camponeses que possuem propriedades que variam de 1 ha a 30 ha (quadro 2) e que ficam localizadas em 19 comunidades rurais de Pitanga, a idade dos entrevistados variou de 21 a 64 anos.

Quant. De Propriedades	Estrato das propriedades
10	0 a 5 há
10	5 a 10
8	10 a 30
3	Ñ responderam.

QUADRO 2 – ESTRATO DAS PROPRIEDADES DOS ENTREVISTADOS EM PITANGA/PR. FONTE: TRABALHO DE CAMPO (2013 E 2014).

Ressalta-se que as entrevistas aconteceram em famílias onde alguém precisou migrar do campo para a cidade e os próprios migrantes que retornaram depois de alguns anos fora do rural.

Para as transcrições seguimos as ideias de Whitakar (2000) que relata que nas transcrições devemos ter o cuidado de não tentar cometer erros grosseiros ao buscar reproduzir as falas dos sujeitos entrevistados com a justificativa de preservar o discurso dos mesmos, assim ela relata que:

[...] tal distorção repousa principalmente no fato de que muitos pesquisadores se esquecem de que quando as pessoas falam não estão escrevendo, logo não podem cometer os erros ortográficos que lhe são atribuídos na transcrição. (WHITAKER, 2000, p,149).

Além desse fato buscamos preservar a ordem do discurso dos sujeitos entrevistados pois:

[...] cada pausa, cada tema reiterado, cada palavra com alta frequência num determinado momento, cada interrupção ou truncamento, cada idiosincrasia tem um significado para o qual o pesquisador precisa ter muita sensibilidade. (WHITAKER, 2000, p.152)

Também utilizamos da observação para coletar mais dados, logo a observação aconteceu paralelamente as entrevistas, nas quais conhecemos um pouco da produção das propriedades e de como se organizam, apesar de não ter tido um tempo de duração longo, como é característico dessa técnica, isso ocorreu nas quatro propriedades visitadas.

É importante compreender que, nesse momento foi possível sentir o ambiente de resistência e conflitualidade que os camponeses de Pitanga estão vivenciando. Um ambiente sem muitas alternativas, que não sejam ligadas ao agronegócio e falta de perspectiva, principalmente, em relação à juventude rural de continuar se reproduzindo como camponeses como os pais.

Com esses procedimentos metodológicos construímos cinco capítulos. No primeiro analisamos a construção do território de Pitanga/PR que é uma delimitação político-administrativa, mas, é por nós entendido como um território delimitado por e a partir de relações de poder, pois os sujeitos que ali residem possuem uma relação tanto material, no sentido de ter as suas necessidades físicas realizadas nele, quanto simbólica, onde as pessoas constroem a sua relação identitária com a terra, com as pessoas que convivem. Nesse sentido:

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza para utilizar os termos de Marx. (HAESBAERT, 2005, p. 56)

Assim, inicialmente no primeiro capítulo tem-se a discussão da construção histórica e social do território pitanguense, analisando o processo de ocupação, as formas de acumulação capitalista, a questão da pobreza, e os sujeitos que fazem parte de Pitanga. Posteriormente neste mesmo capítulo são analisadas as formas de expropriação/desterritorialização mais latentes em Pitanga/PR, procurando trazer todas as formas encontradas pela pesquisa.

Apesar de entender que as formas de expropriação/desterritorialização são complementares e se relacionam diretamente, para fins analíticos as separamos em capítulos diferentes, visando fazer um debate teórico e empírico mais aprofundado sobre cada uma delas, considerando-se os relatos dos nossos entrevistados como

móvitos de deixar o campo que são: o não acesso a terra, o trabalho, a renda e o Estado.

Dessa maneira, o segundo capítulo trata justamente sobre as formas de expropriação/desterritorialização por questões relacionadas à terra que engloba: acesso à terra, estrutura fundiária, reforma agrária, sucessão familiar na propriedade, preço e políticas de crédito fundiário (que também é uma forma de acesso à terra) ineficazes.

No terceiro capítulo procuramos mostrar como as transformações no mundo do trabalho, principalmente pela reestruturação produtiva impactaram os camponeses. Assim, é demonstrado como esse processo gera a expropriação/desterritorialização pela redução da mão de obra empregada, bem como pelas transformações que as propriedades camponesas passam a sofrer em razão da sua inserção no modelo do agronegócio. São exploradas ainda, a questão do arrendamento das terras e da expropriação da renda camponesa.

Por fim, o quarto capítulo é destinado a analisar as políticas públicas de geração de renda destinadas aos camponeses. Quanto ao PRONAF, mostramos que tem gerado resultados negativos para os camponeses que o acessam, gerando endividamentos, vulnerabilidade e perda cada vez maior da sua renda sem função do emprego de uma tecnologia cara. Já no caso do PAA e PNAE que são políticas públicas diferenciadas, as quais não buscam o financiamento da produção, mas sim a compra direta dos camponeses, apresenta uma série de limitações que são as seguintes: acesso escasso, falta de apoio logístico, atraso nos pagamentos e tentativas de criminalização.

Exploramos no quinto capítulo, através de um resgate teórico sobre a atualidade da questão agrária e a sua relação com as principais questões que surgiram dentro da análise das formas de expropriação e desterritorialização camponesa.

Nesse contexto, na primeira análise debatemos a tentativa de se esvaziar os problemas que configuram a questão agrária brasileira visando desviar o foco para a questão do desenvolvimento rural e a integração dos camponeses ao mercado como uma maneira de solucionar os problemas sociais no campo, deslegitimando a necessidade da reforma agrária neste século XXI.

Outro eixo de discussão que nos chamou a atenção com os desdobramentos da pesquisa foi a questão de quem são os sujeitos da questão agrária hoje. Verificamos no caso de Pitanga que a inclusão dos jovens como protagonistas da luta pelo direito de se reproduzirem na terra é extremamente importante quando pensamos nos temas atuais da questão agrária.

Compreendemos assim, a necessidade de se combater a criminalização dos movimentos sociais, de se quebrar mitos e inverdades sobre a luta pela terra, de orientar os jovens sobre os seus direitos, inclusive de se reproduzirem como camponeses por meio da reforma agrária são um dos objetivos nesse subcapítulo.

Além do mais a inserção dos povos tradicionais na luta contra processos de expropriação/desterritorialização tem ganhado destaque nos conflitos que tem ocorrido no Brasil, uma vez que, a emergência da luta por redistribuição e por reconhecimento tem se destacado nas discussões sobre a questão agrária. Para fechar, buscamos junto com os mais variados autores mostrar como ainda é necessário um amplo processo de reforma agrária no país. Uma reforma agrária justa, responsável e organizada que não apenas distribua terras, mas sim a possibilidade de termos um país com mais camponeses e menos agronegócio.

1. A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE PITANGA E AS MARCAS DAS EXPROPRIAÇÕES CAMPONESAS.

Nesse primeiro capítulo mostramos como se deu a ocupação e as transformações do território de Pitanga. A finalidade dessa discussão é revelar como processos que aconteceram no passado influenciam hoje na expropriação, no trabalho e na des-re-territorialização dos camponeses. Mesmo que seja uma análise panorâmica sobre a história, esta será importante para o leitor compreender a nossa proposta.

O município de Pitanga foi criado em 1943 desmembrado de Guarapuava-PR. Dessa forma, a história da ocupação e transformação do seu território, está intimamente ligada a Guarapuava, pois:

[...] o povoamento desta região foi desencadeado a partir do ano de 1770, por expedições de conquista sob ordens do tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, comandante da Praça de Paranaguá. Foram várias as expedições enviadas a este território, com a finalidade de sua ocupação, nos anos que se seguiram à destruição das reduções jesuíticas espanholas situadas nas margens dos rio Paraná e afluentes, no início do século XVII, quando um vazio passou a tomar conta da região, em face deste acontecimentos. (CLEVE, 2010 p.27).

Essa ocupação que o autor relata é dos colonizadores que foram adentrando o interior paranaense, porém não existia um vazio demográfico como ele descreve e essa questão é chave para entender como se deu a primeira grande expropriação na região, a dos povos indígenas que segundo Eurich (2012, p.18) nos estudos para a sua dissertação sobre o conflito entre indígenas e colonos em Pitanga relata:

O abrigo Wobeto no interior da cidade de Manoel Ribas, até o momento, é o mais próximo da região que ocorreu o conflito estudado nesta dissertação, cerca de 30 km do município de Pitanga. Estes vestígios ressaltam a ocupação e reocupação deste território por populações indígenas desde cerca de oito mil anos.

Apesar dessa ocupação milenar do território pelos indígenas, Guarapuava, passou a existir enquanto município a partir da construção do Fortim Atalaia em 1810, que foi construído justamente como forma de resistência as tentativas de povos indígenas de retomar o território. Assim, Cleve (2010), explica que:

O Fortim Atalaia, marco inicial do povoamento de Guarapuava, foi construído em pleno campo, no alto de uma colina situada na borda da enorme floresta de araucárias, imbuías, cedros, canelas e outras espécies de madeira nobre que formava em direção norte a região sertaneja de Guarapuava, que mais tarde (1943), viria a se tornar o município de Pitanga (CLEVE, 2010, p.31).

Nesse contexto, a região que iria se tornar mais tarde Pitanga, ficou conhecida como Serra de Pitanga, composta por densa floresta que seguia até a confluência dos rios Piquiri, Bonito e Ivaí. Tratava-se de uma terra inexplorada pelos colonizadores e que seria ocupada apenas mais tarde por meio de ocupações individuais seguindo um caminho chamado de Picadão (caminho de Peabiru) aberto pelos indígenas que seguia em direção a Campo Mourão e chegava até a região das Sete Quedas.

Essa forma espontânea de ocupação do território está retratada nos conflitos por terra que foram surgindo durante a construção do que veio a se tornar o território pitanguense. Como a estrutura fundiária na época estava organizada em posses, aqueles que adquiriam terras por meio da compra do Estado ou de companhias colonizadoras, principalmente no início do século XX, além das grilagens que ganharam mais destaque com a chegada das madeiras, entravam em conflitos com os posseiros da época.

A chegada dos colonos a esta região foi motivada pelas condições do solo que em grande parte era fértil e de riquezas naturais, principalmente a floresta de araucárias, imbuías, cedros, canelas que entre os anos 1950 e 1960 atraía grande quantidade de serrarias para a sua exploração.

Dessa forma, concordamos com Favaro (2014, p.17) quando atesta que:

No processo de fixação do homem em terras guarapuavanas implicaram fatores vinculados não só à política, mas também à economia. Essa ocupação, assim como em outras partes do território brasileiro, esteve ligada

à exploração das riquezas naturais, à agricultura de autoconsumo e à criação de gado, além de também ter caráter de defesa do solo contra os espanhóis³.

Assim como em Guarapuava, em Pitanga o processo foi muito semelhante. A população recém-chegada na região central do Paraná ia adentrando o território, buscando um lugar para se assentar. A expansão da ocupação em direção a Pitanga se deu por um caminho utilizado pelos indígenas para chegar à região das antigas Sete Quedas em Guaíra/PR conhecido hoje como caminho do Peabiru⁴ que chega até o Peru, esse caminho ficou conhecido como picadão (foto 1).

³ Segundo Favaro (2014, p. 45) citando Abreu (1986) “ historicamente, o primeiro marco a ser considerado em relação à ocupação da região de Guarapuava foi o risco de perda do território, ameaçado pelos espanhóis com a anulação do Tratado de Madrid³, quando Portugal e Espanha voltaram a discutir suas fronteiras na América. Este fato fez do período de 1761-77 uma época de grandes tensões para os dois países. Para a autora, foi nesse ínterim (1765) que Portugal ordenou que expedissem bandeiras de reconhecimento e ocupação dos vales do Iguaçu (Rio Grande do Registro), **do Ivaí, do Piquiri** e dos sertões do Tibagi, nome pelo qual era conhecida a bacia oriental do Rio Paraná, até encontrar a serra de Apucarana.” (Grifos nosso)

⁴ Segundo Barros e Colavite (2009) o Caminho do Peabiru é uma das rotas mais importantes da América do Sul do período pré-colombiano, tendo cerca de três mil quilômetros de extensão que atravessa o oceano Pacífico no Peru ao oceano Atlântico no Brasil. Não existe a certeza da época da sua construção e nem por qual nação indígena, que pode ser a Guarani, Jê e até mesmo os Incas.



FOTO 1 - MARCAS RUPESTRES INDICANDO O CAMINHO DO PEABIRU.
FONTE: TRABALHO DE CAMPO (2014) NOTA: ALGUMAS MARCAS FORAM ALTERADAS PELOS COLONIZADORES QUE PASSAVAM PELA REGIÃO, COMO POR EXEMPLO: A CRUZ.

Os primeiros moradores não indígenas da região onde está localizado o município de Pitanga vieram de Guarapuava, da antiga colônia Tereza Cristina localizada em Cândido de Abreu-PR e mais tarde de outros estados como da região do Contestado em Santa Catarina.

Assim, grande parte das pequenas propriedades foram formadas por posses, aonde os recém-chegados a serra de Pitanga, iam abrindo a mata e fazendo as suas plantações visando o autoconsumo. Cleve (2010, p.68) relata esse processo dizendo que:

[...] os negócios de terras eram sempre feitos por documentos particulares e envolviam somente posses, algumas com benfeitorias. E nem podia ser diferente, por serem terras devolutas, de domínio do estado, sujeitas, por conseguinte, ao devido processo de legitimação a legislação da época.

As propriedades da época eram regidas pela Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1850, chamada de “Lei de Terras e Colonização”, esta Lei determinou que as terras deveriam ser privatizadas separando assim, as que pertenciam ao Estado, (devolutas) e as privadas.

A Lei de Terras de 1850 marcou o início da legitimação pelo Estado das propriedades, que ganharam valor econômico. Também foi nesse momento que iniciou o processo de expropriação dos posseiros que não tinham a terra em documento, essa questão começou em razão da proibição da posse e da determinação que a aquisição de terras “devolutas” fosse feita apenas por compra e venda. Outro ponto desta Lei foi a legalização das posses e dos títulos das Sesmarias⁵ que acabou legitimando os latifúndios da época e ajudando a configurar hoje a alta concentração fundiária.

Portanto, essa Lei surgiu para assegurar à elite agrária da época mão-de-obra livre para que a grande propriedade não entrasse em decadência após o fim do regime escravista que na época já sofria grandes pressões internacionais. Também foi usada para captar recursos para trazer imigrantes de outros países para suprirem a necessidade de mão-de-obra, além do mais essa garantiu que estes ao chegarem em terras brasileiras não conseguissem a posse da terra a não ser pela compra e como estes eram desprovidos de recursos em sua maioria ficavam obrigados a trabalhar para conseguirem adquirir alguma porção de terra (SILVA, 2005).

Segundo Martins (1991, p.65) esse processo significou o cativeiro da terra:

Em 1850, a Lei de Terras instituiu um novo regime de propriedade em nosso país, que é o que tem vigência até hoje, embora as condições sociais e históricas tenham mudado muito desde então. Ao contrário do que se deu nas zonas pioneiras americanas, a Lei de Terras instituiu no Brasil o cativeiro da terra – aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas. A Lei 601 estabeleceu em termos absolutos que a terra não seria obtida por outro meio que não fosse o da compra. Extinguia, assim, completamente, a viabilidade da posse liberada no interregno de 1822 a 1850.

⁵ Sesmarias eram lotes de terras doadas pela coroa portuguesa na época do Brasil colonial a pessoas com influência no poder ou alguma ligação com a nobreza, militares ou navegantes. Nozoe (2005) diz que “[...]Firmava-se entre nós o princípio de só se conceder terras em sesmaria àqueles que alegavam possuir os meios para explorá-las e fundar engenhos Esta que durou até 1822 trouxe inúmeros problemas pela falta de fiscalização e pelo avanço dos proprietários para além do que era concedido.

Dessa forma, as primeiras propriedades de terras legalizadas e registradas dentro do território de Pitanga foram a partir de 1911 e 1925 como mostra Eurich (2012, p.36):

Títulos de compra da região já haviam sido expedidos pelo Estado do Paraná antes mesmo de 1925, como o de Manoel Rosendo e outros sobre o imóvel de Santa Maria, em data de 17 de novembro de 1911 e o de Manoel Pires de Araújo Vidal e outros sobre o imóvel Piquiri em 06 de maio de 1919. Após a expedição de 1925, o primeiro título de propriedade em decorrência de pedido de compra é de Albino Pedro Hey sobre a localidade Rio do Meio, com área de 585.264 ha, datado de 31 de julho do mesmo ano.

Observa-se que em Pitanga foram se formando propriedades com posses tituladas e não tituladas, o Sr. Francisco⁶ conta como o seu pai conseguiu requerer terra do Estado nessa época e revela como ocorria o processo:

[...] aqui é só sertão, nós graças a deus nunca tomemos terra dos outros, lá no Rio Liso a primeira vez que sai a coisa pra require o título aquele tempo, pra sai a lotiação, nós requeremos 80 alqueires, daí pra paga aqueles 80 alqueires deu trabalho, pagava por ano, mas naquela época as coisas não tinham valor (FRANSISCO, 2014)

Conforme exposto anteriormente, a ocupação de Pitanga se deu de forma desorganizada, ou seja, a população ia chegando e formando as suas posses sem que houvesse uma demarcação prévia da área. Esse movimento de territorialização foi motivado, principalmente, por aspectos muito mais econômicos do que outros. Assim, foram muitas as frentes de ocupação, desde portugueses que se fixaram primeiro em Guarapuava a gaúchos, catarinenses, paulistas, imigrantes europeus, principalmente ucranianos, poloneses, além é claro dos caboclos e indígenas que já ocupavam a região por mais tempo.

⁶ O Sr. Francisco que foi um dos entrevistados, morou por muito tempo no campo, principalmente durante a época da criação de porcos para indústria de banha que será explicado mais adiante. Após a crise dessa atividade o mesmo passou a trabalhar para uma das madeireiras que existiam em Pitanga, quando estas também entraram em crise, ele se aposentou e atualmente vive na cidade. Os 80 alqueires que ele cita foi adquirido do Estado de forma parcelada, só após o pagamento completo a família teve acesso ao título da propriedade.

A imigração, ou melhor, a (re)imigração de europeus⁷, foi motivada pela busca de novas terras para a reprodução das famílias que iam crescendo. Assim muitos filhos desses imigrantes iam formando as suas próprias famílias e então avançavam para o interior em busca de novas terras como conta o Sr. Josafat: “eu era de Prudentópolis aí eu vendi lá e comprei aqui, mas era tudo pouquinho 5 alqueire, 10 alqueires, (...) eu morava na colônia foi em 68 [1968] que eu vim pra cá, pra Pitanga”.

Nesse contexto, com a chegada cada vez maior de colonos, o governo estadual foi expedindo diversos títulos de propriedade para os posseiros na Serra de Pitanga, principalmente a partir de 1925. Assim, em 1940 a população de Pitanga-PR já chegava perto dos 13 mil habitantes segundo o IBGE (CLEVE, 2010).

Pitanga também recebeu grande quantidade de imigrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a partir dos anos de 1940 atraídos pelos preços relativamente baixos da terra naquela época, como relata Queiroz (2007, p.9):

A partir de meados da década de 1940, a procura de terras por gaúchos e catarinenses foi extraordinária na região central do Paraná. Aqueles que adquirissem os lotes de terra, teriam a proteção política e o amparo das seguintes companhias privadas de colonização [...].

Logo, com a mistura de vários povos e etnias, foi sendo construído o território e em 1920 o povoado foi transformado em distrito policial onde só 23 anos depois Pitanga se transformaria em município, mais precisamente em 1943.

Na sequência, no próximo subcapítulo debatemos brevemente a pluralidade de sujeitos que compõe o território como: indígenas, faxinalenses, dessedentes de ucranianos e caboclos.

1.2 OS SUJEITOS QUE COMPÕE O TERRITÓRIO DE PITANGA-PR

A pluralidade de sujeitos que fazem parte do território de Pitanga teve origem no processo de colonização, conforme debatemos no subcapítulo anterior. Nesse contexto, a história paranaense mostra que a ocupação do interior ocorreu por meio

⁷ Vários imigrantes que se fixaram em Pitanga, chegaram primeiro em colônias como foi o caso do Sr. Josafat que migrou da colônia de ucranianos de Prudentópolis/PR que fica a cerca de 150 quilômetros de distância.

de três frentes, a chamada frente tradicional, a frente norte e a frente sulista. Motivadas pelas atividades econômicas, como também, por meio da obtenção de terras a preços mais baixos ou por meio de posses.

Fajardo (2008, p.119) explica sobre esses fatos:

Pelo exposto, no que diz respeito à ocupação demográfica, o que se pode afirmar categoricamente é que toda a penetração populacional foi movida fundamentalmente pela atividade econômica. Assim, deduz-se que essa fixação de núcleos populacionais em determinadas áreas só foi possível sustentada por uma atividade econômica permanente [...]. A ocupação, então, obedeceu a ritmos determinados pela motivação da própria atividade.

Assim, a pluralidade dos sujeitos deve-se a diferentes fatores, entre eles a ocupação inter-relacionada com a atividade econômica.

Favaro (2014) contribuiu para o entendimento sobre a pluralidade dos sujeitos que fazem parte do espaço rural de todos os municípios pertencentes ao recorte territorial da política pública do Território da Cidadania Paraná Centro, do qual Pitanga faz parte.

Tendo por base a caracterização da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326, de 24 de junho de 2006) e das ideias dos autores Lamarche (1998), Mendras (1978), Oliveira (2001;2005), Carvalho (2009; 2010; 2012), Ploeg (2008), Chayanov (1981), Shanin (1975), Thomaz Júnior (2006), Gramsci (1987) e Fernandes (2003), o referido autor, (FAVARO, 2014) construiu quatro perfis de sujeitos que fazem parte dessa política: Unidade familiar camponesa tradicional, Unidade familiar camponesa contemporânea, Unidade familiar modernizada/convencional/empresarial e Unidade familiar modernizada/convencional⁸. Esses perfis ajudam a entender os sujeitos que também estão sendo desterritorializados.

Assim, Favaro (2014, p.250) complementa:

[...] o modelo que contém o maior número de unidades familiares no Território é o da “unidade familiar camponesa tradicional”; em segundo lugar, aparece o modelo da “unidade familiar modernizada/convencional”; os outros dois modelos, “unidade familiar modernizada/convencional empresarial” e “

⁸ Para saber mais consultar: FAVARO, Jorge Luiz, Geografia da política de desenvolvimento territorial rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro– Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. pp.380

unidade familiar camponesa contemporânea” também aparecem em todos os municípios, porém, em muito poucas unidades familiares.

Segundo Favaro (2014), Pitanga é um dos municípios que contém a maior presença de camponês caracterizado como unidade familiar camponesa tradicional e de fato muitos dos camponeses, possuíam lógicas familiares fortes, com uma certa autonomia e com pouca inserção no mercado. Outros porém, produzem principalmente, para satisfazer as suas necessidades e de sua família, colocando para venda, apenas os produtos que sobram, como é o caso da Sra. Rosa (2013) uma das entrevistadas:

Autor: De onde vem a principal fonte de renda? **Sra. Rosa:** É da terra lá.
Autor: Quais os principais cultivos a Sra. têm na propriedade e como comercializa? **Sra. Rosa:** É o leite, mandioca, batata doce, arroz, feijão.
Autor: Pra quem a Sra. vende a sua produção? **Sra. Rosa:** Vendo o leite no laticínio ali e quando sobra o feijão vendo na Coamo.

Favaro (2014, p.247) discorre sobre as características da unidade familiar camponesa tradicional, na citação a seguir:

[...] a forte predominância das lógicas familiares, autonomia relativa em relação ao exterior. **Perfil técnico/produtivo:** autonomia relativa (tecnológico, financeiro e mercado); pouca produção comercial, tendo como lógica a satisfação das necessidades da família; maiorias das práticas de cultivo segue o modelo tradicional de produção, evidenciando uma temporalidade; policultivo (produz um pouco de tudo); não utilização de crédito para produção. **Lógica familiar/comunitária:** a terra como patrimônio e para a reprodução da família; utilização de práticas comunitárias (mutirão, ajuda mútua); o foco é a família e não a produção. **Perfil político/ideológico/organizacional:** não ligação com movimentos de lutas pela terra e contra o capital; dependência relativa a políticos tradicionais/grandes proprietários; ligação a entidades de classe assistencialistas/sindicatos assistencialistas (médico/dentista/aposentadorias); sofre influência econômica/ideológica de intermediários/cerealistas. **Relação com a natureza:** práticas conservacionistas e ecológicas; práticas relacionadas com conhecimento empírico, fases da lua; grande conhecimento da flora, fauna e do ambiente; uso de sementes crioulas.

A análise que o autor faz é mais aprofundada, no sentido de identificar as características dos sujeitos, todavia, considerando-se o que foi visto em campo, os

resultados das entrevistas e das análises dos dados, observamos a estreita relação da sua caracterização com os sujeitos desta pesquisa. Dessa forma, também encontramos no nosso território, sujeitos que se caracterizam com a ideia de unidade familiar camponesa contemporânea que segundo o autor eles possuem:

[...] autonomia relativa perante o capital. **Perfil técnico/produtivo:** construção e autogestão da propriedade com base autônoma (relativa) de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital); participação em mercados alternativos (feiras, entrega domiciliar), práticas alternativas de produção. **Lógica familiar/comunitária:** participação efetiva da família na relação de produção; não possui empregados permanentes. **Perfil político/ideológico/organizacional:** inserção em processos de luta em defesa política de campones, faxinalenses, quilombolas e etc.; participação em movimentos sociais de luta pela terra e contra a hegemonia do capital; inseridos em sindicatos que defendem a luta pela terra (MPA); participação em associações ou movimentos ligados à agroecologia (ECOVIDA). **Relação com a natureza:** relação clara e consciente de co-produção com a natureza viva, com base nos conceitos e práticas agroecológicas; homeopatia e fitoterapia animal; adubos e fertilizantes alternativos, sementes crioulas; divisão de pastagens, agroflorestas, etc.

Esses sujeitos também fazem parte do território de Pitanga. Veremos mais adiante que existem dois assentamentos rurais, três faxinais reconhecidos e mais uma reserva indígena que tem mais 70% de suas terras dentro dos limites territoriais de Pitanga. Além dos camponeses que participam de políticas públicas, cooperativas e de mercados mais alternativos como a feirinha⁹, entrega de verduras em casa, comércio e restaurantes.

Quanto aos assentamentos: Vale da Serra e Nova Esperança, esses concentram 110 famílias, o primeiro foi criado em 2002 e o segundo em 1995 (INCRA, 2011). Salienta-se, que tais assentamentos marcaram a história das lutas pela reforma agrária em Pitanga, logo, as áreas em que estão localizados, foi desenvolvida através da realocação das famílias de outra ocupação, mais especificamente da área da Araupel nos municípios de Espigão Alto Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu.

Nesse sentido, a área de localização dos assentamentos pertenceu no passado à reversa indígena do Ivaí, que por sua vez, sofreu o último processo de demarcação e expropriação de suas terras em 1949 durante o governo de Moysés

⁹ A referida feira é organizada pela prefeitura e ocorre todas as quartas-feiras onde os camponeses vendem frutas, hortaliças, e produtos artesanais.

Lupion. Pois, o antigo dono ofereceu as terras que tinha posse para o INCRA, que as comprou para distribuir para as pessoas que estavam nesta determinada ocupação.

Além dos assentados, o município abriga pelo menos três faxinais: o Faxinal dos Telles na Comunidade do Barro Preto, o Faxinal dos Naiverth e o Faxinal da Limeira. Existe a possibilidade da existência de outros faxinais em Pitanga em decorrência de no passado ter ocorrido a imigração de camponeses de origem europeia que se fixaram primeiramente em Prudentópolis-PR e depois migraram para Pitanga, sobretudo, os ucranianos, os quais trouxeram de lá o sistema faxinalense e ao chegar no novo território, ganhavam o nome das famílias que se fixavam naquele local.

Cabe citar também, o faxinal dos Kruger que hoje está localizando em Boa Ventura de São Roque-PR, o qual foi ocupado pela família de Sr. José Kruger e de D. Ana Maller Kruger e posteriormente a família de Joaquim Gonçalves de Deus e Matilde Gonçalves de Deus (RAMOS, 2009).

Segundo Ramos (2009, p.48) grande parte das pessoas que se dirigiam e formavam os faxinais na região eram oriundos de Prudentópolis: “No trabalho de campo, ao pesquisar no fórum de Pitanga, PR, pude constatar um número significativo de pessoas que vieram de Prudentópolis para a região do faxinal, a partir dos anos de 1930”.

Menim (2014, p. 16-17) que estudou o caso dos faxinais Krúger (Boa Ventura de São Roque-PR), Telles (Pitanga-PR) e Saudade Santa Anita (Turvo-PR) e suas inserções na política do Território da Cidadania Paraná Centro, descreve as características dos faxinais:

[...] os faxinalenses são povos tradicionais que subsistem dos produtos da terra e da criação de animais. Sua formação social tem, por vezes, a característica do criadouro comum, além do uso coletivo dos recursos hídricos e florestais disponíveis em seus territórios. Em muitos casos, os animais, propriedades privadas, são criados a solta e em espaços comuns. Apesar de que uma comunidade de faxinal não viva de maneira idêntica a outra e que a convivência em território comum varia bastante entre elas, há, em geral nestes espaços, moradias cercadas em pequenas áreas de terras, lugar também dos quintais onde exercem a policultura alimentar de subsistência que são separadas do criadouro e compostas de verduras e frutas, além de plantas medicinais e erva-mate. Fora do faxinal, no lugar a que muitos chamam de terra de planta, ou, cultura, é onde se dá a plantação principalmente de feijão e milho. Ocorre também, em alguns casos, a monocultura de soja ou fumo, que são produtos que estão ligados diretamente ao mercado mais amplo.

Os faxinais de Pitanga segundo Meira, Vandresen e Souza (2009) estão caracterizados na categoria¹⁰ 3 (três) e 4 (quatro) segundo a categorização elaborada pela APF Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses¹¹. O único faxinal que se enquadra em parte a categoria 3 (três) é o Telles, os outros dois são caracterizados na 4 (quatro).

Souza (2009) esclarece que na:

[...] “posição 3” ou “criador com criação grossa ou alta” observamos a persistência do uso comum caracterizado pelo “fechamento” com cercas de 4 fios de arame variavelmente nas divisas das propriedades, onde permanecem no uso comum somente as criações ditas “grossas” ou “altas”, ou seja, cavalos, bois e vacas, que circulam nas áreas comuns disponíveis por diferentes períodos de tempo ao longo do ano dependendo das condições das pastagens nativas. Como explicado anteriormente, as “criações baixas”, isto é, porcos e cabritos são mantidos em “mangueirões familiares” isoladas das áreas de uso comum ou são confinados em chiqueiros. Alguns bens considerados de uso comum ainda são visíveis, tal como “mata-burros” e/ou portões e cercas ainda utilizados para delimitar fisicamente áreas com distintas formas de apropriação. A presença dos mesmos revela, sobretudo, a existência de terras tradicionalmente ocupadas por faxinais em um passado, muitas vezes recente.

Dessa forma, os processos de cercar as criações “baixas”, são explicados principalmente, em decorrência dos conflitos gerados quando estas adentravam áreas vizinhas aos faxinais, em particular aquelas localizadas em áreas onde se desenvolvia alguma monocultura.

¹⁰ Meira, Vandresen e Souza (2009, p.114) A APF identificou 4 categorias de faxinais baseado na relação entre dois critérios: a) Existência de práticas de uso comum das pastagens nativas e b) Autopercepção dos conflitos de uso dos recursos naturais referidos a territórios tradicionalmente ocupados em diferentes processos de territorialização: 1) Faxinal uso comum – “criador comum aberto”; 2) Faxinal uso comum – “criador comum cercado”; 3) Faxinal uso comum restrito – “criador com criação grossa”, e 4) Faxinal sem uso comum – “mangueirões” e “potreiros”. Nesta classificação, a quarta modalidade foi considerada a forma predominante, não obstante numa mesma comunidade se apresentarem áreas individualizadas e em comum

¹¹ Segundo Souza e Rocha (2007, p.211) A APF surge do “[...]intuito de promover ações reivindicativas que fizessem frente aos antagonistas e a interesses do Estado, representantes de 34 faxinais, com base em fatores de auto-reconhecimento, sobretudo o de territorialidade específica, reuniram-se no 1º Encontro dos Povos dos Faxinais, em 2005, no qual organizaram a “Articulação Puxirão”, movimento social que busca a representação política junto ao Estado[...].

Essa situação foi vivenciada pela Sra. Josefa, que foi obrigada a “fechar” as aves e os suínos em função de uma decisão judicial num processo que o seu vizinho moveu contra a mesma (foto 2 e 3). Souza (2009) acrescenta sobre esses conflitos vivenciados pelos faxinalenses:

Neste cenário de disputas, os “faxinalenses” sofrem violações sistemáticas de seus bens, especialmente contra as “criações baixas”, citadas como “invasoras” e “daninhas” aos monocultivos, sendo portanto, alvos de violência deliberada dos antagonistas que ocasionam roubos, danos e morte desses animais. Preocupados em evitar tais conflitos e ameaças, os “faxinalenses” obrigam-se a restringir as áreas de uso comum mediante cercamento compulsório onde é possível disponibilizar áreas de uso comum ou mesmo abandono gradual dessas práticas.



FOTO 2- AVES CERCADAS APÓS A DISPUTA JUDICIAL ENTRE A SRA. TEREZA E O SEU VIZINHO.

FONTE: TRABALHO DE CAMPO (2013)



FOTO 3 ÁREA ONDE OS ANIMIAS "BAIXOS" ERAM CRIADOS SOLTOS ANTES DA AÇÃO JUDICIAL.

FONTE: TRABALHO DE CAMPO (2013)

Nesse sentido, além das aves (como é possível observar na foto 2), os suínos também foram fechados em uma área para evitar problemas com os vizinhos, ou seja, além de toda a pressão que os camponeses sofrem hoje pelo contexto social e econômico do agronegócio, precisam ainda enfrentar disputas judiciais para manter o seu modo de vida. Portanto, tradição e modo de vida desses sujeitos, poucas vezes são considerados na hora de se tomar a decisão judicial.

Já a categoria 4 (quatro) de faxinais, os quais, caracterizam todos os faxinais de Pitanga¹² é:

[...] observada pela presença de “mangueirões” e “potreiros”, representa situações em que o uso comum da criação animal (“baixa” ou “alta”) ocorre geralmente no âmbito do grupo doméstico ou grupo familiar. Portanto, as práticas tradicionais relativas às “criações soltas” restringem-se na maioria dos casos, ao interior de uma unidade de produção familiar, podendo, como em certas situações observadas à campo, compartilhar fisicamente de mais de um terreno já desmembrado em escritura, mediante formal de partilha de bens. (SOUZA, 2009, p.76)

¹² O faxinal dos Telles é caracterizado com aspectos da categoria 3 e 4 segundo o Meira, Vandresen e Souza (2009).

Por essa análise, a propriedade da Sra. Josefa apresenta aspectos semelhantes aos descritos na citação anterior. A comunidade onde ela está localizada chama-se Rio Quinze de Baixo, durante a entrevista a mesma não relatou que ali poderia ter sido um antigo faxinal, mas a criação de animais soltos em área privada com a presença de muitas árvores frutíferas como a Pitanga, a policultura, a área de plantar distante da sua residência, a existência de muitos vizinhos próximos e a sua descendência de ucranianos nos leva a verificar que essa área tem grandes chances de ter pertencido a um faxinal.

Os conflitos encontrados por Meira, Vandresen e Souza (2009) nos faxinais de Pitanga estão relacionados com as monoculturas da soja e do pinus, além de particularidades problemáticas com a prefeitura.

Cabe destacar que, juntamente aos faxinalenses e aos assentados de Reforma Agrária, há a presença de camponeses inseridos em feiras e políticas públicas como o PAA e PNAE¹³. Como é o caso do Sr. Jonas que entrega verduras nos dois programas citados, vende todas as quartas-feiras e sábados na feirinha e entrega no comércio, como pode se observar a seguir:

Autor: Dê onde vem a principal fonte de renda? **Sr. Jonas:** É da horta. **Autor:** O que é mais produzido? **Sr. Jonas:** alface, essas coisas, repolho, rúcula. **Autor:** Quanto o Sr. Produz? **Sr. Jonas:** A isso a gente não tem base que é tudo família, somos em cinco, então dá pra vive. **Autor:** Com quem o Sr. Comercializa? **Sr. Jonas:** Mercado, feira e restaurante.... **Autor:** Entrega pro PAA e PNAE? **Sr. Jonas:** Entrego um pouco pro Miguel [é presidente da cooperativa que recebe os alimentos para entregar nas escolas e entidades atendidas pelas políticas].

Na fala do Sr. Jonas é notável a estratégia de inserção em vários mercados para vender a sua produção. Além desse fato, a diversificação da produção também está presente, pois, além das hortaliças, o mesmo ainda produz leite. Quanto a inserção nas políticas públicas do PAA e PNAE, compreende-se como mais uma alternativa de mercado e não a principal delas.

Essa questão é melhor demonstrada no quarto capítulo, entretanto, cabe alertar que ocorre devido à incerteza de pagamento (o atraso já chegou em seis meses

¹³ PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

segundo ele e outros entrevistados) e demanda. Assim, ficar dependente dessas políticas não é uma possibilidade. Outra característica observada, é a não utilização de insumos químicos na produção, apesar de ter maquinário e infraestrutura para as estufas financiadas pelo PRONAF.

Outro perfil encontrado por Favaro (2014) a ajuda a explicar outros sujeitos presentes no território em estudo:

Unidade familiar modernizada/convencional: Características gerais: forte predominância das lógicas familiares, porém dependente do exterior. **Perfil técnico/produtivo:** inseridos na agricultura moderna ou "convencional"; uso do pacote tecnológico; uso de variedades de alto rendimento; aplicação intensiva de adubação química; aplicação sistemática de agrotóxicos; produção para o auto-consumo relativamente presente; uso sistemático de crédito agrícola (PRONAF). **Lógica familiar/comunitária:** mão de obra familiar; a terra é vista como patrimônio; a unidade de produção tem uma noção exclusivamente familiar e o futuro da unidade é pensado em termos de reprodução familiar; - inserção relativa na vida da comunidade (igreja). **Perfil político/ideológico/organizacional:** inseridos aos sindicatos patronais ou de trabalhadores rurais; inseridos na associação de produtores em nível de comunidades rurais, com ligação direta às secretarias municipais de agricultura; inseridos em cooperativas de produção e de crédito; influência técnica/ideológica da assistência técnica e extensão rural. **Relação com a natureza:** pouco respeito às questões ambientais; uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes; uso de sementes transgênicas. **Características gerais:** forte predominância das lógicas familiares, porém dependente do exterior (FAVARO, 2014, p. 247).

Nesse contexto, os sujeitos que encontramos nas entrevistas e que relacionam-se com a descrição de Favaro (2014), são aqueles que buscam ou são levados a se inserirem no agronegócio, como estratégia para adquirir mais renda, ficando ainda mais vulneráveis ao mercado capitalista (foto 4). Com relação aqueles que não possuem maquinário, além do financiamento pelo PRONAF, dependem de fretar maquinários de terceiros elevando ainda mais os custos da produção.



FOTO 4- TRATOR COM PULVIRIZADOR DE UMA DAS PROPRIEDADES CAMPONESAS VISITADAS.
 FONTE: TRABALHO DE CAMPO (2014).

Por fim, o último perfil relatado pelo autor é a:

Unidade familiar modernizada/convencional/empresarial
Características gerais: relação de produção pouco familiar e fortemente dependente do exterior. **Perfil técnico/produtivo:** inseridos na agricultura moderna/convencional, semelhante ao grupo 3; assalariamento de trabalhadores temporário e permanente; sistema dependente (tecnológico, financeiro e comercial); produção com base no monocultivo; pouca produção para o auto-consumo; administração da propriedade com ênfase a renda líquida. **Lógica familiar/comunitária:** - Reside na propriedade com a família, pouco inserido na vida comunitária; filhos e esposa com pouca inserção na produção. **Perfil político ideológico/organizacional:** Inseridos em sindicatos patronais e em cooperativas de crédito e produção. **Relação com a natureza:** terra vista como unidade de renda; pouco respeito às questões ambientais; uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes (FAVARO, 2014, p. 247).

Com esse perfil, identificamos a família da jovem entrevistada Elis. Na propriedade dos seus pais, há uma forte integração com toda a rede do agronegócio, além de maquinário, produção de monoculturas (soja e trigo, principalmente) e bovinos leiteiros com genética melhorada. Estão integrados à cooperativa COAMO e recebem assistência técnica da mesma, adquirindo os insumos direto com a cooperativa, com quem também comercializa boa parte da sua produção. Logo, percebe-se que além da pouca inserção da família na produção, as duas filhas, por exemplo, já estão vivendo na cidade para focar nos estudos. Esse é o caso de vários outros sujeitos que fazem parte do território, apesar de ter pouca característica do modo de vida camponês.

Para completar a diversidade de sujeitos do campo temos a presença marcante dos indígenas *Kaingangs*, localizados na reserva Ivaí com sede no Município de Manoel Ribas-PR, mas com quase toda área localizada em Pitanga-PR. Usaremos um subcapítulo a parte para falar dos indígenas que sofreram a expropriação de grande parte de suas terras.

1.2.1 A RESERVA INDÍGENA DO IVAÍ: A EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Para falar sobre os indígenas sentimos a necessidade de relatar como os mesmos foram tratados no decorrer de sua história, principalmente, na relação com os colonizadores e o Estado. Como o tema principal é discutir as formas de expropriação e desterritorialização, buscaremos agora relatar como ocorreu esse processo em Pitanga.

Primeiramente cabe lembrar que a disputa de terras entre as comunidades indígenas e os primeiros imigrantes (que faziam suas posses ou compravam certa quantidade de terras do Estado), é uma das marcas mais profundas desse território, tanto que ainda está presente na memória da população de Pitanga.

Nesse contexto, os indígenas como relatado no primeiro capítulo, estão neste território a pelo menos oito mil anos, entretanto essas áreas para o Estado representavam um vazio demográfico que deveria ser ocupado. Dessa forma, o choque entre o ímpeto colonizador do Estado e a resistência a expropriação fez com

que surgissem as primeiras áreas demarcadas, mas essa ação reduziu o território desses povos para que o mesmo fosse colonizado pelo Estado.

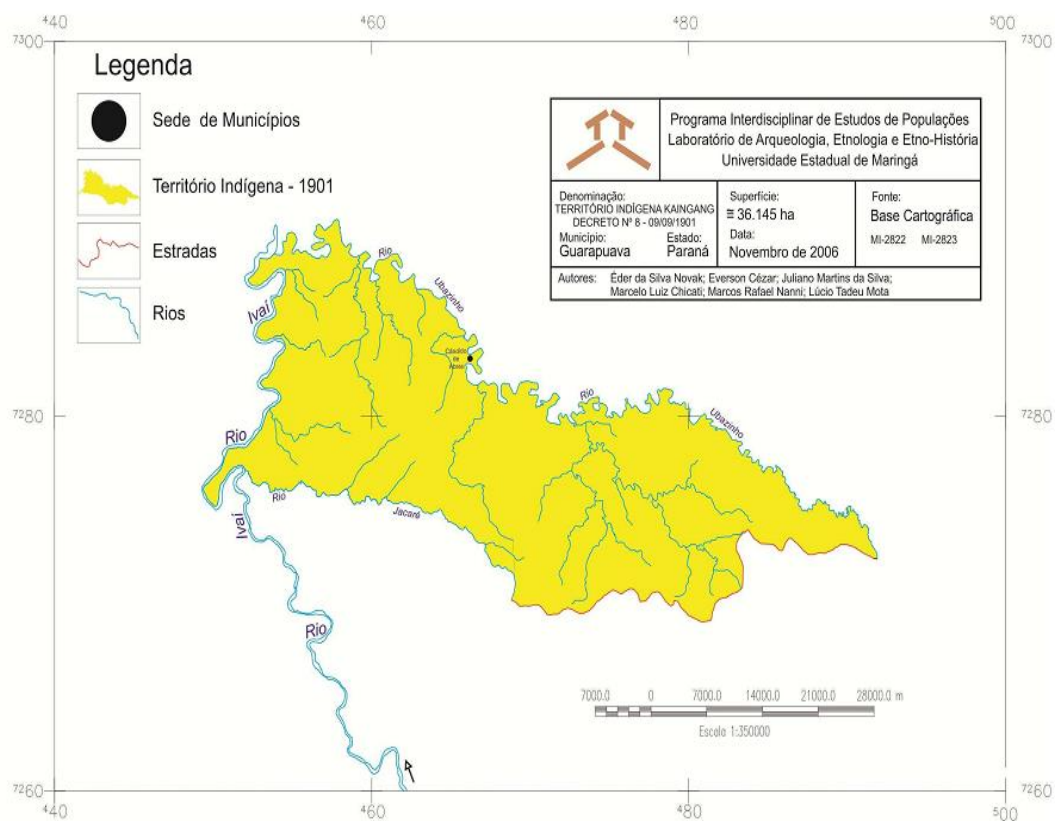
Assim, mesmo com a área já demarcada em função dos conflitos, os indígenas viram durante os anos o seu território diminuindo cada vez mais. Conseqüentemente, o avanço das ocupações gerou um conflito¹⁴ direto com a população que ficou conhecido nacionalmente. Conflito este, que se deu em função da reivindicação dos indígenas de suas terras e contra a expropriação que os mesmos estavam sofrendo há anos.

A demarcação do seu território naquela época foi incentivada com a criação da primeira reserva dos indígenas *kaingang*s chamada de Marrecas, localizada hoje no município de Turvo/PR. Como estes obtiveram êxito em suas demandas perante o Estado, os *kaingang*s que estavam fixados nas margens direitas do rio Ivaí também reclamaram perante o Estado a demarcação de suas terras. Dessa maneira:

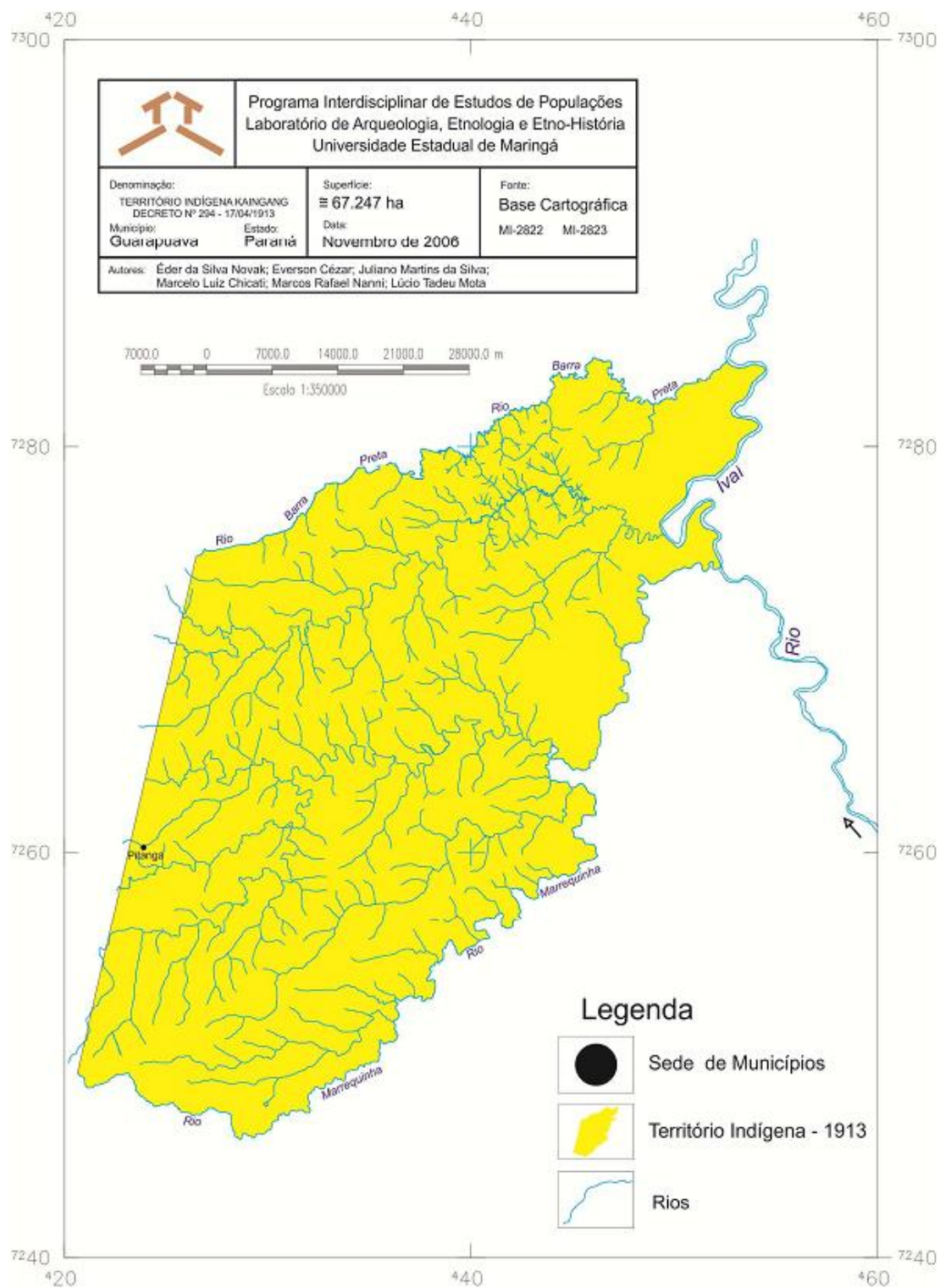
Como resultado dessas demandas, durante o governo de Francisco Xavier da Silva, através do Decreto nº 8, de 9 de setembro de 1901, foi concedida uma área aos *Kaingang*, chefiados por Paulino de Arak-xó e Pedro dos Santos, localizada na margem direita do Rio Ivaí, no município de Guarapuava. Apesar de estarem com seus toldos na margem direita do Ivaí, os *Kaingang* faziam incursões constantes nos extensos e férteis territórios da margem esquerda (FAVARO, 2014, p.30).

Em função dessas incursões, relatadas pelo referido autor, os indígenas constantemente ultrapassavam as suas fronteiras como era de costume para suprir as suas necessidades de caça e colheita do pinhão. Por esse motivo, demandaram ao Estado a troca por outras terras às margens esquerdas do rio Ivaí situado entre os rios Barra Preta e Marrequinha. Como a permuta também interessava ao estado em razão dos projetos de colonizações em curso nesta região, concedeu a trocar por meio do decreto nº 294 de 17 de abril de 1913 (mapa 3).

¹⁴ Este episódio está retratado em Eurich (2010), a qual relata os fatos que ocorreram durante a revolta. Como a nossa preocupação é em mostrar os mecanismos que foram e são usados para expropriação camponesa, focaremos apenas nos fatos que envolvem essa temática.



MAPA 2 - TERRITÓRIO KAINGANG PELO DECRETO ESTADUAL Nº8 - 09/09/1901
 FONTE: EURICH (2012)



MAPA 3 - TERRITÓRIO KAINGANG PELO DECRETO ESTADUAL Nº294 17/04/1913
FONTE: MOTA E NOVAK (2008) APUD EURICH (2012).

Em contrapartida, esta nova área demarcada pelo Estado em favor dos indígenas, já vinha sendo ocupada por imigrantes de várias regiões, conforme

descrevemos no primeiro capítulo e apesar desse decreto prever a manutenção das propriedades com posse, os conflitos entre a população que ali residiam só aumentava em razão da invasão dos imigrantes a as terras indígenas que chegava a ter 67 mil hectares. Além da invasão dos colonizadores, os *Kaingang* caçavam os animais e efetuavam alguns ataques nas propriedades como uma forma de reagir a expropriação que estavam sofrendo.

Essa situação de conflito culminou em confronto armado entre os colonizadores e os indígenas em abril de 1923, como relatado por Mota (2008, p. 189):

A luta pelos territórios indígenas na bacia do Ivaí continua no século XX. A década de 1920 foi marcada por graves acontecimentos na região da serra da Pitanga, nas margens direita do rio Ivaí. O povoamento da região entrava num processo cada vez mais acelerado e se chocava com as tribos estabelecidas nos diversos toldos ali existentes [...].

Os graves acontecimentos, como chama autor supracitado, foi uma ação empregada pelos indígenas contra o pequeno povoado que existia em Pitanga, em função da contínua apropriação e expropriação das terras que já haviam sido demarcadas para os *kaingang*. Neste ataque, ocorreram mortes dos dois lados como conta Eurich (2012, p.101):

Sabe-se pelos laudos e pelos relatos que foram três moradores da vila mortos e uma criança ferida pelos indígenas. O laudo de exame cadavérico foi feito em três índios, mas os relatos de combates, o primeiro dos habitantes da vila, o segundo comandado por Dulcídio Caldeira e o terceiro por Pedro Nolasco, trazem informação de pelo menos sete indígenas mortos.

Nesse sentido, quem teria organizado e incentivado os indígenas a lutarem pelo seu território segundo contam os autores, baseados nos relatos de pessoas que participaram do conflito, foram sujeitos que possuíam ligação com o Monge. Mas o último que se tem conhecimento na época, foi José Maria morto muito antes do ataque em 1912 em um combate em Irani-SC na Guerra do Contestado¹⁵. Guerra que

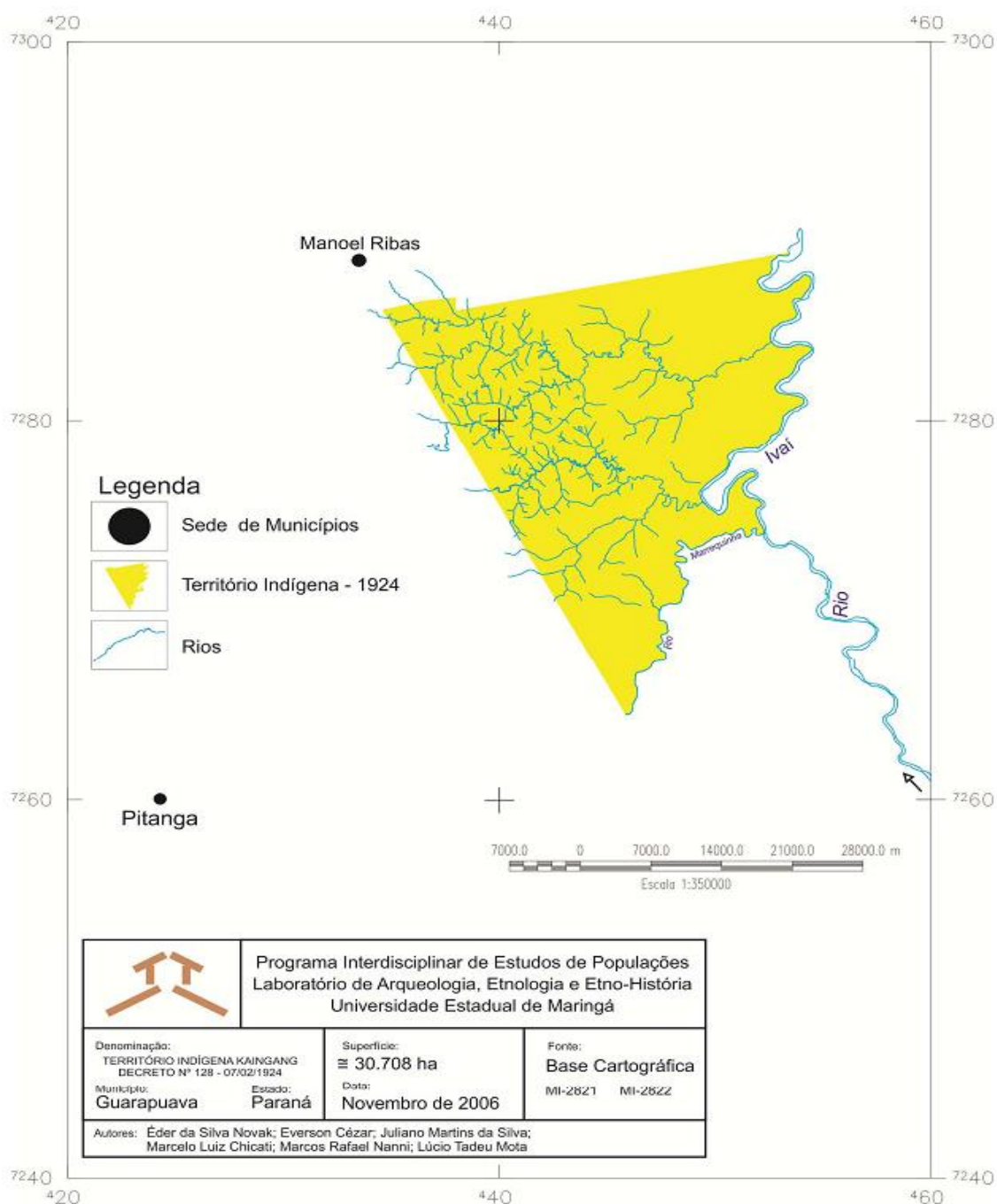
¹⁵ Para saber mais sobre a Guerra do Contestado consultar FRAGA, Nilson Cesar. **O Contestado visto e sentido “entre a Cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”** / -- 1. Ed. – Blumenau: Hemisfério Sul, 2010. 155 p.

também foi contra a expropriação das populações caboclas e indígenas do sertão catarinense e paranaense. Este fato nunca ficou muito bem esclarecido, mas pela presença de inúmeros olhos d'água do monge espalhados pela região e os sinais da presença de devotos e rituais como os batismos podem confirmar a possibilidade de parte da população do Contestado ter fugido da guerra e se fixado em Pitanga.

Todavia, o fato mais importante para a nossa análise das expropriações é verificar como o Estado, em função desses conflitos, tentou resolver sempre prejudicando esta população tradicional. Como notamos no mapa, a última demarcação se estendia praticamente até a metade do então Distrito Policial de Pitanga. Ao final de todos os acontecimentos de abril de 1923 o governo da época reduz ainda mais a área da reserva indígena, tendo como razão a solução dos conflitos.

Assim, foi criado um novo Decreto Estadual o de nº 128 de fevereiro de 1924 delimitando uma nova área para os *Kaingang*. Dessa forma, o Estado por meio de decretos e leis, legitima a ação de colonizadores, os quais foram beneficiados por esses instrumentos a continuar a ocupação da região como mostra Favaro (2014, p. 44), baseado nos escritos de Mota e Novak (2008):

[...] o Decreto de 1924 não significou que os *Kaingang* tivessem assegurado seus territórios, pois a sociedade branca que vivia nos arredores continuou seu processo de expansão, ocupando vários pontos de áreas já demarcadas. Recomeçou, dessa maneira, um novo movimento de reocupação de áreas indígenas.



MAPA 4 – MAPA DA TERCEIRA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DO IVAÍ APÓS O CONFLITO COM OS COLONOS DE PITANGA-PR
FONTE: EURICH (2012)

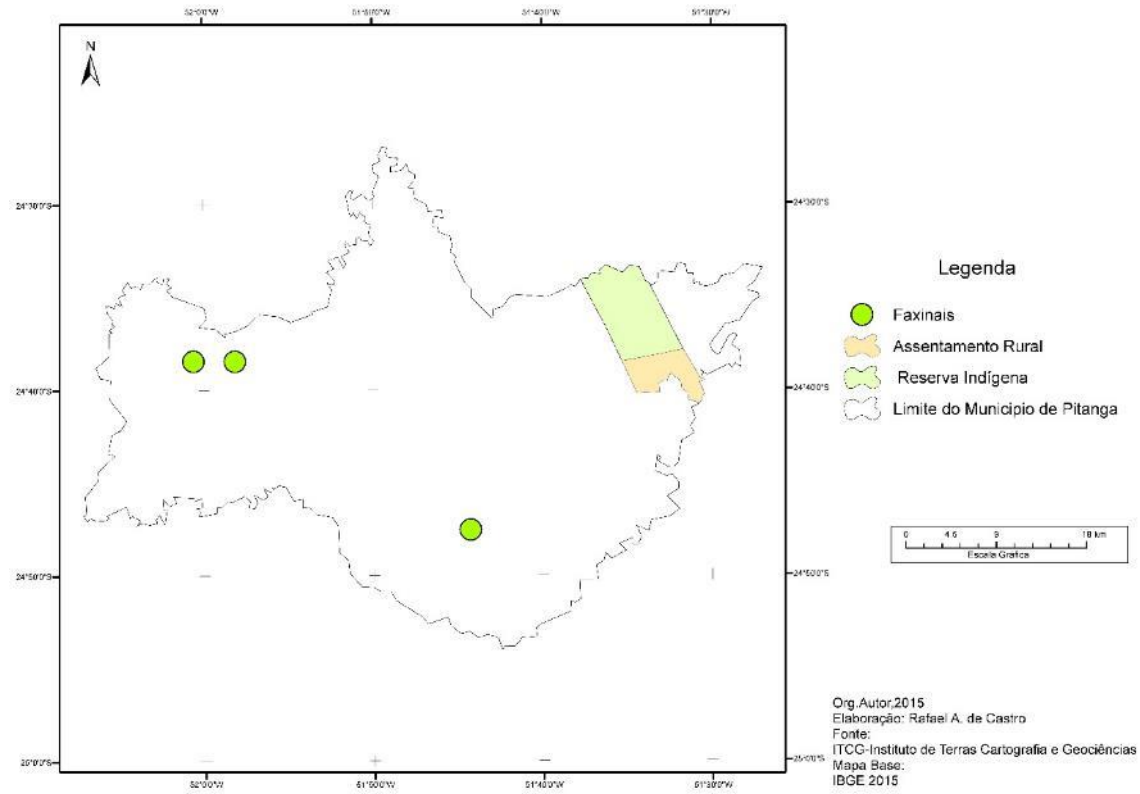
Para legitimar essa ocupação, o Estado utiliza novamente de instrumentos ditos legais como os decretos para reduzir ainda mais a área indígena e ceder às pressões das companhias colonização e indústrias madeireiras sedentas por novas áreas, a fim de garantir mais acumulação de capital.

Essa ação ilustra a acumulação por desposseção que Harvey (2013) procura mostrar, ou seja, é nítida a forma de acumulação primitiva em plena metade do século XX. Mas o conflito e a última demarcação de terras não garantiram que o seu território fosse mantido. Uma nova demarcação, efetivada mais tarde com um acordo em 12 de maio de 1949 durante o governo de Moysés Lupion, reduziu a área demarcada para 8.804 ha, ou seja, mais de três vezes menor do que a demarcada em 1924 e seis vezes menor que a demarcação de 1913 (mapa 5). Segundo o Portal *Kaingang*, vivem nessa área cerca de 1510 indígenas, representando um aumento de 456% em relação ao número de 1946 (331 pessoas).

Com a questão *Kaingang* fechamos a pluralidade de sujeitos que compõe o território de Pitanga (MAPA 5). Portanto, observamos que existem faxinalenses, assentados da reforma agrária, indígenas e camponeses que se caracterizam pelas mais variadas formas de sociabilidade, imprimindo no território formas diferenciadas de territorialidade que se chocam com a imposição territorial e monopolista que a lógica capitalista impõe.

Ao analisar o referido mapa, o leitor poderá perceber a proximidade da área indígena com os assentamentos. Como relatado anteriormente, o antigo dono da fazenda vendida para o INCRA para realização da reforma agrária ficava justamente na área que fora expropriada dos indígenas.

Enfim, esses conflitos que configuram a questão agrária de Pitanga, foram ocorrendo em razão das atividades econômicas dominantes, que por sua vez, proporcionavam o acúmulo de capital das mais variadas formas.



MAPA 5 - MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DOS FAXINAIS, DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E DA RESERVA INDÍGENA IVAÍ EM PITANGA-PR.
FONTE: ITCG E IBGE (2015). ORGANIZAÇÃO: AUTOR 2015. ELABORAÇÃO: CASTRO (2015)

Levando em consideração essa questão, no próximo subcapítulo analisamos esses momentos diferentes de acumulação capitalista, completando a primeira parte sobre a ocupação e formação do território de Pitanga. Compreender essas questões é primordial para entender como se configura o território estudado.

Harvey (2011, p.7) fala a respeito, expondo que: “Compreender o fluxo do capital, seus caminhos sinuosos e sua estranha lógica de comportamento é, portanto, fundamental para entendermos as condições em que vivemos”. Essa é a razão de trazê-lo agora, para depois falar diretamente das formas de expropriação/desterritorialização camponesa.

Dessa forma, analisamos a partir de agora as formas de acumulação capitalista em Pitanga e como elas trouxeram conflitos e construíram esse território, analisando a sua relação com as formas de expropriação/desterritorialização camponesa.

1.3 A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA EM PITANGA: CICLOS ECONÔMICOS E CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS.

O sistema capitalista passou por várias transformações, influenciando na maneira como são acumulados capitais. No início, os processos de acumulação chamados por Marx de primitivos, aconteciam por meio da violência, da depredação, de fraudes ou ainda de roubos.

No caso do município de Pitanga, se analisarmos por esse ponto de vista, poderemos perceber durante o transcorrer desse capítulo que essa lógica se materializou. Uma vez que, o roubo de terras das populações originárias e depois dos camponeses por meio da “grilagem”, a devastação da floresta ombrófila mista e toda a degradação ambiental, são exemplo dessa acumulação primitiva que é chamada por Harvey (2013) de despossessão, retratando assim, processos de expropriação como veremos mais adiante.

Depois dessa fase, a acumulação por despossessão, ou os processos de acumulação sancionados legalmente pelo Estado, fizeram-se presentes juntamente a destruição da forma de produzir e viver da agricultura camponesa.

Pitanga então viveu diferentes fases de acumulação capitalista. Alguns autores chamam estas fases de ciclos econômicos, como Silva (2005), Krüger (2010) e Favaro (2014) que deram a tônica da construção da história de Pitanga.

Assim na região Centro-Sul paranaense, a exploração dos recursos naturais ocorreu de forma predatória. Como a exploração da erva-mate, a extração da madeira e a criação de animais para engorda. Essas atividades alimentaram a acumulação de capital até a década de 1980.

Nesse contexto, a primeira fase importante de acumulação de capital foi a exploração da erva-mate que durou até a década de 1930, posteriormente as safras de porcos representaram a grande forma de gerar riquezas até a década de 1960, tempos esses de exploração da madeira, que também ganhou destaque, porém avançando e devastando a floresta ombrófila mista.

Posteriormente, em 1985 as madeiras entraram em decadência, foi quando a agricultura “moderna”, advinda da Revolução Verde destacou-se como principal meio de se acumular capital no campo imprimindo a sua lógica desterritorializante.

Ao passo que alguns períodos de acumulação capitalista atraíram população até Pitanga, como foi o caso da erva-mate, das safras de porcos¹⁶ e até mesmo das madeiras que ofereciam uma grande quantidade de empregos, apesar dos danos ambientais e sociais, a produção da soja e do trigo, por exemplo, passaram a expulsar a população.

Embora as madeiras oferecessem uma quantidade relevante de empregos, elas foram responsáveis por inúmeros conflitos e também pela concentração de riquezas. Em Pitanga as famílias mais ricas são ex-proprietárias de serrarias que atualmente possuem grandes extensões de terras, sendo os principais protagonistas da concentração fundiária que veremos adiante.

Favaro (2014, p.22 – 23) destaca:

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX os produtos de maior expressividade na economia do território Paraná Centro foram a erva-mate, a suinocultura e a madeira. Todas estas atividades eram baseadas na

¹⁶ A criação de suínos ganhou esse nome em razão de que para a engorda dos animais eram feitas extensos cultivares de milho. Quando estes estavam na época da colheita os safristas (donos dos animais e do cultivo) soltavam os suínos para que derrubassem a planta e se alimentasse dos seus frutos. Depois de gordos eram transportados por meio de tropeadas até os frigoríficos de Ponta Grossa – PR e posteriormente por caminhões.

exploração da força de trabalho de caboclos e índios. Os intermediários (compradores, madeireiros, safristas) levavam a produção para ser beneficiada e/ou transformada em outros municípios que não pertenciam ao recorte territorial em questão¹⁷, inferindo valor agregado e conseqüentemente gerando arrecadação de impostos para estes locais, que aos poucos se desenvolviam [...].

Assim, nos primórdios da história do município, existia uma forte presença da agricultura de autoconsumo, desenvolvida não só por colonos que estavam cada vez mais chegando a Pitanga, mas também pelos caboclos e indígenas. Favaro (2014, p.9) acrescenta que:

Além da agricultura de autoconsumo, o caboclo coletava na mata a erva mate, planta nativa que durante o século XIX e início do século XX, além de ser uma alternativa de renda à pecuária, configurou-se como principal produto de exportação do Paraná.

Percebe-se que a erva mate gerou grandes riquezas, principalmente, para as cidades que industrializavam a produção como na capital Curitiba-PR. A região central do Paraná como um todo era grande produtora dessa planta nativa, que se encontrava em abundância em suas matas de floresta ombrófila mista.

No início da produção de erva mate, desenvolvia-se de forma paralela ao tropeirismo, por essa razão, a extração da erva-mate foi desempenhada ao longo de muito tempo, por uma população que era marginal dentro do sistema tropeirista e surgia apenas como um complemento dentro da economia das grandes fazendas da época, como relata Silva (2005, p.88) quando descreve a respeito da importância dessa atividade para o município de Guarapuava-PR:

Como atividades paralelas e também importantes naquele momento, os fazendeiros do município passaram a investir na coleta e industrialização da erva mate. Especificamente, o cultivo da erva passou a ser muito importante para a economia regional no início do século XX.

¹⁷ O recorte territorial que o autor menciona se trata do Território da Cidadania Paraná Centro. Para saber mais consultar: FAVARO, Jorge Luiz, Geografia da política de desenvolvimento territorial rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro– Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. pp.380

Assim, a produção de erva mate, destacou-se como um dos pilares da economia paranaense no início do século XIX. Pitanga que ainda era distrito de Guarapuava também colheu os resultados que proviam dessa atividade, que durou cem anos no Paraná (1830 a 1930). Gomes (2009, p.138) esclarece que:

Apesar de algumas quedas relacionadas a fatores externos, em cem anos, a erva-mate foi sustentáculo econômico no Estado, sendo, inclusive, um dos elementos responsáveis pela emancipação do Paraná de São Paulo, para a construção da primeira ferrovia, para a melhoria de estradas e pela criação da Universidade Federal do Paraná. [...] até 1930, quando entrou em estagnação.

Como fica claro na citação da tese da autora referenciada, grande parte da produção de erva mate de toda a região Centro-Sul, serviu para acumular riqueza principalmente na capital Curitiba/PR. Ocorreu esse mesmo processo na suinocultura, na produção de madeira e agora nas *comanditeis* de soja e trigo que não são beneficiadas em Pitanga ou na região.

Tal fato revela uma das questões responsáveis para que essa região seja uma das mais pobres do Estado: ela foi e continua sendo produtora de bens primários que concentram riquezas nas mãos de poucos, que no caso são os grandes produtores do agronegócio, enquanto grande parte da população vive na pobreza e sem acesso à terra.

Assim, apesar da erva mate ter movimentado a economia de Pitanga e região no início do século XX, não foi suficiente para fortalecer a economia camponesa, a qual sofria com a apropriação capitalista da sua renda, que no caso eram os intermediários que compravam a sua produção.

Entretanto, como nesta época era uma das poucas atividades que geravam algum ganho, foi o alento para os primeiros moradores de Pitanga, como mostra Cleve (2010, p.142):

O ingresso de Pitanga, até então parte do imenso território do município de Guarapuava, no chamado ciclo econômico da erva-mate, veio trazer alento, esperança e alguma renda monetária para seus primeiros moradores. Os ervais tanto quanto os pinheirais com os quais coincidiram eram consideradas plantas irmãs, eram tão abundantes nesse tempo, parecendo que não acabaria mais. Sua produção era barata. Bastaria o corte de galhada e da

folhagem, o sapeco e o cancheamento de forma rudimentar no próprio local, para sua venda sem maiores formalidades no mercado.

Todavia, a erva mate que foi a responsável por criar grandes fortunas no Paraná e também concentrar poder, começou a sofrer um declínio econômico a partir de 1930. Esse processo foi o resultado de inúmeros fatores que iam desde a concorrência comercial com a Argentina até a falta de interesse por parte do Estado de incentivar a produção. Favaro, (2014, p.12) cita quatro fatores:

[...] a) em 1913, a Argentina iniciou o cultivo da erva mate em seu território; b) a primeira Guerra Mundial, que provocou a queda geral das exportações; c) a qualidade do produto brasileiro passou a ser inferior; d) a comercialização predominante passou a ser do mate não beneficiado; e) as políticas estavam voltadas ao café do norte do Paraná, que nascia como uma importante fonte econômica.

Portanto, as dificuldades encontradas para a extração da erva mate e a chegada de mais população em Pitanga/PR, resultaram gradativamente no surgimento de uma nova fase de acumulação, considerando-se que o processo de acumulação de capital é marcado através de crises econômicas, outra atividade ganha destaque, movimentando a economia de Pitanga, a suinocultura.

Porém, a produção ervateira ainda resistiu (ver figura 4) como um complemento para a renda camponesa e contribuiu para o processo de resistência dela e da própria planta que já poderia ter desaparecido do centro do Paraná se não fosse a sua importância econômica e social para esses sujeitos.



FOTO 5 - ÁREA DE ERVA MATE EM UMA PROPRIEDADE CAMPONESA EM PITANGA/PR FONTE: TRABALHO DE CAMPO (2014). NOTA: NO PÉRIODO DE VISITA A ESSA PROPRIEDADE A ERVA MATE HAVIA ACABADO DE SER COLHIDA, ASSIM O SACO QUE APARECE NA FOTO ESTÁ DAS ÁRVORES RESTANDO APENAS O SEU TRONCO.



FOTO 6 - PÉ DE ERVA MATE NATIVA ENCONTRADA EM UMA PROPRIEDADE CAMPONESA EM PITANGA-PR. FONTE: TRABALHO DE CAMPO (2014)

Ainda existem algumas ervateiras locais que beneficiam a produção, mas com o declínio e a grande exploração da madeira e das safras (o que será explicado adiante), acabaram com grande parte das espécies nativas (foto 6) que é mais valorizada no mercado. Enquanto se paga em média 14 reais a arroba de erva no pé plantada, a nativa chega a 18 reais a arroba. Essa destruição das espécies nativas se tornou também uma forma de expropriar uma das mais importantes fontes de renda da agricultura camponesa, que perdeu mais um item de sua diversificação.

Dessa forma, vemos que a cada ciclo o capital refaz a sua forma de acumular e imprime novas dinâmicas que atingem diretamente as populações menos favorecidas economicamente, imprimindo processos de expropriação. Harvey (2011, p. 45) relata as seis barreiras da acumulação que podem imprimir uma nova forma de acumular capital:

O exame de fluxo de capital por meio da produção revela seis barreiras potenciais à acumulação, que devem ser negociadas para o capital ser reproduzido: i) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado. Um bloqueio em qualquer um desses pontos interrompe a continuidade do fluxo de capital e se prolongado acaba produzindo uma crise de desvalorização.

Como podemos ver, o que interrompeu a acumulação de capital por meio da produção de erva mate foi a falta de demanda do mercado, o que se encaixaria na sexta barreira identificada por Harvey (2011).

Mas apesar do fim da exploração da erva mate a agricultura camponesa conseguiu se inserir em um novo ciclo que despontava em território pitanguense, as “safras de porcos”, esta atividade que fez do camponês da época uma peça fundamental na engrenagem que girava essa economia, apesar de continuar sendo explorado pelos intermediários, (neste caso seria a figura do safrista) essa por sua vez, garantia que a necessidade de renda das pequenas unidades camponesas fosse suprida.

Além da carne, a criação de suínos proporcionava outro produto de igual importância para a época: a gordura animal. Como ainda não existia a produção de óleo vegetal esse era um importante produto para a população na década de 1940.

Nesse contexto, a criação de porcos se desenvolveu até os primeiros anos de 1950, onde por meio das tropeadas¹⁸ estes eram levados para as cidades de Guarapuava, Ponta Grossa e Jaguariaíva, locais em se produzia a gordura animal. As grandes beneficiadoras da época eram as indústrias Matarazzo, que representaram um dos grupos econômicos mais ricos e poderosos do Brasil. (CLEVE, 2010).

Esse sistema de “safras” exigia uma grande quantidade de terras disponíveis para que fosse feita a engorda dos suínos, para tanto, era limpa uma área de floresta nativa e depois das queimadas era feita a plantação de milho pelos safristas que compravam os porcos dos camponeses. Esta atividade foi uma das grandes responsáveis, além da extração da madeira, pela rápida transformação na paisagem do território que antes era dominada pelas vastas florestas. Cleve (2010, p.146/147) também relata isso dizendo que:

O chamado período de safras foi praticado durante todo este tempo com grande desenvoltura em território pitanguense, sendo responsável por enormes desmatamentos para o plantio de lavouras, sobretudo do milho para a engorda de porcos, praticados em grande parte em áreas de terras devolutas, que implicavam, inclusive, na derrubada de pinheiros e de outras madeiras de lei [...].

Durante o trabalho de campo, conversamos com o Sr. Francisco que conta como era desenvolvida a atividade pelos camponeses nesta época:

Algum ano, me criei lidando com porco, antigamente era só com porco, ninguém lidava com outra coisa,[...] nois era safrista comprava e cria, sempre nois conserva, 200, 250 porco nosso mesmo, tudo a vida. **Autor:** e como vocês faziam pra criar os porcos? **Sr. Francisco:** Era tudo largado, nois fechava de vara, daí dois, três alqueire de roça, daí largava os porco né e o resto ia coiendo os milho, fazia 5, 6 paiolão de milho, mais paio de milho e aquele conserva a porcada, o que era de engorda, engordava tudo, era porca de cria e capado tudo gordo (FRANCISCO, 2014).

¹⁸ Tropeadas é como ficou conhecido o transporte dos suínos gordos para o abate em Ponta Grossa/PR que era realizado a pé a distância entre os dois municípios é de 246 km.

Dessa forma, a suinocultura da época conseguia envolver muitos sujeitos e por esse motivo se tornou tão importante para a formação do território pitanguense. Faziam parte desse ciclo: os criadores de porcos (camponeses principalmente), safristas, compradores de porcos, porcadeiros (quem transportava os animais) e os frigoríficos, assim Favaro (2014, p. 25) descreve que:

Havia, pois, uma pluralidade de participantes, o que fazia com que a economia se movimentasse na região. No começo da década de 1940 era o plantio de roças e a engorda de porcos a principal atividade econômica em toda a região, envolvendo principalmente os municípios de Pitanga, Palmital, Laranjal, Campina do Simão, Turvo, Santa Maria do Oeste, Roncador, Boa Ventura de São Roque, Mato Rico e Altamira do Paraná.

Com exceção de Campina do Simão, Turvo e Roncador, todos os outros municípios citados, faziam parte de Pitanga/PR na época em que se desenvolveu esta atividade econômica. Esse fato demonstra a importância da suinocultura para fixar a população no espaço rural do município.

Portanto, cada sujeito possuía um papel, os camponeses eram responsáveis pela criação de suínos ainda magros. Os suínos eram criados “soltos no faxinal, onde estes animais se alimentavam do pinhão, bolotas (sementes) de Imbuia, Canela, Tarumã e de outros frutos” (CLEVE, 2010, p. 147). Estes eram comprados pelos intermediários ligados ou não com o safrista.

Os safristas após a compra dos suínos transportavam os animais para as áreas onde estava a sua plantação de milho e lá os animais eram soltos para que engordassem como relatou anteriormente o Sr. Francisco. O safrista na época era conhecido como o homem do dinheiro, pois, além da compra dos suínos era ele que financiava a derrubada da mata e a plantação do milho. Assim, durante os meses de março e abril estes percorriam o sertão comprando porcos magros para a engorda. Os safristas contratavam várias pessoas para derrubar grandes áreas de mata para fazer as roças de milho (FAVARO, 2014). O Sr. Francisco (2014) conta que:

Era só sertão aquele tempo, naquele tempo nois entrava 5, 6, km no sertão e fazia roça o quanto queria, não tinha ninguém. [...] Aquele tempo era sofrido i... nois fazia 80, 100 alqueire de roça tudo, roçava de foice primeiro depois vinha no machado, machado a muque assim, cortava a muque tudo, não existia motosserra nada né, era só no machado, nois vendia no Rio das Pedra

ou vendia pro Pedro[...] na Bela Vista. Daí eles levavam, eles tinham caminhão pra leva pra fora.

Compreende-se a necessidade de uma inter-relação, para que o sistema se desenvolvesse, pois o safrista precisava de mão de obra para que fosse feita a limpa da mata e o plantio do milho. Esse trabalhador era conhecido na época como “camarada”, os quais eram responsáveis pelo trabalho mais pesado, assim Cleve (2010, p.147) comenta que:

As derrubadas, no começo, eram feitas a golpes de foices, machados e serras movidas a braço humano. Eram executadas pelos chamados “camaradas”, ajustados por empreitadas ou por eitos, [...] pagos pelo safrista que tinha o dinheiro para o empreendimento[...].

No início da atividade outra figura era presente dentro da organização da criação/comercialização de suínos, era o trabalhador responsável pelo transporte dos animais até os grandes frigoríficos, principalmente para Ponta Grossa/PR. Este transporte era feito no sistema de tropeadas, onde cada tropeiro era responsável por grupos de cerca de cem porcos. A tropeada, entre Pitanga e Ponta Grossa, onde eram vendidos os porcos para frigoríficos, durava entre 40 a 60 dias (CLEVE, 2010, p.151). Mas esse sistema de transporte foi substituído pelos caminhões porcadeiros, o que fez com que essa figura quase que desaparecesse já nos últimos anos da década de 1940.

Favaro (2014) relata que as safras de porcos sofreram declínio já nesta mesma década, mas segundo Bach (2010) essa atividade resistiu até a década de 1960. Entre os motivos dessa nova crise no regime de acumulação de capital por meio da criação de suínos, estão: o avanço das indústrias da madeira, a chegada de novas técnicas de criação de porcos, a peste suína clássica, a substituição da banha por óleos vegetais e a agricultura mecanizada (FAVARO, 2014).

O fim dessa atividade significou um duro golpe sobre a agricultura camponesa e os trabalhadores rurais envolvidos no processo, que como podemos observar não só pela extensão, mas também pelas fases que envolvia a criação e comercialização de porcos, acabaram ficando expropriados de trabalho e de renda, sendo posteriormente absorvidos como mão de obra nas madeireiras.

Dando sequência, os ciclos econômicos que então vieram, trouxeram mudanças organizacionais no modo como a reprodução social vinha se desenvolvendo em território pitanguense. Camponeses ficaram cada vez mais as margens das prioridades da economia e do Estado, já que a própria atividade econômica se modificou, passando a exigir cada vez menos mão-de-obra e cada vez mais capital, grandes propriedades e tecnologia de ponta.

É importante para o leitor observar essas mudanças nas formas de acumulação de capital, para que entenda como se deu na história a territorialização dessa população e conseqüentemente a sua desterritorialização.

Atualmente, ainda é possível encontrar vestígios das safras em várias propriedades camponesas, como animais criados soltos em pequenas áreas e da mesma raça daqueles que eram vendidos. Entretanto, a finalidade volta-se apenas para o autoconsumo, sendo que algumas vezes são vendidos alguns animais, como por exemplo, em períodos festivos como no final do ano (FOTO 7).

Segundo Favaro (2014), essa resistência demonstra que em outros municípios pertencentes ao território de Pitanga, ainda continua ocorrendo a criação:

A criação de suínos soltos, de raças nacionais, no entanto, ainda persiste no território, em propriedades de camponeses tradicionais¹⁹ para fins de consumo próprio de carne e banha, em especial em áreas de faxinais, com evidências nos municípios de Boa Ventura de São Roque, Turvo, Cândido de Abreu, Santa Maria do Oeste e Mato Rico. (FAVARO, 2014, p.26)

¹⁹ Favaro (2014) descreve o camponês tradicional com as seguintes características: forte predominância das lógicas familiares, autonomia relativa em relação ao exterior. Perfil técnico/produtivo: autonomia relativa (tecnológico, financeiro e mercado); pouca produção comercial, tendo como lógica a satisfação das necessidades da família; maiorias das práticas de cultivo segue o modelo tradicional de produção, evidenciando uma temporalidade; policultivo (produz um pouco de tudo); não utilização de crédito para produção. Lógica familiar/comunitária: a terra como patrimônio e para a reprodução da família; utilização de práticas comunitárias (mutirão, ajuda mútua); o foco é a família e não a produção.



FOTO 7 - CRIAÇÃO DE PORCOS PARA O AUTOCONSUMO EM UMA PROPRIEDADE CAMPONESA.

FONTE: TRABALHO DE CAMPO (2013)

É notável, que a criação de porcos foi um dos momentos que a agricultura camponesa no território pitanguense melhor se desenvolveu, pois fazia parte diretamente dessa forma de acumulação de capital, atraindo mais população para o campo.

Assim, como nos ciclos que vem posteriormente, a agricultura camponesa dificilmente conseguia se inserir, ela foi expropriada no sentido de não conseguir gerar a renda com a sua produção tradicional, porque o capitalismo concorrencial lhes impunha inúmeras exigências, dificultando portanto, a sua inserção no mercado ou ainda, quando conseguia a inserção, resultava na expropriação de grande parte da renda gerada dentro da sua propriedade.

Além desse fato, os trabalhadores rurais ficaram desempregados, não tendo outra alternativa, senão a de serem absorvidos pela atividade madeireira que passou a ser a partir da década de 1950, a principal forma de acumular capital no território pitanguense.

Logo, a oferta de mão de obra, somada a demanda de um mercado crescente, resultou na abundância de matéria prima (no caso as araucárias e imbuís), onde o Estado como aliado (oferecendo inclusive terras “devolutas” às madeireiras), impulsionaram como um todo, essa nova fase de acumulação.

Nesse sentido, o ciclo madeireiro deixou marcas profundas no território, estimulando o desenvolvimento do poder local, já que a pequena burguesia que estava sendo formada desde as primeiras fazendas de pecuária, vai se adensar com a formação de outra elite, assim, os donos de madeireiras aumentaram a concentração de terra e conseqüentemente de riquezas.

Para além da formação de uma elite agrária, a exploração da madeira devastou as ricas florestas da região, em questão de anos, abrindo caminho para que o desenvolvimento conservador da Revolução Verde chagasse a Pitanga. O que finalmente atingiria a agricultura camponesa em muitas dificuldades, principalmente aquelas que possuíam um número grande de filhos, os quais, não terão outra opção senão migrar para a cidade. Isso causou uma precarização tanto do trabalho rural, quanto da própria propriedade camponesa.

Dessa forma, para dar um enfoque maior nessas questões vamos separá-las em um novo subitem que vem a seguir, tratando da chegada das madeireiras e da consolidação do cultivo das *commodities*, principalmente soja, que trouxeram grandes transformações no território estudado.

1.4 DA MADEIRA À SOJA: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO RURAL E DA PROPRIEDADE CAMPONESA

Com o declínio das safras de porcos, a propriedade camponesa enfrentou desafios para colocar a sua produção no mercado, se precarizando. Nesse contexto, a atividade econômica que assume a acumulação de capital no território de Pitanga e região, passa a ser a extração da madeira.

Destaca-se que a partir dos anos de 1940 a atividade econômica da madeira, tornou-se uma rica matéria prima para o Brasil, pois o país enfrentava grandes dificuldades para importar, devido a Segunda Guerra Mundial como relata Gomes (2009) citando outros fatores que incidiram na valorização da madeira:

Concorreu também para a valorização no mercado da Araucária Angustifolia, o advento das duas guerras mundiais, que forçaram a substituição das importações por produtos nacionais. Aliada a isso, estava a política de nacionalização do governo Getúlio Vargas, que buscava a transformação produtiva do Brasil, a integração regional, a industrialização e a urbanização, ampliando a demanda da madeira. No pós-guerra, a própria demanda da Europa, para sua reconstrução, expandiu o mercado da madeira paranaense, antes concentrada na América do Sul, principalmente na Argentina. (GOMES, 2009, p.197)

Assim, quanto mais a demanda por madeira crescia mais as serrarias adentravam o interior do Paraná, o grande alvo destas eram os enormes Pinheiros (*Araucária angustifolia*) que existiam em abundância na mesorregião Centro-Sul, região essa que se tornou centro importante de produção de madeira no Paraná (GOMES, 2009).

Até o fim da década de 1960, as serrarias eram pouco modernizadas e por essa razão a sua atividade precisava de uma grande quantidade de mão de obra, a qual era farta em Pitanga em razão da crise nos ciclos da erva-mate e das safras. Como foi o caso do Sr. Francisco que passou a ser funcionário de uma madeireira depois que a criação de suínos faliu “Depois que paro aquele alí eu vim pra serraria, daí eu vim pra cá, eu vendi a minha parte da terra, eu vim embora pra cá [...]”. Gomes (2009, p.225) relata que a mão-de-obra das serrarias era formada:

Por diferentes grupos étnicos, colonos e caboclos. Essa mão de obra, geralmente, era daquelas pessoas que não encontravam trabalho na agricultura e ou na extração da erva-mate, ou ainda, que combinavam trabalho temporário na lavoura, com as empreitadas das madeireiras, enquanto a mão de obra da extração da madeira não exigia qualificação especializada.

Essa mão de obra não especializada, encontrada em abundância na região, refletiu as reconfigurações que o capital necessitava. Uma vez que, o sistema

econômico estava sempre em busca de atividades que gerassem lucros cada vez maiores, assim ia se adaptando e mudando de atividade econômica.

Dessa forma, a sede por mais lucro, levou os capitalistas da época a realizarem uma verdadeira corrida pelo pinheiro, para tanto, adquiriram grandes extensões de terras ou adentraram o território para comprar pinheiro em pé daqueles que já possuíam a posse e o título da terra.

Este fato gerou inúmeros conflitos fundiários na região, no caso de Pitanga, o mais conhecido deles foi o Grilo do Tigre que ocorreu na comunidade Rio do Tigre onde hoje é o município de Boa Ventura de São Roque-PR. Neste local houve a revolta dos camponeses contra os donos das serrarias que estavam se apropriando indevidamente de suas terras com o apoio do poder judiciário da época.

Nesta ação foram queimados todos os títulos de terras concedidos pelo juiz da comarca de Pitanga. Esse é só um dos vários casos de grilagem de terras na região, como foi o caso da Indústria Madeireira João José Zattar S/A no município de Pinhão. Favaro (2014, p.15) citando Turra Neto (2008) descreve sobre o processo de compra e venda de pinheiros:

Nem sempre esse processo era tão harmonioso, pois quando não havia interesse de venda dos pinheiros pelos donos de terras, alguns madeireiros “falsificavam” documentos ou ludibriavam as pessoas, forçando a venda dos pinheiros. Turra Neto (2008) demonstra situações que ocasionaram vários conflitos, entre eles o caso em que no Governo Moisés Lupion (1947-1951 e 1956-1961), as terras devolutas do Paraná foram distribuídas a diferentes requerentes, sem que houvesse, por parte do *Departamento de Geografia, Terras e Colonização*, do governo do Estado, critérios claros para essa liberação. Como resultado surgiram problemas relacionados à grilagem.

Assim, a expansão das serrarias em Pitanga foi rápida, tanto que em poucos anos a gigantesca floresta de araucárias foi dizimada, Favaro (2014, p. 16) mostra como foi acelerado a chegada de madeireiras na região e em Pitanga:



FOTO 8- FOTO QUE ILUSTRA A ATIVIDADE MADEIREIRA NA REGIÃO DE PITANGA. A FOTO FOI TIRADA EM GUARAPUAVA-PR NA DÉCADA DE 1950 NA RUA SENADOR PINHEIRO MACHADO. FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA-PR.



FOTO 9- IMAGEM ÁREA DA ANTIGA SERRARIA GRANDE E CIA NA DÉCADA DE 1980 QUE FUNCIONOU POR 40 ANOS EM PITANGA
FONTE: GRANDE (2014)²⁰

²⁰ A foto foi divulgada em um grupo dedicado a imagens e fatos históricos de Pitanga-PR na rede social Facebook.

As primeiras unidades madeireiras, predominantemente serrarias, aparecem em Guarapuava a partir de 1935. Num intervalo de 10 anos, estabelecem-se, no município, 30 unidades e, no final de 1974, já somam 356 empresas no ramo das serrarias, beneficiamento, escritório e depósito. **Em Pitanga, foram implantadas no mesmo período 117 serrarias.[...]**. (grifo nosso)

Essas fotos retratam a quantidade de madeira que era extraída na região. A primeira foto (foto 8) é da cidade de Guarapuava/PR que comumente concentrava as cargas vindas das diversas cidades da região e a segunda (foto 9) mostra uma das inúmeras serrarias que existiam em Pitanga antes do declínio da atividade. Em Guarapuava as principais indústrias ainda são ligadas ao setor madeireiro, porém com a função de produção de papel e compensados. Em Pitanga também existem duas indústrias que produzem papel a: Da Silva Indústria e Comércio de Papelão Ltda e INPOPEL - Indústria Podolan de Papel Ltda.

Em função desse número grande de serrarias, logo essa atividade estaria exaurida, dessa forma algumas serrarias começaram o processo de reflorestamento sobre as terras que iriam adquirindo com o passar do tempo, outras abandonaram a região e partiram para outras frentes. O Sr. Francisco que trabalhou muitos anos em uma das serrarias em Pitanga, relatou que está se mudou para o Mato Grosso depois que a matéria prima ficou escassa e a legislação ambiental ficou mais rígida: “depois que acabou ali, a filha do dono levou pro Mato Grosso os equipamentos”.

Com base em Favaro (2014, p.15) esse processo e escassez influenciou diretamente na atividade econômica que dominava o acúmulo de lucros na região:

Os mais capitalizados, conforme foram percebendo a escassez da matéria-prima adquiriram terras e/ou reflorestaram-nas com plantas exóticas, para exploração futura constituindo em mais um elemento que justifica a concentração de terras no território. Os demais negociavam o “pinheiro-empé”, através de contrato. Conforme a matéria-prima se esgotava, ora migravam em busca de novas fontes, principalmente para o Mato Grosso, ora mudavam de ramo; outros até faliam [...].

Com o fim dessa exploração, os camponeses que já estavam expropriados pela não inserção da sua atividade no mercado, viram-se expropriados pelo fim da atividade madeireira que lhes garantia pelo menos durante algum período do ano trabalho, e que conseqüentemente injetava algum recurso dentro da propriedade rural,

o GRÁFICO 3 (p.82) e 4 (p.83) demonstra que a população rural começou a diminuir junto com a crise na produção madeireira.

Esta atividade também foi importante para configuração da estrutura fundiária de Pitanga, a qual consolidou ainda mais as grandes propriedades em detrimento das pequenas. Esse processo ocorreu pela aquisição de antigos donos de serrarias de grandes extensões de terras, muitas vezes de forma ilegal, como o caso do grilo do Tigre. O Sr. Francisco conta como era o contexto da época “Aquele mais grande mandava matá os outro pequeno pra... [roubar a terra] ‘deusolivre’ rapaz, era uma mortandade de gente que ‘deusolivre’...”.

Como a acumulação de capital oriundo da exploração da madeira estava em crise, a produção das monoculturas de soja, trigo e milho se tornaram a principal atividade econômica desenvolvida em Pitanga. Assim, a agricultura camponesa a partir desse momento começou a sofrer com a falta de alternativas para geração de renda na propriedade, conseqüentemente a situação intensificou o desemprego rural em função da modernização, principalmente na década de 1980.

A modernização das grandes propriedades incentivadas pelas inovações tecnológicas oriundas das grandes potências mundiais, em especial, os Estados Unidos, demarcou o que ficou conhecido como Revolução Verde, criando uma massa gigante de excluídos e desterritorializados do campo.

Esses sujeitos, sem ter condições de sobreviver apenas do autoconsumo gerado nas pequenas propriedades, migraram para a cidade buscando a sua reterritorialização na condição de proletariado ou então entravam na luta dos movimentos sociais para tentar conseguir um pedaço de terra por meio da reforma agrária.

Oliveira e Stedile (2005, p.14) relatam esse processo dizendo que a:

[...] modernização trouxe, como consequência social, o êxodo rural e o aumento da pobreza e da desigualdade social no meio rural. [...] No período de 1970 a 1990, em apenas duas décadas, quando se acentuou a implantação desse modelo, quase 30 milhões de brasileiros deixaram o meio rural brasileiro e migraram para as cidades, em busca de alternativas, porque a agricultura não mais lhes oferecia possibilidade de sobrevivência.

A territorialização das monoculturas do modelo do agronegócio, em Pitanga, como a soja, o milho e o trigo, acabaram impondo por meio do mercado e do

posicionamento ideológico, que o melhor caminho era modernizar a produção introduzindo o pacote tecnológico visando ganhar produtividade. Entretanto, nesse processo, a agricultura camponesa continuou excluída pelo Estado, que incentivou por meio do crédito, o acesso às tecnologias aos grandes proprietários e pelo próprio mercado que priorizava a produção em larga escala.

Os camponeses passaram a se reproduzir em brechas do mercado que necessitavam da maneira como esses sujeitos se organizavam, como por exemplo, a produção de leite, de hortaliças, de milho e feijão principalmente.

O poder que se originou localmente com as fortunas feitas com as explorações da pecuária, da erva-mate, das safras de porcos e da madeira garantiu que o capital acumulado nessas atividades rapidamente fosse convertido na mecanização da lavoura, além dos incentivos do Estado.

Nesse sentido, Pitanga desde o início da década de 1970 já figurava como o segundo maior produtor de milho do Estado e a partir da década seguinte, a expropriação e desterritorialização camponesa, começou a ganhar força, pois já estava muito difícil conseguir inserir a sua produção no mercado e a decaída cada vez mais rápida da produção da madeira colocava pressão sobre o trabalho. Além desse fato, a substituição da produção do feijão pela soja, também acabou com mais uma fonte de trabalho que sustentava muitas pessoas no campo.

Podemos afirmar que a grande expansão do agronegócio no Paraná ou pelo menos no interior do Estado, se deu pela criação de cooperativas, em Pitanga não foi diferente. Primeiro criou-se a Cooperativa do Centro do Paraná em 1970 que foi adquirida pela Coamo (Cooperativa Agroindustrial Moranense) no ano de 1979.

Com relação a essa cooperativa, foi criada em 28 de novembro de 1970 e teve com primeiro presidente um ex-madereiro Sr. Fioravante João Ferri, mostrando assim como estava ligada a exploração da madeira com a mecanização da lavoura.

Como a terra na região ainda estava em processo de valorização, ela se tornava barata para quem tivesse recursos e pouco acessível para os camponeses posseiros e pequenos proprietários, os quais adquiriram as suas terras por meio da compra das companhias de colonização que atuaram na região. Segundo Queiroz (2011, p.10):

[...] após o auge da exploração da madeira e com a agricultura em expansão, a terra estava custando 3 mil cruzados o alqueire, e por ser barato, muitas pessoas procuravam Pitanga e região para plantar milho, feijão, soja e trigo.

Apesar de esse preço não ser considerado alto, para uma família camponesa que vivia já naquela época muito descapitalizada pelas condições que lhes era imposta pela realidade local, dificilmente a mesma conseguia comprar ou adquirir novas terras.

Logo, por elas serem numerosas nessa época passaram a ter dificuldades de manter todos os filhos apenas com o autoconsumo gerado na unidade camponesa. Um dos camponeses, o Sr. Jose relata o porquê dos seus filhos deixarem a propriedade:

É muita pouca terra né, na verdade nos temo né, e falta de emprego aqui também, aqui na cidade na época que eles foram, um já faz 15 anos que tá lá né, e o outro faz uns seis, sete anos, então trabalhava por ai as vezes, acharam melhor ir pra né, [embora] ganhava mais.

Os agricultores camponeses, começaram a sofrer um processo duplo de expropriação, o primeiro pelo não acesso à terra que só podia ser adquirida por meio da compra e o segundo do trabalho rural que com a mecanização e a substituição do trabalho vivo pelo morto, diminuiu o emprego rural local.

As condições de abandono que o rural brasileiro, em particular o rural da região central do Paraná, retrataram uma parcela da população que não se configurava como estratégica para os investimentos estatais, levando-os a conviver com acesso precário às condições básicas, como saúde e educação e com a sua agricultura vulnerabilizada pelo Estado, como também pelo mercado, a cidade começou então a se tornar uma opção viável a sobrevivência desses sujeitos.

Sintetizando o que foi visto nesse item, foi possível analisar que a cada ciclo de acumulação de capital que entrava em crise, outro surgia modificando a organização social e econômica do território. A extração da erva-mate e a criação de suínos foram muito importantes para territorializar a agricultura camponesa em Pitanga, ao contrário da exploração da madeira e a chegada massiva da

modernização da agricultura que continua expropriando e desterritorializando os camponeses, principalmente, os jovens.

Dessa forma, analisamos a seguir a situação demográfica e econômica de Pitanga. Nesse sentido, é importante o leitor entender que essas transformações que a acumulação de capital sofreu durante a história desse município, foram fundamentais para entender a atual configuração econômica e social, além das expropriações/desterritorializações que acontecem contemporaneamente no recorte territorial estudado.

1.5 CONFIGURAÇÕES ATUAIS DO TERRITÓRIO DE PITANGA-PR E A MATERIALIZAÇÃO DA EXPROPRIAÇÃO/DESTERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA.

Com estes conjuntos de fatores, Pitanga a partir de 1980 passou a perder população seguidamente, tanto pela criação de novos municípios quanto pela desterritorialização que o campo sofria como poderemos ver com o GRÁFICO 2 mais adiante.

Neste GRÁFICO é possível observar que a população de Pitanga aumenta até a década de 1980, quando ainda estavam em atividade as indústrias madeireiras que ofereciam uma grande quantidade de empregos. Após essa década, a modernização adentra o território e a expulsão começa a ganhar força.

Ainda sobre esse GRÁFICO, fizemos a opção de trazer a população dos municípios que iam sendo desmembrados de Pitanga, como mostramos no quadro 1 (p.20). Observando esses números também é possível ver que a população da região como um todo vem diminuindo seguidamente, o que mostra que esses processos não ficam apenas restritos a Pitanga-PR.

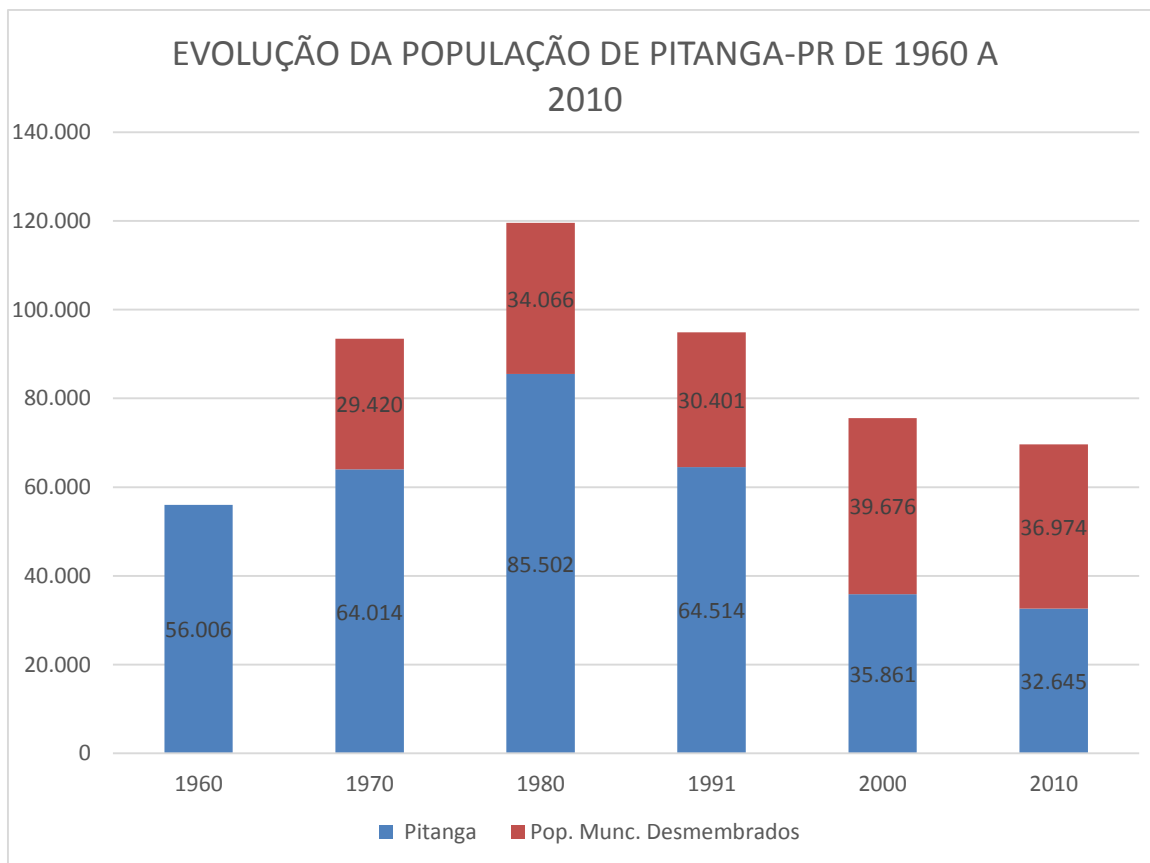


GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PITANGA E DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DESMEMBRADOS.
FUNTE: IBGE, 2010

Essa diminuição da população que pudemos observar no GRÁFICO 2 é resultado das mudanças que analisamos anteriormente. A partir do censo de 1991 é possível verificar a forte queda da população nos municípios da região central do Paraná. Para ajudar mais ainda na compreensão desta questão, o território de Pitanga concentrava até 1980 cerca de 89% da sua população no espaço rural (GRÁFICO 3) para chegar em 2010 a 36% (IBGE).

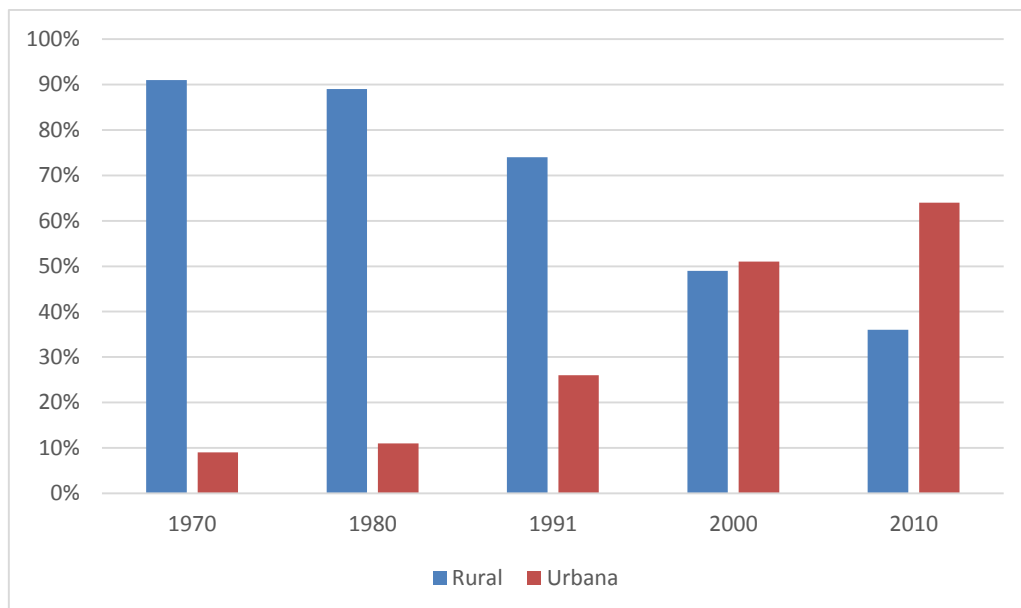


GRÁFICO 3 - COMPARAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL EM PITANGA/PR DE 1970 A 2010.
 FONTE: IBGE (2014)

Se observarmos nos números da evolução da população rural de Pitanga/PR (GRÁFICO 4) o processo de desterritorialização no campo fica mais claro. Esse gráfico mostra como esse movimento continua forte e não é só o caso desse território, mas do estado do Paraná como um todo.

Recentemente o Jornal Gazeta do Povo traz uma reportagem chamando a atenção sobre o problema, o título dela é **“#soudocampo, com orgulho e dificuldade”** revelando os seguintes números:

O Censo 2010 apontou que o Paraná foi um dos estados que teve o maior decréscimo na população rural: em uma década, o número de habitantes foi de 1,7 milhão para 1,5 milhão (-14%). Essa tendência foi observada nos estados do Sul e do Sudeste do Brasil, mas o agravante do território paranaense é a “expulsão” dos jovens do campo. Na faixa etária dos 15 aos 29 anos, quase 100 mil pessoas (-22%) deixaram os domicílios rurais do Paraná. Dos 27 estados, apenas São Paulo (-37%) e Roraima (-24%) perderam mais jovens. Na média nacional, a queda foi de 9,1%. (GAZETA DO POVO, 2014).

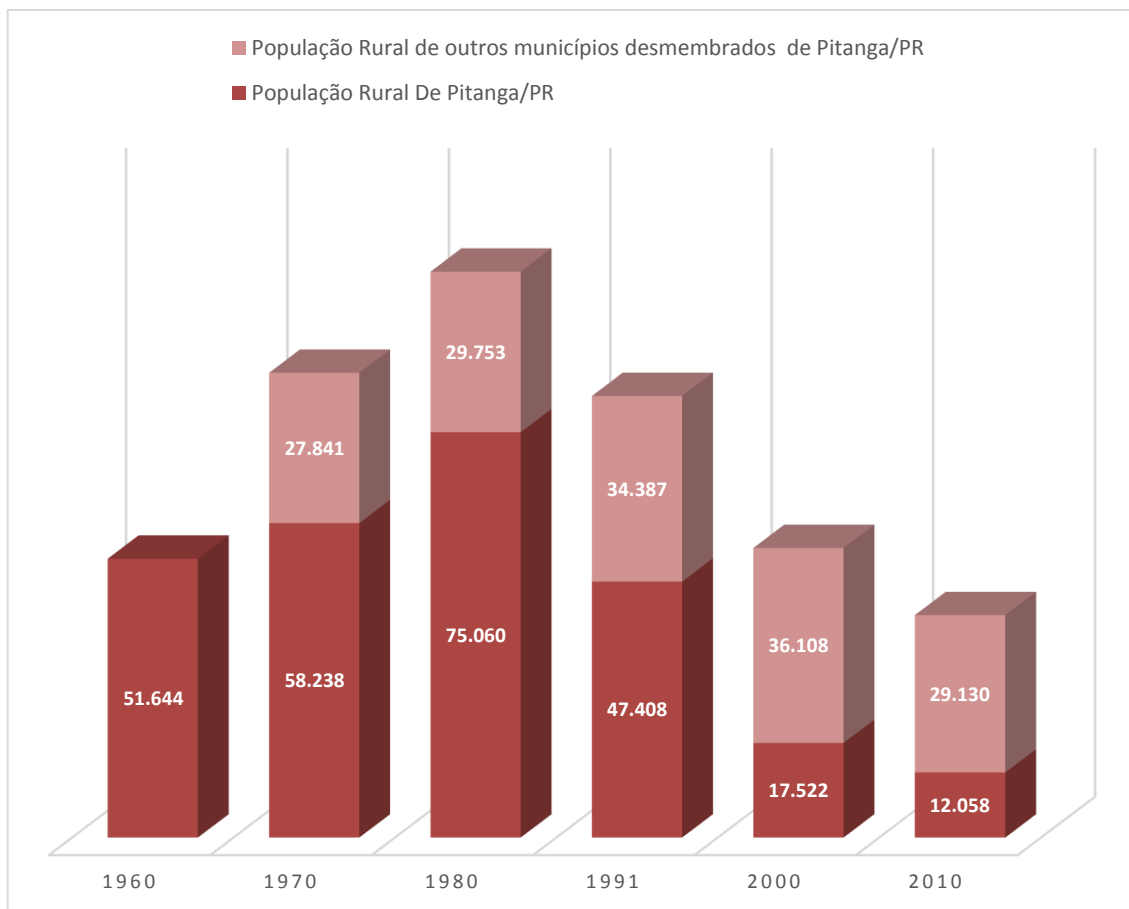


GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DE PITANGA-PR E DOS MUNICÍPIOS DESMEMBRADOS ENTRE OS ANOS DE 1960 A 2010
 FONTE:IBGE

Em Pitanga a situação da desterritorialização dos jovens também é acentuada, entre os dois últimos censos a população de 10 a 29 anos diminuiu 29% ou seja, 7% maior do que média do estado (quadro 3).

Veremos que os motivos dos jovens deixarem o campo e o próprio município são variados, mas o principal ao nosso ver, é a desigualdade que caracteriza o rural pitanguense. Sem acesso a terra, sem trabalho, sem escolas e universidades próximas o meio urbano continua sendo a grande possibilidade de se reproduzirem socialmente. Além do mais, essa questão é característica da atualidade da questão agrária no recorte territorial estudado e motivou pesquisarmos os mecanismos atuais de expropriação da agricultura camponesa.

TABELA 1- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DA FAIXA ETÁRIA 10 A 29 ANOS EM PITANGA/PR

Faixa etária e Sexo	Censo de 2000	Censo de 2010	Porcentagem de diminuição entre 2000 e 2010
10 a 29 anos – Mulheres	3.927	3.131	20 %
10 a 29 anos – Homens	4.708	3.252	31%
Total	8.635	6.148	29%

FONTE: IBGE (2014).

Com esses dados, vemos que continuam existindo trabalhadores sem terras, excluídos e desfavorecidos que se veem pressionados por um modelo que prega por um desenvolvimento conservador e por sua vez, coloca cada vez mais tecnologias nocivas a qualidade de vida de todos, deixando o campo vazio, escasso de pessoas e de relações.

Além desse fato, os dados dos GRÁFICO 2, 3 e 4 revelam que enquanto as atividades econômicas incluíam a agricultura camponesa, principalmente a erva mate, as safras de porcos e as indústrias da madeira com o emprego rural, o território conseguia manter grande parte da sua população ocupada e residindo no campo.

Posteriormente, com a consolidação cada vez mais rápida da agricultura dita moderna, o agricultor camponês, (incluindo principalmente os jovens e os sem-terra), enfrentaram muitas dificuldades para permanecer no campo. Analisando a produção da soja em 1991 a 2010, como também, comparando com a produção do feijão que é tradicionalmente cultivado pela agricultura camponesa, conseguimos notar a

territorialização da agricultura capitalista, moderna e excludente no campo (GRÁFICO 5).

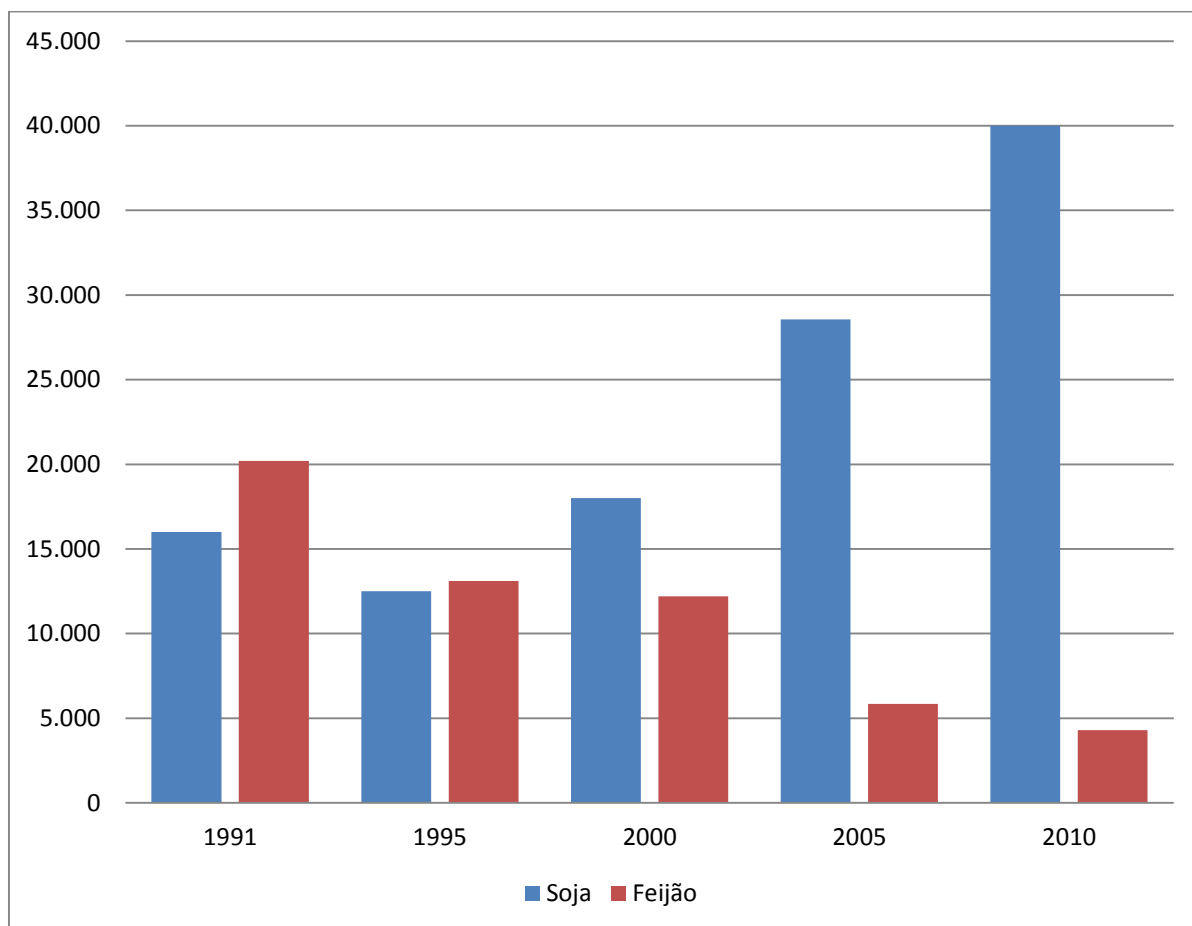


GRÁFICO 5 - ÁREA OCUPADA PELA PRODUÇÃO DA SOJA E DO FEIJÃO POR HECTARE EM PITANGA – PR
 FONTE: IBGE (2014)

Essa apropriação territorial da agricultura mecanizada não representou uma melhora na condição de vida dos camponeses, trabalhadores rurais, nem para o próprio município, pois, devido a sua economia estar totalmente ligada a agropecuária, não conseguiu envolver toda a população expropriada/desterritorializada do campo.

Nesse contexto, o setor agropecuário é responsável por 26% do PIB do município, enquanto o setor industrial representa apenas 9,5% e o setor de serviços 64%. Logo, a economia de Pitanga é influenciada pelas riquezas produzidas no espaço rural, que junto com a contínua desterritorialização no campo faz com que a concentração de renda aumente ainda mais, como podemos observar no Índice de

Desenvolvimento Humano²¹ de 2010, a qual passou a ser considerada muito alta. (QUADRO 5).

Segundo este índice, a situação de pobreza da região de localização do território pitanguense, se tornou polo de atenção para que o Estado aplique políticas públicas direcionadas para enfrentar essa questão como, por exemplo, o Programa Brasil Sem Miséria.

Com base no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – (MDS) o programa:

Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem 22 ministérios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coordena o Brasil Sem Miséria. Todos os estados brasileiros aderiram ao Plano.

Apesar dessa citação, o principal índice usado para estabelecer quem pode ser o beneficiário do programa é a renda. Assim, são considerados pobres, aqueles que possuem renda menor que 77 reais per capita por mês, o que no caso de Pitanga são 2.098 famílias. Pizzio (2010, p.97) citando Townsend (1996) fala sobre as três principais definições usadas para caracterizar uma situação de pobreza, dessa forma ele cita que:

Geralmente encontramos na literatura três ideias básicas articuladas à noção de pobreza. Inicialmente, podemos destacar a ideia de subsistência, onde os indivíduos foram definidos em situação de pobreza quando suas condições materiais eram insuficientes para garantir sua integridade física. No segundo momento, destaca-se a ideia de necessidades básicas. O conceito representa simplesmente uma ampliação do primeiro, colocando em destaque os meios de sobrevivência mínimos demandados no plano coletivo e não apenas individualmente. Por fim, fala-se em privação relativa. As pessoas definidas nesta situação são aquelas “que não podem obter regime alimentar, confortos, padrões e serviços que lhes permitam desempenhar os papéis, participar das relações e ter o comportamento habitual que se espera delas como membros da sociedade”.

²¹ Entendemos esses dados não representam a realidade por completo, mas é mais uma variável que revela algumas das informações que estamos tentando analisar nesse subcapítulo.

Conforme demonstrado na citação anterior, cabe destacar que defendemos a caracterização da pobreza além das questões relacionadas, considerando a falta de oportunidade de se reproduzir no seu local de origem, a falta de serviços básicos, como: saúde e educação, a falta de moradia digna e principalmente, os elevados índices de desterritorialização que as populações desses lugares sofrem. Santos (2009) fala que ao tratar do tema sobre pobreza devemos ir mais além das definições numéricas, analisando o contexto a sociedade estuda se insere, pois:

A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence; Segundo Bachelard (1972) é mais importante compreender um fenômeno do que medi-lo. A medida da pobreza é dada antes de mais nada pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria. É inútil procurar uma definição numérica para uma realidade cujas dimensões – agora e no futuro – serão definidas pela influência recíproca dos fatores econômicos e sociais peculiares de cada país. (SANTOS, 2009, p.60)

Dessa forma, Pitanga é considerada por nós, um território de pobreza no sentido de não oferecer as condições básicas para que as pessoas consigam continuar vivendo e se reproduzindo com dignidade. O contexto das relações macroeconômicas e de poder, são os responsáveis por essa realidade que é imposta a muitos sujeitos, sobretudo, os camponeses, como mostraremos analisando as formas de expropriação ainda no decorrer da pesquisa.

Hoje existem dados que ajudam a mensurar o nível de pobreza de determinados municípios, regiões, estados e territórios, vamos a partir de agora analisá-los. A TABELA 2, mostra o número de famílias pobres encontradas nos municípios da microrregião de Pitanga/PR, assim, podemos perceber que 47% das famílias são pobres na microrregião, em Pitanga esse percentual chega a 40,9 %, destes, 44,2% são urbanas e 55,8% são rurais. Os dados são reveladores no sentido de demonstrarem que existe uma concentração grande de pobres vivendo no campo, conseqüentemente, relaciona-se com os dados da desterritorialização que revelamos anteriormente.

TABELA 2- TOTAL DE FAMÍLIAS E DE FAMÍLIAS POBRES, POR MUNICÍPIO DA MICRORREGIÃO DE PITANGA/PR

MUNICÍPIOS	TOTAL DE FAMÍLIAS	FAMÍLIAS POBRES TOTAIS		FAMÍLIAS URBANAS POBRES		FAMÍLIAS RURAIS POBRES	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
BOA VENTURA DO SÃO ROQUE	1.690	800	47,3	91	11,4	709	88,6
LARANJAL	1.717	998	58,1	186	18,6	812	81,4
MATO RICO	1.215	673	55,4	61	9,1	612	90,9
PITANGA	9.774	3.994	40,9	1764	44,2	2.230	55,8
SANTA MARIA DO OESTE	3.476	1.833	54,2	366	19,4	1.517	80,6
TOTAL	17.872	8.370	47	2.471	30,5	5.819	69,5

FONTE: IPARDES ADAPTADO, IBGE (2010). ORG: FAVARO (2014) ADAPTADO PELO AUTOR.

É possível observar que o número de empregos (GRÁFICO 6) é extremamente desproporcional ao número de pessoas economicamente ativas (PEA) em Pitanga. Dessa forma, apenas 8.612 pessoas (47 % em relação a PEA) estão empregadas das quais, apenas 4.464 (53% do total de empregos) são com carteira assinada. Já a população economicamente ativa corresponde a 18.210 pessoas, ou seja, 53% da PEA de Pitanga não está empregada (IBGE, 2010)

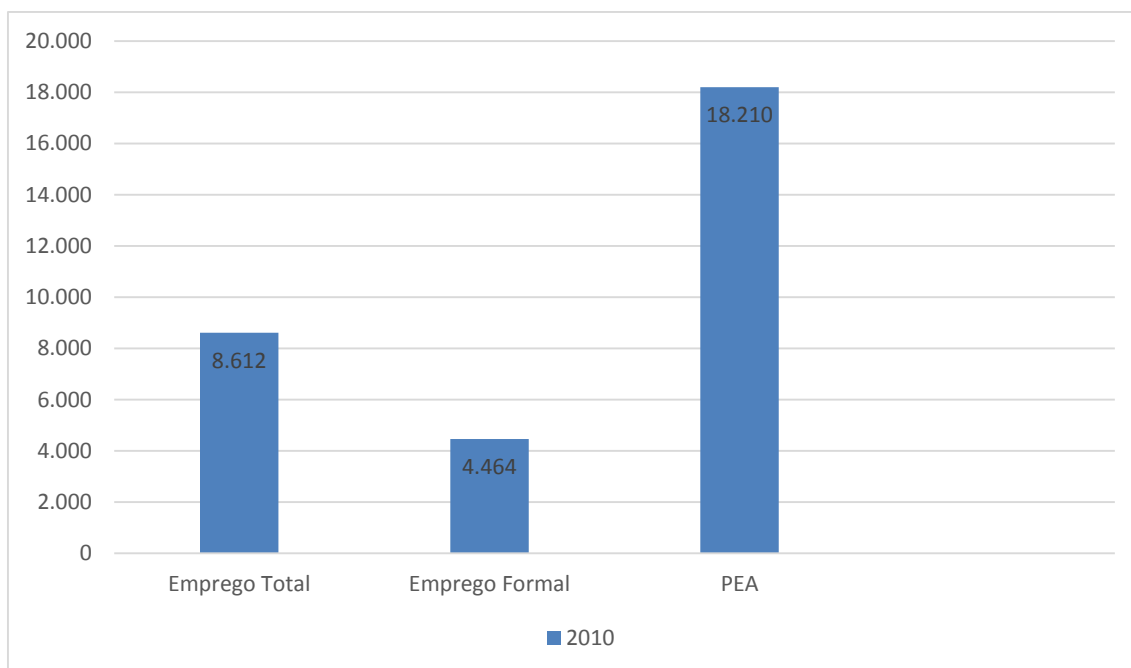


GRÁFICO 6 – NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS NO TOTAL, COM CARTEIRA ASSINADA E POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA DE PITANGA-PR EM 2010.

FONTE: IBGE (2010)

Usando o Índice de Desenvolvimento Humano IDH que é muito utilizado para comparar a evolução da qualidade de vida da população (QUADRO 5), vemos que Pitanga melhorou a sua colocação de 1991 a 2000 (ganhou 98 posições em relação aos outros municípios do Estado), porém voltou a cair na análise feita em 2010 (menos 38 posições). Assim, pelos dados vemos que educação e renda foram os principais fatores que puxaram o IDHM do município para baixo.

Pitanga	IDH-M	Ranking Estadual IDH-M	IDHM Educação	IDHM Longevidade	IDHM Renda	Perca ou ganho de posições no Ranking
1991	0,634	284	0,705	0,595	0,602	
2000	0,743	186	0,835	0,751	0,643	+98
2010	0,70	224	0,621	0,802	0,696	-39

QUADRO 3 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDHM) DE 1991 A 2010

FONTE: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (2013) - PNUD, IPEA, JP OTA E IPARDES (2013)

NOTA: OS DADOS UTILIZADOS, PARA O CÁLCULO DO ÍNDICE, FORAM EXTRAÍDOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DO IBGE. O ÍNDICE VARIA DE 0 (ZERO) A 1 (UM) E PRESENTA AS SEGUINTE FAIXAS: 0,000 A 0,499 - MUITO BAIXO; ,500 A 0,599 - BAIXO; 0,600 A 0,699 - MÉDIO; 0,700 A 0,799 - ALTO; E 0,800 E MAIS – MUITO ALTO.

Outro dado que revela a pobreza em Pitanga, é a quantidade de famílias cadastradas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), como beneficiários do Programa Bolsa Família.

Nesse sentido, o número de famílias incluídas é 2.887 (GRÁFICO 7). O Cadastro Único é usado para escolher as famílias que podem ser atendidas por políticas sociais, como Minha Casa Minha Vida e o próprio Bolsa Família, portanto, esses dados ajudam na percepção desse contexto de pobreza. Nesse cadastro podem ser incluídas famílias que possuem renda per capita de até meio salário mínimo ou então três salários no total, dessa forma, o número de famílias no Cadastro Único é maior que o do Bolsa Família, no qual só tem direito de receber, as famílias com renda de até 140 reais per capita. Em Pitanga em dezembro de 2014, existia 5.077 famílias no cadastro único.

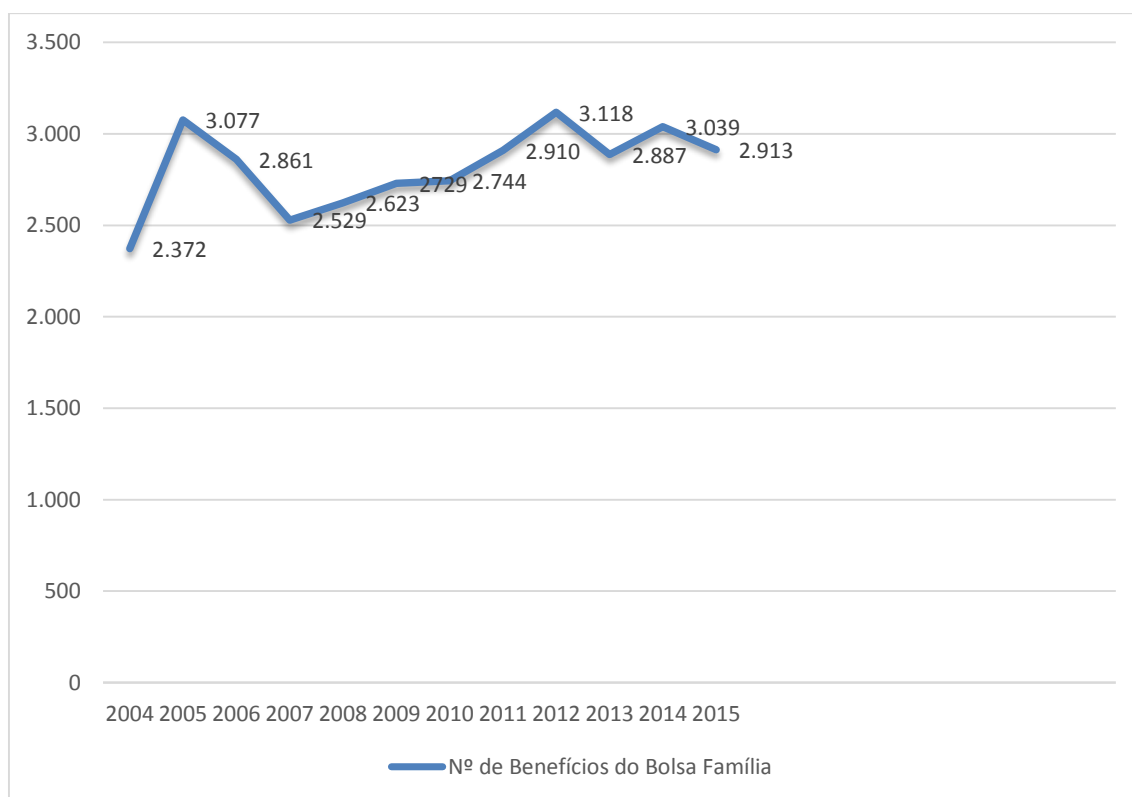


GRÁFICO 7 - NÚMERO DE BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM PITANGA-PR.
 FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2015)

Com esse conjunto de informações vemos que Pitanga/PR está perdendo cada vez mais população, o que também é um reflexo do contexto de pobreza de oportunidades que força os camponeses jovens e adultos a migrarem para conseguir se reproduzir.

Entender o espaço rural é extremamente importante para compreender essa realidade de pobreza. As formas de expropriação/desterritorialização são vistas por nós como um dos possíveis mecanismos para compreender essa situação, mesmo que essa pesquisa não de conta de compreender toda a complexidade que envolve a realidade estudada, temos a certeza que poderá contribuir para estudos sobre essa temática no futuro.

É dentro desse contexto que vamos seguir construindo esse estudo, analisando a seguir as formas de expropriação/desterritorialização que encontramos durante a pesquisa, para nos capítulos seguintes ampliar cada uma delas.

1.6 AS FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA NO TERRITÓRIO DE PITANGA

Até agora analisamos como se formou o território de Pitanga e como a acumulação capitalista foi transformando as dinâmicas ao longo do tempo, culminando com períodos de atração de imigrantes de várias partes do Brasil, principalmente aqueles menos favorecidos que estavam em busca de um lugar para se reproduzir, outros enfrentaram processos de expropriação/desterritorialização.

Cabe nesta parte, aprofundar sobre os processos de expropriação que se materializaram em Pitanga, revelando como o capital agiu nos diversos domínios da vida social e econômica, garantindo conseqüentemente a acumulação de capital.

Entendemos que os processos descritos e analisados não acontecem isoladamente, mas sim de forma interligada, que vai desde a negação dos saberes e das formas de produzir do camponês, até a expropriação por políticas públicas que deveriam ajudar a fortalecer esse grupo social que desenvolve um papel tão primordial para a sociedade brasileira.

Visando facilitar a compreensão dessas formas de expropriar/desterritorializar destacamos cada uma delas, no decorrer do texto a seguir.

A negação histórica do acesso a terra como uma forma de expropriação/desterritorialização. Durante os trabalhos de campo observamos que uma das formas mais presentes de expropriação camponesa é pela terra, ou melhor, pela falta de acesso a este bem tão primordial para a reprodução desses sujeitos.

A negação ao direito a terra é uma construção histórica onde a elite agrária deste país criou vários mecanismos para dificultar que as populações mais carentes e desprovidas de recursos financeiros conseguissem um pedaço de terra para trabalhar e garantir o sustento de sua família. O principal instrumento usado para isso foi a Lei de Terras de 1850 que determinou que a terra só pudesse ser adquirida mediante a compra.

Como mostramos anteriormente, grande parte das propriedades camponesas foram se formando por meio de posses espontâneas, portanto não eram legalizadas perante a Lei em vigor. Assim, um dado e um fato que comprava esse processo, é o número de pedidos feitos recentemente através do programa de regularização fundiária que ocorreu em Pitanga-PR no ano de 2013, reunindo mais de 500 pedidos de regularização (ITCG, 2014). Outros camponeses “ganharam” a terra pelo trabalho que desenvolviam para algum fazendeiro como conta essa camponesa entrevistada:

[...] antigamente eu vou te contá como que era, você trabalhava, trabalhava [trabalhava para os fazendeiros], daí ele queria que você saísse assim da terra dele, ele te doava o tempo que você trabalhava, ele te doava na mesma terra, [o fazendeiro “doava” uma pequena parte da sua terra para o camponês deixar de viver na fazenda] entendeu e foi o que ele fez com meu marido, ele doou esse pedaço de terra e nós nunca saímos, eu casei, eu me criei, 57 ano nesse lugar, casei com esse rapaz, fui embora bem pertinho dos meus pais e já morreram tudo, e tô eu lá naquele canto no meio dos fazendeiro, aqui é fazenda, ali é fazenda, aqui é fazenda do Ademir... [...]. (MARIA, 2013)²²

O segundo rebatimento desta Lei em Pitanga, volta-se para outra parte importante das propriedades camponesas, que foi formada pela compra por meio do Estado, através de pequenas parcelas de terras por imigrantes de outras regiões do estado, como foi o caso do Sr. Jonas, que migrou da colônia de ucranianos de Prudentópolis-PR para Pitanga, onde conseguiu comprar cinco alqueires de terra.

²² Entrevista coletada em trabalho de campo no dia 01/10/13.

O não acesso dos pais a parcelas maiores de terra que garantissem para as próximas gerações terras suficientes, revela um dos processos de expropriação, como também a regulação da Lei de Terras, influenciando assim, na vida desses pobres do campo. A exemplo tem-se o Sr. João, a quem foi perguntado a razão do seu filho ter deixado o campo: “Na verdade ali, já que ele queria casa mesmo, infelizmente ali pra ele não dava né, a propriedade é pequena, daí pra manter gente assim ficaria difícil né, teria que ter mais terra né.”.

É notável também, que esses processos também foram responsáveis pela grande concentração de minifúndios, por exemplo, em Pitanga de zero a vinte hectares representa 64% dos estabelecimentos rurais, no entanto, ocupam menos de 11%, enquanto 0,20% dos grandes estabelecimentos rurais ocupam 13%, ou seja, menos de 1% têm mais terra que 64% dos estabelecimentos rurais familiares. (IBGE, 2006)²³.

A não realização de uma reforma agrária ampla como um processo de expropriação/desterritorialização. A concentração fundiária também é resultado do fracasso da reforma agrária nesse país. Em Pitanga existem apenas dois assentamentos rurais, que é o Vale da Serra e o Nova Esperança. Os dois juntos assentaram apenas 110 famílias em uma área de 2942,26 hectares os quais, não alteraram a estrutura fundiária.

Dessa forma, entendemos que a não realização de uma reforma agrária ampla é um processo de expropriação camponesa, pois esta deveria democratizar o acesso a terra, fato que não ocorreu em Pitanga-PR como podemos observar. Além do mais, a descrença sobre efetividade, a desinformação e a criminalização dos movimentos sociais também são responsáveis pelo não interesse dos camponeses e principalmente da juventude na reforma agrária.

O Sr. José²⁴ demonstra o clima de medo e incertezas associado ao processo de reforma agrário no país:

Autor: Já ouviu falar sobre a reforma agrária? **Sr. José:** Eu ouvi fala já.
Autor: Os seus filhos nunca pensaram na possibilidade de conquistar um pedaço de terra pela reforma agrária? **Sr. José:** Não, nunca pensaram nisso aí [reforma agrária] **Autor:** Mas, o que o senhor acha sobre a reforma agrária?

²³ Esses dados serão melhor debatidos no segundo capítulo que vai tratar da questão da terra em Pitanga-PR de forma mais aprofundada.

²⁴ Entrevista realizada no dia 15/07/2014

Tem uma opinião se ela é boa ou ruim? **Sr. José:** Sei lá, eu tenho medo de entrar nessas coisas, sei lá acho que é meio perigoso **Autor:** Mas o Senhor conhece algum caso que deixou o senhor com medo? **Sr. José:** Não, eu ouvi conversa ai por fora que o povo fala...

A não realização de uma reforma agrária ampla não seria uma expropriação do sonho de permanecer na terra? Ou então as forças capitalistas para deslegitimar esse processo com a criminalização e com a “negatividade” não seria uma expropriação da opção por sonhar em ter um pedaço de terra?

Nesse contexto, o que percebemos em campo foi a total descrença e até certo sentido de ser “desonra” lutar pela terra, pois cria-se uma blindagem sobre a propriedade privada, como se a única forma de consegui-la fosse pela compra com dinheiro oriundo do seu trabalho.

As políticas públicas de acesso à terra como uma forma de expropriação/desterritorialização. Se a distribuição de terras pela reforma agrária não é uma opção por todas as questões que falamos aqui, O Estado cria a falsa ilusão em muitos camponeses de que é possível conquistar a terra por outros meios “pacíficos” como, por exemplo, políticas de crédito fundiário (não seria essa uma forma também de deslegitimar a reforma agrária pela luta?).

Enfim, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que disponibiliza até oitenta mil reais para financiar a compra de terra, qual é escolhida e negociada pelo camponês é um exemplo. Mas segundo o presidente do sindicato (órgão que intermedia o processo) até agora não houve nenhum contemplado, ou seja, o camponês fica esperando conseguir a terra por meios “pacíficos” até desistir e migrar para a cidade, que como mostramos anteriormente está ocorrendo. Dessa forma, políticas públicas de acesso a terras ineficazes também é uma forma de expropriação/desterritorialização.

A valorização da terra também se mostra um impeditivo ao acesso a terra para os camponeses em Pitanga, esta no período de 2000 a 2013 subiu 640%. Esse fato ocorre em função dos investimentos e da valorização das *commodities* no mercado internacional que de acordo com Sauer e Leite (2012, p.503):

[...] a maioria dos investimentos recentes está relacionada à produção de grãos (principalmente soja) e de cana-de-açúcar (produção de açúcar e

etanol), mas também à mineração, resultando em aumento dos preços da terra, entre outras consequências em algumas regiões do Brasil.

De fato a valorização da terra em Pitanga está intimamente ligada a valorização das monoculturas do trigo e principalmente, da soja, ou seja, é o setor do agronegócio expropriando os camponeses indiretamente.

A precariedade da educação do campo como uma forma de expropriação. Além dessas questões, outra forma de expropriar, principalmente os jovens, é a precariedade da educação do/no campo, ou seja, muitos camponeses também continuam deixando o campo por questões estruturais que dificultam a sua vida, a escola é uma delas, e o principal problema são: a precariedade das estradas rurais, a falta de manutenção, a não pavimentação e até conflitos com transporte escolar terceirizado.

Em razão desses problemas, os alunos de escolas localizadas no campo ou na área urbana perdem uma quantidade muito grande de aulas em função das chuvas. Uma das entrevistadas a Elis²⁵ de 19 anos deixou o meio rural em busca de um ensino básico de melhor qualidade, acessibilidade e também da oportunidade de cursar o ensino superior. Dessa forma, ela diz que a sua pior dificuldade na vida no campo “era o acesso à escola, pois com as chuvas as estradas que não permaneciam em boas condições, impossibilitavam a ida para a escola.” (ELIS, 2013) o que fez com que ela e os seus pais tomassem a decisão de se mudar para a cidade.

Segundo a entrevistada Elis, esta mudança para a cidade possibilitou “a oportunidade de cursar uma faculdade, o acesso mais fácil aos estudos, como livros, internet, grupo de estudos e curso de inglês” (ELIS, 2013).

Durante a entrevista, ela também relatou que se sente preocupada com o futuro da propriedade, pois está longe, buscando um caminho totalmente diferente, já que atualmente cursa psicologia em uma universidade particular em Guarapuava/PR, como ela relata:

O que preocupa é que estando longe, não há muito contato com o cotidiano do campo, então quando for necessário administrar a propriedade rural, faltará habilidade, percebendo ainda que a renda da propriedade é a única fonte de recursos. (ELIS, 2013).

²⁵ A Elis, estudou na Escola Estadual do Rio do Meio até concluir o ensino fundamental.

Esse caso do abandono dos investimentos em estradas rurais também geram impactos na vida de todos os camponeses, principalmente aqueles que dependem de transporte coletivo para ir até a cidade, os quais também ficam impossibilitados de fazer esse deslocamento em dias de chuva, podendo perder consultas médicas, negócios e até mesmo a perda de produção. Como acontece quando não conseguem entregar aos compradores, em função da impossibilidade de deslocamento. Assim, os gastos com o fretamento também ficam maior, pois a dificuldade de escoar a produção faz com que esse serviço seja mais caro e mais demorado.

Utilizando os números dos IPARDES sobre as escolas no campo, (GRÁFICO 8) é possível verificar que além das dificuldades do transporte escolar, o fechamento de escolas também é um problema, processo esse que ficou conhecido como nuclearização:

[...] consiste no agrupamento de pequenas escolas unidocentes de uma região rural em uma Escola-Núcleo, com características próprias de organização e funcionamento, a ideia é proporcionar um ensino de qualidade com instalações e materiais didáticos concentrados em uma única sede escolar (BARREIRO, 2007, p. 58).

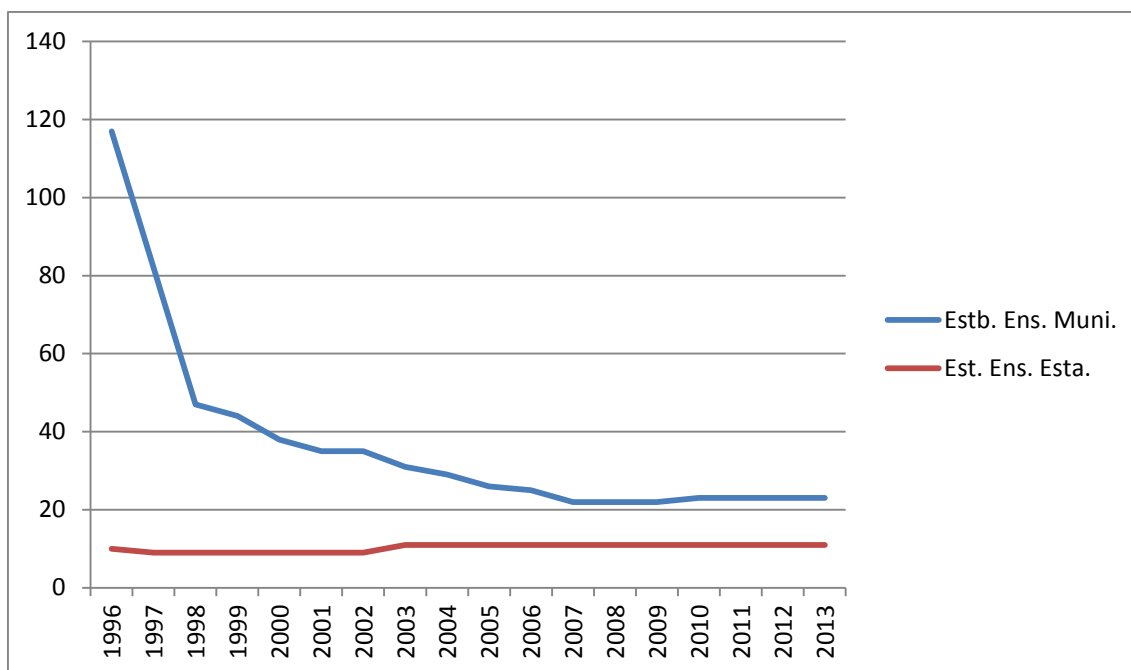


GRÁFICO 8- NÚMERO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO MUNICIPAL E ESTADUAL DE 1996 A 2013 EM PITANGA.
 FONTE: IPARDES (2014).

Nesse gráfico é possível ver a quantidade de diminuição de escolas municipais. Os fechamentos desses estabelecimentos de ensino ocorreram no espaço rural, no período de 1996 a 2000, logo Pitanga começou a perder uma quantidade grande da população rural, em contrapartida aumentou o número de pessoas vivendo na cidade.

Barreiro (2011) complementa argumentando sobre o processo de desterritorialização da população do campo, que acabou incentivando a extinção das escolas:

[...] a partir da modernização da agricultura, ocorre além da mudança de cultura agrícola, uma alteração na estrutura fundiária no Estado, provocando um intenso êxodo rural invertendo a situação de domicílio da população que anterior a esse processo era rural. As escolas rurais passam por um processo de extinção que chega aos nossos dias, as iniciativas para oferecer a população que continua no campo paranaense o acesso a educação estão no transporte escolas para a cidade e na nucleação de antigas escolas rurais isoladas, além de iniciativas de ONGs e Movimentos Sociais. (BARREIRO, 2011, p.6)

Os movimentos sociais, entendendo essa questão como um dos principais problemas do campo, realizaram pressão em todos os níveis do governo para que aprovassem a Lei 12.960, de 27 de março de 2014 que dificultou o fechamento de escolas rurais e quilombolas.

Mas o fechamento de escolas não é o único problema, muito tem se questionado o modelo de educação que é implantado no campo, o qual segue praticamente as mesmas diretrizes que as escolas localizadas no espaço urbano. O que desestimula os jovens a permanecerem no rural em função da negatividade e da subordinação que ele é tratado muitas vezes.

Ribeiro (2013) procurando mostrar as três principais diferenças entre a educação do campo criada pelo Estado e a dos movimentos sociais, acaba por revelar esse problema. Vamos trazer na íntegra apenas os aspectos elencados por ela que caracterizam a escola rural tradicional:

- 1º) O modelo de escola, rural, imposto através de políticas públicas dirigidas à produção agropecuária e a à educação rural, é vinculado ao sistema capitalista de produção e de sociedade, que se fundamenta na divisão campo/cidade, na expropriação da terra, dos meios de subsistência e dos instrumentos e saberes do trabalho, e na exploração da força de trabalho.[...]
- 2º) A finalidade da escola rural está comprometida com a lógica da produtividade, daí porque, mesmo não estando expressa em seus objetivos, metodologias e currículos, a expropriação da terra do agricultor familiar está implícita na sua natureza e na sua concepção em que o mundo urbano impõe-se sobre o mundo rural e o subordina. [...]
- 3º) Currículo, objetivos e metodologias da escola rural estão direcionadas para o sistema produtor de mercadorias, no qual o próprio ser humano é uma mercadoria que pode ser descartável e flexível em tempos de desemprego estrutural e tecnológico. (RIBEIRO, 2007, p.196-197)

Dessa forma, a falta de investimentos no campo, desde as estradas rurais à uma educação de qualidade, como também a maneira como esta é organizada, são fatores que influenciam na expropriação dos camponeses e trabalhadores que dependem dela para conquistar uma melhor formação acadêmica e também intelectual.

Esses fatores ligados ao acesso a terra e a educação no/do campo revelam também outras formas de expropriar que está ocorrendo desde a chegada do projeto de modernização conservadora no campo. Este acaba sendo reflexo das transformações no mundo do trabalho, tanto rural, quanto urbano/industrial,

diminuindo cada vez mais a quantidade de trabalho vivo empregado nas lavouras, bem como encarecendo a produção que prejudica os camponeses.

A modernização conservadora como uma forma de expropriar/desterritorializar os camponeses. A Revolução Verde oriunda do pacote ideológico/tecnológico do taylorismo/fordismo trouxe para o espaço rural de Pitanga, lógicas que impactaram diretamente o emprego e as formas de produzir da agricultura como um todo, sobretudo a camponesa.

Nesse sentido, é importante compreender que do início dos anos de 1900 ao final da década de 1980, o campo era o grande responsável por gerar empregos e renda para grande parte da população que residia em Pitanga, a partir da década de 1980, a realidade começou a mudar drasticamente com o final da exploração da madeira e a introdução da mecanização da lavoura.

A alavancada da modernização em Pitanga se deu principalmente pela chegada da COAMO (Cooperativa Agroindustrial Moronense) como citamos anteriormente, que além de criar caminhos para o escoamento e comercialização da produção de grãos, ajudou a promover a introdução de novas espécies mais rentáveis economicamente e poupadoras de emprego, como a soja.

Entretanto, outros fatores também ajudaram, como os volumosos recursos financeiros colocados à disposição dos grandes proprietários para fazer empréstimos e adquirir tratores, pulverizadores, colheitadeiras e caminhões do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).

Assim, a modernização promovida pelo Estado foi responsável pela expulsão imediata de milhares de pessoas do espaço rural que sem-terra e sem trabalho, tiveram por única opção migrar para os centros urbanos que no caso de Pitanga, passaram a ver em números esse processo, mais precisamente a partir da década de 1990, quando boa parte da população rural diminuiu de forma mais intensa.

O processo de desterritorialização pela introdução de tecnologias no cultivo e na colheita, principalmente, no caso de Pitanga, o milho, a soja e o trigo são resultados de um processo macro que atingiu todo o país, apesar de haver intensidades diferentes dependendo da região.

Se retornarmos ao GRÁFICO 5 (p. 85) vemos como foi acelerada a substituição da cultura do feijão pela soja, este não é só um sinal da territorialização

desse tipo de cultivo que virou o símbolo do agronegócio brasileiro, mas também um sinal da desterritorialização de muitos trabalhadores que encontravam emprego, principalmente, na colheita do feijão.

A expropriação da renda camponesa. A diminuição da área ocupada pelo feijão pode ainda revelar que muitos camponeses estão deixando de produzir de forma autônoma, para entrar na lógica da produção do modelo do agronegócio ficando ainda mais vulneráveis a expropriação capitalista da renda da terra.

A produção de soja ou outras *commodities* exigem o emprego de um capital muito elevado por parte do camponês, que tem buscado no caso de Pitanga duas opções: a primeira é financiar a produção via PRONAF e como esses recursos comprar os insumos necessários; e a outra é comprar a prazo as sementes, os agrotóxicos e adubos e pagar com a produção.

Se para a grande produção os custos são elevados, para a pequena é ainda mais, pois pouquíssimas propriedades possuem maquinário que o modelo de produção do agronegócio exige para que se tenha uma produtividade que compensem os gastos.

Nesse sentido, o camponês precisa comprar as sementes que são híbridas ou transgênicas, os insumos, como agrotóxico e adubos químicos e ainda precisa pagar para plantar e colher, ou seja, o capital sujeita e expropria a renda camponesa em todas as fases de produção, deixando a sua economia em grandes dificuldades. Para se ter uma ideia, de todos os camponeses entrevistados, quatorze relataram que a principal fonte de renda da propriedade vem da soja, ou que ela faz parte da variedade de culturas produzidas como mostra Pedro²⁶:

Autor: De onde vem a maior fonte de renda da família? **Pedro:** Do leite, da lavourinha. **Autor:** O que o senhor produz? **Pedro:** Produzimos leite, Produzimos feijão, arroz, soja, milho pra silagem e temos tirado um pouquinho de erva nativa. **Autor:** E com quem o senhor comercializa? **Pedro:** A produção a gente comercializa um pouco cá COAMO, um pouco com erva chimarrão São Lourenço, leite com a CORLAFE. (grifo nosso)

Essa expansão da produção das chamadas *commodities* dentro das unidades camponesas é incentivada pelo próprio Estado, que têm o objetivo de aumentar as

²⁶ Entrevista realizada no dia 01/10/2013

exportações visando “equilibrar” a balança comercial os deixando vulneráveis às oscilações do mercado internacional.

Dentro desse contexto, o mercado internacional é controlado pelas grandes transnacionais que dominam grande parte da produção no país, a grande exceção é, a COAMO que se territorializou no Paraná e tem se expandido pelo Mato Grosso e Santa Catarina. Oliveira e Stedile (2005 p.16-17) relatam esse processo dizendo que o:

[...] Controle do comércio agrícola pelos grandes grupos transnacionais. Com o modelo econômico, em geral, subordinado às empresas transnacionais, o que aconteceu é que essas empresas passaram a controlar agora o comércio agrícola, em especial o comércio dos grãos, ou, como eles chamam, das *commodities* – que é uma palavra inglesa, relativa a todas as mercadorias agrícolas padronizadas, homogêneas. Como, por exemplo, a soja, o milho, o trigo, o algodão. São produtos que são padronizados e são iguais em todo o mundo. Então, as transnacionais controlam o comércio internacional desses produtos. E passaram a controlar o comércio interno, no Brasil também. Ora, os agricultores brasileiros são estimulados a produzir esses produtos de exportação. [...] Os agricultores, as cooperativas, mesmo os grandes comerciantes brasileiros não conseguem mais influir no preço. Mesmo quando enfrentamos problemas climáticos, eles trazem produtos de fora e, assim, o agricultor não tem nenhuma compensação no preço, quando a produção é menor.

Se para o grande produtor esse controle do mercado pelas transnacionais já é um problema, para o camponês é mais ainda, pois não pode esperar os preços melhorarem para vender a produção. Além das necessidades básicas da família, ele precisa pagar o financiamento e pagar o que ele gastou para plantar e colher. Esse é um dos fatores que expropria e desterritorializa o camponês.

Como relatou o Sr. Jurandir²⁷ que está vivendo na área urbana de Pitanga e migra temporariamente todos os anos para Fraiburgo-SC para trabalhar na colheita da maçã: “**Autor:** Por que o Sr. deixou o campo? **Jurandir:** Deixei porque lá o plantio tá custoso de mora no sitio né, agora estamos indo colher maçã”.

A incorporação desse tipo de produção pelos camponeses traz duas mudanças que ajudam a entender como o camponês fica totalmente subordinado ao capital, tanto na sua produção, quanto no consumo e no conhecimento. Segundo Carvalho (2010, s/p.):

²⁷ Entrevista realizada no dia 08/01/2014

[...] os camponeses e povos indígenas vêm incorporando no cotidiano das suas vidas duas novas matrizes ou maneiras de ser: a de produção agrícola a partir de sementes híbridas e transgênicas e a de consumo alimentar familiar a partir de alimentos industrializados. As mudanças que se verificaram nessas duas dimensões da vida restringiram as margens de decisão dessas populações com relação ao quê e como produzir, ao quê e como se alimentar.

Esse fato nos faz compreender o porquê está tão difícil gerar renda para se manter no campo com dignidade. Para o camponês pobre e com pouca terra que resolve produzir gêneros que não estão ligados diretamente ao mercado do agronegócio e das *commodities*, passa a enfrentar dificuldades para comercializar o que produz, como relata Antônio²⁸:

Autor: Por que o senhor deixou o campo? **Sr. Antônio:** Por que trabalhava na roça e o que produzia lá pra separa, era mais difícil pra vende né **Autor:** O que o senhor produzia? **Sr. Antônio:** A plantava tudo que tinha que planta, plantava... por último feijão, que nos gostava de planta, feijão, arroz, milho, algodão, daí foi indo que estava dando muito pouco, daí saímos.

Essa fala revela bem as dificuldades de comercializar a produção que esteja fora do âmbito do mercado do agronegócio, por esse motivo muitos camponeses, principalmente aqueles que possuem maior quantidade de terras e de melhor qualidade têm migrado para a produção de soja, o que faz aumentar a sujeição ao mercado capitalista.

A subordinação e a desvalorização dos saberes camponeses como uma forma de expropriação. Essa inserção e a dificuldade em comercializar as produções que não sejam ligadas ao modelo do agronegócio, revelam mais um processo de expropriação: a subordinação e desvalorização do conhecimento e das práticas tradicionais dos camponeses. Carvalho (2012, p.5), mostra esse processo dizendo que:

O desprezo e discriminação social das classes dominantes em relação aos camponeses foram e continuam sendo uma prática social corrente no Brasil.

²⁸ Entrevista realizada no dia 09/01/2014

Apesar dos camponeses estarem presentes em todos os Estados do país e se constituírem nos principais produtores de alimentos, eles são considerados como um modo de produzir e de viver em vias de desagregação e desaparecimento, devendo ser substituído, na intenção hegemônica, pela grande empresa capitalista no campo, esta produtora de mercadorias em grandes extensões de terras, praticando o monocultivo, a degradação e contaminação do meio ambiente e se reproduzindo movida unicamente pelo lucro.

Inclusive em uma das propriedades camponesas visitadas, a da Sra. Josefa como relatado anteriormente existe um conflito entre vizinhos em função de ela criar os animais soltos, como é feito em grande parte dos faxinais de forma tradicional. Esses animais estavam invadindo a plantação do outro vizinho para se alimentar e o caso foi parar na justiça. A camponesa teve que fechar os animais em um cercado por força de determinação judicial.

Esse ataque ao modo de produção tradicional parte também do meio acadêmico. Alguns autores buscam diferenciar os camponeses e os agricultores familiares por meio do conceito de modernidade vs tradicionalidade, dizendo que o camponês é um sujeito atrasado, parado no tempo que não busca incorporar as tecnologias que aumentam a produtividade e que não está integrado ao mercado, enquanto que o agricultor familiar é sinônimo da evolução do camponês, já incorporado e integrado ao mercado, que aplica tecnologias para aumentar a produção, produz *commodities* como a soja, o milho e trigo para tirar maior proveito de cada cultivo, ou seja, seria um agricultor moderno ou profissional como relata Abramovay (2007).

A falta de uma assistência técnica mais efetiva e diversificada como uma forma de expropriar/desterritorializar os camponeses. Outro fator que ajuda caracterizar o camponês como atrasado e por esse fato deve ficar a margem do mercado é a assistência técnica que tem presado por seguir apenas um modelo de “desenvolvimento”, o conservador/expropriador da Revolução Verde. Esse fator fica claro quando a assistência técnica chama o camponês de “cabeça de repolho” por ter medo de entrar em um financiamento ou de não aderir às formas de produzir do modelo do agronegócio, como Favaro (2014) mostra na sua tese.

Além desse fato, a falta de pessoal para prestar a assistência técnica também se torna um problema, pois muitos agricultores ficam sem apoio especializado e acabam por muitas vezes encontrando técnicos de cooperativas e empresas de

assistência técnica para fazer DAP (Declaração de Aptidão do PRONAF) que os direciona para a produção das *commodities*, conseqüentemente os jogando no risco do mercado internacional. Em entrevista com um dos representantes da COACEPA perguntamos como é o atendimento da assistência técnica no município e o mesmo disse que:

[...] é pouca, [assistência técnica] hoje no instituto Emarter, nós contamos com mais de 2500 produtores familiares e contamos com dois técnicos, então é humanamente impossível eles ficarem mais que meia hora por ano em cada produtor [...] Tem o programa nacional de ATER²⁹ mais atende só os assentamentos... então o agricultor familiar está a margem, tem assistência técnica das lojas, mas na verdade não é uma assistência técnica é uma venda técnica... (RICARDO, 2014)

É possível verificar na fala do Ricardo, o quanto é precária a assistência técnica pública no município. Esse fato deixa margem para os técnicos de lojas agropecuárias e de cooperativas, que ganham espaço e realizam o trabalho de assistência ou como ele citou “venda técnica”.

Favaro (2014) argumenta sobre o problema da assistência técnica no Território da Cidadania Paraná Centro, o qual Pitanga faz parte dizendo que:

Com relação à assistência técnica/extensão rural podemos registrar a deficiência desses atendimentos por parte das instituições governamentais às unidades familiares, tanto em número como em qualidade, fazendo com que os agricultores que necessitam desses atendimentos fiquem a mercê das empresas de agroquímicos ou dos atendimentos pontuais das cooperativas da região (FAVARO, 2014, p.106).

Sendo assim, a opção pela produção das *commodities* pelos agricultores camponeses pode ser reflexo dos seguintes fatores: primeiro pela ilusão da rentabilidade dessa cultura; segundo pela facilidade de comercialização; terceiro, pela existência de políticas públicas que financiam esse tipo de produção com maior facilidade; quarto pela falta de assistência técnica que possua uma visão mais diversificada do rural; e quinto, o seguro oferecido pelo próprio Estado aos agricultores

²⁹ ATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

que vierem a sofrer prejuízo por algum evento climático ou pragas que não tenham algum tipo de controle, o qual cobre com mais facilidade esse tipo de produção.

Todavia, para receber o seguro, o camponês precisa seguir uma série de exigências, como as culturas estarem dentro do zoneamento agrícola, ter seguido à risca as orientações técnicas e ter todas as notas do que foi financiado para poder comprovar os gastos, o que muitas vezes não acontece e acaba por acelerar a desterritorialização.

Políticas públicas como uma forma de expropriar/desterritorializar os camponeses. Dessa maneira, outra forma de expropriar e desterritorializar o camponês é por políticas públicas como o PRONAF, tanto para aqueles que acessam, quanto para aqueles que não conseguem acessar por falta de assistência técnica que sejam mais autônomas com relação ao mercado.

Portanto, esse fato engloba os pouquíssimos investimentos que são disponibilizados e a não diversificação de profissionais que tenham visões diferenciadas, como é o caso de técnicos em agroecologia, considerando-se também a diversidade das unidades camponesas.

Temos notado durante o transcorrer da pesquisa que o Estado continua tendo um papel fundamental nas expropriações camponesas. Pois agiu em Pitanga legitimando os grilos de terra de posseiros, de pequenos proprietários (que possuíam o título da terra expedido pelo próprio Estado e mesmo assim sofreram tentativa de expulsão) e das populações indígenas, visando favorecer capitalistas que tinham grande influência no poder estadual e local, principalmente madeireiras.

Hoje ele expropria pela falta de políticas públicas compatíveis com a realidade camponesa ou então incentivando adesão a políticas públicas como o PRONAF que privilegiam a mesma lógica de desenvolvimento oriundo da Revolução Verde, deixando os camponeses vulneráveis, endividados e especializados em uma determinada produção.

Como o PRONAF é uma das principais política pública do Estado para a agricultura camponesa, vamos utilizá-lo para desenvolver nosso pensamento sobre como o Estado expropria/desterritorializa mesmo que de forma indireta. Dessa forma, o PRONAF:

Em sua origem, [...] nasceu de um estudo publicado em 1996 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com a FAO, o qual comprovou a extrema desigualdade no acesso às políticas públicas pelos diferentes estratos de produtores brasileiros, bem como a necessidade de uma política de crédito exclusiva para os produtores familiares, que vinham se beneficiando com cerca de apenas 11% dos financiamentos destinados à agricultura. (PAULINO, 2003, p.294)

Essa política passou por três governos que em tese teriam posições ideológicas/políticas diferenciadas, mas que na prática pouco alteraram as estruturas fundamentais, como por exemplo, as linhas de financiamento ligadas a produção das *comanditeis* do agronegócio, ou seja, tanto no governo Fernando Henrique Cardoso do PSDB que se configuravam neoliberalista, quanto nos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff neodesenvolvimentista. Estes últimos, apesar de fazerem alterações normativas como a reconfiguração dos grupos atendidos, a inclusão de linhas de créditos específicas para jovens, mulheres e agroecologia, pouco mudaram a realidade desta política, segundo Sabourin, (2007, p. 723):

Os esforços de diversificação das modalidades de crédito não correspondem a uma análise da diversidade da natureza e dos modos de produção das agriculturas familiares e camponesas. Eles se traduzem por duas tendências: i) uma segmentação em função do patrimônio com um teto de crédito por tipo de produtor (mais ou menos precário, mais ou menos integrado ao mercado); ii) uma segmentação por categoria de público-alvo (mulheres, jovens, etc.) que arriscam dividir – em vez de fortalecer – a coesão da unidade familiar.

Pitanga possui 83% estabelecimentos tidos como familiares pelo IBGE, ocupando apenas 33,7% da área rural, enquanto que os outros 17% dos estabelecimentos patronais ocupam 66,3% da área rural, demonstrando a forte presença de pequenas propriedades e a concentração fundiária como relatamos anteriormente. Dos estabelecimentos rurais familiares apenas 29% tem contrato com o PRONAF custeio agrícola e 7,8% com o pecuário. Nos contratos de investimentos, os números são mais reduzidos ainda, juntado os contratos agrícolas e pecuários, apenas 9% desses agricultores tiveram acesso à política (IBGE, 2006).

Usando os dados disponíveis no Banco Central, vemos que grande parte dos financiamentos para crédito custeio agrícola no Paraná, são destinados a produção

das *commodities* como, soja (37%) e milho (45%), enquanto que são poucos os financiamentos para feijão (4%).

Com esses dados vemos que o PRONAF, em todo o Paraná tem sido usado para inserir os camponeses no modelo do agronegócio, principalmente os já integrados ao mercado ou que têm uma maior possibilidade, dessa forma concordamos que o PRONAF:

[...] é extremamente favorável a utilizar os camponeses como um componente essencial para a acumulação de capital. Além disso, já haviam políticas fordistas que inseriam os camponeses “na rota do desenvolvimento”. Assim, os camponeses conseguiam aparentemente uma grande vitória, mas que, no entanto, tendia a colocá-los em uma situação de subordinação ao capital. (TOLENTINO, 2013, p.98)

Além privilegiar a produção de grãos do pacote tecnológico do agronegócio que sujeita e expropria a renda do camponês, muitos agricultores camponeses cedem às pressões deste modelo que relatamos anteriormente e acabam se endividando. Em Pitanga, entrevistamos um agricultor camponês que acessou o crédito custeio para produzir soja.

Segundo o camponês entrevistado, o endividamento se deu em razão de um evento climático que danificou a produção, logo todo o dinheiro foi gasto na produção, (já que o mesmo precisou pagar para plantar, passar veneno e pagaria para colher) ficou sem recurso para arcar com o prejuízo e não conseguiu pegar o seguro.

Teve um Proagro que eu peguei, aí então nós começando lá em cima a colhe, a soja quando chego ali em baixo, não deu tempo nem de cobri a colhedeira, venho a pedreira e depois uma chuva, daí eu fui lá e pedi o Proagro, o agrônomo falo, ele venho aqui, falo que não dava Proagro porque nós já tinha entrado na roça colhendo, lá de cima, uma passada e tive que paga, não recebi o Proagro. (CLEMENTE, 2014)

O Proagro³⁰ (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) citado pelo camponês, visa exonerar os pequenos e médios agricultores das obrigações

³⁰ PROAGRO é um seguro destinado aos sujeitos que acessam as linhas de financiamento do PRONAF. Para conseguir ter acesso a cultura que é objeto de financiamento precisa está no zoneamento agrícola do município e adquirir sementes e insumos químicos para a produção, como uma forma de diminuir os riscos.

financeiras nas operações de crédito rural custeio, cujo pagamento seja inviabilizado pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas não controladas que atinjam a plantação e doenças que ataquem o rebanho, desde que a atividade esteja dentro do zoneamento agrícola de risco climático do MAPA, criado em 1996. Dessa forma, em:

[...] 2004 foi criado o “Proagro Mais”, seguro público destinado a atender os pequenos produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nas operações de custeio agrícola, que passou a cobrir também as parcelas de custeio rural e investimento, financiadas ou de recursos próprios, na forma estabelecida pelo CMN, conforme estabelecido pela Lei nº 12.058/2009 (MAPA)

Segundo o entrevistado, Sr. Clemente, o qual estava em débito com o banco, recebia visitas de funcionários que estavam colocando pressão para que pagasse a dívida com ameaças de colocarem a propriedade em leilão. Sem saída e com medo de perder totalmente o seu bem que lhe garantia o sustento, se obrigou a vender parte da propriedade para um vizinho, deixando a sua economia totalmente precarizada com o restante da terra que sobrou. Conforme o comprador atestou, o próprio banco foi atrás dele para adquirir a terra do camponês o Sr. Clemente e “ajuda-lo” a pagar a dívida.

É importante observar que este camponês apenas consegue tirar alguma renda na propriedade com o leite, e com o que restou da erva-mate, enquanto sua esposa recebe aposentadoria. Na parte agrícola apenas cultiva algum produto para o seu sustento, como é só ele e a esposa que vivem na propriedade, eles conseguem se manter.

Esse fato não se resume apenas ao Sr. Clemente, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga-PR existem vários casos de endividamento pelo PRONAF. Nesse caso o sindicato faz de tudo para que o agricultor camponês consiga negociar a dívida para não precisar vender a propriedade devido à pressão que os bancos ou as cooperativas de crédito exercem:

Autor: O sindicato recebe muitos casos de endividamentos causados pelo PRONAF? **Presidente do sindicato:** Nós temos bastante caso de endividamento, o que nós fazemos, encaminhamos, uma negociação do banco ou da cooperativa e o agricultor, o que o sindicato não aceita de nenhuma forma é que o agricultor tenha que vender um pedaço da

propriedade dele para pagar dívida do PRONAF, porque hoje é lei hoje, o agricultor pode negociar a dívida dele, claro por um lado o banco vai pressionar, por outro lado, a cooperativa vai pressionar mais pra isso nós temos assessor jurídico aqui sabe, a própria federação tem os assessores deles que dão todo o suporte deles e vários casos que aconteceu aqui na cidade a gente conseguiu sair vitorioso de conseguir resolver com o banco e com a cooperativa, não precisou o agricultor vender a propriedade dele pra pagar o endividamento, porque grande parte desse endividamento não é culpa do agricultor, houve problema de frustração de safra, houve problema de assistência técnica, ainda nós somos bastante carente em assistência técnica né, então houve esse tipo de problema, não que o agricultor quis desviar dinheiro, quis fazer coisa errada, talvez ele fez por não saber que aquilo ia causar uma frustração de safra lá na frente. (PRESIDENTE DO SINCATO DOS TRABALHADORES RURAIS, 2014) (grifo nosso)

Portanto, como vemos no exemplo do caso do Sr. Clemente, muitas vezes eles vendem para pagar a dívida e “dormi com a consciência tranquila”, pois ser devedor para o camponês é desonroso. Tolentino (2013, p.116) também mostra esse processo quando se trata do PRONAF:

Ninguém quer ser “velhaco”, não somente porque isto dificulta a concessão de novos créditos no interior de suas relações de vizinhança e na comunidade em que vive, mas principalmente porque ser velhaco é uma desonra.

Também conseguimos o relato de outra família que teve um caso de endividamento em Pitanga-PR. Neste caso, a pessoa que usou o crédito vendeu toda a propriedade e migrou para o Rio de Janeiro-RJ para trabalhar em uma plataforma de petróleo, não conseguimos o contato direto, mas o depoimento do pai da agricultora camponesa desterritorializada do campo é esclarecedor:

Autor: Então da família ninguém deixou o campo pra viver na cidade? **Sr. Dirceu:** Uma só, só uma, só que é a filha dela que saiu, mas o restante tão tudo, foi pro Rio de Janeiro **Autor:** O que ela faz lá no Rio de Janeiro? **Sr. Dirceu:** O esposo dela trabalha na Petrobrás, lá no pátio da Petrobrás **Autor:** O senhor acredita que ela saiu por que quis sair do campo ou por que não existia a opção ficar? **Sr. Dirceu:** Não, ela entrou em dívida daí teve que dá o sítio que ela teve **Autor:** Ela se endividou então? **Sr. Dirceu:** É se endividou ela montou um mercado e o mercado não foi pra frente, se fosse no rural ela estava ali né, mas daí se iludiram por mercado foi que perderam o sítio, perderam não, teve que vende pra cobrir o outro custo, perderam né, por que perde né **Autor:** E ela financiou em qual banco? **Sr. Dirceu:** Financiou na Cresol, e a Cresol... teve que acaba vendendo o sítio pra pagar daí, é nosso banco, mas a gente tem que falar a verdade muito juro, muito, quem nem pra

nós não prejudica nada, prejuízo pro lado dela por que pra nós tá tudo certo. (DIRCEU, 2013)³¹. (grifo nosso)

Assim observamos que além de sujeitar a renda do camponês aos bancos e as empresas capitalistas, o PRONAF, expropria o camponês na renda extraíndo mais recursos que são destinados aos setores que estão ligados ao agronegócio e da terra quando estes acabam endividados e vendem a sua propriedade para pagá-la. Dessa forma, vemos que o Estado direta ou indiretamente tem papel central nas expropriações atuais, principalmente, por meio de políticas públicas, ao introduzir um pensamento de desenvolvimento que está longe da realidade de grande parte dos agricultores camponeses, Sabourin, (2007) diz que existem duas teses sobre o PRONAF, como relata dizendo que:

No Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), administrado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), o debate gira em torno de duas teses, ao meu ver redutoras, parciais e que ignoram alternativas vivas existentes país adentro. Uma tese passa pela promoção de um agricultor familiar inovador e pequeno empresário, cada vez mais integrado ao mercado internacional ou a nichos de mercados segmentados por meio da qualificação dos produtos. A outra tese considera que o desenvolvimento do capitalismo agrícola e o grau de globalização da agricultura brasileira tornaram-se tais que a solução da reforma agrária e do apoio à agricultura camponesa está superada, tanto do ponto de vista dos interesses da burguesia capitalista como das forças produtivas (SABOURIN, 2007, p.717).

Essas duas teses ficam visíveis quando verificamos que grande parte dos recursos do PRONAF custeio é destinada as grandes *commodities* dominadas pela grande propriedade, como mostramos com os dados sobre a soja e o milho. Essa tendência busca colocar em pé de igualdade aqueles que são totalmente desiguais em todos os aspectos, visando aumentar a acumulação de capital e trazer para a lógica do capital aqueles que ainda não estão totalmente inseridos.

O fetiche que o capital criou no mercado do agronegócio faz com que o agricultor camponês crie uma ilusão sobre a produtividade e os possíveis ganhos que pode conseguir se entrar nesse mercado. Isso ficou claro quando perguntamos para

³¹ Entrevista realizada no dia 01/10/2013.

os camponeses que participavam de um programa estadual de regularização fundiária: o que eles esperavam conquistar após a conclusão do processo?

Á vai fica muito bom né, que daí já dá pra financia mais coisa, queria pega um, tipo um trator se conseguisse, daí com essa área legalizada, nós queremos ver se encachamos ela, pra nós pega nada muito grande, mas nós, pra nós consegui trabalha mais fácil né, porque eu daí, tipo, você vai pagar os horário de terceiro, daí você tendo a máquina dá gente se faz pra gente. (JOÃO, 2013)³²

Esse desejo de conquistar o direito de ter acesso a um financiamento não está restrito apenas ao Sr. João, 60% dos entrevistados neste dia, responderam que esse é o principal objetivo de estar fazendo a regularização, claro que o pensamento do camponês é melhorar a sua vida. Mas como mostramos anteriormente, se esses financiamentos continuarem sendo direcionados à produção de monoculturas, podem levá-los ao endividamento e conseqüentemente a expropriação/desterritorialização de sua terra.

Expropriação/desterritorialização por projetos de desenvolvimento.

Outra ação do Estado e que tem expropriado/desterritorializado muitos camponeses e populações tradicionais são os projetos de desenvolvimento, principalmente os energéticos. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) criado durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva e o PAC II durante o governo Dilma Rousseff, são hoje os grandes causadores de conflitos no país, como relata Porto-Gonçalves e Cuin (2013, p.22-23) dizendo que:

O resultado dessas políticas era previsível, conforme vários autores anteciparam. Conflitos no Campo Brasil, da CPT, o comprova com os dados. Em 2013, cerca de 50 conflitos por terra e água foram registra Conflitos Campo Brasil2013 no dos em áreas diretamente ligadas a obras do PAC, 20 no Nordeste, 14 na Amazônia e 11 na região Centro--Sul. Desses, 19 se deram em obras de complexos industrial-portuários, Suape, em Pernambuco, Porto do Açú e Comperj, no Rio de Janeiro; 18 foram resultados de barragens, com destaque para Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, e represas nos rios Teles Pires e Tapajós.

³² Entrevista realizada no dia 01/10/2013

Em Pitanga não se tem ainda notícias sobre conflitos por projetos de desenvolvimento, mas a exploração de gás natural pode mudar essa realidade. Em 28 de novembro de 2013 durante a 12^o Rodada de Licitações a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível) foram leiloados dois blocos para exploração em Pitanga, que ficavam localizados na comunidade rural de Barra Bonita. As empresas Copel, Bayar Empreendimentos e Participações, Petra Energia e Tucumann Engenharia, arremataram esses blocos.

Apesar destes blocos terem iniciado o processo para exploração da década de 1990 e se tratar do gás chamado de convencional, existe uma grande possibilidade de se encontrar gás de folhelho conhecido como gás de xisto, o qual oferece um risco grande de contaminação da água por estar localizada abaixo das águas subterrâneas, inclusive do Aquífero Guarani. A área dos blocos chega a 6 mil Km² entre a região de Pitanga e Guarapuava/PR. Uma reportagem do Jornal de Londrina, já traz a preocupação das empresas com os possíveis conflitos com proprietários rurais:

Para poder explorar o gás natural, as empresas terão de obter licença do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e negociar direito de passagem e uso com os donos das terras. As empresas podem encontrar resistências dos proprietários das terras, principalmente por causa das informações que envolvem o método de exploração do gás de folhelho. Um dos riscos é a contaminação de lençóis freáticos e aquíferos. (JORNAL DE LONDRINA, 2014)

Essa rodada de licitação chegou ser suspensa pela justiça em função das denúncias das organizações sociais e do MPF (Ministério Público Federal) de Cascavel-PR em função dos riscos ambientais que a exploração do gás xisto pode causar. Na ação civil pública o órgão diz que o objetivo da demanda é:

[...] a suspensão dos efeitos decorrentes da 12^a Rodada de Licitações realizada pela ANP, que ofereceu a exploração de gás de folhelho, conhecido como “gás de xisto”, na modalidade fracking (fraturamento hidráulico), na Bacia do Rio Paraná, no setor SPAR-CS, em razão dos potenciais riscos ao meio ambiente, à saúde humana e à atividade econômica regional, além dos vícios que nulificam o procedimento licitatório. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2014, p.3)

Esse é só o primeiro embate sobre a questão, segundo o Jornal Gazeta do Povo, as empresas pretendem iniciar a exploração de gás em Pitanga em 2015, e com toda a certeza, novos conflitos deveram surgir.

Com essa questão dos projetos de desenvolvimento, fechamos a gama de formas de expropriação/desterritorialização encontradas em Pitanga durante a pesquisa que são: falta de acesso a terra, seja no passado com a Lei de Terras de 1850, seja atualmente com os resultados pífios da reforma agrária, das políticas de crédito fundiários ineficazes e da concentração fundiária; falta de uma educação do campo de qualidade, principalmente, em função da precariedade das estradas rurais e do modelo de ensino.

Cabe citar ainda, a modernização e as transformações no mundo do trabalho rural; expropriação da renda capitalista da terra pela inserção do camponês na lógica produtivista do capital industrial, comercial e financeiro; subordinação e desvalorização do conhecimento e das práticas tradicionais dos camponeses; falta de assistência técnica; políticas públicas, principalmente o PRONAF e projetos de desenvolvimento.

A partir de agora vamos eleger três grandes temas que são os principais, para debatê-los em capítulos separados que são: as expropriações/desterritorializações ligadas às questões da terra, modernização e transformações no mundo do trabalho rural e expropriação capitalista da renda da terra e a expropriação pelo Estado por meio políticas públicas.

A escolha desses temas é em função dos trabalhos do campo, quais foram os principais motivos relatados pelos entrevistados, dos seus filhos, irmãos e de eles próprios terem migrado do campo para a cidade.

Dessa maneira, a sequência da dissertação está organizada da seguinte forma: no segundo capítulo debatemos a questão da terra em Pitanga e como ela continua a expropriar e desterritorializar os camponeses. Sendo assim, os temas como formação das pequenas propriedades, as leis que regularam/regulam o acesso a terra, a reforma agrária, a sucessão familiar no campo, à valorização da terra e por fim, as políticas de crédito fundiário de forma mais aprofundada.

Já no terceiro capítulo analisamos as transformações no mundo do trabalho e como elas impactaram o rural de Pitanga, mudando assim, a lógica de geração de

renda das propriedades camponesas, como também intensificando os processos de expropriação/desterritorialização.

Como muitas dessas transformações ocorreram por incentivo do Estado, se faz necessário fazer uma análise do seu papel, principalmente, na atualidade, ou seja, qual o papel do Estado e das políticas públicas (PRONAF, PAA e PNAE) nas expropriações/desterritorializações no campo em Pitanga-PR? Buscaremos responder essa pergunta no quarto capítulo.

Enfim, no quinto capítulo debatemos as principais questões que ficaram destas várias formas de expropriação e as suas relações com as discussões sobre a atualidade da questão agrária.

2. AS EXPROPRIAÇÕES E AS DESTERRITORIALIZAÇÕES PELA QUESTÃO DA TERRA EM PITANGA – PR.

A agricultura camponesa sofre a expropriação da terra. Entre as consequências dessa problemática, está a desterritorialização no campo, pois o capitalismo acaba negando ou arrancando por meio da força, o princípio e meio básico para a sobrevivência dessa população.

Conforme discutido no capítulo anterior, a terra é expropriada através de instrumentos que o Estado possui para legitimar ações, como por exemplo, dos grileiros ou a desterritorialização de comunidades tradicionais Kaingangs que habitam a região de Pitanga. Tais ações favorecem determinados grupos que têm grande influência política e econômica.

Um dos instrumentos de que falamos são as leis, usadas contra uma população possui pouco conhecimento sobre o tema, além da precariedade desses menos favorecidos, que em vários casos não podem contratar pessoas especializadas para defender os seus direitos diante do interesse dos grupos elitizados do Estado.

Cabe citar ainda, o poder judiciário, que também tem papel importante nesse processo, pois age como agente mediador dos conflitos gerados, porém visando uma confirmação baseada nas leis criadas e legitimadas pela elite, como relata Porto-Gonçalves e Cuin (2013, p.19):

No Brasil, as oligarquias tradicionalmente instrumentalizam as políticas governamentais para seus interesses. Desde os anos 1970, uma nova configuração dessas oligarquias constitui um bloco de poder tecnológico--financeiro--latifundiário--midiático, alicerçado na tecnologia com aumento da produtividade e expansão da área cultivada. Ao mesmo tempo promoveu um processo do despojo de populações, ensejando o fenômeno de trabalhadores rurais sem-terra.

Esses fatos trazem como resultado a usurpação dos direitos de comunidades tradicionais ou de populações que são marginalizadas socialmente.

Nesse contexto, os capitalistas portando de documentos expedidos pelo Estado de maneira ilegal, (advindos principalmente da época da colonização e da expansão das madeireiras no caso de Pitanga), conseguiram desterritorializar

posseiros, meeiros, pequenos arrendatários de suas terras já ocupadas há vários anos atrás.

Existem histórias e estudos que demonstram esse processo brusco de desterritorialização, inclusive Pitanga possuía a fama de ser terra de valente, Leinig (2012, p.26) afirma que:

[...] a fama de valente emerge da resistência dos antigos posseiros frente ao processo de colonização que tinha como protagonista a aliança entre o Estado e algumas empresas privadas. Estas empresas, legitimadas pelo Estado, e que eram conhecidas pela população com o nome genérico de Colonização, chegavam aos municípios citados e começavam a lotear as terras disponíveis. Após o loteamento, enviavam comunicados aos posseiros para que estes, caso quisessem permanecer ali, se dispusessem a entrar em negociação pelo lote de terra que, oficial e ilegalmente, ocupavam. Muitos, sem condições para negociar, se retiraram de suas antigas moradas, enquanto que outros, com condições financeiras, aceitavam acordo e pagavam para seguir vivendo na áreas em que secularmente já habitavam. As famílias que se recusavam a negociar com a Colonização, ou que não se retiravam da área, passavam a ser perseguidas pela empresa. A sequência era sempre a mesma: ameaças através de comunicados escritos; intimidações físicas às propriedades e áreas de plantio, que muitas vezes eram queimadas; atentados contra a vida destas pessoas. As famílias que se recusaram a partir destas áreas são as que geraram a fama de valente destes municípios. Obviamente, a fama se expandiu para as cidades pelo fato de ser grande a quantidade de famílias que resistiam.

Todos esses processos têm rebatimento na atual estrutura fundiária que foi e ainda é um importante assunto a ser debatido pelos estudiosos da questão agrária brasileira. Destaca-se portanto, como um tema fundamental na pesquisa, apesar de não ser tratado diretamente neste capítulo, mas sim no quinto.

O objetivo nesta parte é analisar como os fatores: estrutura fundiária, não acesso à terra, atual reforma agrária, políticas de crédito fundiário e o valor de mercado das terras; expropriam e desterritorializam os agricultores camponeses em Pitanga.

Grande parte desses processos são reflexos das mudanças causadas pela criação da Lei de Terras de 1850 que instituiu a aquisição de terra apenas por meio da compra e criou um documento legal que deveria confirmar a sua legalidade, o título da terra.

Dessa forma na primeira parte exploramos como a Lei de Terras ajudou a formar as pequenas propriedades, para na segunda parte debatermos as

desigualdades de acesso à terra, materializada na estrutura fundiária, na reforma agrária, na questão da sucessão familiar, na herança e por fim, nas políticas de crédito fundiário.

O primeiro subitem traz a análise de como surgiu a pequena propriedade no Brasil e em Pitanga, objetivando assim, mostrar as razões de existir um número tão elevado de minifúndios que impossibilitam a reprodução da família camponesa, obrigando a migração dos jovens.

Dando continuidade, no segundo subitem o objetivo é revelar como a reforma agrária e a disputa política que houve sobre ela, não resolveram o problema da má distribuição de terras, fazendo com que os trabalhadores rurais permanecessem sem-terra e os camponeses com minifúndios, consolidando uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Logo, esses fatos geraram problemas na sucessão familiar das propriedades camponesas e na herança, principalmente, em razão dos filhos e filhas ao migrarem para a cidade perdem o interesse de retornar ao campo, quando os seus pais se aposentam. Os pais, por sua vez, acabam então, migrando para a cidade, sobretudo, em lugares próximos onde os seus filhos vivem.

2.1 A EXPROPRIAÇÃO PELA REGULAÇÃO HISTÓRICA DO ACESSO À TERRA: A ORIGEM DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA EM PITANGA/PR.

Vimos no primeiro capítulo que a organização das propriedades de Pitanga se deu basicamente por meio de posses, no caso das pequenas propriedades, enquanto as grandes conseguiam concessões para exploração ou adquiriam por meio da compra do Estado expandindo seus horizontes, principalmente, durante a exploração da madeira que durou até o final da década de 1980.

Essas concessões e aquisições geraram conflitos não só em Pitanga, mas em todo o Estado do Paraná, pois muitas das terras concedidas para grandes proprietários, já estavam ocupadas por posseiros³³ ou pôr indígenas³⁴. Como os seus

³³ O grilo do tigre é um exemplo da ação de grileiros que tentaram roubar a terra dos camponeses da comunidade Rio do Tigre localizada hoje no Município de Boa Ventura de São Roque. Para saber mais sobre o tema acessar: **IURKIV, J. E. A Revolta do Tigre (1955) Posseiros, proprietários e Grileiros: uma luta de representação. 120 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1999.**

³⁴ A última demarcação do território indígena do Ivaí, localizado entre os Municípios de Pitanga e Manoel Ribas foi em 12 de maio de 1949 durante o governo de Moysés Lupion ficando demarcado uma área de 8.804 há, ou seja,

títulos não eram legalizados, vários deles perderam a sua posse ou então viram os seus domínios territoriais diminuir inúmeras vezes.

Apesar da agricultura camponesa ainda resistir às forças capitalistas que fazem de tudo para se apropriar de suas terras, do seu conhecimento e das suas ilusões, notamos nas propriedades visitadas que todas elas convivem ou conviveram com a desterritorialização de alguém de sua família.

Entretanto, cabe ressaltar diante dessas afirmações, que não se trata de um campo vazio, muito pelo contrário, notamos que a agricultura camponesa consegue encontrar formas dentro do próprio capitalismo de se inserir e continuar resistindo revelando a conflituosa e dinâmica realidade do rural brasileiro.

Porém, é fundamental a percepção de que o capital continua com a sua missão de expandir-se territorialmente expropriando populações tradicionais e camponesas, que ainda possuem uma relativa autonomia sobre os seus meios de produção.

Como resultado desses processos de expropriação, existe em Pitanga uma alta concentração de terras, junto com um número elevado de minifúndios (29 % dos estabelecimentos possuem menos de 5 hectares). Quando estávamos fazendo os trabalhos de campo e perguntávamos para os camponeses por qual motivos deixaram o campo, ou o porquê da sua família ter deixado o campo, muitas respostas relacionavam-se a inexistência de terras suficientes para gerar renda, trabalho e assim manter os seus filhos ou irmãos na propriedade.

Contudo, surgem indagações diante dessas situações, como: que condições históricas foram responsáveis para criar tantas desigualdades no acesso à terra no Brasil? Como estas condições interferiram na configuração da estrutura fundiária em Pitanga? E qual o impacto delas sobre a expropriações/desterritorializações que a população de Pitanga vem sofrendo? Existe algum fator novo que pode também interferir nesse processo? Estas são perguntas que pretendemos responder neste capítulo.

mais de três vezes menor do que a demarcada em 1924 e 6 mais de seis vezes menor que a demarcação de 1913. Para saber mais sobre o tema: EURICH, Grazieli, **O índio no banco dos réus: historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na Vila Pitanga (1923)**. – Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2012. pp.112.

Primeiramente, é necessário entender como surgiram as pequenas propriedades em Pitanga, pois é delas que vêm os sujeitos expropriados/desterritorializados que fazem parte desse estudo. Para tanto, trazemos um resgate histórico panorâmico de como estas conseguiram se recriar em meio às grandes propriedades e ao poderio político, revelando os condicionantes que regularam o acesso à terra no Brasil e consequentemente seus impactos no município de Pitanga.

Germani (2006) afirma que é fundamental entender os diferentes momentos da história, as relações sociais que foram se estabelecendo e que conformaram a apropriação privada da natureza e, ao mesmo tempo, a organização do espaço rural, a qual foi sendo legitimada pelo poder político através de uma legislação sempre usada para pôr obstáculos e dificultar o acesso à terra à amplas camadas da população. Sendo assim:

[...] o que aconteceu com a propriedade destas terras para que se chegue, cinco séculos depois, a uma situação na qual os índios foram quase todos exterminados e a terra aprisionada em mãos de poucos donos? Cabe ver com mais atenção o que se passou com a terra; os passos e as bases em que se produziu sua divisão até chegar aos quatro milhões de propriedades rurais existentes hoje no Brasil. E, como parte do mesmo processo, entender, também, as razões da existência de tantos camponeses sem terra, em um país de dimensão continental, e porque a violência da luta pela terra ocupa, ainda hoje, espaço significativo no nosso cotidiano (GERMANI, 2006, p.115)

O Brasil desde a época da Colônia, sempre manteve a grande propriedade como prioridade, pois precisava que esta estivesse disposta a produzir para o mercado, gerando assim, lucros para a metrópole portuguesa, mas as pequenas propriedades já figuravam nesse cenário, como relata Erthal (2011, p.264):

Observa-se que os habitantes livres e pobres (colonos, índios, caboclos etc.) que não tinham como atender às exigências legais para receber concessões de terras partiam para a ocupação daquelas livres ou devolutas, desde os primórdios da colonização. Cedo eles constituíram a categoria dos posseiros.

Na região Sul a pecuária foi a grande responsável pelo surgimento de enormes latifúndios oriundos de sesmarias. O que se pode perceber com esse resgate

da formação das grandes propriedades é que desde a época das sesmarias, se implantou uma ideia de que eram a saída para o sistema capitalista garantir maior taxa de acumulação de capital. Esse fato influencia nos dias atuais a ideologização de que apenas estas são capazes de gerar grande produtividade e “desenvolver” a sociedade garantindo alimentos para todos.

Devido a essa dominação ideológica, a pequena propriedade só vai surgir com mais intensidade, quando intensificar o consumo interno do país, criando a necessidade de se pensarem formas de abastecê-lo, já que nas grandes propriedades a produção era destinada à exportação.

Na região, a qual Pitanga pertence, os latifúndios da metade do século XVIII e início do XIX, criavam condições para serem praticamente autossuficientes, além da pecuária, os agregados eram responsáveis pela produção de alimentos para o autoconsumo, fato que deu impulso para a pequena propriedade.

Erthal (2011, p.265) relata que “Aos agregados era permitido o uso de pequenas parcelas de terra, geralmente na periferia do latifúndio, em solos menos propícios à cultura principal”.

Serra (2003, p. 237) complementa sobre esse processo também:

[...] as lavouras de subsistência se estabelecem não somente nas grandes propriedades, mas também em pequenas unidades autônomas, onde não há escravos nem assalariados, e o proprietário ou simples ocupantes são os que trabalham diretamente na terra, em regra, nos solos menos férteis e longe dos grandes centros urbanos. Só posteriormente, com o adensamento das populações urbanas, é que as culturas alimentares vão se disseminando ao longo do litoral, nas brechas das grandes lavouras.

As terras de Pitanga foram aos poucos ocupadas por meio de posses, principalmente, no caso das pequenas propriedades. Os imigrantes eram atraídos tanto por questões econômicas (no caso de Pitanga se dava pela procura de terras férteis), quanto por questões sociais, como o aumento do sujeito caboclo no sertão paranaense e a já (re)imigração de colonos europeus de outros Estados do Sul e do próprio Paraná.

Muitos dos posseiros se aventuravam nos sertões ocupando espaços entre sesmarias, depois terras devolutas e por fim, áreas de latifúndios semi-explorados (SERRA, 2006). Os posseiros:

[...] encontravam-se, de modo genérico, em área de fronteira agrícola, à frente da plantagem. Não tinham estabilidade em decorrência de sua própria mobilidade, pois pelo sistema empregado eram lavradores nômades, e da mobilidade imposta pelo avanço expansionista da plantagem que ficava à sua retaguarda. (ERTHAL, 2011, p.269)

Isso acontecia porque esta população pobre e sem nenhum acesso ao sistema de doação de terras, estabeleceu como prática a ocupação de áreas existentes nas brechas das grandes plantações e em terras consideradas de ninguém (GERMANI, 2006), como foi o caso de Pitanga.

A Lei nº 601, de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras foi a grande responsável por criar grandes dificuldades de acesso a terra no Brasil. Os camponeses que conseguiam, fixavam-se em pequenas propriedades vendidas pelo Estado, ou então por companhias colonizadoras.

Segundo Germani (2006, p.134):

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de Terras, dispõe sobre as terras devolutas no Império do Brasil, e sobre os bens que são possuídos por título de sesmária sem cumprir as condições legais, assim como simples título de ocupação mansa e pacífica. Esta Lei veio para mudar, significativamente, o sistema de propriedade da terra quando, no seu artigo 1º, declara que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. E no artigo 2º determina que “os que se apossarem de terras devolutas ou alheias, e nelas derrubarem matos ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com a perda de benfeitorias, e demais sofrerão a pena de dois anos a seis meses de prisão e multa de 100\$, além da satisfação do dano causado...”.

Essa lei impactou consideravelmente o espaço agrário brasileiro, trazendo consequências até os dias atuais, pois foi graças a mesma lei, que o Estado por muito tempo, manteve sobre o domínio dos capitalistas as terras “devolutas”, as reservando para grandes empresas capitalistas, principalmente as companhias colonizadoras e madeireiras, não havendo assim o acesso democrático a terra.

Além desses dois artigos citados anteriormente, a Lei impôs por meio do art.11 a obrigatoriedade dos ocupantes tirarem o título das terras que lhes pertencia, caso isso não ocorresse eles não poderiam nem hipotecar e nem aliená-los por

qualquer modo, assim, não teriam como provar que eram proprietários da área ocupada.

O adjetivo “de terra de valente” aplicado à Pitanga, é representativo, pois sem a documentação para o Estado, a terra era “de ninguém” por tanto devoluta, podendo ser adquirida por qualquer empresa privada colonizadora. Esse é um dos resultados dessa lei, que ainda autorizava o governo a leiloar terras devolutas, por meio de leilão público. Eram consideradas terras devolutas as que:

Parágrafo 1º. As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional provincial ou municipal. Parágrafo 2º. As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do governo geral ou provincial, não incursos em comisso por falta de cumprimento das condições de mediação, confirmação e cultura. Parágrafo 3º. As que não se acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do governo, que, pesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei. Parágrafo 4º. As que não se acharem ocupadas por posse que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei. (LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850).

Enfim, essa definição dava plenos poderes aos governos estaduais de legislar sobre as suas terras e definir as suas prioridades. Como a região de Pitanga era praticamente esquecida pelo poder público até o início da exploração da madeira, os camponeses foram constituindo suas posses. Entretanto, quando o capital passou a se interessar pelo centro do Paraná, os conflitos começaram a aparecer, principalmente por meio da elite agrária que ali se fixava usando da prerrogativa da referida Lei, expulsando e expropriando uma população que pouco entendia sobre o assunto, nem possuía ninguém para auxiliá-los.

Dessa forma:

[...] a Lei de Terras instituiu um novo regime de propriedade em nosso país, que é o que tem vigência até hoje, embora as condições sociais e históricas tenham mudado muito desde então. Ao contrário do que se deu nas zonas pioneiras americanas, a Lei de Terras instituiu no Brasil o cativo da terra – aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas. A Lei 601 estabeleceu em termos absolutos que a terra não seria obtida por outro meio que não fosse o da compra. Extinguia, assim, completamente, a viabilidade da posse liberada no interregno de 1822 a 1850. (MARTINS, 1991, p.65)

Após a Lei de Terras, outra alteração importante no regime de terras do Brasil foi desencadeada por meio do Código Civil, em 1916, estabelecendo a via judicial para a discriminação das terras, que segundo Germani (2006), não permitia mais a revalidação das sesmarias nem a legitimação das posses. Assim, aqueles que não tivessem regularizadas as suas propriedades, segundo a Lei de Terras, somente poderiam fazê-lo na forma de usucapião³⁵, como explicado na citação a seguir:

No Código Civil, de 1916, o prazo estabelecido para adquirir este direito era de 10 anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio em uma área de até 10 hectares. O mesmo tempo e dimensões para o direito de usucapião foram ratificados na Constituição de 1934. Na Constituição de 1946, o prazo segue sendo de 10 anos, mas o limite da área é elevado até 25 hectares. Mais tarde, com a lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981, foi aprovado a usucapião especial que diminuiu para 5 anos o prazo para obtenção do direito sobre a terra ocupada (GERMANI, 2006, p. 138)

Com a introdução de usucapião nas constituições de 1934 e 1937, permitiu-se legitimar posses de até 10 ha. A constituição de 1946 até 25 ha, já em 1967 até 100 ha e em 1988 diminuiu para 50 ha, ou seja, a pequena propriedade por posse teria segundo a lei, uma forma de ser legitimada, mas isso não acabava concretizando-se, pois outras Leis, havia algum impeditivo para que não fossem ameaçados os domínios da elite agrária. O Art. 1º da Lei Nº 6.969 de Dezembro de 1981 diz:

Art. 1º - Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos, *sem oposição*, área rural contínua, não excedente de 25 (vinte e cinco) hectares, e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis. (grifo nosso)

³⁵ O usucapião é a forma de aquisição de propriedade móvel ou imóvel por meio da posse prolongada e ininterrupta, durante o prazo legal estabelecido para a prescrição aquisitiva, suas espécies, requisitos necessários e causas impeditivas.

Este impeditivo é a frase “sem oposição”, significa que se a terra que o possessor viesse a legitimar por usucapião tivesse qualquer contestação por outra parte, o processo não avançaria. Além do mais o:

Código Civil não significou obstáculo para que os diferentes Estados do Brasil continuassem em sua prática de colocar as terras em mãos das oligarquias regionais, visto que tudo se decidia e legitimava entre os que frequentavam a intimidade do poder. Porém, se juridicamente isso se realizava com tranquilidade, na realidade a necessidade de regularizar os limites das fazendas, de definir a situação jurídica da propriedade da terra, junto com a especulação imobiliária, deu passagem a um período de conflitos. Primeiro, dentro da própria classe dos fazendeiros e negociantes e, depois, entre estes e os ocupantes das terras. (GERMANI, 2006, p.138)

Apenas na década de 1950 é que toda a tensão social, causada pela manutenção dessa situação transformou a questão agrária em nível nacional, que precisava ser resolvida no âmbito do Estado, para que se promovesse o desenvolvimento econômico, social e político do país (SAMPAIO, 2010).

Nesse período em Pitanga, dois casos de conflitos por terra ficaram marcados até a década de 1960. Primeiro foi à expropriação histórica dos povos indígenas que se arrastou até a última delimitação da década de 1950. Segundo foi à ação de grileiros de terra, que gerou a revolta da população que estava sendo roubada. Em nível do estado outros conflitos ficaram explícitos como, a guerra de Porecatu³⁶ na região Noroeste do Paraná e a Revolta dos Posseiros de 1957 sudoeste, todos ocorridos entre a década de 50 a 60, em particular, durante o governo de Moysés Lupion.

Conforme o pensamento de Crestani (2011, p.834) “A problemática maior aconteceu na gestão do Governador Moysés Lupion, no período de 1957 a 1960, por causa da emissão de uma infinidade de títulos do domínio de terra sobre a mesma área”.

Lupion governou o Estado do Paraná por duas vezes (de 1947 a 1951 e de 1956 a 1960) e foi personagem ativo nos inúmeros casos de expropriação de terras

³⁶ Para saber mais: Silva, Joaquim Carvalho da. Terra roxa de sangue: a guerra de Porecatu. – 2. ed. rev. –Londrina : Universidade Estadual de Londrina, 2013

de caboclos, indígenas e colonos, em função de vários casos de grilagem de terras que ocorreram durante o seu governo. Como relata Lurkiv, (1999, p.53):

No caso do sudoeste do Estado, onde na década de 50 eclodiram revoltas contra companhias colonizadoras, o então governador Moysés Lupion, que “pessoalmente tinha ligações com a CITLA e suas concessionárias”, usufruía do poder para usar a terra.

Em razão da grande quantidade de conflitos, como os que ocorreram no Paraná, à questão agrária coloca a reforma agrária na agenda política. Veremos a partir do próximo subitem que a reforma agrária não trouxe grandes transformações para os camponeses e para a democratização do acesso à terra, tanto no Brasil, quanto em Pitanga. O breve resgate da reforma agrária é importante para mostrar as razões de ela ter alterado pouco a realidade da estrutura fundiária em Pitanga, pois a luta por ela também se fez presente neste território como iremos mostrar mais adiante.

Esses processos vão gerar as expropriações e desterritorializações que estão ocorrendo no espaço rural como, valorização do mercado de terras, falta de alternativas para ter acesso à terra e problemas na sucessão familiar, o que será melhor debatido a seguir.

2.2 A CONSOLIDAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E SEUS IMPACTOS NO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO/DESTERRITORIALIZAÇÃO EM PITANGA - PR.

Em 1963 a questão agrária entrou definitivamente na agenda do Estado através do apoio do ex-presidente João Goulart que procurou obter apoio político e social, para promover as reformas consideradas estruturantes, entre elas, a que teve maior impacto, a reforma agrária. Assim:

Em março de 1963, o presidente João Goulart estimulou uma reforma constitucional que possibilitasse o pagamento das desapropriações de terra a prazo. Em maio do mesmo ano, o projeto de emenda foi derrotado com os

votos dos parlamentares de um dos partidos que formavam a base de apoio do seu governo. Essa ruptura assinalou o início do processo de deposição de Goulart, por uma conspiração entre os partidos de direita, os militares e o governo norte-americano. (SAMPAIO, 2010, p.401)

A deposição de João Goulart foi considerada uma grande vitória da chamada conspiração. A grandiosidade que o tema tomou na época levou a elite a considerar que foi uma de vitória contra a “revolução comunista” no Brasil. Com a tomada do poder pelos militares, a questão agrária foi excluída da agenda política. Mas, para conter os ânimos dos expropriados do campo em 1964:

[...] os militares editaram uma lei de reforma agrária – o Estatuto da Terra. Isso, contudo, não significou efetiva atenção governamental ao problema da terra. Pelo contrário, com a ascensão dos militares ao poder, qualquer mobilização em torno da reforma agrária tornou-se objeto de repressão. (SAMPAIO, 2010, p.401)

O Estatuto da Terra ficou conhecido como a lei da reforma agrária. Este, definiu o que era a propriedade da terra no Brasil e implantou a desapropriação por interesse social, bem como a compra de terras pela União para efeito de reforma agrária:

Pode até parecer uma ironia o fato de ter sido justamente no primeiro governo militar de Castelo Branco, que se modificou e acabaram com os limites impostos na forma de pagamento da expropriação de terras presente no Art. 141, da Constituição de 1946. Outro aspecto importante é que se diferenciaram também as propriedades urbanas da rural, permitindo que essa última fosse expropriada em títulos especiais da dívida pública. A modificação foi legalizada através da Emenda Constitucional nº 10, de 9 de novembro de 1964. Tal Emenda estabelecia que para condicionar o uso da propriedade ao bem estar social “a União poderá promover a expropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento prévio e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária (...) resgatáveis no prazo máximo de 20 anos” (GERMANI, 2006, p.139 – 140)

O Estatuto da Terra de 30 de novembro de 1964 foi criado em meio a grandes discussões sobre dois temas: a reforma agrária e a modernização da agricultura. A primeira, defendida pelos movimentos sociais e pelos camponeses da época, era

considerada por estes a solução para as desigualdades no campo. Já a segunda, defendida pela elite agrária e pelos países capitalistas como Estados Unidos, os quais procuravam mostrar que o problema no campo seria resolvido com a mecanização da lavoura e a introdução de tecnologias que aumentariam inúmeras vezes a produtividade.

Pois, segundo o Estado, era preciso quebrar com o atraso da agricultura tradicional que criava pobres no campo, como relata Silva (2004, p.20) “(...) A modernização era identificada ao desenvolvimento, à cidade e à industrialização”.

Neste embate é claro que os movimentos sociais do campo e os camponeses saíram derrotados, vencendo o projeto modernizador que ficou legitimado com a implantação do regime militar. Silva (2004. p. 20) atesta que:

Com a implantação do regime militar, em 1964, a tese da modernização foi vitoriosa. Vale lembrar ainda que essa vitória se deveu, fortemente, à influência do governo dos Estados Unidos, que, mediante a denominada Aliança para o Progresso, visava a aumentar seu poderio econômico por meio da venda de produtos industrializados, sobretudo máquinas e insumos agrícolas. Após o golpe de 1964, os militares seguiram fielmente as determinações da *Law and Development* e da *Modernization of Law*, cujas orientações destinavam-se aos programas de assistência econômica-comercial aos países do chamado Terceiro Mundo.

Com a opção pela modernização dos latifúndios em detrimento da democratização do acesso a terra, o Estado tentou resolver o problema da improdutividade dos latifúndios e a substituição da mão de obra, ou seja, do trabalho vivo pelo morto, pois além de escasso, os trabalhadores começaram a ganhar direitos com o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. Na tentativa de resolver o problema de terras do país e os conflitos gerados em função da luta pela terra:

[...] a criação do Estatuto da Terra pela Lei nº 4504 (de 30 de novembro de 1964), por meio da qual se visava, prioritariamente, a modernização do campo mediante o aumento da produção e da produtividade. A partir daí, a paisagem rural mudou radicalmente. Milhares de máquinas, tratores e insumos agrícolas substituíram paulatinamente a maneira de produzir até então existentes. A modernização da agricultura significou, basicamente, o aumento e a consolidação da expansão capitalista, cujo o resultado foi a chamada industrialização do campo, com a presença de grandes empresas nacionais e internacionais e a concentração acelerada da terra e da renda (SILVA, 2004, p.21)

A segurança que o governo militar dava às elites agrárias garantiu que a reforma agrária fosse praticamente esquecida dentro da agenda do Estado durante todo o regime ditatorial que durou até 1985, quando um civil assume a presidência do país. Ao mesmo tempo, os grandes proprietários e as empresas rurais aproveitavam os incentivos para a mecanização da produção agrícola que ficou conhecida como Revolução Verde.

Durante todo o governo militar, a modernização da agricultura foi elevada a *status* de prioridade para o espaço rural. Em Pitanga, a mecanização intensificou-se a partir dos anos de 1980, com os incentivos dados pelo Estado por intermédio de recursos financeiros concedidos na forma de financiamentos e pela implantação das cooperativas agroindustriais.

O golpe militar (1964) também significou vinte anos de atraso nas discussões sobre a reforma agrária (a redemocratização só ocorreu em 1985) fato que colaborou para o aumento da revolta dos camponeses, gerando mais força para as mobilizações. O momento que o país passava de crise econômica da dívida externa, também foi importante para conseguir aumentá-las apesar de toda a opressão feita sobre os militantes. Estávamos mergulhando em uma recessão econômica oriunda da crise da dívida externa, com uma acelerada urbanização, uma crescente gama de excluídos no campo e desempregados na cidade que viram a luta pela terra como uma opção para continuar se reproduzindo.

Durante este momento, movimentos sociais do campo se organizavam com o apoio da CPT e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, começando assim a lutar pela reforma agrária no estado. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) foram os grandes responsáveis por mobilizar os trabalhadores e camponeses desterritorializados, para ocupações e manifestações, com o objetivo de democratizar o acesso à terra.

Em Pitanga, o MST foi fundamental na luta pela terra, devido às expropriações e conseqüentemente à desterritorialização de muitas famílias, as quais foram protagonistas de grandes disputas com o Estado e com os capitalistas do campo em favor da reforma agrária. Como Pitanga foi uma região onde o estado do Paraná concedeu grandes extensões de terras por meio de concessão, para a exploração da

madeira por determinado período, existiam terras devolutas que estavam sendo ocupadas por políticos e grandes fazendeiros de forma ilegal.

Desta forma, algumas delas foram ocupadas por integrantes do MST. Este foi o caso do Assentamento no Novo Paraíso, hoje pertencente ao município de Boa Ventura de São Roque-PR. Outras áreas foram adquiridas pelo INCRA para assentar pessoas que estavam em outras ocupações, como no caso do Assentamento Vale da Serra em Pitanga que recebeu famílias das terras da Araupel, como conta Leing (2012, p.38):

Os grupos que se deslocaram para o Vale da Serra provêm de acampamentos do MST nos municípios de Espigão Alto do Iguaçu e de Rio Bonito do Iguaçu. Apesar da localização em municípios distintos, ambos estavam edificadas em rodovias que circundavam o Araupel. Esta área, que é um dos maiores assentamentos de reforma agrária do Brasil, e que à época já contava com mais de três mil famílias, fazia parte de uma área ainda maior, pertencente à empresa cujo nome foi dado ao lugar. Os acampados à beira da estrada exerciam pressão sobre o Estado, para que o restante da área também fosse desapropriado e convertido em assentamento.

No caso do Assentamento Novo Paraíso, a sua criação foi após a ocupação realizada em 1989 na fazenda Cunha que estava na mão de deputados estaduais sendo responsáveis por reterritorializar famílias oriundas de vários municípios do Paraná como Campina do Simão-PR, Coronel Vivida-PR, Santa Maria do Oeste-PR, Capanema-PR, Santa Izabel do Oeste-PR e Pitanga.

Além dessa reterritorialização que a reforma agrária proporcionou em Pitanga, os assentamentos também ajudaram na reconfiguração territorial dos municípios da região, pois todos estavam perdendo população e o único movimento reverso foi com a reforma agrária. O QUADRO 4, mostra em números esse processo.

Nome do Assentamento	Nº de Famílias	Área (ha)	Data da desapropriação	Município
VALE DA SERRA	70	2.272,03	30/07/2002	Pitanga
NOVA ESPERANÇA	40	672,23	27/03/1995	Pitanga
A ESTRELA DO OESTE	95	2.136,36	04/03/1997	Santa Maria Do Oeste
NOVO PARAÍSO	42	976,16	27/03/1995	Boa Ventura De São Roque
NOVE DE JULHO	49	1.318,75	27/03/1995	Boa Ventura De São Roque
ARAGUAÍ	217	4.387,00	30/12/1985	Santa Maria Do Oeste
RECANTO FELIZ	16	357,00	03/03/1998	Santa Maria Do Oeste
ESTRELA DO OESTE	130	2.136,36	04/03/1997	Santa Maria Do Oeste
TOTAL	659	14.246,89	-	-

QUADRO 4 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS, ÁREA E DATA DE DESAPROPRIAÇÃO SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO ATUAL. FONTE: INCRA (2011) NOTA: OS ASSENTAMENTOS DE SANTA MARIA DO OESTE E BOA VENTURA DE SÃO ROQUE ESTÃO NA TABELA EM RAZÃO DE QUE FIZERAM PARTE DE PITANGA DURANTE A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA, PASSANDO PARA OS REFERIDOS MUNICÍPIOS APENAS EM 1994 E 1995 EM DECORRÊNCIA DA EMANCIPAÇÃO DESTES.

O QUADRO 4 revela que ao todo foram assentadas 659 famílias nos três municípios em uma área de 14.246,89 ha que foram destinadas à agricultura

camponesa. Destes números, em Pitanga existem como já relatado 110 famílias em 2.944,26 ha. Nesse sentido, os camponeses assentados sofreram bruscamente com a expropriação capitalista de suas terras e de seu trabalho, logo, buscaram por meio do conflito e da mobilização social conquistar um novo território. A prerrogativa do Estado que como vimos anteriormente criou leis para colocar em poucas mãos grande parte das terras agricultáveis do país gerando vários conflitos, como descrito a seguir:

[...] conflitos sociais decorrentes da luta pela terra, produto dos confrontos que envolvem proprietários (particularmente latifundiários/grileiros), usufrutuários e trabalhadores, especialmente os sem terra, que têm suas fileiras engrossadas pelos atingidos por barragens, posseiros, pescadores artesanais, desempregados tanto dos campos quanto das cidades, mostram a ausência de referenciais por parte do Estado, capazes de levar a termo a Reforma Agrária, ampla, democrática e radial. (THOMAZ JR. 2005, p.18)

Se observarmos bem o ano da desapropriação das áreas no QUADRO 5, verificamos que é justamente quando o espaço rural da região de Pitanga começou a sofrer maior transformação em função da mecanização da lavoura, criando portanto, uma quantidade muito grande de trabalhadores sem-terra desterritorializados.

O QUADRO 6 mostra as ocupações de terra na microrregião de Pitanga, veremos nele o quanto movimentado foi a década de 1990 e início da primeira década do século XXI.

Município da Microrregião de Pitanga	Imóvel	Famílias	Movimento Social	Dia	Mês	Ano
Boa Ventura de São Roque	Fazenda Volta Grande	40	OAC	13	11	2005
Laranjal	Fazenda Vale do Cantu	260	MST	1	10	2001
Laranjal	Fazenda Legendária	N.I.	N.I.	7	9	1997

Município da Microrregião de Pitanga	Imóvel	Famílias	Movimento Social	Dia	Mês	Ano
Laranjal	Fazenda Syracuse	70	MST	8	0	1997
Laranjal	Fazenda Pedra Branca II	120	N.I.	20	10	1998
Laranjal	Fazenda Grégio	200	MST	3	7	1998
Laranjal	Fazenda Syracuse	50	MST	16	1	1999
Laranjal	Fazenda Cristo Rei	280	MST	9	10	2003
Laranjal	Fazenda Conceição	500	MST	15	8	2003
Laranjal	Fazenda Irmãos Gréggio	400	MST	23	8	2003
Laranjal	Fazenda Chapadão	400	N.I.	17	10	1993
Laranjal	Fazenda Bandeirantes	120	OTC	16	6	2004
Laranjal	Fazenda Cristo Redentor	280	OTC	4	2	2004
Laranjal	Fazenda Cavichiolo	37	MST	28	1	1998
Laranjal	Fazenda Bela Amanhã	200	MST	28	7	1996
Palmital	Fazenda Pedra Bonita	60	N.I.	9	7	1994
Palmital	Fazenda Comil	N.I.	MST	28	7	1996

Município da Microrregião de Pitanga	Imóvel	Famílias	Movimento Social	Dia	Mês	Ano
Palmital	Fazenda N. S. Aparecida	10	MST	5	8	1999
Pitanga	Acampamento na PR-466	60	N.I.	23	4	1999
Santa Maria do Oeste	Fazenda Guarooeste	180	MST	17	4	1996
Santa Maria do Oeste	Fazenda Guará	N.I.	MST	17	4	1996
Santa Maria do Oeste	Fazenda Perpétuo Socorro	320	MST	18	4	1996
Santa Maria do Oeste	Fazenda Perpétuo Socorro	130	N.I.	29	12	1997
Santa Maria do Oeste	Fazenda Perpétuo Socorro	70	N.I.	2	3	1998

QUADRO 5 – OCUPAÇÕES DE TERRA NA MICRORREGIÃO DE PITANGA-PR, SEGUNDO MUNICÍPIO, IMÓVEL, FAMÍLIAS, MOVIMENTO SOCIAL E DATA.
 FONTE: DATALUTA, ORG: MARQUES (2008) ADAPTADO PELO AUTOR.

Assim, em Pitanga temos o registro do acampamento na PR-466, ou seja, em nenhuma área em específico. Esse acampamento serviu para fazer pressão para a criação dos assentamentos Vale da Serra e Nova Esperança. Desta data até o ano de 2015, não houve mais nenhuma ocupação em Pitanga. Houve mobilizações em favor de renegociação de dívidas pelos bancos, mas não reivindicando novas áreas.

Como grande parte das ocupações ocorreram na década de 1990, a criação da maior parte desses assentamentos foi só a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), época que o movimento ganhou definitivamente destaque nacional

em razão das grandes ocupações e mobilizações. “(...) Quando observamos os dados de lutas pela terra após a posse de FHC, notamos um crescimento expressivo das ações do MST, que se prolonga até 1998-99” (MORAIS, 2006, p.101) após essa data as ocupações começam a diminuir, como ilustram os gráficos que vem na sequência (GRÁFICO 9 E 10).

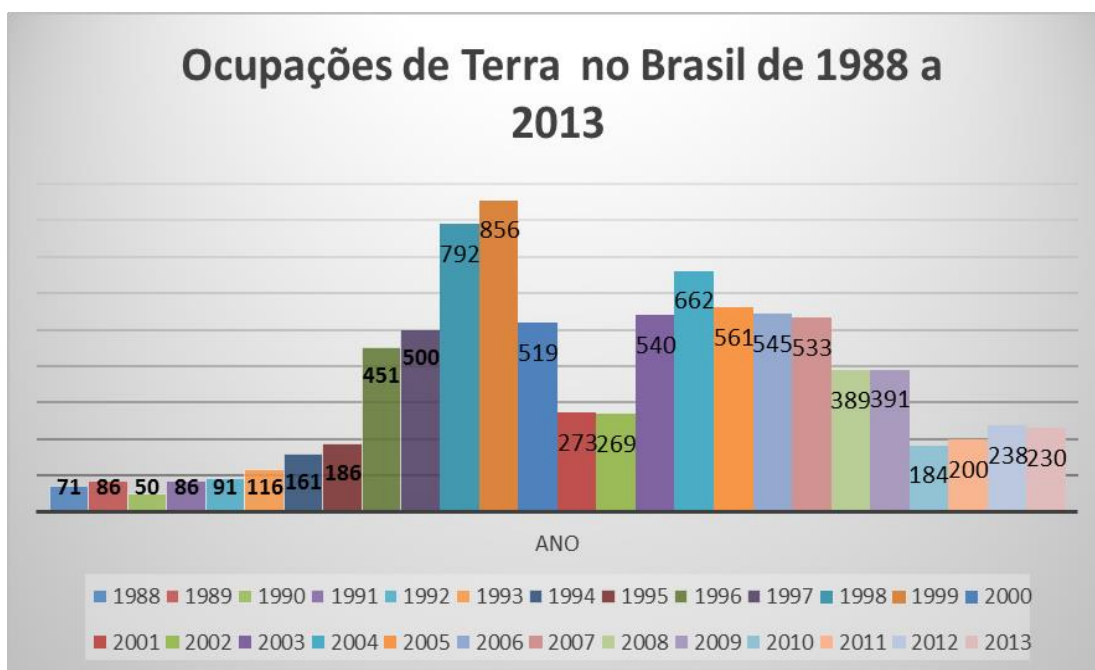


GRÁFICO 9 – OCUPAÇÕES DE TERRA NO BRASIL DE 1988 A 2013.
 FONTE: DATA LUTA (2011) E CPT (2013)

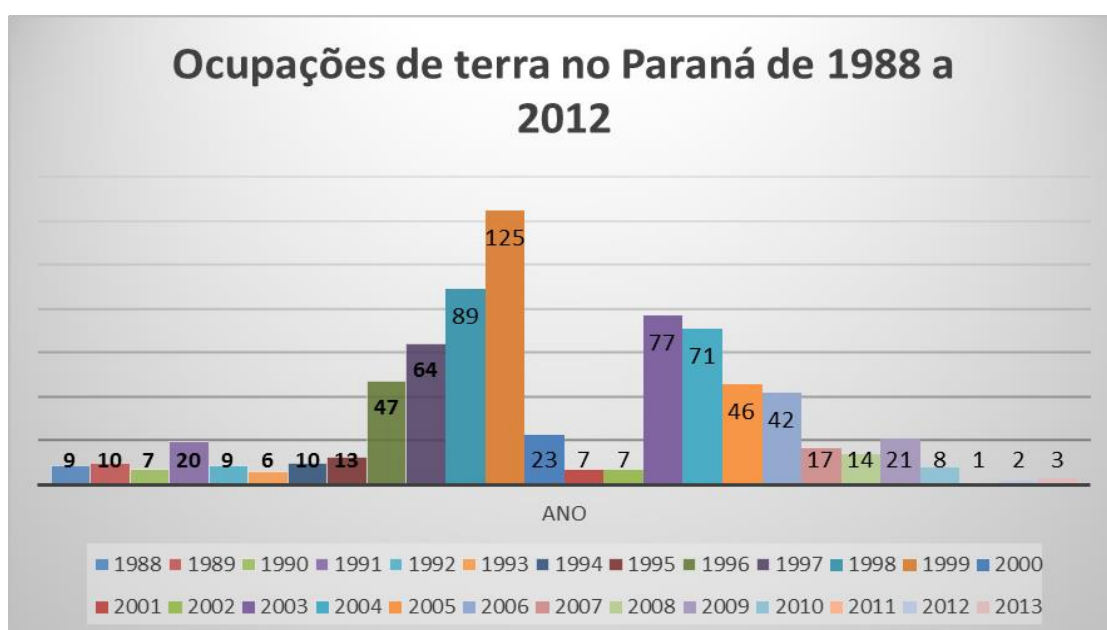


GRÁFICO 10 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES DE TERRA NO PARANÁ POR ANO DE REFERÊNCIA DE 1988 A 2013.

FONTE: CPT (2014) E DATA LUTA (2011).

Com a redução das ocupações de terras de 2004 a 2013, diminuiu também, o número de assentamentos criados, ou seja, a diminuição das ocupações não significou considerando o Brasil como um todo, o aumento de famílias assentadas como podemos ver no GRÁFICO 11. Explicações para esses fatos vão desde a ordem política, até a ordem econômica social.

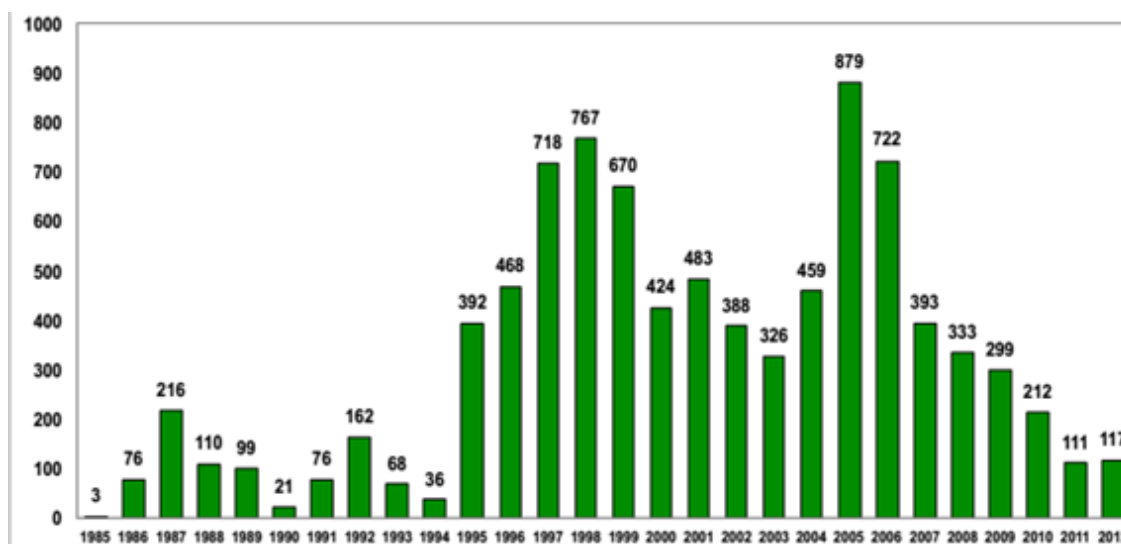


GRÁFICO 11 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS CRIADOS DE 1985 A 2012 NO BRASIL.

FONTE: DATA LUTA, (2013).

Com relação a ordem política, com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência com o apoio do MST e com a promessa de realizar de maneira efetiva a reforma agrária, o movimento diminui as suas mobilizações para a criação de novos assentamentos, concentrando as suas ações em na busca de apoio para reestruturar os já existentes, também canalizando a suas lutas contra o capitalismo no campo e a sua desordem social.

Outro fato que muitos estudiosos apontam para essa queda é a cooptação de lideranças dos movimentos para dentro do governo, o que teria comprometido a mobilização de novas ocupações. Druck (2006, p. 330 – 331), relata esse processo quando analisa o fim do primeiro governo do ex-presidente Lula:

Hoje, ao chegar no quarto e último ano de mandato, o Governo Lula da Silva não só não se constituiu nessa possibilidade, como optou em dar continuidade à aplicação e defesa de uma política econômica neoliberal. E, conseqüente com a base ideológica e política do neoliberalismo, vem atuando no sentido de desmobilizar os movimentos sociais, de anular a força autônoma e independente do movimento sindical, através de uma permanente cooptação de suas direções e de um processo de “estatização” das organizações dos trabalhadores (sindicatos e partidos, especialmente, o Partido dos trabalhadores

Quanto à ordem econômico-social, é um momento que o país está vivendo, com taxa de desemprego baixa, maior número de recursos disponibilizados para políticas de redistribuição de renda, como o bolsa família e a criminalização dos movimentos sociais pelo Estado e pela mídia que ajudou a formar uma imagem muito negativa sobre as estratégias usadas para fazer caminhar a reforma agrária.

Em Pitanga não ocorreram mais ocupações de terras após a criação dos assentamentos mostrados no QUADRO 5, mas isso não é reflexo de que o problema do acesso à terra esteja acabado. Como citamos anteriormente, uma das maneiras de expropriar o camponês do campo é a falta de terra disponível para ele se reproduzir. Assim vemos que a:

[...] formulação de políticas públicas compensatórias; militarização e judicialização da questão agrária; contrarreforma agrária; reformas nos códigos de leis, etc. Esses são os efeitos correspondentes ao conjunto de ações que expressam o controle social do capital[...] (THOMAZ JR, 2003, p.10).

Toda essa ação do Estado aliado com o grande capital criou muitas dificuldades para os jovens expropriados da terra ou famílias camponesas que são desterritorializadas por esse processo, revelando o controle social do capital que o autor relata anteriormente. Diante de todos esses fatos até aqui debatidos temos a seguinte configuração da estrutura fundiária de Pitanga que continua expropriando o povo do campo (GRÁFICO 12 e TABELA 3).

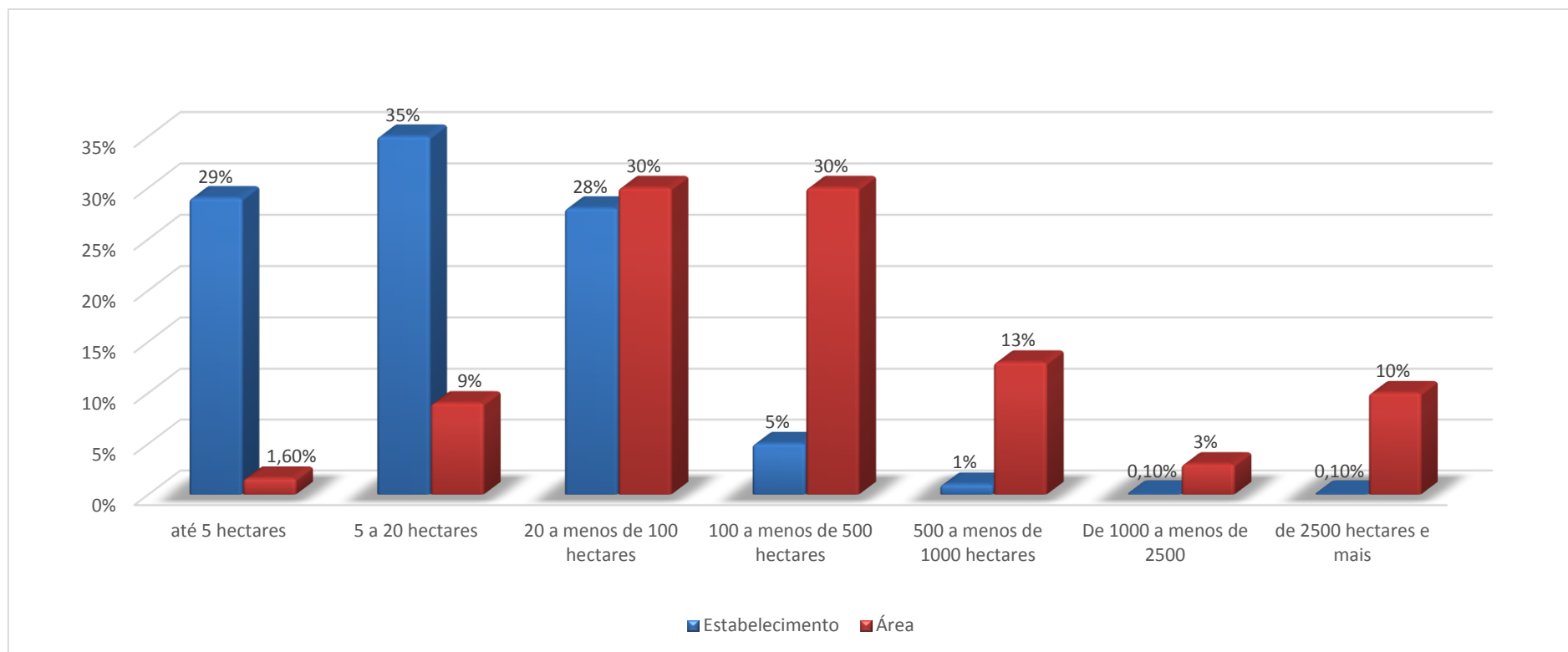


GRÁFICO 12 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE PITANGA: PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS E PORCENTAGEM DAS ÁREAS EM RELAÇÃO AO TOTAL.
FONTE: IBGE (2014). CENSO AGROPECUÁRIO (2006).

TABELA 3 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE PITANGA SEGUNDO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA EM NÚMEROS ABOSOLUTOS E PORCENTAGEM

<i>ESTRATO</i>	ESTABELECIMENTOS	%	ÁREA	%
MENOS DE 2 HÁ	478	13%	314	0,2%
2 A MENOS DE 5 HÁ	591	16%	2184	1,4%
5 A MENOS DE 10 HÁ	574	16%	4423	3%
10 A MENOS DE 20 HA	673	19%	9.785	6%
20 A MENOS DE 50 HA	708	20%	22705	15%
DE 50 A MENOS DE 100 HA	304	8%	21.434	15%
DE 100 A MENOS DE 200 HA	127	3%	17.761	12%
DE 200 A MENOS DE 500 HA	96	2%	27.692	18%
DE 500 A MENOS DE 1000 HA	28	1%	19.796	13%
DE 1000 A MENOS DE 2500 HA	4	0,10%	4.786	3%
DE 2500 HA E MAIS	4	0,10%	15.178	10%
PRODUTOR SEM ÁREA	161	4%	-	-
TOTAL	3.748	100%	146.057	100%

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO (IBGE, 2006).

Analisando o GRÁFICO 12 e a TABELA 3, vemos o quanto é concentrada a terra em Pitanga. Usando como exemplo as propriedades com até 20 ha que representam 65% dos estabelecimentos agropecuários do município, possui menos de 10,4% da área, enquanto que oito propriedades de 1000 ha, as quais representam apenas 0,20% ou seja, menos de 1 % dos

estabelecimentos, ocupam 13% da área. Segundo o Coeficiente de *Gini*³⁷ de concentração de terras, a estrutura fundiária de Pitanga é considerada muito forte (0,748), mesmo enquadramento do Brasil (0,872) e do Paraná (0,770).

Segundo o censo agropecuário de 2006 de Pitanga, a agricultura familiar representa 83% dos estabelecimentos rurais ocupando apenas 34% da área, enquanto os outros 17% de estabelecimentos ocupam 66% da área.

Esses processos ajudam a confirmar o nosso objetivo de revelar como o capital agrário conseguiu limitar o acesso à terra por meio de leis e também frear a reforma agrária que por sua vez, não surtiu efeito na concentração fundiária, Sauer e Leite (2012, p. 506) relatam que:

[...] a concentração, possui ainda uma dimensão importante, ou seja, a histórica demanda por terras no Brasil por parte daqueles segmentos que, mesmo centrando no meio rural suas expectativas de vida, produção, consumo e conquista da cidadania, sempre estiveram excluídos do acesso às mesmas, acesso que favoreceria uma distribuição mais equânime dos imóveis rurais, aliados aos processos de justiça social e democratização fundiária.

Esse processo é um dos principais responsáveis pela expropriação e desterritorialização do camponês, pois sem a terra ele não consegue gerar renda e o jovem não vê futuro em ficar no campo, restando a opção de migrar para a cidade se tornando um proletário ou continuar no campo resistindo as pressões do capital.

Outra forma de expropriação que esta estrutura fundiária concentrada gera nos dias de hoje é a sucessão familiar que segundo Stropasolas (2011, p.26):

O processo sucessório é reconhecido como a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar, a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor (a). Assim, além da reprodução entre as gerações de um patrimônio material, particularmente da propriedade da terra, a continuidade do processo sucessório na agricultura familiar implica também a

³⁷ classificado pelo IPARDES (2007) em 5 níveis de concentração: fraca, menor de 0,251; média, de 0,251 a 0,500; forte, de 0,501 a 0,700; muito forte, de 0,701 a 0,900; e, absoluta, de 0,901 a 1,

transmissão de um patrimônio histórico e sociocultural. Embora essa transferência de saberes tenha sempre estado presente na agricultura familiar, verifica-se atualmente uma forte tendência a uma ruptura no processo.

Em uma das propriedades visitadas durante os trabalhos de campo, ficou nítido o processo de expropriação gerado pela sucessão familiar. A família é composta por cinco irmãos que vivem em uma área de 20 hectares no total, assim não existia a possibilidade de todos continuarem se reproduzindo nela em função do seu tamanho, dessa forma, os mesmos foram sendo desterritorializados.

Assim, o primeiro a migrar foi o irmão mais velho, depois foram às irmãs, restando apenas o irmão mais novo que continuou vivendo com os pais para ajudar na produção gerada na referida área. Ou seja, de cinco irmãos apenas o filho mais novo continuou vivendo no campo, fato que é muito comum dentro da agricultura camponesa. Este que permaneceu foi o que mais se envolveu nos afazeres diários, logo ganhou o “direito” de permanecer na propriedade enquanto os outros se migraram para cidade encontrar emprego e construir suas famílias longe do campo.

Silva (1998, p.5) também relata esse processo de seletividades dentro da agricultura camponesa:

Se no passado todos herdavam, na atualidade, para haver herança para alguns, é necessário que outros sejam excluídos. Daí vem à migração constante dos excedentes populacionais de herdeiros nessa agricultura familiar, provocando o êxodo rural em condições muito conhecidas no Brasil, que são a formação de amplas periferias faveladas em grandes centros urbanos. Devido à impossibilidade do atendimento a todos os potenciais herdeiros, os que não são selecionados acabam recorrendo ao mercado de trabalho urbano.

As mulheres são expropriadas/desterritorializadas do campo, principalmente pela falta de oportunidades, que vai além da terra e da renda, como por exemplo, uma questão de gênero. Sabemos que dentro da agricultura camponesa ao homem é destinado o espaço da produção e da gestão da propriedade, sobrando pouco espaço para as mulheres. Estas se envolvem mais

no cuidado da casa com a mãe (no caso das filhas), dos animais e alguns períodos que exigem mais mão-de-obra, como na colheita.

Resumindo, vemos que as mulheres não são preparadas, nem estimuladas a se envolver em todas as atividades desenvolvidas no dia-a-dia da propriedade. Claro que isso não se resume somente a elas, mas com certeza elas são as mais atingidas por esse processo que também é expropriante. Assim concordamos novamente com Stropasolas (2011, p. 27) quando argumenta que dentro da sucessão familiar:

[...] há que se considerar especialmente as distintas perspectivas entre homens e mulheres, em detrimento das últimas, cujas motivações para permanecer na agricultura se estreitam cada vez mais diante da tendência ampla à exclusão da herança da propriedade (como também da dupla jornada de trabalho e da pouca valorização dos seus esforços produtivos) vivenciada pelas sucessivas gerações de mulheres.

O desvinculo com as atividades da propriedade, leva as mulheres, muitas vezes, a nem questionar o porquê da escolha do irmão para continuar com os pais na propriedade, pois já veem como natural o fato de que precisarão partir para outro local que geralmente é a cidade em busca de estudo e trabalho.

Destaca-se que mesmo nas propriedades camponesas onde é possível a permanência dos filhos, muitas vezes, não é o suficiente para que os mesmos permaneçam no campo.

Durante a pesquisa a campo, notamos que os jovens têm pouco ou nenhuma autonomia financeira, nem de trabalho em relação às atividades que são desenvolvidas na unidade camponesa. Isso se explica na centralização da figura do chefe da família a gestão da produção, a comercialização e a administração dos recursos que são gerados. Por essa razão, o jovem acaba concebendo que o seu trabalho é apenas para ajudar a família, criando uma visão de que o campo não gera renda e que não existe trabalho para que ele permaneça na propriedade.

A fala de uma camponesa que migrou para Santa Catarina quando era jovem revela esse processo: “**Autor:** Como era a sua vida no campo? **Sra.**

Tereza: Bem sofrida, trabalhava na roça direto, não tinha emprego, não tinha ganho nenhum...” (TEREZA³⁸, 2013).

Além desse fato, a modernização da agricultura, somada às outras mudanças da agricultura camponesa, devem ser consideradas na hora de creditar o desestímulo dos jovens a permanecerem no campo, pois segundo Anjos *et al.* (2006) antes desse processo eram os pais que passavam de geração em geração os conhecimentos que deveriam ser empregados na prática agropecuária, sendo assim um ritual passar os saberes para os filhos e prepará-los para seguir a profissão dos pais. Mas com as novas práticas de integração com indústrias, como a de suinocultura, dos laticínios ou a exigência da aplicação de um pacote tecnológico para produzir determinada planta, implicaram em um rompimento nesse ritual, fazendo os filhos diminuírem ainda mais o desejo de permanecer no campo.

Além desse fato, Anjos *et al.* (2006) que estudou alguns municípios do Rio Grande do Sul relata que:

Nesse contexto, a realidade demonstra que os problemas relacionados à sucessão na agricultura familiar não podem ser reduzidos única e exclusivamente à dinâmica da agricultura e dos processos a ela relacionados. A transformação radical operada nas condições de produção, com o advento da mecanização e dos insumos modernos, não esteve acompanhada, no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, com a melhoria das condições de vida da população residente no campo e nas pequenas localidades, que, salvo raras exceções, permanecem sob o signo da precariedade dos serviços sociais básicos (saneamento, saúde, segurança e educação). As representações em torno dos espaços rurais ou não-metropolitanos identificam-lhes como lugares do “não desenvolvimento”. As famílias rurais, ao fim e ao cabo, internalizam essas visões como uma espécie de fatalidade a que inexoravelmente acham-se submetidas.

Assim, muitos procuram os estudos para garantir a sua reprodução no futuro. Entretanto, esse estudo tem pouca relação com o rural, principalmente em Pitanga, onde cursos como agronomia e veterinária só são ofertados em Guarapuava/PR que fica a mais de 80 km da sede da cidade e a única universidade pública oferece esses cursos em período integral. Esse fato dificulta ainda mais a permanência, sem falar que não existe praticamente nada

³⁸ Entrevista feita durante os trabalhos de campo

de assistência estudantil, como casas de estudantes e restaurante universitário com preço acessível aos estudantes. Silvana, uma jovem camponesa de vinte e sete anos relata que não deseja mais permanecer no campo: “**Autor:** Você deseja ficar no campo? **Silvana:** Acho que não..., eu não, a sei lá, não dá nada né... eu tô estudando e não vou ficar lá, eu faço técnico de enfermagem” (SILVANA, 2014)³⁹.

Esse também foi o caso do filho do Sr. Dionísio que se formou em história e hoje vive em Santa Catarina. Essa desterritorialização não fica restrita ao filho. Os pais com idade avançada não conseguiam mais desenvolver as atividades na propriedade e sem nenhuma esperança de que o filho retornasse para a mesma, decidiram por vendê-la e se mudaram para a cidade viver da aposentadoria, como relata o mesmo:

[...] eu tinha o meu filho pra cuidá do gado, daí eu ficava na propriedade, se ele continuasse eu ia fica, porque eu tinha ele pra cuidá das criações, eu só saia pra faze o financiamento e ele cuidava daí nós estava tranquilo, mas daí eu sozinho, eu vou pedi ajuda pra quem? Ninguém que trabalha mais, eu vou pedi pra um cara no mato ele não vem te ajuda, não tem tempo. [...] Agora nós não né, larga de estudo, larga da profissão pra cuida de vaca? I não né, vaca é só pra gente que nem nós já de idade, vamos dizer ter um pra cuidá e nós pra orientá, [...] quando ele tava aqui ele me ajudava, ele fazia tudo, recolhia as vacas de manhã, pegava o cavalo recolhia o gado na mangueira 40, 50 cabeça tocava no tronco né, as vezes até vacinava, mas agora tava sozinho, daí quando ele foi pra Santa Catarina pra vive, daí **acabo tudo né** [...]. (grifo nosso)

Mesmo ele demonstrando possuir uma imagem negativa do campo, o que também pode ter influenciado o seu filho a migrar para a cidade, o Sr. Dionísio projeta como seria a vida deles se o filho tivesse permanecido na propriedade, ou seja, apesar de ter incentivado ele a buscar o estudo e se mudar para a cidade, o Sr. Dionísio sente que poderia ter permanecido no campo e que não teria a necessidade de vender o seu sítio. Assim concordamos com as palavras de Stropasolas (2011, p.26-27):

O questionamento por parte dos jovens rurais, sobretudo pelas filhas dos agricultores, sobre sua condição social marcada pela falta de

³⁹ Entrevista realizada em 17/08/2014.

autonomia e de oportunidades de renda e a recusa em seguir a profissão dos pais ao migrarem para as cidades têm comprometido a continuidade e o papel que os empreendimentos familiares exercem no desenvolvimento econômico e social da grande maioria dos pequenos municípios.

Ainda dentro da questão da sucessão familiar na agricultura camponesa, outra forma que pode desterritorializar os camponeses no meio rural e que está ligada a questão da terra é na hora da partilha da herança familiar, pois, grande parte das famílias ainda são compostas por muitos filhos e a propriedade é pequena, na hora de dividir entre eles a terra geraria pequenas parcelas que não têm a mínima capacidade de garantir a reprodução das famílias já consolidadas dos herdeiros como relata este camponês, o Sr. José “Oia, ali ele tá trabalhando só pra ele por enquanto, mais não sei se mais tarde não vai ter que dividir com as irmã né por que deles faz parte das terra”. Dessa forma, ou um dos filhos compra parte dos outros herdeiros, ou vendem a propriedade e repartem o dinheiro gerado pela venda, desterritorializando todos do campo, já que o dinheiro não vai ser suficiente para que eles comprem outra área em razão da valorização das terras no mercado.

Nesse contexto, o preço da terra é extremamente desterritorializante/expropriante, pois, como o mercado de terras leva apenas em consideração a capacidade de geração de lucro, o valor é extremamente alto, o que impossibilita que um jovem camponês, por exemplo, consiga comprar certa quantidade de terra para se reproduzir, seja com a herança ou com outro recurso.

Segundo a SEAB/DERAL no ano de 2013 um hectare de terra em Pitanga do tipo roxa mecanizada, custava 13.239 reais e a mecanizável 9.231 reais, ou seja, para que um camponês possua pelo menos um módulo rural que no caso de Pitanga, são 20 ha, ele precisa de pelo menos 264.780 reais (GRÁFICO 13 e 14).

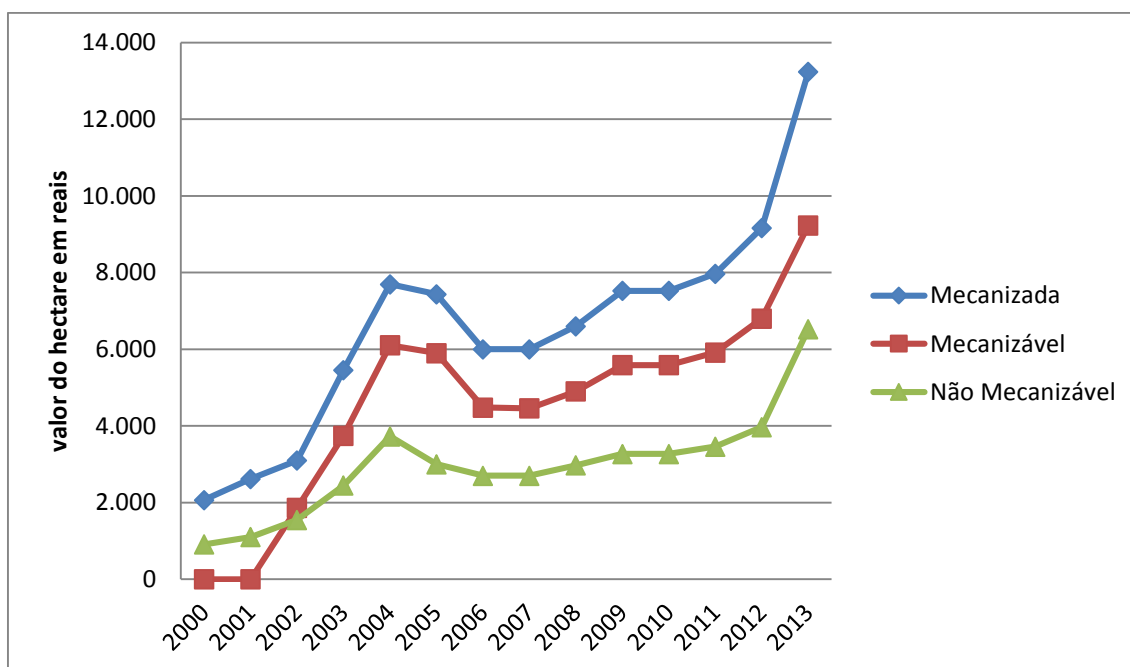


GRÁFICO 13 PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA TIPO ROXA EM PITANGA/PR - VALOR EM (R\$) - POR HECTARE - TIPO DE SOLO - 2000 ATÉ 2013.

FONTE: SEAB/DERAL (2013) ADAPTADO PELO AUTOR.

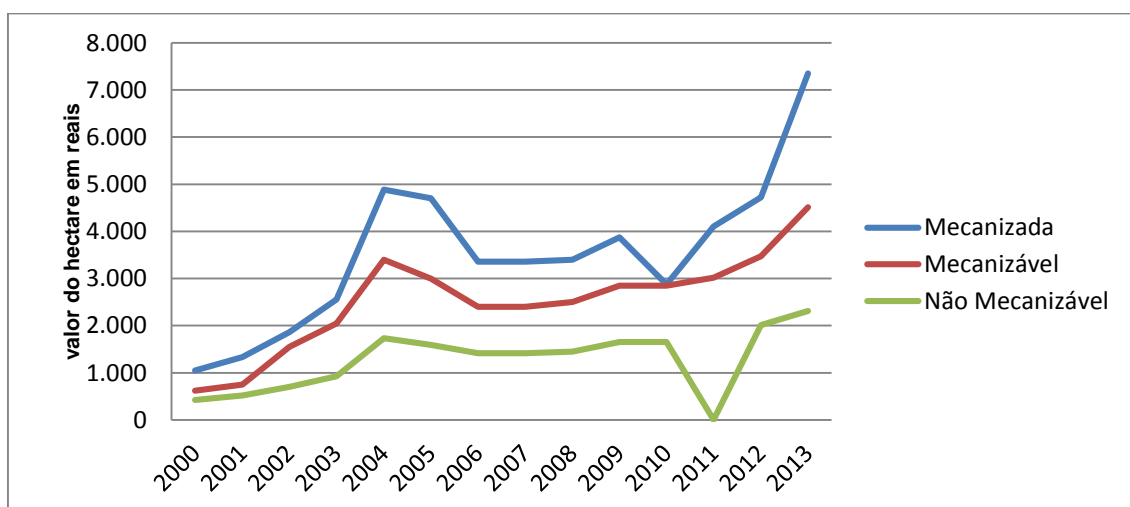


GRÁFICO 14 PREÇO DA TERRA AGRÍCOLA TIPO MISTA EM PITANGA/PR - VALOR EM (R\$) - POR HECTARE - TIPO DE SOLO - 2000 ATÉ 2013.⁴⁰ FONTE: SEAB/DERAL (2013) ADAPTADO PELO AUTOR.

⁴⁰ MECANIZADA- São áreas destacadas, sem restrições para o preparo do solo e plantio, cuja declividade (permite operações com máquinas e implementos agrícolas motorizados, podendo estar sendo cultivada ou em pousio, independente da cultura existente, incluindo várzea sistematizada. MECANIZÁVEL - São áreas cuja declividade do solo (topografia) permite operações com máquinas e implementos agrícolas motorizados.). NÃO MECANIZÁVEL- São áreas cujo relevo e/ou profundidade do solo são desfavoráveis à execução de operações ou práticas agrícolas com máquinas e implementos motorizados, permitindo, porém, o plantio manual ou a tração animal. (SEAB, 2015).

Uma forma de analisar como o sistema capitalista comanda o preço das terras, (GRÁFICO 13 e 14) verificamos que em períodos onde o preço das *commodities* agrícolas está mais baixo como no período de 2005 a 2007, o preço do hectare diminuiu ou interrompe uma sequência de alta, em ano de supervalorização, quando os preços dispararam no mercado nacional/internacional, houve uma nova valorização das terras como observamos de 2011 a 2013.

Sauer e Leite (2012) relatam também que o aumento do valor da terra no Brasil, também está associado a investimentos estrangeiros e esse interesse global por terras é a mesma razão da valorização em Pitanga:

O interesse global por terras, associado à demanda mundial por *commodities* agrícolas e não agrícolas e à valorização dessas no mercado internacional, tem provocado uma elevação dos preços. Constatado pelo citado estudo do Banco Mundial (2010), o aumento de preço das terras brasileiras também vem sendo regularmente anunciado como um dos efeitos desse processo (SAUER; LEITE, 2012, p.504).

Podemos ainda relacionar com a questão do preço da terra, o nível de modernização da produção, pois, apenas durante o período de 2000 a 2013 a terra mecanizada do tipo roxa aumentou 640% o seu valor, esse processo revela a expropriação que Martins comentava desde 1991 e continua se reproduzindo nos dias atuais:

Em virtude do preço exorbitante da terra nos seus lugares de origem, esses agricultores não têm condição de ampliar suas próprias oportunidades de trabalho e de garantir a seus filhos, que crescem e constituem família, a possibilidade de continuarem na lavoura. Só lhes resta migrar. (MARTINS, 1991, p.47)

Vemos com esses dados que ficou ainda mais difícil o acesso à terra por meio da compra, seja com recursos próprios, ou por políticas de Financiamento, como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Esse programa:

[...] é um conjunto de ações que visa, por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais e investimentos básicos e produtivos que permitam estruturar os imóveis adquiridos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003. (SEAB, 2013)

O PNCF é um programa incentivado pelo Banco Mundial, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que tem por objetivo oferecer aos camponeses com pouca terra e aos trabalhadores rurais sem-terra, linhas de crédito para comprar um imóvel rural visando:

[...] contribuir para a redução da pobreza rural e a consolidação da agricultura familiar, para a melhoria da qualidade de vida, mediante o acesso a terra e o aumento de renda dos trabalhadores rurais. Os recursos são totalmente reembolsáveis pelos beneficiários da Linha CAF⁴¹ e parcialmente pelos beneficiários da linha CPR⁴². O PNCF busca também contribuir, pela viabilização do acesso à terra, para a redução das desigualdades sociais, de gênero, raça, geração e etnia (SEAB, 2013).

Além do imóvel o beneficiado por essa política, teria o direito de financiar a construção da sua casa para investir na produção, como melhoramento de solo, compra de implementos, junto com apoio técnico, podendo ainda ser acessado de forma coletiva ou individual.

Este projeto que tem um viés neoliberal, teve origem no primeiro mandato de governador de Tasso Jereissati em 1987 no estado do Ceará, posteriormente foi incorporado em nível nacional no primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como relata Ramos (2013, p.62):

Em nível nacional, o projeto neoliberal ganhou força com o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Como forma de oposição aos movimentos socioterritoriais camponeses, especialmente o MST e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), intensificaram a luta pela terra com vista a realizar a pressão necessária para avançar a reforma agrária e a oposição ao projeto político-econômico em curso.

⁴¹ Consolidação da Agricultura Familiar (CAF)

⁴² Combate à Pobreza Rural (CPR)

Neste programa o agricultor seleciona a terra que deseja comprar ficando às instituições “apenas” a verificação da veracidade do que foi informado no projeto de financiamento. Para acessar a política, o camponês precisa ser proprietário de menos de um módulo rural ou ser trabalhador sem-terra, com pelo menos cinco anos de experiência no campo nos últimos quinze anos. Assim, se encaixando nos requisitos, a pessoa interessada deve ir até o sindicato rural dos trabalhadores do seu município para iniciar o processo ou a UTE (Unidades Técnicas Estaduais)⁴³.

O PNCF oferece três linhas de financiamento: consolidação da Agricultura Familiar (CAF), Combate à Pobreza Rural (CPR) e Nossa Primeira Terra (NPT). O primeiro atende os camponeses que já estariam na terra, como meeiros, arrendatários, trabalhadores sem-terra e proprietários de minifúndios. Entretanto, esses precisam ter uma renda familiar de no máximo 15 mil reais e patrimônio inferior a 30 mil reais, podendo acessar até 80 mil reais, com 20 anos para quitar a dívida e 3 anos de carência, com juros que variam de 2% a 5% ao ano, com desconto de até 40% do valor da parcela se pago em dia.

O NPT visa atender:

[...] Jovens rurais sem terra (por exemplo, assalariados permanentes ou temporários e diaristas); Jovens filhos (as) de agricultores (as) familiares Jovens oriundos de escolas agrotécnicas, escolas familiares rurais, casas familiares e casas por regime de alternância. (SEAB, 2013)

Já o de Combate à Pobreza Rural, seria destinado às famílias e grupos sociais que possuem menor renda, como por exemplo: jovens, mulheres e negros. O limite de renda deles não pode passar de 9 mil reais por ano e 15 mil reais de patrimônio. O teto e as condições de financiamento são as mesmas do primeiro tipo, diferenciando apenas que os recursos usados para aquisição de infraestrutura coletiva não serão cobrados, sendo assim, só seria cobrado pelo

⁴³ No Paraná as UTE's foi criada pela Câmara Técnica do Crédito Fundiário, vinculada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar - CEDRAF e implantada a Unidade Técnica Estadual - UTE, junto ao Departamento de Desenvolvimento Agropecuário – DEAGRO, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB (SEAB)

banco o recurso usado para comprar da terra. O recurso usado viria do Fundo de Terras e Reforma Agrária.

Essa distribuição de terras via mercado, é uma tentativa da política de viabilizar o que existe apenas no papel. Montenegro (2002) relatando as contradições da reforma agrária de mercado, apresentada pelo mesmo ministério (MDA) em 1999, relata que esse tipo de política choca-se com um dos princípios básicos da reforma agrária, que seria a penalização dos latifúndios em benefício dos trabalhadores rurais mediante a desapropriação.

Assim, este mesmo autor citando Lopes (1999) relata que:

[...] na realidade, com a redução das verbas do INCRA para pagar indenizações, o acesso à terra fica por conta das negociações de compra entre os trabalhadores e os proprietários de terras no marco do “Banco da Terra”. Como as entidades nacionais de representação e de apoio aos trabalhadores rurais denunciam — entre elas a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ou o MST —, com este novo sistema ficará sob o controle do proprietário a decisão de vender ou não sua terra e os preços aumentarão mediante o estímulo sob a demanda e também da cartelização dos proprietários para especular com o preço da terra (MONTENEGRO, 2002, p. 82).

Tendo por base o GRÁFICO 13 e 14 que demonstra a evolução dos preços das terras em Pitanga, relacionando com o valor máximo que cada camponês ou trabalhador rural pode acessar, vemos que se tornaria inviável apenas por esse fator. Com 80 mil reais usados apenas para aquisição de terras, um agricultor conseguiria comprar apenas 6 ha de terra mecanizada do tipo roxa e apenas 8 ha das mecanizáveis do mesmo tipo.

Por outro ponto de vista, com relação ao tipo de terra, o agricultor com 80 mil reais poderia comprar 7 ha da mecanizada e 10 ha da mecanizável, ou seja, não chega nem a metade de um módulo rural e isso sem levar em consideração que parte desse valor é usado para infraestrutura da propriedade. É importante ressaltar, que esses dados são médias, já que pelos trabalhos de campo 2,5 ha de terra (o que equivale a um alqueire) é vendido entre 30 a 40 mil reais, dependendo da situação dos preços das *commodities*.

Assim, com essa política o Estado tenta novamente deixar sob os desígnios do mercado a necessária redistribuição de terras, mas pelas

condições oferecidas e a concentração de terras, continuará a ser objeto de expropriação no campo, pois, os camponeses seguirão sem ter acesso a terra.

Nesse sentido, esse tipo de política segundo Montenegro (2002, p.186) é:

Por um lado, o controle social das populações pobres que moram no meio rural através de uma dupla perspectiva: mediante a pressão exercida pelos financiamentos cada vez mais caros – como indica o estudo de Bittencourt (1999) sobre o Banco da Terra e afirma Carvalho Filho (2001) quando compara os financiamentos via PROCERA e via PRONAF –, e a mercantilização de todas as relações (produtivas e da vida cotidiana) que envolvem os pequenos produtores rurais. Como ainda mediante o ataque aos movimentos sociais rurais que contestam as políticas governamentais. Por outro lado, a reformulação das políticas agrárias tem o objetivo central da criação de boas condições para a circulação do capital financeiro no meio rural.

O controle social relatado pelo referido autor, pode ser notado na atualidade através da falta de mobilização em prol da reforma agrária realmente efetiva, não apenas mais uma política que na prática nada tem transformado, como uma política de crédito fundiário usada para conter a revolta de uma população que continua excluída do conjunto de prioridades da esfera pública. Portanto, nenhum projeto iniciado pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Pitanga foi beneficiado e quando perguntamos quantos seriam o sindicato não soube responder, pois segundo o representante seriam vários.

Aliás, dentro do próprio sindicato conseguimos observar através da entrevista concedida pelo presidente, que a reforma agrária por meio da luta, nunca foi prioridade do mesmo. Segundo este, a forma como a reforma agrária caminhou (ocupações, manifestações, marchas etc.) por meio da pressão dos movimentos sociais para desapropriação dos latifúndios não é a “melhor” maneira de garantir o acesso à terra para os trabalhadores e camponeses, podendo ser ele jovem ou não, mas sim, por meio da compra, seja pelo Estado, seja por financiamento via instituições financeiras.

O fato é que, enquanto as disputas ideológicas entre modelos de reforma agrária continuarem sendo travadas, o que vemos é o contínuo processo de expropriação e desterritorialização no campo.

Nesse contexto, vimos nesse capítulo que a agricultura camponesa e os trabalhadores rurais continuam sendo expropriados da terra, principalmente pelo não acesso a ela. Dessa forma, por meio de uma breve construção histórica demonstramos como se deu a evolução das normas e leis que regulamentaram o acesso a terra, que legitimou a grande propriedade, fazendo dela o objeto central das ações do Estado para o rural. Processo esse, desencadeado desde as sesmarias, passando pela Lei de Terras de 1850 até os dias atuais, enquanto que os camponeses e trabalhadores rurais continuam sendo excluídos.

A expropriação dos indígenas Kaingangs e a tentativa de grilagem de terras dos camponeses faxinalenses do imóvel do Tigre (conhecido como grilo do tigre) são exemplos históricos de como o Estado e os capitalistas expulsavam a população pobre do campo.

Atualmente, percebemos que os camponeses e povos tradicionais que resistiram a esse processo, participam da expropriação dos seus filhos, netos, amigos, irmãos que são desterritorializados pelo não acesso à terra, pela não reforma agrária ou por não existir outra política realmente efetiva que garanta a contínua reprodução desses sujeitos tão importante para a sociedade. Assim, compartilhamos das ideias de Germani (2006, p.142) quando relata:

[...] que as condições históricas sociais que regularam a ocupação do espaço agrário brasileiro tornaram, pouco a pouco, as terras livres – onde se desfrutava de “paz e sossego” – em terras aprisionadas nas mãos de poucos onde se convive com manifestações constantes de violência sem igual. Uma história de ocupação que gerou e consolidou uma estrutura de propriedade das mais concentradas do mundo e, o pior, uma imensidão de terras sem uso algum. Como consequência, uma legião de agricultores sem trabalho e sem terras.

Esses fatos que Germani (2006) relata, foram observados nesse capítulo. Uma vez que, sem ter direito a terra, os camponeses também não conseguem encontrar trabalho digno no campo, os deixando sem alternativas para permanecer. Por esse motivo no próximo revelaremos as transformações no mundo do trabalho no espaço rural de Pitanga que também produz processos que expropriam e desterritorialização os camponeses.

Trataremos nesse terceiro capítulo a questão do trabalho rural em Pitanga que teve até a década de 1980 uma grande importância econômica e social para o município e devido às transformações causadas pelas reestruturações produtivas do capital no campo, acabou por desterritorializar grande parte dos trabalhadores rurais.

Além das transformações geográficas que o espaço rural de Pitanga foi sofrendo durante a sua história, buscaremos compreender como o atual estágio da reprodução capitalista continua a substituir o trabalho vivo pelo morto, mas também produzindo novas dinâmicas, como a crescente terceirização e a expansão de contratos temporários que transformam o camponês em proletariado durante parte do seu tempo.

3. AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO EM PITANGA-PR: A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO EXPROPRIADORA/DESTERRITORIALIZADORA.

No segundo capítulo vimos que o Estado aliado com o grande capital criou condições para que houvesse uma alta concentração de terras no país e conseqüentemente em Pitanga. Esta ação expropriou a população do campo negando o acesso ao bem primordial para a sua reprodução, a terra.

Neste terceiro capítulo mostramos como as transformações do sistema capitalista na sua forma de produção e na organização do trabalho colaboraram e colaboram para que grande parte da população seja desterritorializada do campo e migre para as cidades em busca de emprego.

Assim, mostraremos como as mudanças no mundo do trabalho em Pitanga, principalmente no rural, causaram também grandes expropriações/desterritorializações. Essas mudanças se deram por modificações na organização técnica e espacial que o sistema capitalista foi sofrendo ao longo do tempo até chegar aos dias atuais como a configuração que conhecemos a acumulação flexível.

Essas transformações organizacionais ocorreram de forma muito desigual nos lugares, Pitanga, por exemplo, só começou a sentir realmente as modificações que o modo de produção fordista implicou no espaço rural e no trabalho rural a partir da década de 1980, quando foi o fim do ciclo da madeira e o início mais acelerado da mecanização da lavoura. Nesta mesma época, o sistema capitalista mundial já estava abandonando a organização do trabalho e da produção introduzidas com o fordismo para se adaptarem a um novo modo de produção, o toyotismo.

Para o camponês, essa modificação trouxe outra consequência, a expropriação dos meios de produção via mercado, ou seja, a maneira como era organizada a produção, e a forma em que a pequena propriedade estava inserida foi se transformando e gerando um impacto direto na sua economia. Pois o mercado passou a exigir alta produtividade e determinadas “qualidades” que só são conquistadas com o emprego de uma base tecnológica que está longe da realidade desses sujeitos.

Nesse contexto, o sistema capitalista com sua constante reorganização econômica e social, geram impactos que hoje expropriam a população rural pela falta de emprego, pois, grande parte do trabalho rural foi substituída pelo trabalho morto das máquinas e pelo não acesso aos instrumentos de trabalho que o mercado exige.

Na primeira parte deste capítulo, discutimos essas transformações e como elas impactam hoje os diferentes espaços. Na sequência debatemos sobre as transformações e os processos de expropriação/desterritorialização nas propriedades camponesas, principalmente, pela constante subordinação e monopolização do território pelo capital. Posteriormente, analisamos como esse processo faz com que o camponês e o trabalhador caiam na plasticidade e nas formas precárias de trabalho que a atual realidade implica, pois:

[...] os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital e os sintomas da subproletarização impõem novos significados e sentidos para o trabalho e ampliam os horizontes do perfil da classe trabalhadora, repercutindo diretamente no ingresso às fileiras dos trabalhadores Sem Terra. (THOMAZ JR., 2003, p.9)

Dessa maneira, este capítulo objetiva construir o movimento territorial dos sujeitos desterritorializados, revelando em quais condições ocorre a sua reterritorialização, ou seja, compartilhamos as ideias de Haesbarert (2006), que a desterritorialização implica na reterritorialização dos sujeitos sobre outras condições e em outros lugares, em busca de suprir as necessidades materiais de sobrevivência e as suas ilusões.

3.1 REESTRUTURAÇÕES PRODUTIVAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO E NO TRABALHO RURAL.

A reestruturação produtiva do capital traz consigo períodos técnicos diferentes e ao mesmo tempo combinados. Foi assim na passagem do sistema manchesteriano ao taylorismo e fordismo e destes ao toyotismo, todos ligados aos três períodos de revolução industrial que são: a revolução na indústria do tear no Inglaterra, a revolução da indústria automobilística nos Estados Unidos e a microeletrônica no Japão.

Salienta-se que cada período é um paradigma técnico e um paradigma do trabalho, correspondendo ainda a uma forma paradigmática de organização do espaço. A maior transformação chegou com a Revolução Verde que introduziu a lógica do produtivismo e da mecanização da produção (MOREIRA, 1998).

No Brasil, esta revolução vai pouco interferir na organização e na divisão do trabalho, porque o país continuará extremamente agrário e exportador, sendo ao mesmo tempo grande importador de manufaturas, fato que só começou a mudar com o processo de substituição de importações devido à primeira Guerra Mundial.

Já a segunda revolução industrial teve origem nos Estados Unidos por volta de 1870 e a partir daí desenvolveu-se também na Europa, impulsionando a industrialização tardia da Alemanha, Itália, Japão e por fim, Ásia. Somente no século XX, ela vai se espalhar para o resto do mundo, atingindo a América Latina, Ásia e países da África no pós-guerra (MOREIRA, 2000).

Porém, a grande depressão de 1929 e 1930 colocou em crise o sistema capitalista e conseqüentemente o fordismo, logo, as empresas reduziram salários e demitiram milhões de trabalhadores e somente após a intervenção do governo americano no mercado, o sistema capitalista ganhou um novo fôlego e se recuperou. No Brasil, a economia do café afundou completamente com a crise, fazendo com que a industrialização ganhasse ainda mais importância, vencendo a resistência da oligarquia rural que a rejeitava.

Essa recuperação foi extremamente importante para que a reestruturação produtiva proposta pela Segunda Revolução Industrial ganhasse

a escala global, pois existiam estruturas sociais que criavam resistência na aceitação das formas novas de se produzir (MOREIRA, 2000).

Com o elo entre o Estado e o Capital para apaziguar os conflitos sociais e ambientais gerados por essa reestruturação produtiva, o sistema taylorista/fordista se expande para o mundo levando consigo a sua base tecnológica e organizacional que vai impactar os diferentes espaços geográficos, criando novas configurações espaciais.

Assim, nesse período no Brasil, a relação capital x trabalho começou a mudar radicalmente, principalmente com a introdução acentuada de maquinários, transformando grande parte do trabalho vivo em morto. Moreira (1998, p.2) relata que:

A década de 50 marca a chegada da revolução industrial ao Brasil. A indústria fabril já aparece no Brasil no final do século XIX. São indústrias que vão aparecendo em São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, típicas ainda da Primeira Revolução industrial, com incorporações de poucas das características do metabolismo, fisiologia, organização e administração da Segunda Revolução industrial. É só na década de 50 que a revolução industrial vai realmente se instalar no Brasil (idem para América Latina, Ásia e partes da África) e incorporar toda a sociedade ao sistema de economia.

Esse processo, também impôs novas relações no campo impactando não só os trabalhadores assalariados, mas também os camponeses que continuaram totalmente excluídos, principalmente no processo modernizante. Como o seu modo de produzir continuou com a suas práticas tradicionais, estes ficaram com mais dificuldades de colocar a sua produção no mercado capitalista que passou a exigir a padronização da produção. Além desse fato, os meios de produção que lhes eram acessíveis, foram ideologicamente e economicamente destruídos pelo pensamento modernizador que a Segunda Revolução Industrial ajudou a disseminar.

O discurso que foi o marco das propostas sobre desenvolvimento, segundo Gudynas (2011) foi o do presidente Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949, como exemplo contundente de implantação desse modelo, onde os países do hemisfério Sul “subdesenvolvidos” deveriam seguir os mesmos passos que as nações industrializadas do hemisfério Norte.

Como o apelo ao progresso já estava muito presente na América Latina desde o século XIX, as ideias de desenvolvimento se enraizaram facilmente, tomando um lugar importante na pretendida evolução econômica e social, fazendo com que a América Latina se tornasse um dos grandes laboratórios das políticas desenvolvimentistas dessa primeira etapa. Foi nesse momento que ganhou mais força a dicotomia entre a lógica do urbano/industrial moderno e o campo/agricultura camponesa como atrasada, se tornando um prato cheio para os capitalistas se expandirem para o campo em busca de aumentar a acumulação de capital.

As organizações mundiais foram as grandes disseminadoras das diretrizes que os países deveriam seguir, pois, além da pressão exercida pelo poder político, existia a força desempenhada pelos empréstimos concedidos desde que se seguissem os planos de desenvolvimento determinados por elas, como mostra (TOLENTINO, 2013).

Para o rural, essa perspectiva de desenvolvimento significaria a modernização das suas práticas agrícolas, via pacotes tecnológicos pertencentes a grandes multinacionais, como Monsanto, Bayer, John Deer, etc. que ficou conhecido como a Revolução Verde, dessa forma:

Concretamente, desde a época da Revolução Verde, nos anos 1950, a colonização do rural pelo discurso do desenvolvimento se faz mais intensa. Nesse momento, o rural, o lugar do atraso atávico, devia ser aplainado pela industrialização (incorporação de maquinário, de adubos químicos etc.) e urbanização do agrário, o qual representava o progresso. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.34 - 35)

Todo esse discurso vai consolidar na metade do século XX, uma visão de desenvolvimento como um processo de evolução linear, essencialmente econômico, mediado pela apropriação dos recursos naturais, guiado por diferentes versões de eficiência e rentabilidade econômica, orientando a adotar o estilo de vida ocidental (GUDYNAS, 2011).

Mas, como estamos tentando mostrar, as expropriações seguidas da desterritorialização das populações tradicionais como indígenas, quilombolas, e camponesas, são uma amostra do fracasso do desenvolvimento e da implantação do fordismo/taylorismo no campo, pois “Atropelando os Direitos Humanos, a Justiça ou a Democracia, o capitalismo se impõe em muitas

ocasiões como falacioso guardião maior do desenvolvimento dos países e dos povos”. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.29), tentando esconder a sua perversidade com a maior parte da população.

Em função do fordismo não dar mais conta da expansão capitalista, principalmente, pela crise no consumo, este entrará em um grande período de recessão econômica. Motivando uma nova reestruturação produtiva e organizacional do trabalho que trouxe em cena um novo regime de acumulação, a acumulação flexível (HARVEY, 1993), sustentada pelo toyotismo.

Esta se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, mercados, produtos, novos serviços (principalmente financeiros), inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais. A acumulação flexível trouxe uma reconstrução do mercado de trabalho, onde o propósito de toda essa flexibilidade é satisfazer as necessidades específicas de cada empresa (HARVEY, 1993).

A base técnica dessa transformação, intensificou a terceira revolução industrial, que trouxe principalmente inovações na área da microeletrônica. Essas transformações repercutiram diretamente na tecnologia que já estava sendo empregada. Assim, surgiram tratores computadorizados, com GPS (global position system) com uma alta precisão e ainda poupadores de trabalho, principalmente, o não especializado.

Nesse sentido, o toyotismo exigiu uma nova reorganização do trabalho, pois, os trabalhadores especializados e com pouca ou nenhuma formação, cederam lugar aos trabalhadores polivalentes, altamente qualificados. Esse fato jogou milhares de operários no desemprego, como mostra Antunes (2000, p.37):

- 1) Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais

Dentro desse contexto, os fundamentos da acumulação flexível vão chegar ao Brasil com maior intensidade durante a década de 1990, impulsionados pela nova orientação regulatória do Estado, o neoliberalismo.

Este seguiu as diretrizes do Consenso de Washington ocorrido em 1989. As estratégias traçadas por esse consenso levaram por base a liberalização da economia e a desregulamentação do Estado, o que convergia com os interesses dos países desenvolvidos e dos organismos internacionais, como FMI (Fundo Monetário Internacional) e BM (Banco Mundial). Portanto, estes organismos se tornaram os grandes financiadores da execução dos projetos neoliberais, afundando o país na dependência internacional e no endividamento externo.

Para o rural as transformações da base tecnológica da 3ª Revolução Industrial e do novo paradigma organizacional do trabalho trouxeram como consequência o aprofundamento do desemprego, pois novas máquinas cada vez mais tecnológicas substituem o trabalho vivo, exigindo dos trabalhadores que as operam, uma qualificação que muitos não têm acesso. Além desses fatos, a introdução das *commodities* agrícolas nas pequenas propriedades vai fazer com que a mão de obra dos camponeses seja substituída pelo fretamento do serviço e das máquinas das grandes e médias propriedades.

Levando em consideração esse contexto, cabe explorarmos as principais mudanças e impactos que esse “desenvolvimento” promoveu no campo, por meio da Revolução Verde e como esta ainda continua expropriando os trabalhadores e agricultores camponeses.

Além desse fato, demonstramos como a nova fase da acumulação flexível pode estar influenciando na realidade encontrada no campo em Pitanga. O objetivo do novo subitem é analisar a precarização do modo de vida camponês promovido pela modernização conservadora e como esta faz com que ele tenha que migrar ou se tornar proletariado durante parte do seu tempo, para conseguir se reproduzir, ou então se tornar extremamente subordinado ao capital industrial e financeiro.

3.2 A REVOLUÇÃO VERDE E A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO: O DESENVOLVIMENTO EXPROPRIADOR EM PITANGA-PR.

A modernização da agricultura é resultado de um procedimento de substituição da sua base técnica, empregando uma tecnologia capaz de poupar trabalho vivo e aumentar os ganhos em produtividade em uma mesma área.

Consequentemente, essa mudança acarretou e ainda acarreta grandes transformações na dinâmica do espaço rural e muitos resultados negativos para grande parte da população que dependia deste para sobreviver, um deles foi à expropriação e desterritorialização de milhões de trabalhadores rurais e camponeses no Brasil todo. Santos (2011, p.114) diz que a modernização é:

[...] resultado de um processo histórico de articulações de poder, estruturado a partir de uma concepção de desenvolvimento, que se repercute territorialmente. Na modernização da agricultura brasileira, a política é uma dimensão expressiva tanto quanto a econômica e a cultural, as quais se manifestam no cotidiano da sociedade brasileira, alterando a organização territorial: o trabalho, a produção, a tecnologia, o consumo, as relações sociais.

No Paraná esse processo começou de forma mais acelerada na década de 1960 e 1970, principalmente na região Norte do estado em função dos incentivos para mecanizar e substituir a cultura do café que enfrentava mais uma crise (MORO, 2000).

Nas outras regiões incluindo Pitanga, só a partir da década de 1980 é que começa a haver uma expansão do pacote tecnológico da Revolução Verde de maneira mais significativa (GRÁFICO 15).

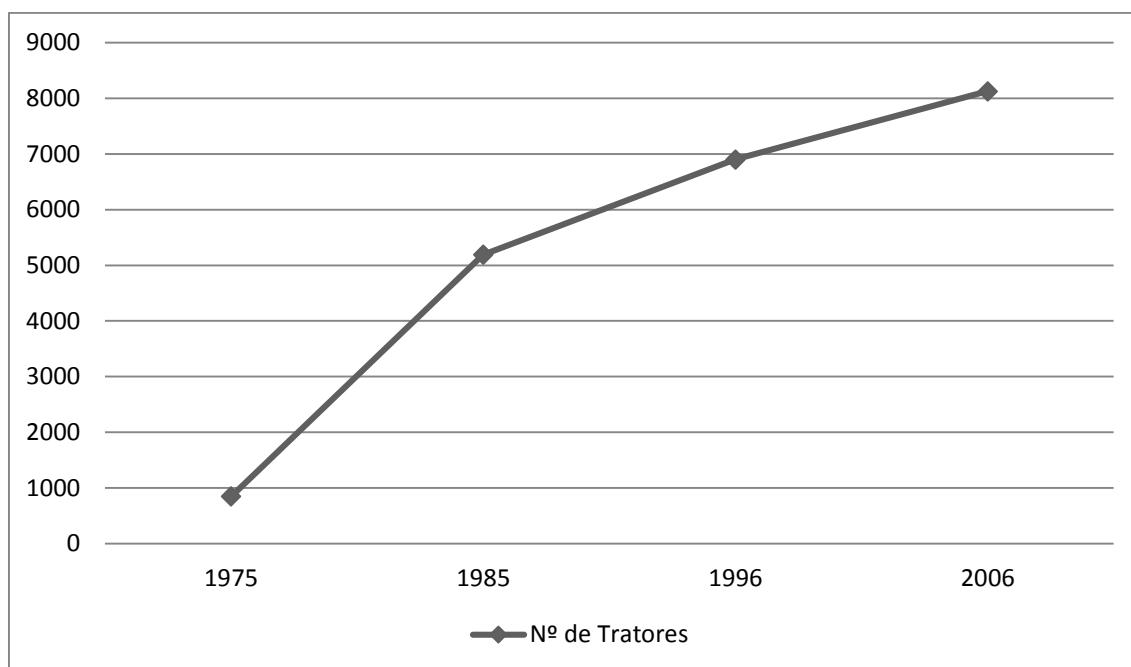


GRÁFICO 15 - NÚMERO DE TRATORES NA MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE DE 1975 A 2006.

FONTE: IBGE. ORG: AUTOR.

O GRÁFICO 15 releva o número de tratores existentes nos estabelecimentos rurais da Mesorregião Centro-Sul Paranaense. Usamos o número de tratores para representar o avanço da mecanização da agropecuária, apesar de existir outros índices pensamos que este é um dos mais representativos para mostrar a substituição da força de trabalho viva dos camponeses para a morte das máquinas.

Assim, percebe-se analisando os dados, que houve um aumento significativo no número de tratores a partir da década de 1980, reflexo dos incentivos dados para se modernizar a produção.

O GRÁFICO 16 a seguir, mostra a evolução do número de tratores no Paraná de 1970 a 2006, nele observamos que de 1970 a 2006 a quantidade de tratores sobe 611% revelando o quanto foi rápida a modernização. Outro dado que chama atenção além da rápida expansão dessa tecnologia no campo, refere-se a breve redução entre 1996 a 2006, pensamos que esta pode estar associada ao aumento da concentração de terras e a processos de desterritorialização das propriedades médias e também das camponesas, que possuíam mais recursos ou algum financiamento pelo PRONAF.

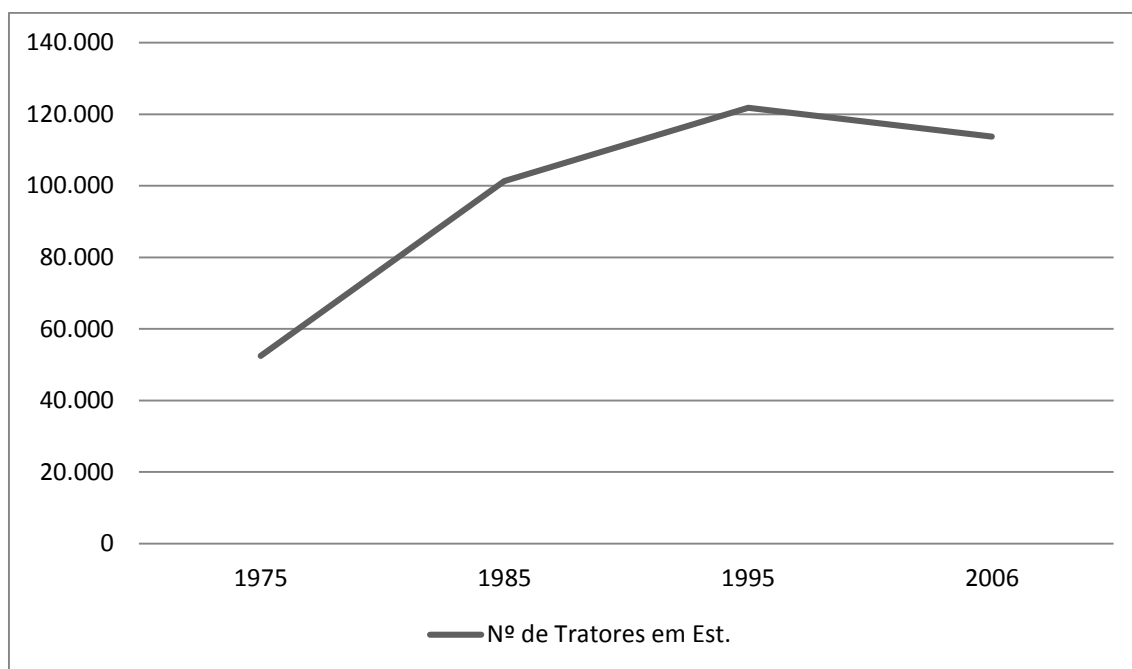


GRÁFICO 16- NÚMERO DE TRATORES EM ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIOS NO PARANÁ DE 1975 A 2006.

FONTE: IBGE (1975, 1985, 1996, 2006).

Já o GRÁFICO 17, mostra o número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários e vemos que de 1975 a 2006 houve uma redução de 54% da população ocupada, revelando o forte movimento de desterritorialização que ocorreu no espaço rural paranaense. Esse processo ocorre de diferentes formas e em diferentes espaços tempos.

Pitanga, por exemplo, começa a perder população rural, principalmente a partir de 1990, avançado nos censos demográficos seguintes como revela o GRÁFICO 18, dessa forma, concordamos com Santos (2011, p.115) quando relata:

A modernização é um processo heterogêneo que vai se conformando territorialmente de acordo com as condições que encontra, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou ambientais e, também, metamorfoseia-se à medida que estas variam. Assim, não se faz referência a um processo uniforme, ao contrário, expressa singularidades territoriais que se manifestam a partir de diferentes ritmos.

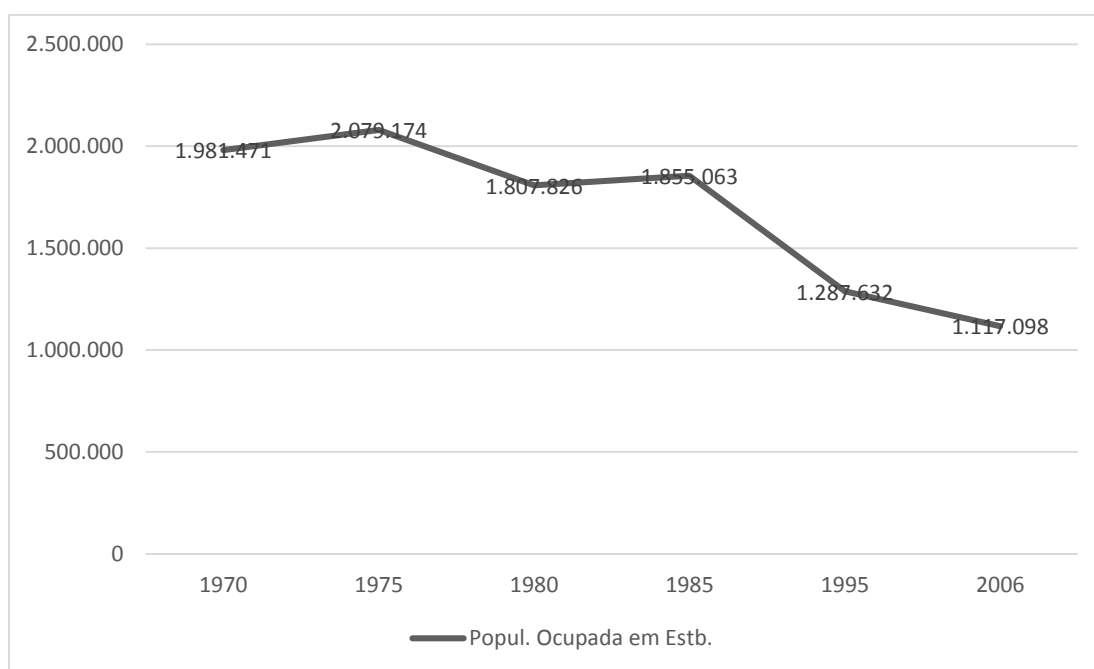


GRÁFICO 17 - POPULAÇÃO OCUPADA EM ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO NO PARANÁ DE 1970 A 2006.
 FONTE: IBGE (2006).

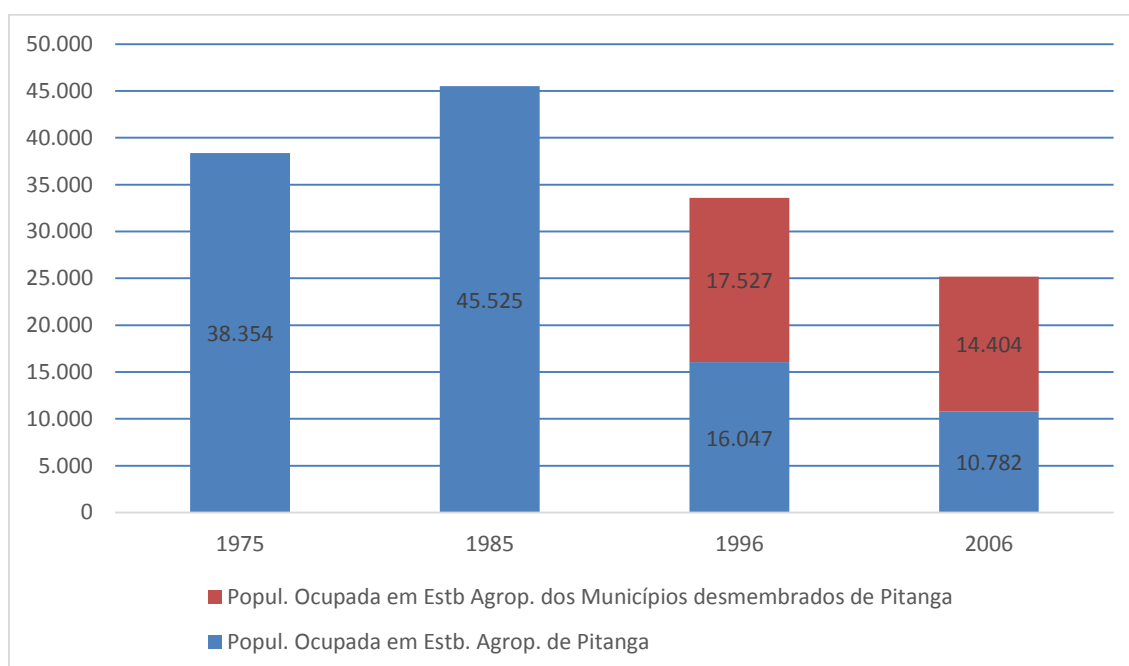


GRÁFICO 18 POPULAÇÃO OCUPADA EM ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO EM PITANGA E NO MUNICÍPIOS DESMEMBRADOS A PARTIR DO ANO DE 1987
 FONTE: IBGE (1975, 1985, 1996, 2006) NOTA: FAZEM PARTE DOS MUNICÍPIOS DESMEMBRADOS: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE (1995) SANTA MARIA DO OESTE (1993) E NOVA TEBAS⁴⁴ (1987).

⁴⁴ O município de Nova Tebas-PR também chamou a atenção na redução de pessoal ocupado em estabelecimento agropecuário de 8.140 pessoas em 1996 para 14.404 em 3.882

Estes números já revelam os impactos negativos às populações mais vulneráveis economicamente, principalmente, os camponeses que não tinham nenhum acesso aos incentivos dados pelo Estado para mecanizar a produção e aqueles sem-terra que não poderiam continuar vivendo no campo sem trabalho e sem terra. Moro (2000, p.27) descreve como foi esse processo:

A partir do final da década de 60 e com maior vigor durante a de 70, a agricultura paranaense entra no processo de sua modernização. Modernização considerada parcial, conservadora e dolorosa. Parcial porque se limitou a algumas regiões do país, a alguns produtos específicos e a certas fases da organização da produção. Conservadora porque não rompeu com a tradicional concentração fundiária, isto é, da posse da terra. Dolorosa porque concorreu para espoliar no campo milhares de pessoas ligadas às atividades agropecuárias, acentuando o êxodo rural e a miséria.

Essa modernização dolorosa relatada pelo autor é a que queremos mostrar em Pitanga. Em Pitanga, a modernização vem logo atrás do fim da exploração da madeira e da substituição da produção do feijão pelas mesmas oleaginosas, principalmente, a soja como mostramos no primeiro capítulo.

Nesse contexto, o feijão era um dos principais cultivos de Pitanga, sua produção ocorria pelo fato do elevado consumo interno e do próprio autoconsumo das famílias. Assim, a cultura oferecia uma grande quantidade de empregos temporários, principalmente, na época da sua colheita ajudando os camponeses que trabalhavam a conquistar recursos extras, que eram extremamente importante para sua reprodução. Portanto, além de incluírem diretamente os camponeses nos ciclos econômicos gerando renda para a sua reprodução, existia uma oferta significativa de empregos temporários como mostraremos em seguida.

Com a chegada paulatina da mecanização, os postos de trabalho gerados por essa cultura, junto com os trabalhadores já desempregados das madeiras que foram falindo ou substituindo ajudaram a configurar o cenário de extrema desigualdade social que configurou a questão agrária em Pitanga.

Além das culturas agrícolas, a pecuária também sofreu transformações, principalmente, a criação de suínos que enfrentou uma crise em razão da substituição do óleo de cozinha de origem animal, pelo vegetal. Com a criação

de porcos falida, o gado leiteiro ganha importância central na economia da agricultura camponesa (44% delas produzem leite em Pitanga). Essa substituição hoje é a responsável por manter os camponeses que resistiram as transformações no campo, mas não é tão acessível pelo valor de custo dos animais, (especialmente as raças que tem uma maior capacidade de produção de leite) dificultando o acesso daqueles que possuem menos recursos financeiros a esse mercado.

Desse modo, Pitanga foi inserida durante a década de 1980 ao:

[...] modelo de desenvolvimento fordista, as representações hegemônicas, difundidas durante a Revolução Verde, preconizavam a tão sonhada modernização a partir da industrialização da agricultura. Partindo da quimificação e da mecanização como basilares para a modernização, o setor industrial (não era a indústria os lócus primordiais do fordismo?) passava a subordinar a agricultura. Essa submissão se dava a montante e a jusante do processo produtivo. A montante porque a agricultura teria de adquirir maquinário, implementos e insumos químicos das indústrias, criando assim um grande mercado para a aquisição de produtos industriais, a jusante porque deveria fornecer matérias-primas para a agroindústria, tanto no mercado interno quanto externo. É justamente neste momento que se instalam no Brasil uma série de indústrias sediadas no “Primeiro Mundo” e produtoras de bens de produção para a agropecuária como Ford, Shell, Ciba Geyge, ICI, UNILEVER, Du Pont, Bayer, Basf, Stauffer, Dow Química, Pfizer, Uni on Carbide, Hoeschte, Monsanto, Rhodia, etc. Erigia-se assim o que ficou conhecido como Complexo Agroindustrial (CAI) brasileiro. (TOLENTINO, 2013, p.90)

Percebe-se que a modernização da agricultura paranaense é o resultado concreto da política oficial de modernização que o Estado brasileiro implantou a partir dos anos de 1960. A política que cristalizava a ação do Estado para atingir este objetivo foi o Serviço Nacional de Crédito Rural (SNCR), o qual oferecia crédito abundante e subsidiado para promover a modernização e financiar a produção que ela exigia. Assim Moraes (2006, p.98) diz que:

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instaurado em 1965, tinha como principal característica condições extremamente privilegiadas de financiamento, com taxas de juro sempre negativas e longos prazos de carência e de pagamento, o que deflagrou uma forte demanda por crédito rural, sobretudo entre 1969 e 1979, sendo as grandes propriedades e empresas agrárias as maiores beneficiadas por essa atuação do Estado.

Além das grandes propriedades e das empresas agrárias que beneficiavam o agricultor, o crédito tornou o mercado de terras num “ramo especial do sistema financeiro”, transformando os títulos de propriedades de terra em uma reserva de valor na carteira de ativos das empresas, tanto para se beneficiar do crédito, quanto para esperar as terras se valorizarem e conquistarem lucros no futuro com a venda (MORAES, 2006).

O crédito foi extremamente importante para consolidar os Complexos Agroindustriais (CAIs), que tiveram o papel de impulsionar a industrialização da produção agrícola. No Paraná, as Cooperativas Agroindústrias têm papel impar na promoção da modernização, pois se criou a possibilidade de escoar toda a produção de grãos e industrializá-los fortalecendo a economia do que ficou conhecido como agronegócio. Dessa forma, o surgimento do CAI brasileiro pode:

[...] ser visto enquanto “fruto” de uma série de embates e acordos entre o Estado brasileiro, órgãos multilaterais, capitais nacionais e transnacionais, sendo reafirmado por um discurso que se dava a partir de representações que defendiam a necessidade imperativa da industrialização da agricultura. Esta por sua vez se traduzia na subordinação de um espaço rural, identificado nas representações amplamente com a agropecuária, a um espaço urbano, por sua vez identificado com a indústria. (TOLENTINO, 2013, p.92)

Assim, o Complexo Agroindustrial, segundo Fajardo (2012, p.17) “serve para caracterizar uma tipologia marcada pelas relações Inter setoriais indústria-agricultura-comércio-serviços num padrão agrário moderno” que trouxe ao setor agropecuário a interligação com a indústria, tão promovida pelo desenvolvimento do fordismo e:

Nesse sentido, vale dizer que as relações Inter setoriais atingem, no Complexo Agroindustrial, os setores técnicos e financeiros sendo por meio de relações entre os diferentes capitais (agrário, industrial, bancário e financeiro) que se dá o surgimento de um novo processo no bojo do CAI, que constitui a centralização e a integração de capitais, de forma cada vez mais ampla e difundida. (FAJARDO, 2012, p.21)

Dessa maneira, os CAI's ajudaram a interligar ainda mais a agricultura ao capital financeiro, que tem papel ativo tanto nas grandes propriedades, quanto nas unidades camponesas. A ligação do capital financeiro com a agricultura camponesa vai trazer muitos impactos negativos para a sua reprodução, sujeitando e expropriando a renda gerada e em alguns casos até desterritorializando.

A modernização acaba atingindo as cooperativas transformando elas em partes das CAI's, fato que colocou as mesmas em uma contradição, pois em vez de fortalecer os pequenos produtores, acabou por praticamente excluí-los, principalmente, aqueles que não produzem soja e trigo. Esse fato ocorre em função da prioridade à produção que estivesse ligada as inovações tecnológicas promovidas pela Revolução Verde, dessa maneira:

No Paraná, as cooperativas agropecuárias tiveram um importante papel no processo de modernização da agricultura, levando os produtores associados a aderirem rapidamente às inovações tecnológicas, especialmente ao pacote tecnológico da soja, atuando como centros propagadores da mesma modernização. Para tal sentido, foram estimuladas pelo poder público. (FAJARDO, 2012, p.30)

O poder público incentivou a modernização das cooperativas com a concessão de crédito em longo prazo para a instalação de infraestrutura que fosse necessária (silos, armazéns, maquinários) e ainda dava tratamento especial na consecução de políticas agrícolas (FAJARDO, 2012). Esse fato ajudou a alavancar economicamente as cooperativas que passaram a atrair cada vez mais, agricultores que procuravam as vantagens econômicas que lhes eram oferecidas.

Em Pitanga a dominação territorial da COAMO, teve início em 1979 depois da compra da antiga Copercentro⁴⁵, como ela mesma relata em seu site:

Em julho de 1979 a Coamo chegava à região de Pitanga, no Centro do Paraná. Na época, o município buscava consolidar a sua vocação para

⁴⁵ Não foram encontradas informações sobre Cooperativa do Centro do Paraná (COOPECENTRO), mas o fato é que está se tornou a porta de entrada para a COAMO no território e exercer a dominação produtiva deste.

a o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. E ao implantar a sua filosofia de trabalho junto aos produtores, a Coamo colaborou para o crescimento da economia local, com produtos e serviços que garantiram maior produtividade e renda para a família rural pitanguense. (COAMO, 2014)

Esse papel de promotora do desenvolvimento enquanto discurso é colocado como a grande contribuição que a mesma trouxe para Pitanga, mas mostrando no primeiro capítulo que é justamente após a década de 1980 que a população rural começou a diminuir. Em um espaço destinado a “comemoração” dos trinta anos de existência da mesma, ela trouxe o seguinte depoimento de um dos cooperados que diz:

[...] a região de Pitanga era conhecida como a “terra dos três éfes”, já que a tecnologia adotada até então no campo era a do “fogo, foice e folga”. “A chegada da Coamo mudou radicalmente essa realidade. Tivemos acesso à tecnologia, como a correção da acidez do solo, e passamos a produzir mais e melhor. Assim, passamos a construir uma nova realidade, com um futuro bem mais promissor”. (COAMO, 2014)

Essa menção à “terra dos três éfes” é muito representativa de como era considerada a agricultura naquela época em Pitanga, que sustentava praticamente 80 mil pessoas. Hoje, a agricultura moderna (resultado de inúmeros fatores, como políticos, econômicos e culturais) que construiu “um futuro melhor” está expropriando/desterritorializando desde a sua chegada. Esse fato não quer dizer que as condições de vida de todos eram de qualidade, sabemos que existia dificuldade para se viver no campo, como falta de acesso à educação, saúde e precariedade das estradas rurais, entretanto, a modernização da produção só trouxe malefícios para grande parte da população camponesa. O município segundo o censo de 2010 tem cerca de 12 mil pessoas vivendo do campo, enquanto:

O entreposto de Pitanga, conta, hoje, com a participação de 758 associados, numa área atendida de 60 mil hectares, entre propriedades de agricultura e pecuária. Juntamente com a unidade de Arroio Grande, recebeu 132 mil toneladas de produtos, para uma capacidade estática de armazenagem de 70 mil toneladas. Na última safra, os cooperados de Pitanga produziram uma média de 117 sacas

de soja, 333 sacas de milho e 125 sacas de soja por alqueire. Com essas médias, o entreposto ocupa o 9º lugar em produtividade de milho e o 10º lugar em produtividade de soja, entre todas as unidades da Coamo no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Setenta e um funcionários atendem os cooperados em Pitanga e Arroio Grande (COAMO, 2014).

Certamente, não podemos dizer que a chegada da Coamo ou de outra agroindústria de armazenamento na região é a única responsável pela modernização da agricultura e conseqüentemente os seus resultados negativos para a população rural. O Estado e as empresas ligadas a modernização foram também grandes incentivadores desse processo como estamos mostrando, mas é inegável o papel importante desta e de outras cooperativas dentro desse contexto.

Na TABELA 4 é possível analisar o nível de tecnificação das propriedades em Pitanga, tanto nas não familiares, quanto familiares por grupo⁴⁶. Assim podemos observar que quanto mais capitalizada é a propriedade, maior o nível de modernização da propriedade, os quais correspondem a 566 estabelecimentos, dos quais 44% destes têm tratores, quanto aos estabelecimentos não familiares, 42% deles possuem tratores.

O fato que mais chama atenção nesses dados é o baixo número de tratores em estabelecimentos familiares do tipo D. Existem, segundo esses dados, 1.678 estabelecimentos dos quais, apenas 7% possuem tratores, ou seja, a modernização com esses números mostra o quanto ela é expropriadora pelas duas pontas. À montante pelo não acesso aos equipamentos tecnológicos por esses grupos e à jusante na hora da comercialização da produção. Pois devido ao forte monopólio do comércio de *commodities* representado pelas cooperativas e pequenas agroindústrias, os camponeses têm dificuldade em comercializar produtos que não seja soja, milho e trigo, os quais exigem altos investimentos na produção, que muitas vezes está longe da realidade desses sujeitos.

⁴⁶ O IBGE utilizou a tipologia da agricultura familiar segundo os estudos da FOA/INCRA (2000) criada para diferenciar os "grupos" existentes nela, dessa forma Agricultor Familiar tipo A: são os mais capitalizados; Agricultor Familiar tipo B: em vias de capitalização, Agricultor tipo C: em vias de descapitalização; Agricultor Familiar tipo D: descapitalizado.

TABELA 4 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EXISTENTES, POR TIPO DE MÁQUINA E IMPLEMENTO AGRÍCOLA, SEGUNDO INDICADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR EM PITANGA - FAO - ANO 2006

Município	Tipo de implemento e maquinário	Tipologia	Nº Absolutos	Porcentagem
Pitanga - PR	Total de propriedades	Total	3.748	100%
		Familiar - tipo A	566	15
		Familiar - tipo B	700	19
		Familiar - tipo C	527	14
		Familiar - tipo D	1.678	45
		Agricultor não familiar	277	7
		Semeadeiras e/ou plantadeiras	Total	395
	Familiar - tipo A		155	27
	Familiar - tipo B		65	9
	Familiar - tipo C		17	3
	Familiar - tipo D		83	5
	Agricultor não familiar		75	27
	Colheitadeiras	Total	121	3
		Familiar - tipo A	49	9
		Familiar - tipo B	10	1
		Familiar - tipo C	4	0,7
		Familiar - tipo D	21	1
		Agricultor não familiar	37	13
	Pulverizadores e/ou atomizadores	Total	492	11
		Familiar - tipo A	191	34
		Familiar - tipo B	104	14
		Familiar - tipo C	22	4
		Familiar - tipo D	98	6
		Agricultor não familiar	77	28
	Tratores	Total	674	18
		Familiar – Tipo A	250	44
		Familiar – Tipo B	144	20
Familiar – Tipo C		34	6	
Familiar – Tipo D		129	19	
Agricultor não familiar		117	64%	

FONTE: IBGE, 2006.

O GRÁFICO 19 mostra um comparativo do número de tratores existentes em Pitanga e nos municípios desmembrados a partir de 1987 entre os censos de 1975 e 2006. Vemos que há um aumento na utilização da tecnologia nesse espaço de tempo, o que colabora mais uma vez com a queda do emprego rural. Em entrevista com o senhor José que mora na vila rural na comunidade rural de Rio Quinze, percebemos como deu a substituição do trabalho vivo pelo morto, através das máquinas:

[...]Sempre trabalho assim pros outros, por dia de empreita. **Autor:** Onde o Sr. trabalha? **José:** no Quinze, no Taquaruçu [...] **Autor:** pra quem o Sr. trabalha? **José:** pros pequenos. **Autor:** E o que o Sr faz? **José:** a gente planta, quebra milho, carpi e colhe. **Autor:** E quanto eles pagam pro Sr.? **José:** paga quarenta reais por dia... hoje não tem serviço no Quinze, quase é só os fazendeiros que plantam soja, trigo, daí é pouca gente que meche com roça de milho e feijão.

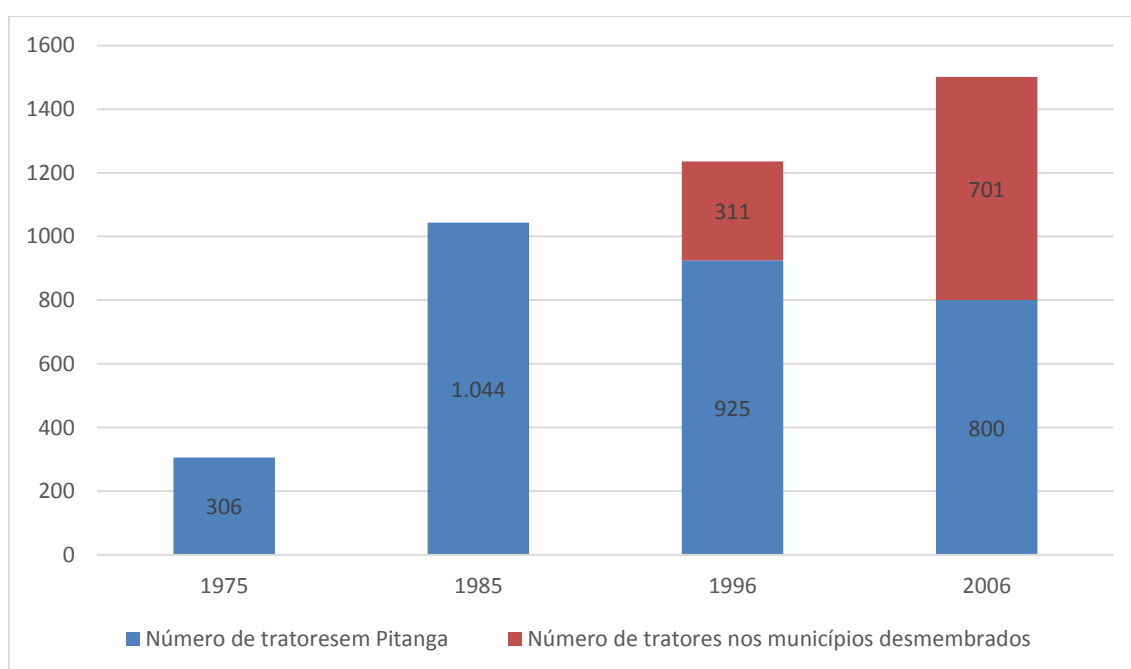


GRÁFICO 19 – NÚMERO DE TRATORES EXISTENTES EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE 1975 A 2006 EM PITANGA E NOS MUNICÍPIOS DESMEMBRADOS. FONTE: IBGE (1975, 1985, 1996, 2006). NOTA: NOTA: FAZEM PARTE DOS MUNICÍPIOS DESMEMBRADOS: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE (1995) SANTA MARIA DO OESTE (1993) E NOVA TEBAS (1987).

Além de aumentar o nível de modernização das propriedades, o capital vem se apropriando das terras camponesas e desterritorializando os camponeses que vendiam também parte do seu trabalho para outros pequenos proprietários. Outra fala do Sr. José é bem esclarecedora nesse sentido, quando perguntamos como era no passado o emprego rural, se havia ou não bastante oferta, ele relata o seguinte:

Tinha bem mais, agora não tá tendo mais serviço, trabalhei uns vinte anos roça, agora não tem serviço[...] quando aparece algum dia de serviço, eu trabalho pra algum, mais é mais parado, não tem serviço, quando planta feijão agora colhe de colhedeira, tiro o ganho da pessoa que precisava ganha...

Essa fala mostra que as empresas produzem novos instrumentos para os grandes proprietários continuarem a modernizar os seus processos de trabalho, inclusive para culturas que não são sua característica. Sendo assim a modernização foi e continua sendo objeto preferencial de uma política oficial de incentivos, de assistência técnica, de infraestrutura e de empréstimos bancários com juros subsidiados que ajudam a acelerar esse processo.

O programa do governo federal “Moderfrota”⁴⁷ é um exemplo. Morais (2006) relata que tais fatores resultam na:

[...] deterioração das condições de vida desses pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros; a impossibilidade de se reproduzirem, enquanto pequenos produtores, nas chamadas “áreas de fronteira agrícola”, seja por falta de mínimas condições infra-estruturais nessas regiões, afastadas dos centros consumidores, seja pela apropriação de imensas extensões de terra pelo grande capital, com fins puramente especulativos; enfim, de um lado, temos a redução dos espaços físicos e socioeconômicos da pequena produção; de outro, as transformações instauradas nas relações sociais de produção no interior das propriedades agrícolas - substituição do trabalhador permanente e residente por trabalhadores assalariados eventuais e temporários. (MORAIS, 2006, p.102)

⁴⁷ O Moderfrota, “ Financia a aquisição de itens novos, isoladamente ou não de tratores e implementos associados, colheitadeiras e suas plataformas de corte, e equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café; e itens usados, revisados e com certificado de garantia emitido por concessionário autorizado de tratores e colheitadeiras com idade máxima de oito e dez anos “ (BANCO DO BRASIL, s/d)

A precarização da propriedade camponesa não expropria apenas os integrantes que dela fazem parte, mas também o trabalho rural que como mostra a fala do Sr. José é “pros pequeno” que esses trabalhadores encontram algum serviço. Além desse fato, temos a constante inclusão do camponês no processo produtivo das *commodities* agrícolas que além de sujeitar a sua renda ao capital industrial e financeiro, como discutiremos mais adiante, passa a utilizar por meio da terceirização, os maquinários das médias e grandes propriedades, principalmente, quando estes passam a cultivar soja.

Essa questão traz mais impacto na oferta de empregos deixando aqueles que precisam, vulneráveis a exploração pelo capital como relata Martins (1991, p.52):

A expropriação do trabalhador pelo capital cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, à outra face do seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do mesmo trabalhador que já foi expropriada.

A relação entre capital x trabalho no rural é muito complexa onde a demanda por empregos é altíssima em função do não acesso à terra como mostrando no capítulo 2 e a oferta baixíssima, obrigando que os sujeitos caiam na plasticidade e no movimento territorial do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2003).

Dessa forma, todos os fatos discutidos revelam o caráter expropriador que a Revolução Verde, ou seja, o projeto de “desenvolvimento” fordista para o campo trouxe para os camponeses e para os trabalhadores.

O GRÁFICO 20 a seguir mostra a evolução do emprego temporário na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura em Pitanga-PR de 1985 a 2012. Nele vemos que desde 1985, o número de empregos começou a cair de forma muito acelerada, comprovando o relato do Sr. José sobre a falta de empregos.

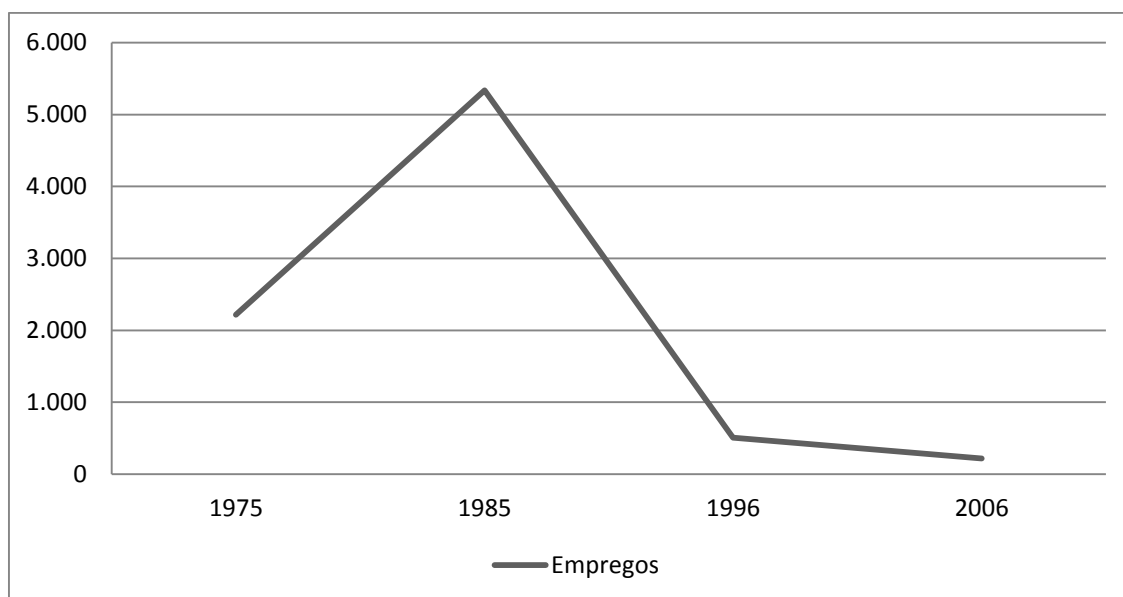


GRÁFICO 20 - NÚMERO DE EMPREGOS TEMPORÁRIOS NA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA EM PITANGA-PR.
FONTE: IBGE (1975, 1985, 1996, 2006)

Já o GRÁFICO 21, faz uma relação nos dois últimos censos entre a População Economicamente Ativa (PEA) e o número de empregos no campo. Podemos observar que em 2010 apenas 4,8% da PEA estava empregada no campo. Esse também é um dado que ajuda a revelar que realmente é difícil encontrar um emprego no espaço rural de Pitanga. Sendo assim, aqueles que não possuem terra tem pouca alternativa para permanecer no campo.

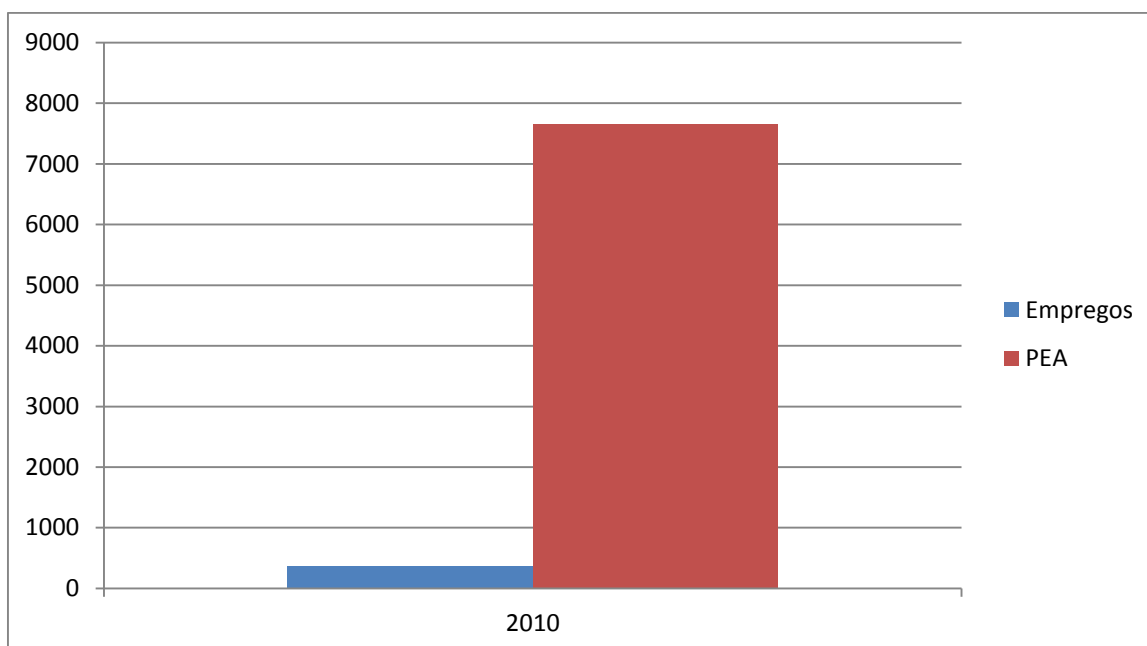


GRÁFICO 21 - COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE EMPREGOS NA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA E A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) EM PITANGA-PR.
 FONTE: IPARDES (2012).

Na TABELA 5 é possível analisar a distribuição dos empregos temporários entre a agricultura familiar e não familiar. Apesar da não familiar gerar mais empregos temporários, vemos que a familiar chega muito próximo com 41,8 % deles, embora possua 33% da área agricultável do município. Verificamos também como é baixa a oferta desse tipo de trabalho.

Analisando a TABELA 5, percebemos que a atividade que mais tem gerado empregos temporários para os camponeses é o preparo do solo, capinas, tratamentos culturais e limpeza de pastos, entretanto a diferença é pouca em relação às outras atividades. Observamos também como a agricultura camponesa gera boa parte dos empregos no campo (41%), ou seja, a expulsão paulatina dos camponeses também diminuiu a oferta de empregos temporários no campo.

TABELA 5 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, COMO AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR COM EMPREGADOS TEMPORÁRIOS CONTRATADOS NO ANO, POR TIPOS DE TAREFA

<i>Município</i>	<i>Tipos de Tarefa</i>	<i>Agricultura familiar e não familiar</i>	<i>Nº Absoluto</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Pitanga – PR</i>	Total	Total	220	100,00
		Agricultura não familiar	128	58,18
		Agricultura familiar - Lei 11.326	92	41,82
	Preparo do solo, capinas, tratos culturais e limpeza de pastos	Total	125	56,82
		Agricultura não familiar	78	35,45
		Agricultura familiar - Lei 11.326	47	21,36
	Plantio ou sementeira	Total	90	40,91
		Agricultura não familiar	53	24,09
		Agricultura familiar - Lei 11.326	37	16,82
Colheita	Total	96	43,64	
	Agricultura não familiar	53	24,09	
	Agricultura familiar - Lei 11.326	43	19,55	

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO (2006).

Se fizermos uma relação entre a população economicamente ativa do rural e do urbano em Pitanga desde 1991, (GRÁFICO 22) veremos a reversão entre o rural e urbano, ou seja, em 1991 75 % da PEA eram rurais e 25% urbanas, em 2000 já havia a reversão onde a PEA urbano passou a ser 51% do total, subindo para 57% no último censo. Observa-se com esses dados, uma

tendência ainda maior de urbanização no município e conseqüentemente uma maior desterritorialização no campo. Assim:

Quando recorrermos à história recente facilmente constatamos que os sucessos tão alardeados pela máquina midiática do capital sobre os resultados da *revolução verde*, que carrega os significados do progresso técnico-científico na agricultura, considerando a articulação da motomecanização aos insumos químicos e de outros matizes, iniciada nos anos 1950/1960, não poderíamos deixar de contrapor o quanto mais de miséria e de exclusão proporcionou para os camponeses e para os trabalhadores assalariados.(THOMAZ JR., 2006, p.6)

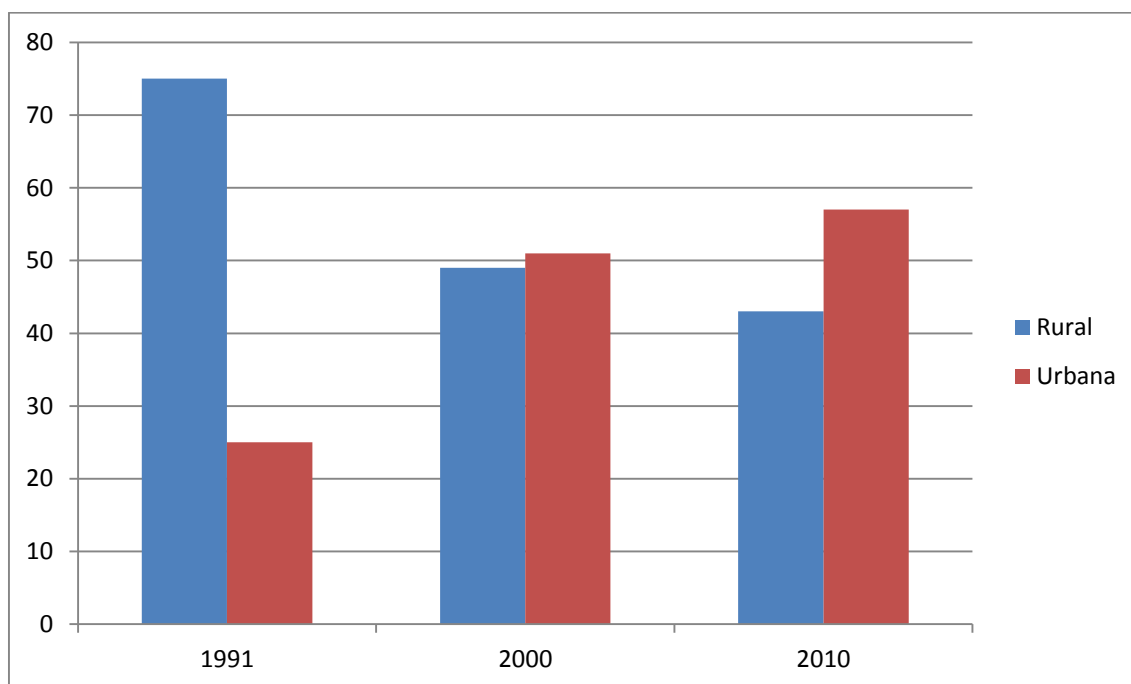


GRÁFICO 22 - COMPARAÇÃO ENTRE A PEA URBANA E RURAL POR PORCENTAGEM EM PITANGA-PR DE 1991 A 2010
 FONTE: IBGE (2010).

Segundo Silva (2004) o projeto de modernizar a agricultura teve como base: militarização da questão agrária, expropriação de camponeses e a exploração dos trabalhadores. Como vimos nos gráficos, estes sofrem com a escassa oferta de trabalho no campo e por esse motivo, migram para a cidade ou para trabalhar na colheita de grandes plantações, como a de maçã que será mostrado a seguir. A mesma autora estudando o impacto da modernização no município de Nova Minas-MG mostra que esses processos ocorreram em outras partes do Brasil com a mesma lógica, apesar das formas serem diferentes, dessa maneira ela diz:

Em síntese, o Estado autoritário, ao lançar mão da lei para promover a modernização agrícola dessa região, legitimou a tomada das terras dos pobres do campo[...]. Os *compradores* agiram dentro *da lei e da ordem*, ordem que representava a manutenção do *status quo*, ou seja, o conservadorismo social e político agrário. Os resultados desse processo foram a emigração imediata de mais de duzentas mil pessoas da região; sem contar os milhares de que transformaram em eternos migrantes temporários. (SILVA, 2004, p 27) (grifos do autora)

Além do estatuto da terra, do Sistema Nacional de Crédito Rural, da consolidação das CAI's, outro processo que Silva (2004) cita como importante na promoção da modernização e na desterritorialização dos trabalhadores foram as leis trabalhistas, a qual também impacta o território estudado. O Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 foi a primeira lei que reconheceu de forma ampla os direitos dos trabalhadores rurais, igualando estes com os urbanos. Mas em vez de acabar com a exploração, teve um resultado reverso, como ela relata dizendo primeiro sobre o caso dos parceiros, arrendatários, colonos, etc.:

Em 1963, foi votado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) pelo qual as leis trabalhistas, vigentes desde 1943, eram estendidas aos trabalhadores do campo. É bom lembrar que, tradicionalmente, os trabalhadores rurais estavam alijados do processo político do país, em virtude da ideologia dominante que os representavam como portadores do atraso, do arcaísmo, das doenças endêmicas – a imagem do Jeca Tatu é emblemática -, e, portanto, incapazes de serem portadores de consciência política. Desta sorte, os grupos políticos que defenderam o Estatuto levaram em conta, tão somente, as questões trabalhistas e não a posse da terra. Portanto, os milhares de parceiros, arrendatários, colonos e moradores, que tinham direito às pequenas roças não tiveram seus interesses contemplados por esta lei (SILVA, 2004, p.32-33).

Na próxima citação, a autora vai continuar mostrando a fragilidade do Estatuto do Trabalhador Rural, pois deixou desprotegida essa importante gama de camponeses. Além do mais, ela diz que a lei criada para os pobres acaba expulsando-os do campo:

É importante analisar o que esta lei representou para os trabalhadores e, sobretudo, por que ela foi mantida durante os governos militares. O

estatuto determinava que o empregador era obrigado a pagar 27,1% sobre cada jornada dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais. Este é um ponto fundamental para entender as causas da expulsão desses trabalhadores das fazendas, pois eles passaram a ser mais onerosos. Por isso, eles foram despedidos e contratados, em seguida, como volantes, isto é, como força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo esse raciocínio o ETR foi instrumento legal para a expulsão ocorrida em seguida. Ao invés de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, ele apresentou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração.

Esse trabalhador volante que foi regulamentado pela Lei nº6019 do ano de 1978, seria aquele que não poderia trabalhar mais de 90 dias no local para o qual ele foi contratado e durante esse tempo, o mesmo não teria direito a nenhum benefício da legislação trabalhista. Essa Lei criou a figura do “Boia-Fria” que eram trabalhadores expulsos do campo que se dirigiam às periferias das cidades para serem, em seguida, contratados pelos proprietários na condição de volantes sem direitos, ou então são camponeses com relações precárias⁴⁸ com sua propriedade e que precisam trabalhar parte do seu tempo como assalariado (SILVA, 2004).

Destaca-se que durante o trabalho de campo, quando foram realizadas entrevistas com migrantes da colheita da maçã em Fraiburgo-SC, observamos esse processo. O Sr. Jurandir de 47 anos foi entrevistado antes de embarcar no ônibus para o referido município e relata a razão de estar migrando: “Por que lá o ganho é melhor e aqui na chácara a gente faz pouca coisa então não tem muita renda, sai pra fora trabalhar”. Já o Sr. Sergio de 33 anos relata que morava no campo, mas decidiu deixá-lo para buscar constituir a sua vida na cidade como ele relata:

Autor: Já moro no campo no passado? **Sérgio:** Já, já morei. **Autor:** Faz quanto tempo o Sr. deixou o campo? **Sérgio:** Faz uns 10 anos **Autor:** Por que o Sr. deixou? **Sérgio:** Deixei porque lá, o plantio tá custoso de mora no sitio n/é, agora estamos indo colhe maçã. **Autor:** E por que o senhor decidiu ir trabalhar na colheita da maçã? **Sr. Sérgio:** Por que aqui na Pitanga cara, tá muito custoso o emprego aqui fio, daí lá nos estamos indo pra lá, porque lá é bom de trabalhá sabe.

⁴⁸ A precariedade que falamos é aquela, na qual o camponês possui pouca terra e onde a sua produção tem pouco acesso aos mercados consumidores em função da modernização que criou um padrão de “qualidade” que só alcança quem tem acesso ao pacote tecnológico.

Com esses relatos, é possível compreender que é a condição do lugar onde os mesmos vivem que determina a necessidade de migrar para buscar uma renda extra durante os três meses (janeiro, fevereiro e março) que ficam na colheita da maçã. O processo de contratação ocorre por meio da Agência de Empregos de Pitanga-PR, geralmente no começo do mês de Janeiro, um funcionário da empresa faz uma reunião com os interessados e posteriormente faz a seleção dos trabalhadores.

Assim, os três meses de trabalho são reflexo da lei sobre trabalho volante. Essa reflete ainda mais como o trabalhador ao ganhar direitos, acaba por ser prejudicado em função das grandes empresas capitalistas passarem a investir em trabalho morto, visando a substituição de grande parte do trabalho vivo empregado em atividades, como a colheita da maçã.

Silva (2004) relata os desdobramentos do Acordo de Guariba⁴⁹ :

Se, por um lado, o Acordo de Guariba representou a vitória do movimento de resistência, na medida em que os direitos foram reconhecidos, por outro, ele foi a causa da intensificação da modernização, com um maior emprego de máquinas em todas as fases do processo produtivo, inclusive no corte da cana, atividade que emprega grande quantidade de mão de obra. Esse fator vem sendo, desde então, responsável pelo desemprego de milhares de trabalhadores (SILVA, 2004, p.37).

Se a modernização e a substituição da mão de obra pelo maquinário são a saída para os capitalistas agrários, esta significa para o trabalhador ou camponês, o desemprego, uma queda ainda maior da qualidade de vida e novamente a migração, talvez em definitivo, em direção as grandes cidades em busca de trabalho. Sendo assim:

[...] constata-se que o projeto modernizador traz em seu bojo a violência, entendida não somente como violência física – assassinatos, destruição material e cultural – mas também como negação de direitos

⁴⁹ O Acordo de Guariba foi resultado da greve dos trabalhadores das usinas de açúcar e álcool na região de Ribeirão Preto em 4 de Janeiro de 1985. O acordo tem esse nome em razão da greve ter iniciado no município de Guariba/SP.

aos trabalhadores, portanto, de cidadania. O resultado desta dupla violência foram milhares de pessoas desenraizadas social e culturalmente, perambulando de um lugar para o outro em busca de sobrevivência, sem eira nem beira, já que foram obrigados a deixar para trás tudo o que possuíam. Transformaram-se em verdadeiros errantes. Um dos pontos de parada foi a periferia das cidades. Data desse período o gigantesco crescimento das cidades brasileiras, sobretudo das metrópoles, e o progressivo esvaziamento populacional do campo. Esse fenômeno foi o resultado da expulsão dos trabalhadores e não simplesmente do êxodo rural. As pessoas não foram para a cidade atraídas por suas luzes. Elas foram forçadas a deixar seu lugar, entendido não somente como espaço físico, mas como espaço cultural, como um lugar onde foi possível criar um modelo de vida caracterizado pela sociabilidade baseada nas relações com parentes e vizinhos e na religiosidade, capaz de unir a natureza, a terra, as pessoas e os santos padroeiros. (SILVA, 2004, p.40)

Essas são as questões que procuramos trazer para o debate, principalmente porque elas também estão se dando no território estudado nessa pesquisa. Dessa forma, buscamos demonstrar que a expropriação/desterritorialização vai além do simples êxodo rural, com aquele sentido apenas do deslocamento de pessoas do campo para a cidade. O que queremos dizer é que o jovem não está saindo do campo porque simplesmente quer ter acesso a internet, ao telefone, às atividades de lazer que só a cidade poderia lhes oferecer, (embora esses fatores sejam algo a mais), porém de nenhuma maneira se mostram como primordial para a decisão de migrar, estes saem à procura de emprego e renda, conforme os relatos dos entrevistados.

Nesse sentido, o projeto desenvolvimentista expropriador conservou o poder político e econômico dos grandes proprietários rurais, garantindo-lhes acesso a todos os incentivos e subsídios fiscais, financiamentos e principalmente impediram que uma das únicas leis que realmente traria um ganho enorme para os desterritorializados e expropriados do campo fosse efetivada: a reforma agrária.

Além do trabalho, a modernização expropriadora/desterritorializadora promoveu a precarização das pequenas propriedades, principalmente aquelas que estão localizadas longe dos grandes centros urbanos e em um território fortemente monopolizado pelo capital agrário do agronegócio, como é o caso de Pitanga, assim:

A constatação de que o capital, ao invés de se territorializar, monopoliza o território, pressupõe uma ruptura com o entendimento de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas culminaria na bipolarização entre capital e trabalho, ou em sua variante, na separação entre meios de produção e força de trabalho. Por sua vez, designa a possibilidade de que a lógica da acumulação ampliada não sofra restrições, ainda que determinados agentes não atuem diretamente na esfera produtiva, controlando apenas a circulação das mercadorias. (PAULINO, 2003, p.102)

Com as agroindústrias, o agronegócio monopolizou o território de Pitanga. Estas promoveram a modernização das médias e grandes propriedades. Já as pequenas se viram precarizadas no sentido de ter ficado de fora desse projeto, restringindo muito o acesso aos mercados e conseqüentemente à geração de renda. Hoje, Pitanga tem dois grandes mercados onde a agricultura camponesa tenta se inserir o primeiro é a produção agrícola, principalmente o feijão, o milho, mandioca e a soja (QUADRO 6) e a segunda a produção de Leite (QUADRO 7).

Município	Tipo de Cultivo	Agricultura familiar por grupo	Nº Absoluto
Pitanga-PR	Arroz em casca	Total	609
		Familiar - tipo A	145
		Familiar - tipo B	120
		Familiar - tipo C	108
		Familiar - tipo D	236
	Feijão em grão	Total	2.117
		Familiar - tipo A	436
		Familiar - tipo B	433
		Familiar - tipo C	357

Município	Tipo de Cultivo	Agricultura familiar por grupo	Nº Absoluto
		Familiar - tipo D	891
	Mandioca (aipim, macaxeira)	Total	844
		Familiar - tipo A	213
		Familiar - tipo B	167
		Familiar - tipo C	119
		Familiar - tipo D	345
	Milho em grão	Total	2.308
		Familiar - tipo A	457
		Familiar - tipo B	499
		Familiar - tipo C	374
		Familiar - tipo D	978
	Soja em grão	Total	758
		Familiar - tipo A	254
		Familiar - tipo B	221
		Familiar - tipo C	95
		Familiar - tipo D	188

QUADRO 6- PRINCIPAIS GÊNEROS CULTIVADOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR POR TIPOLOGIA EM PITANGA-PR
 FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO (2006).

Nesse quadro podemos ver dois processos, primeiro: a agricultura de autoconsumo ainda é muito presente nas propriedades camponesas e segundo a inserção da soja entre os cinco gêneros mais cultivados por esses sujeitos.

Esses dados mostram que estes estão cada vez mais integrados ao mercado capitalista internacional, fato que os deixam vulneráveis a endividamento e a descapitalização das propriedades como mostraremos mais adiante.

Município	Agricultura familiar e não familiar	Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite no ano – Agricultura familiar e não familiar	Quantidade produzida de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários (Mil litros)	Quantidade produzida de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Valor da produção de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários (Mil Reais)	Valor da produção de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Pitanga - PR	Total	1.713	20.093	100,00	7.558	100,00
	Agricultura não familiar	255	5.328	26,51	2.082	27,55
	Agricultura familiar	1.458	14.765	73,49	5.476	72,45

QUADRO 7- PRODUÇÃO E VENDA DE LEITE DE VACA NO ANO DE 2006 NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, COM AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR.

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO (2006).

Este quadro mostra como é representativa a participação da criação de bovinos leiteiros na agricultura camponesa. Portanto, essa atividade é uma das poucos responsáveis pela desterritorialização não ser mais intensa. Além de garantir uma renda mensal, a criação desses animais assegura que o capital aplicado possa ser resgatado quando for necessário, não deixando o camponês descapitalizado em momentos de crise, como ocorre com a produção agrícola.

Favaro (2014, p.284) também relata a importância da produção de leite para Pitanga e região:

A produção de leite é uma das principais fontes de renda no Território, em especial nos municípios de Pitanga, Manoel Ribas, Palmital e Cândido de Abreu. A ordenha do leite é manual e em geral é feita pelas mulheres. São ainda poucas as propriedades que se utilizam de ordenhadeiras mecânicas. Os animais na maioria não são especializados para a produção do leite, mas algumas propriedades já possuem rebanho composto de vacas holandesas e *Jersey*. Boa parte da produção é entregue a laticínios particulares.

Porém, tanto a produção agrícola, quanto a pecuária desencadeiam a expropriação da renda do camponês pelas agroindústrias. Na primeira, o camponês fica mais sujeito ao capital e vê a sua renda ser consumida tanto a montante na hora de comprar os insumos e sementes que o mercado depois vai exigir, quanto na hora de comercializar a produção, ou seja, a jusante.

Na produção pecuária, por sua vez, o camponês vê a sua renda ser expropriada na hora que precisa comprar vacinas, remédios, como também, na hora que precisa investir na infraestrutura, como a compra de ordenhadeiras ou resfriadores.

O Sr. João conta bem como está a situação da produção do leite:

Autor: Como que tá a situação do leite? **João:** Olha a situação tá difícil, do leite também tá difícil, eu vendi leite a vamos supor... 12, 13 anos atrás a 35 centavos... um, um... saco de sal custava 3... [3 reais] hoje nós estamos vendendo o leite hoje a 80, 85 n/é [centavos] e o saco de sal estamos pagando 20 [reais], então as coisa pra compra pras vaca subiu muito, medicamento mesmo subiu demais n/é, e o leite nosso não aumenta... o mais complicado do leite, porque o leite se fosse por qualidade, daí o pequeno poderia se sair melhor, mas hoje aqui não existe qualidade, existe qualidade, mas pro grande é só quantidade, pro grande hoje eles pagam 1 e 15 [1 real e 15 centavos] e pro pequeno eles pagam 90 [centavos].(JOÃO, 2014)

Observamos nesse contexto, que a modernização tanto da agricultura, quanto da própria pecuária vem aumentando a subordinação da renda camponesa ao capital. Esse processo causa expropriações e precariza a propriedade camponesa, contribuindo para a desterritorialização em Pitanga e

umentando os casos onde o camponês migra alguns meses do ano em busca de trabalho para complementar a sua renda e garantir a sua reprodução.

O camponês hoje está vivendo em uma realidade onde: sujeita a sua renda ainda mais ao capital industrial e financeiro, por meio de integrações, financiamentos ou inserção no modelo do agronegócio, ou fica a margem do processo de comercialização.

Assim que este sujeito em Pitanga vive um grande dilema: se tenta se inserir no mercado do modelo do agronegócio que oferece a garantia de ter para quem vender a sua produção, vai precisar buscar financiamentos ou outras formas de adquirir recursos para comprar: sementes, agrotóxico, adubos químicos, etc. de grandes empresas capitalistas e mesmo assim, não conseguiram competir em igualdade com as grandes propriedades.

Pois, necessitam vender a produção no período de safra, justamente quando os preços no mercado estão em baixa. Com esse processo sujeitam a sua renda a expropriação capitalista e ainda correm o risco do endividamento. Dessa maneira concordamos com Saquet (2006) quando ele diz que:

Os produtores familiares, donos dos meios de produção e normalmente com baixo nível tecnológico, trabalham duramente todos os dias, condicionados biológica e socialmente. São subordinados e explorados pelos agentes do capital, embora, muitas vezes, tenham uma lógica predominantemente de subsistência. É na circulação simples de mercadoria que são sujeitados [...] (SAQUET, 2006, p.60).

Se por outro lado, tentam buscar alternativas a esse modelo que lhe ofereça maior autonomia, correndo o risco de não ter comércio ou que este seja insuficiente para cobrir os custos, pois não existe uma forma organizativa que coloque esses produtos no mercado. Os existentes atingem poucos camponeses, por exemplo, a feira no espaço urbano de Pitanga ou do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

O capital tem forçado os camponeses a trocarem os seus instrumentos de trabalho por outros mais tecnológicos, criando barreiras a comercialização e com isso incluindo eles no capital financeiro, no endividamento e deixando a sua

renda ainda mais subordinada, a modernização das estufas de fumo⁵⁰, é um exemplo.

Dessa forma, é exatamente na renda que o capital consegue expropriar o camponês e à medida que os processos produtivos foram se transformando, o capital foi extraindo cada vez mais a renda, a qual é responsável pela reprodução desses sujeitos e “[...] convém lembrar que o sentido da monopolização do território pelo capital está exatamente na sujeição da renda da terra [...]” (PAULINO, 2003, p.109).

As expropriações por meio da renda capitalista da terra podem gerar desterritorializações, como temos mostrado. E pode também não desterritorializar o camponês, o qual se integra ao mercado capitalista como uma forma de resistir na terra, mas continuaram sofrendo processos de expropriação, pois a exploração que o capital exerce sobre ele impede que o mesmo tenha uma qualidade de vida ainda melhor.

As empresas agroindustriais procuram de todas as maneiras se apropriarem da renda da terra gerada pelo trabalho familiar das unidades camponesas, quando ela coloca a sua produção no mercado. Assim o:

[...] que interessa aos capitalistas, nos casos em que tais produtos se constituem matéria-prima para a indústria, ou simplesmente ao intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, se apropriarem da renda da terra. Em outras palavras, sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nela contido. (PAULINO, 2003, p. 109).

Esse fato nos faz compreender que o campesinato faz parte do sistema capitalista onde a sua pequena produção é apropriada pelo capital que esta cada vez mais expropriando a renda da terra:

Assim, o desenvolvimento da agricultura no século XX e XXI vai ser marcado por uma realidade contraditória, ou seja, a sua expansão por aqueles setores de mais alta rentabilidade, como é o caso da avicultura

⁵⁰ A empresa que compra a produção de fumo dos camponeses financia a modernização das estufas. As quais geralmente são pagas em longos contratos que obrigam que os camponeses entreguem a sua produção apenas para essa empresa, para que sejam descontados os valores do empréstimo.

ou do reflorestamento, por exemplo. Tem-se expandido também, por aqueles setores onde capitalistas e proprietários da terra unificam-se em uma mesma pessoa. No geral, o capital tem atuado, contraditoriamente, no sentido de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital. (OLIVEIRA, 2007, p.32)

É essa possibilidade de recriação dentro do sistema capitalista que faz com que ainda resistam, segundo os dados do censo agropecuário de 2006, mais de três mil propriedades camponesas em Pitanga. Essa resistência é muito conflituosa, pois “o processo de sujeição do campesinato ao capital quer está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção” (OLIVEIRA, 2007, p.12). Fabrini (2002) também relata esse processo dizendo que:

Os camponeses não estão em conflito direto com a instituição da propriedade. Os proprietários fundiários os atingem porque precisam transformar renda da terra em renda capitalizada e isso exige a expropriação/expulsão. Na realidade, o que mais pesa aos camponeses é o capitalista porque este o subordina na circulação da produção, o que leva à expropriação e diferenciação social.

Em territórios como o de Pitanga, onde a agricultura camponesa encontra poucas saídas para se incluir na circulação de mercadorias, a expropriação da renda está gerando a expropriação dos instrumentos de trabalho e o seu principal meio de produção: a terra. Isso ocorre pelos seguintes fatos que elencaremos agora, para explica-los separadamente posteriormente:

- A forte presença de agroindústrias e cooperativas que privilegiam a comercialização das *commodities* agrícolas como a soja, milho e trigo. Só a COAMO possui três unidades de recebimento e armazenamento de grãos em Pitanga, além de outras três pequenas agroindústrias locais e mais uma unidade da Campagro Insumos Agrícolas e C. Vale⁵¹;

⁵¹ A C.Vale é uma cooperativa agroindustrial com atuação no Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraguai. Possui 111 unidades de negócios, mais de 14.600 mil

- Mercado consumidor local restrito, por exemplo, na microrregião de Pitanga há uma concentração muito grande de pequenos municípios (QUADRO 8) que em sua maioria ainda tem grande parte da sua população vivendo no espaço rural e que também vem perdendo população. Pitanga tem a maior concentração de população no espaço urbano com 20.587 habitantes e mesmo assim a produção camponesa tem pouca entrada no mercado local em razão de não existir mecanismos que organizem a produção dos camponeses para chegar a este. As cooperativas que existem são para atender programas como o PAA e o PNAE que tem uma abrangência muito pequena (esses programas segundo o sindicato dos trabalhadores rurais atende pouco mais de 100 agricultores).
- Criação de políticas públicas que privilegiam o mesmo projeto de desenvolvimento da Revolução Verde para as pequenas propriedades. Não pensando em projetos alternativos que realmente fortaleça a pequena produção. O PRONAF, por exemplo, só recentemente tem criado algumas linhas diferenciadas, como por exemplo, para a produção agroecológica, mas que ainda não se tem notícia que em Pitanga alguém conseguiu acessá-la;
- Apropriação das grandes propriedades das melhores terras enquanto a população camponesa tem ficado com as que possuem maior declividade e um tipo de solo de menor qualidade;
- Desigualdade na possibilidade de garantir uma valorização da sua produção devido à concorrência com a produção das grandes propriedades;
- Apropriação dos grandes e médios proprietários das terras camponesas por meio do arrendamento de parte ou do total da área camponesa. Esse fato ocorre em virtude dos camponeses

associados e 6.038 funcionários. Destaca-se na produção de soja, milho, trigo, mandioca, leite, frango e suínos, e atua na prestação de serviços, com mais de 150 profissionais que dão assistência agrônômica e veterinária aos associados. (C. VALE, 2014)

não conseguirem aproveitar a área com um todo devido aos custos da produção que tem melhor entrada no mercado;

Municípios	Censo de 2000: População Rural	Censo de 2000: População Urbana	Censo de 2000: Total da População	Censo de 2010: População Rural	Censo de 2010: População Urbana	Censo de 2010: População Total
B. Ventura. De S. Roque	5.700	1.080	6.780	5.005	1.544	6.549
Laranjal	5.611	1.510	7.192	4.330	2.031	6.361
Mato Rico	3.844	652	4.496	2.816	961	3.822
Palmital	9.788	7.170	16.958	7.467	7.403	14.870
Pitanga	17.522	18.339	35989	12.058	20.587	32.645
Santa M. Do Oeste	10.464	3.175	13.639	8.288	3.209	11.497
Total	52.929	31.926	84.867	39.964	35.735	68.346

QUADRO 8 - RELAÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PITANGA/PR.

FONTE: IBGE (2014).

Se retornarmos ao primeiro capítulo veremos que a renda camponesa durante a constituição da história do território de Pitanga sofreu grandes mudanças, entre essas, as que mais causaram impactos foram a extração da erva-mate e a criação de suínos para engorda, chamada de “safras”.

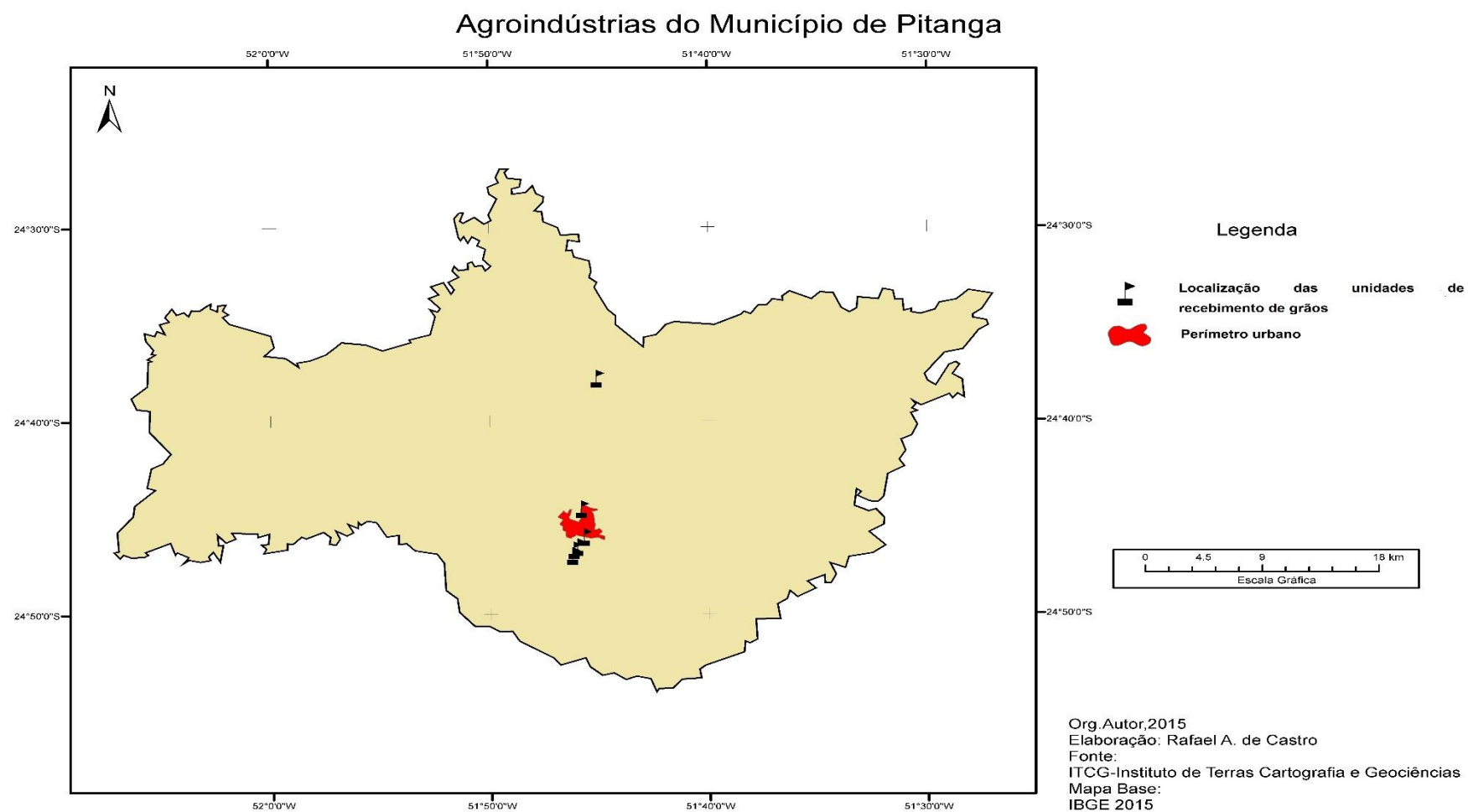
Nessa época as atividades desenvolvidas pelos camponeses, eram praticamente autossuficientes, pois necessitavam de poucos utensílios para a sua reprodução que não fossem gerados na própria propriedade e a renda proveniente de tais atividades era suficiente para garantir a sua reprodução. Com o fim desses dois ciclos e a chegada pesada da modernização, o camponês está tendo cada vez mais dificuldades para produzir, como relata o Jurandir (2014):

[...] já não tem condição de tocar uma lavoura n/é, não tem, que nem o causo sai muito caro pro você tocar uma lavoura... daí você toca uma lavoura e não dá certo então não compensa n/é, daí mais vale a gente trabalha empregado do que fica no campo n/é.

Esse processo de encarecimento da produção ocorre em razão da modernização que o modo de produção fordista empregou no campo. Dessa

forma, a Revolução Verde não expropriou/desterritorializou apenas o trabalhador rural, como também implicou o mesmo processo nos camponeses que não tiveram acesso ao seu “pacote” tecnológico, e hoje tem dificuldades de se incluir no mercado local com a maneira de produzir mais tradicional.

Por essa razão falávamos que a Cooperativa COAMO foi a responsável pela disseminação da cultura da soja em Pitanga-PR. Pois além de incentivar os seus cooperados a investir nesse tipo de cultura e a modernizar a produção por meio da assistência técnica, criou certos ramos de produção que tem uma entrada melhor e com preços mais “atraentes” economicamente. Além desse fato, existem várias outras pequenas agroindústrias de recebimento de grãos que ajudam a monopolizar o território pelo agronegócio.



MAPA 6 - LOCALIZAÇÃO DAS SEIS AGROÍNDÚSTRIAS DE RECEBIMENTO DE GRÃOS EM PITANGA
FONTE: IBGE. ORG. AUTOR (2015). ELABORAÇÃO: CASTRO 2015

Nesse contexto, Paulino (2003, p. 164) descreve sobre as transformações que as cooperativas foram sofrendo:

Não há dúvida que em plena Revolução Industrial o sistema cooperativista se inscreveu como um movimento de insurreição às precárias condições de reprodução social dos trabalhadores e, por conseguinte, de enfrentamento do já desmesurado poder dos capitalistas. Entretanto, no decorrer do processo de consolidação mundial do mesmo, pode-se afirmar que as cooperativas mais foram influenciadas do que influenciaram a ordem que se propunham transformar.

O Estado também teve papel importante nas transformações das cooperativas em verdadeiras empresas capitalistas como é o caso da COAMO, que tem unidades no Estado do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso (FIGURA 1) e é a maior empresa cooperativa da América Latina. A qual, por meio da Lei 5.764/1971, criou a Política Nacional de Cooperativismo junto com os incentivos fiscais e financeiros, ajudando nessa transformação. Como Paulino (2003, p.165) relata dizendo que:

É evidente que um projeto dessa envergadura não se realizaria sem o concurso efetivo do Estado. Fiéis à pressão exercida pelos países centrais, arautos de uma linha de cooperativismo que procurava dissimular a acumulação ampliada do capital, as políticas públicas do período investiram na lapidação do caráter empresarial das cooperativas. É nesse contexto que se promulga a Lei 5.764/1971, sob pretexto da necessidade de reestruturação econômica das mesmas.

Essas transformações acabaram afastando a agricultura camponesa que não está ligada a produção das *commodities* agrícolas das grandes cooperativas, pois estas passaram a privilegiar os cooperados das médias e grandes propriedades que saíram ainda mais fortalecidos com essa orientação empresarial:

Nessa perspectiva, a mediação dessas cooperativas para a aquisição de máquinas e insumos requeridos pela agricultura de escala atendia os interesses de uma minoria de cooperados, ao passo que se mostrava cada vez mais incapaz de dar respostas às demandas de uma maioria de produtores. Houve assim um distanciamento recíproco, pois ao mesmo tempo que os camponeses deixaram de buscar soluções no interior da cooperativa, essa se constituía em agente contrário à cultura de excedente, que comparecia como empecilho à especialização produtiva requerida pela agroindústria. (PAULINO, 2003, p.168)

A transição também atingiu a agricultura camponesa, incentivando a inserção no mesmo ramo de produção das grandes propriedades (ver tabela 11, p.149), por meio da assistência técnica, da facilidade de comercialização e do fetiche do preço pago pela produção que de certa forma esconde a quantidade elevada de gastos.

Além dessas questões, as desigualdades de condições de produzir e comercializar fizeram com que grande parte do lucro não ficasse com os camponeses. Podemos observar esse fato com o relato do Sr. João: "Pago pra colhe, pago pra plantar, pago pra levar, pago duzentão por alqueire pra planta, ai pra colhe e leva eu pago por saco".

Assim, esse relato revela segundo Oliveira (2007), que o capital se apropria da renda da terra, mesmo sem desterritorializar o camponês, pois o que é produzido já fica destinado às agroindústrias que vão pagar o preço estabelecido pelo mercado internacional, ou seja, um preço muitas vezes baixo que na hora de descontar, todos os gastos acabam extraíndo a maior parte da renda.

Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra.

Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista.
(OLIVEIRA, 2007, p.32)

O fato revelado pelo Sr. João também demonstra uma inversão na mão de obra usada, pois ao se integrar ao mercado do agronegócio este passa a usar da tecnologia de terceiros que muitas vezes são de grandes proprietários que arrendam os seus maquinários após utilizá-los em sua produção, ou seja, a mão de obra que era contratada pela pequena propriedade em momentos de grande necessidade, passou a ser substituída pelo trabalho morto das máquinas, subordinando ainda mais a sua renda ao capital e diminuindo a oferta de emprego.

As oscilações do preço das *commodities* aumenta a vulnerabilidade do camponês que se insere nesse mercado. Esse fato pode causar problemas como o endividamento. O Sr. Jonas um dos camponeses entrevistados faz o seguinte relato sobre a produção da soja:

Quando o soja estava bão, o preço pego 50 pila [reais], eu plantava 40 alqueire arrendado né, daí eu saí dois anos eu sai bem, no terceiro já ó.... **Autor:** Mas por que isso aconteceu? **Jonas:** não porque o soja baixou e você pagava pra fazer tudo, não tinha maquinário, não tinha nada, daí eu paguei as conta vendi a renda e parei, antes que se quebre né, pelo valor do soja dos 40 alqueire eu pague o banco, pague tudo a dívida, pague o maquinário, comprei um caminhãozinho, depois o soja volto a 30 daí ó...(JONAS, 2014).

Além de investir em uma produção cara, o agricultor camponês fica à mercê das oscilações do mercado. Dessa maneira, em anos que a demanda é muito grande os preços se elevam, como no caso dos 50 reais por saca de soja que o Sr. Jonas relatou.

Entretanto, em anos de grande produção mundial e diminuição da demanda, os preços despencam, principalmente, na época da safra atingindo a agricultura camponesa que se integra a esse mercado, pois não possuem capital suficiente para esperar uma melhora nos preços. Outros fatores interferem também como mostra Nunes (2007, p.3):

Os fatores que interferem na demanda por produtos agrícolas, em nível mundial e nacional, são a urbanização, o aumento da produção e do consumo de carnes, o nível de utilização da soja na alimentação humana e animal, as tarifas de importação aplicadas pelos países e blocos econômicos, as políticas governamentais de apoio ao setor, a disponibilidade de áreas agricultáveis, o controle exercido pelas grandes indústrias do setor alimentício que priorizam alguns produtos em detrimento de outros.

Diante dessa realidade, o capital acaba por expropriar a renda dos camponeses que não aguentam as oscilações do mercado. Assim, na inclusão dos camponeses nessa lógica, usa-se desde políticas públicas, até formas de “integração” onde o pequeno produtor adquire os insumos necessários para a produção e paga depois com a colheita ou com o lucro que terá posteriormente. Como no caso da agricultura camponesa a Sra. Maria, quem relata: “É compramos né assim, compramos *pra pagar na colheita* daí né, por que nois não podemos fazer financiamento por que não tem documento né” (Grifo nosso).

Nesse sentido, a empresa para a qual a camponesa entrega a sua produção, possui tanto uma loja agropecuária, quanto uma unidade cerealista, ou seja, a empresa subordina a produção camponesa desde a venda de insumos necessários a produção até a comercialização dos grãos, revelando o quanto a renda camponesa é subordinada.

A limitação do mercado a determinados produtos tidos como mais rentáveis e a modernização trouxe outro problema. Prejuízos advindos dos valores baixos em outras produções, como feijão, porque, grandes proprietários passam a produzir gêneros que eram típicos da agricultura camponesa e em função da elevada produção, os preços despencam prejudicando assim, a agricultura camponesa. Em entrevista com Antônio assentado da reforma agrária, esse processo fica muito nítido:

[...] Leva, porque na verdade se você observar hoje, por exemplo, plantar feijão pode estar dentro do mercado do agronegócio, feijão, por exemplo, seria uma produção do pequeno agricultor que onde o grande proprietário não estaria interessado, hoje já é diferente, hoje tem máquina pra plantar e colher, então quer dizer se fosse uma coisa que desse dinheiro n/é, o grande estaria plantando, assim como o soja por exemplo aquilo que oferece uma melhor economia as famílias vão aderindo... [...]. (ANTÔNIO, 2012)

Nota-se com essa fala que a agricultura camponesa está sempre em conflito com a grande propriedade, mesmo que esse conflito não seja explícito para a sociedade como um todo. As empresas de pesquisa, principalmente a Embrapa também tem contribuído para aumentar o interesse dos grandes proprietários nesse tipo de produção. O feijão é um exemplo, esse instituto tem produzido variedades geneticamente modificadas mais resistentes a pragas e mais adaptadas aos diferentes climas, aumentando ainda mais o interesse das grandes propriedades pelo cultivo, pois irão correr menos riscos. Assim a Embrapa diz que:

A Embrapa Arroz e Feijão e uma extensa rede de parceiros lançam periodicamente cultivares (variedades) de arroz e de feijão adaptadas a diferentes ambientes e sistemas de produção. Trata-se de um esforço contínuo para oferecer ao produtor rural brasileiro opções de cultivo mais produtivas, com maior resistência às doenças e às pragas, com melhor qualidade grão para as indústrias e que possua características culinárias desejadas pelos consumidores nacionais e internacionais. (EMBRAPA, 2014)

Diante desses fatos vemos que o Estado

[...] tem tido um papel-chave na acumulação original ou primitiva, usando seus poderes não apenas para formar a adoção de arranjos institucionais capitalistas mas também para adquirir e privatizar ativos como a base original da acumulação do capital. (HARVEY, 2011, p.80)

Muitas das expropriações que estão ocorrendo são em função desse processo de substituição de sementes e maneiras tradicionais de produzir que o camponês dominava, por outras ditas modernas como as sementes transgênicas, os insumos químicos e os implementos tecnológicos, os quais são pouco ou nada acessíveis para o camponês, fazendo com que ele dependa totalmente do mercado para produzir. Esse fato decorre também por uma força ideológica que faz o camponês acreditar que é atrasado e que precisa se integrar no mercado, como mostra Hernández e García (2008, p.28):

Por lo general lo tradicional hace pensar en lo atrasado, lo pasado de moda o, para las visiones tecnocráticas, algo inútil que debe desaparecer. De acuerdo con estos significados, diversos grupos de campesinos y pequeños agricultores están convencidos que pertenecen a un sector atrasado, con medios de producción tradicional y que necesita ser “sacado” por otros de ese atraso. Ceden esa decisión a agentes externos o están supeditados a recursos económicos y materiales externos, sin reconocer sus propios recursos naturales y capacidades.

Esse processo de dominação do pensamento moderno sobre os saberes tradicionais fica claro na fala do Sr. João, quando perguntamos a ele o que produzia antes da soja “Antes eu plantava milho, feijão, mas dava muito pouco...”, ou seja, o camponês cai no fetiche da produtividade e da facilidade de comercializar a produção e entra na lógica do mercado do agronegócio, como mostra o Antônio (2012) quando perguntamos porque as famílias do assentamento Novo Paraíso não optavam por uma produção diferenciada, como a agroecológica, ele afirma:

[...] soja se você produzir, a Coamo compra, a Manchur, qualquer cerealista compra, o leite os caminhões estão se esbarrando nas estradas pra coletar o leite do povo, agora esses outros produtos o comercio é tímido principalmente na nossa região, se eu produzi tanto quilo de tal produtos agroecológico, eu não tenho clareza que eu vendo, por outro lado eu tenho uma deficiência na própria produção por exemplo, como que a gente faz uma produção render saindo do químico que nós não estamos preparado para trabalha, as famílias não estão preparada para trabalha com o orgânico, por outro lado é um serviço mais pesado se você olha assim, hoje mesmo n/é, nós vamos ter que fazer aqui ao lado, temos um adubo dependência que nós fizemos com o vizinho, agora é um coisa que você tem de molha, meche, é na picareta, esse modelo que trazendo aqui é tudo maquinado, outra é a falta de tempo, as famílias cada vez que passa estão mais ocupadas, os filhos acaba os estudos pretende buscar outro tipo de trabalho, quer dizer essa saída do campo também tem deixado a desejar.

Além desse fato, a utilização desses “pacotes” tecnológicos fazem com que os custos da produção aumentem consideravelmente como mostra Martins (1991, p.48):

É o que podem constatar facilmente comparando a elevação dos preços dos seus produtos com a elevação do preço dos insumos de que necessitam nas suas tarefas, como o adubo, a semente, o inseticida etc. Na verdade, estamos diante de uma clara transferência de renda, da pequena agricultura para o grande capital.

O que podemos observar em campo é que a produção de leite é uma das atividades que mais gera renda para a propriedade camponesa. Mas a aquisição de animais não é nada barata, o preço de cada animal é de mais de 1000 reais dependendo da raça, ou seja, não é muito acessível a todos os camponeses que são continuamente incentivados pela assistência técnica a adquirir esses animais, com a ajuda inclusive de financiamentos. Paulino (2003, p.288) em sua pesquisa de doutorado na Região Norte do Paraná constatou esse problema e relata que:

Como vemos, embora do ponto de vista da racionalidade técnica o gado holandês seja melhor em virtude da sua maior capacidade de produção de leite, há que se considerar que essa produção não se viabiliza no mesmo patamar de custos do gado mestiço. Além disso, por se tratar de raças originárias de climas temperados, são mais suscetíveis a doenças, sobretudo às infecciosas. Como se sabe, o custo de acompanhamento de médicos-veterinários, bem como de medicamentos, é proibitivo aos camponeses.

Nesse contexto, para conseguir uma taxa maior de lucro, muitos camponeses estão inseridos nessa atividade e se organizaram em associações que comercializam a produção com os laticínios a um preço melhor em razão da quantidade que é entregue, do que oferecido se a entrega for feita diretamente.

Além do fato do preço, as exigências que foram criadas, como a obrigatoriedade da armazenagem do leite em resfriadores, fez das associações a grande saída para aqueles que não teriam condições de adquirir o seu próprio equipamento, por exemplo, um resfriador que tem a capacidade de armazenar 300 litros, tem um custo de 6.830 reais em média.

Esse encarecimento das atividades ligadas diretamente com a produção camponesa, faz com que muitos camponeses não consigam explorar a sua pequena propriedade na totalidade, ou seja, parte da sua propriedade é

arrendada para grandes produtores que a exploram e pagam com parte da produção. A fala do Sr. João é elucidativa nesse sentido:

Daí o grande também, daí você pega e planta um pedacinho de soja, de milho você perde, porque até o grande colhe tudo o dele, o da gente tá tudo perdido. **Autor:** aí o senhor tem que arrendar? **João:** tem arrendar que daí eles se viram, daí a arrenda também não compensa... **Autor:** quanto eles pagam geralmente? **João:** Hoje varia conforme o lugar 30, 40%, outro lugar 20, 25%. (JOÃO, 2014)

Jonas que possui uma produção diversificada como a produção de alimentos orgânicos, consegue utilizar apenas três alqueires dos 5 possíveis, os outros dois, ele arrenda para um dos maiores produtores de soja da região que paga 20% do que é produzido pelo arrendamento da terra. Esse fato se mostra como uma reversão histórica. Se antes era o camponês que arrendava parte das terras do grande proprietário, agora é ele que está arrendando para o grande em função de não ter a capacidade técnica para produzir ou então o que produz tem um mercado muito restrito.

Essa situação é uma clara ação territorializante do agronegócio sobre as terras camponesas sem precisar expropriar/desterritorializar a terra, pois a realidade moldada pelo capital agrário em Pitanga já oferece essa condição que agrava ainda mais a precarização das pequenas propriedades. A modernização conservadora e expropriadora, junto com a consolidação de um bloco de poder chamado por Porto-Gonçalves e Cuin (2013) tecnológico-financeiro-latifundiário-midiático⁵², são os responsáveis por essa situação de desigualdade e violência simbólica e material⁵³ contra, o povo, do campo.

Diante do que foi discutindo nesse capítulo verificamos que o projeto modernizador continua fazendo as suas vítimas no campo. Os camponeses tem enfrentado uma dura realidade sobre o domínio do capital representado na figura

⁵² Porto-Gonçalves e Cuin (2013, p.19) tentando mostrar a configuração de bloco relatam que “Nessa nova configuração há a imbricação dos interesses das oligarquias latifundiárias tradicionais, com instituições estatais financeiras, como o BNDES, e científicas, como a Embrapa, com as grandes corporações industriais-financeiras como Monsanto, Cargill, Bunge & Born, Syngenta entre outras.

⁵³ Simbólica no sentido de destruir as práticas tradicionais, sonhos dos jovens de permanecerem no campo e dos pais de ver os seus filhos se tornarem agricultores como eles. Material porque os expropriados/desterritorializados não conseguem realizar os seus desejos materiais no seu território e por esse motivo precisam se reterritorializar em outros territórios.

do agronegócio. Sendo assim concluímos nesse capítulo que a modernização da agricultura, assim como em todo o estado do Paraná, trouxe grandes processos de expropriação e desterritorialização para os camponeses. A redução no número de empregos temporários, por exemplo, tirou uma renda extra que garantia a reprodução de muitos deles.

Nesse sentido, o mercado leiteiro que tem se tornado uma saída para a resistência camponesa também tem colocado algumas questões, como a queda no preço do leite, o aumento nos custos dos medicamentos e de outros produtos necessários para manutenção dos animais e a especialização de muitos camponeses apenas nesse ramo, pode gerar problemas se alguma crise no setor surgir.

Além desse fato, a lógica do agronegócio em Pitanga restringe-o à entrada da produção gerada pelos camponeses no mercado e o mercado local pouco dinâmico faz como que os camponeses vejam a inserção na produção das monoculturas da soja, do milho e do trigo uma possibilidade viável para garantir que a sua mercadoria seja comercializada.

Essa inserção é incentivada também pelo Estado, por meio da principal política pública para a agricultura camponesa, o PRONAF. Essa política que será melhor debatida no próximo capítulo tem trazido grandes contradições e processos de expropriações gerados através dela.

Assim, a situação de vulnerabilidade dos camponeses que financiam pelo PRONAF e que se tornam especializados em um tipo de produção; mais a orientação da assistência técnica que segue as lógicas do mercado do agronegócio, principalmente, as privadas ou aquelas cooperativas de assistência técnica que tem ligação com algum banco ou agropecuária; junto com o risco de frustração de safra ou prejuízos por algum evento climático ou mercadológico pode deixar o camponês endividado, forçando que os mesmos vendam a sua propriedade para pagar a dívida, caracterizando um processo de expropriação/desterritorialização.

Além do PRONAF, o PAA e PNAE são outras políticas diferenciadas, que podem ajudar na resistência camponesa, pois tem um raio de alcance muito limitado frente ao número de propriedades existentes. Ainda possuem algumas

limitações que no caso de Pitanga, faz com que os camponeses não as vejam como os principais mercados em razão de alguns fatores como: constantes atrasos nos pagamentos, a criminalização dos sujeitos que fazem parte dessa política no estado do Paraná e a limitada vontade política de se incentivar e aumentar o mercado institucional para os camponeses. Por todo esse contexto que envolve as políticas públicas de geração de renda e a questão da expropriação/desterritorialização é que no quarto capítulo vamos discuti-las, visando analisar as suas contradições e como elas podem/ tem gerado em alguns casos, processos de expropriação/desterritorialização camponesa.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS CAMPONESES: INCLUSÃO NO MERCADO CAPITALISTA, EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIAS

Anteriormente, no terceiro capítulo, destacamos que o capital aliado com o Estado, alcançou o sucesso na promoção da modernização conservadora, gerando muitos impactos negativos que se perpetuaram até os dias de hoje para os camponeses e trabalhadores.

Nesse sentido, é importante explorar sobre o nosso entendimento a respeito das políticas públicas. Assim, iniciamos, em acordo com o pensamento de Serafim e Dias (2012, p.125):

[...] podemos afirmar que as políticas públicas são o Estado em movimento. Não são, evidentemente, as únicas formas de ação estatal. Mas constituem, sem dúvida, aquela forma que melhor reflete a natureza do Estado capitalista. (SERAFIM e DIAS, 2012, p.125).

Assim, é necessário compreender segundo os autores, que as políticas públicas, não se restringem em ações do Estado para com a sociedade, mas também com aquilo que ele deixa de fazer, pois “Suas ações - ou inações – refletiriam os comportamentos dos atores que nele atuam” (SERAFIM e DIAS, 2012, p.123).

Na formulação das políticas públicas estatais:

[...] não constitui nem um ato nem um reflexo de uma resposta isolada, mas sim um conjunto de iniciativas e respostas que permitem inferir a posição do Estado frente a uma determinada questão. Assim, as políticas estatais podem ser classificadas como “nós” do processo social [...] (SERAFIM e DIAS, 2012, p.125)

De fato, as políticas públicas que vamos analisar representam um contexto social na forma de mobilização, em prol de garantir mais direitos sociais às populações que nunca foram favorecidas de forma efetiva. Dessa forma, as fortes mobilizações sociais em prol da reforma agrária e de políticas públicas para os camponeses em conflito com um Estado, são um exemplo.

Entretanto, mesmo quando o governo no poder, era considerado “aliado”, a criação de políticas sempre esteve ligada a mobilização social. Por esse motivo concordamos com Souza (2006, p. 27) quando ela diz que:

[...] não se defende que o Estado opta sempre por políticas definidas exclusivamente por aqueles que estão no poder, como nas versões também simplificadas do elitismo, nem que servem apenas aos interesses de determinadas classes sociais, como diriam as concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado. No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas.

É dentro dessas disputas que as políticas são formadas, onde, os agentes que dominam a sociedade têm maior influência no direcionamento das políticas públicas e na sua formulação. Souza (2006, p.37) sintetiza bem as diversas definições sobre as políticas públicas.

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais: A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. [...] A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Dessa maneira, diante da situação de exclusão dos camponeses das ações do Estado, uma das bandeiras de luta destes além da reforma agrária, era a criação de políticas públicas que ajudassem a melhorar as precárias condições de vida e de produção nas suas propriedades.

Em meio a pressões dos movimentos sociais e sindicais no ano de 1995, durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o

PRONAF que substituiu o PROCERA⁵⁴, como o discurso de tratar todos iguais. Assim, o PRONAF em relação a outras linhas de crédito rural, trouxe grandes vantagens, principalmente, em relação aos juros mais baixos e à possibilidade de melhorar tecnicamente a propriedade, como mostra o relato do Sr. Mariano (2014):

Autor: E o senhor pega financiamento? **Mariano:** Pegamos através da cresol, ou eu, ou minha esposa pega né **Autor:** E que tipo de financiamento o senhor pega? **Mariano:** Pagamos tipo para lavoura né, ou também pro investimento na propriedade, calcário ou estiagem **Autor:** E o senhor acredita que é bom esse credito? **Mariano:** Pois olha pra nós pequeno é bom né, por que se não tive esse seria pior daí né, se não tem como sobra o dinheiro pra você tocá a lavoura por si, daí uma ajuda dessa fez muito bem.

Este fato faz a sociedade e muitos camponeses que acessam a política imaginá-la como uma grande solução para o campo e uma ajuda indispensável. Entretanto existem aqueles que mesmo tendo a possibilidade, não acessam por insegurança quanto ao crédito com é o relato do Sr. Claudio (2014):

Autor: O senhor pretende pegar financiamento depois que tiver o título da terra? **Claudio:** Não **Autor:** por que? o senhor acha que o financiamento não é bom? **Claudio** Pode ser bom né cara, mas se eu consegui vivendo sem ele é melhor né.

Como vimos nas falas, o PRONAF é conhecido por aqueles que acessam e não acessam a política como solução. Por essa razão os camponeses comemoraram a sua conquista, mas devido às contradições que surgiram na sua materialização, as quais trouxeram consigo resultados negativos que criaram mais uma forma de expropriação camponesa via Estado. Priorizando assim, um determinado grupo de sujeitos que conseguiriam se inserir mais rapidamente no mercado.

Somente em 1999, foi criada uma linha especial para atender os agricultores de menor renda (renda bruta anual de até 20 mil reais). A prioridade era incluí-los no mercado do agronegócio.

⁵⁴ O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária era uma linha de crédito específica para assentados da reforma agrária.

Entretanto, por mais que os camponeses, como o Mariano, vejam as políticas públicas como uma boa alternativa, destaca-se que estas deixam os sujeitos totalmente dependentes e subordinados ao capital. Além do mais, não incentivam a diversidade de produção, pelo contrário, forçam os camponeses a se especializar em um tipo de cultivo, pois o PRONAF só financia um tipo de cultura no caso da linha de crédito custeio.

Outras questões que queremos adiantar, antes das discussões desse capítulo particularmente, são: na fala do Mariano é possível ver que quando se acessa a política fica totalmente preso a ela. Por não conseguir recursos para produzir. Ou seja, se alguma crise no setor o qual ele está inserido ou algum prejuízo por eventos climáticos ocorrer, ele ficará vulnerável como foi o caso do Sr. Clemente que foi expropriado de suas terras por causa do crédito.

O PRONAF passou por três governos diferentes, o neoliberal do FHC e os chamados neodesenvolvimentista do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e da presidente Dilma Rousseff. Mesmo com essa mudança governamental, ocorreram poucas alterações em sua estrutura que não diminuíram os problemas que vamos debater mais para frente.

Como ação diferenciada, o ex-presidente Lula criou o PAA por meio do art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Este tem por objetivo comprar alimentos diretamente dos camponeses visando fornecê-los às instituições sociais que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza. Já no ano de 2009, outra política que usou dos mesmos instrumentos, na compra direta do produtor, foi criada para atender a demanda da merenda escolar, a chamada de PNAE.

Essas políticas têm suas especificidades em relação ao PRONAF, como por exemplo: altera a matriz produtiva e de consumo dos beneficiários, pois estimula a diversificação da produção; eleva os preços pagos nos principais produtos da cesta básica; garante geração de renda diretamente nas propriedades sem a necessidade de endividamentos e de se subordinar ao capital de maneira integral e incentiva o resgate e o fortalecimento de práticas e produtos tradicionais e regionais (GRISA et al. 2009).

Apesar das referidas políticas apresentarem-se realmente diferenciadas, principalmente, por promover a geração de renda direta aos camponeses sem a intermediação do capital financeiro ou de empresas capitalistas, ainda possuem

alguns limites, que se tornam um entrave para que ajudem a melhorar a vida de mais camponeses, como por exemplo, o limitado número de camponeses que acessam e os constantes atrasos.

Em razão de essas políticas serem as que atingem mais camponeses, sentimos a necessidade de analisá-las mesmo que de uma forma panorâmica devido às limitações que possuímos, principalmente, de tempo. Contudo, ao focar nelas não estamos querendo dizer que o estudo de outras não seja importante, muito pelo contrário, todas de uma forma ou de outra acabam interferindo na vida desses sujeitos e merecem ser analisadas. Porém vamos analisar neste trabalho o PRONAF, o PAA e o PNAE.

Enfim, nesse subitem vamos iniciar debatendo a criação e as mudanças nas políticas e como os diferentes governos (FHC, Lula e Dilma) interferiram na sua execução. Na segunda parte analisaremos separadamente as políticas. Primeiro mostraremos as contradições e como o PRONAF em alguns casos está expropriando os camponeses para posteriormente discutir os limites que o PAA e PNAE apresentam.

4.1 O GOVERNO NEOLIBERAL E A CRIAÇÃO DO PRONAF

O neoliberalismo que marcou a história brasileira teve início na década de 1990 com a chegada de Fernando Collor de Mello à presidência. Este seguiu as diretrizes do Consenso de Washington, ocorrido em 1989, mais especificamente:

[...] uma crítica ao pensamento e, principalmente, às experiências desenvolvimentistas na América Latina a partir de 1950. O Consenso de Washington apresenta diretrizes em relação às estratégias de desenvolvimento e políticas macroeconômicas. O enquadramento político-ideológico é, sem dúvida alguma, o neoliberalismo em ascensão nos anos 1980. (GONÇALVES, 2012, p.654).

As estratégias traçadas pelo Consenso levam por base a liberalização da economia e a desregulamentação do Estado, o que convergia com os interesses dos países desenvolvidos e das organizações internacionais, como o

FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial. Estes foram os grandes financiadores da execução dos projetos neoliberais, afundando o país na dependência internacional e no endividamento externo. Segundo Cano (2007, p.28) a base dessa política econômica:

(...) foi a manutenção de elevada taxa de juros, restrição interna ao crédito, constrangimento orçamentário para preservar o pagamento de juros da dívida pública, e reformas que dilapidaram o patrimônio público, escancararam nossas defesas econômicas e retiraram direitos dos trabalhadores. Ainda mais: a debilidade fiscal do governo federal atingiu também os entes subnacionais – regionais, estaduais, e municipais -, constrangendo, os três entes, o gasto público e principalmente o investimento público.

As privatizações, portanto, marcaram esses governos, podemos citar algumas das empresas estatais vendidas ao setor privado, como a Companhia Siderúrgica Nacional (1993), Telebrás (1998) e Companhia Vale do Rio Doce (1997), entre outras. Ou seja, o neoliberalismo brasileiro foi fiel às diretrizes impostas pelos organismos financeiros internacionais e dos países desenvolvidos, principalmente, os Estados Unidos. Assim, se pregava:

Um sentido inexorável de unificação e convergência do sistema capitalista, rumo a uma espécie de experiência capitalista “monocultural” anglo-americana, que deveria pautar os ajustes necessários e obrigatórios dos que seguiam equivocadamente outras vias alternativas. (BRANDÃO, 2010, p.43).

Dessa forma, a tentativa de homogeneizar a economia mundial não deu certo, pelo menos na perspectiva de desenvolver os países periféricos. Assim, a ideia de um “modelo ótimo” de capitalismo negou a realidade, a pluralidade, a heterogeneidade e a divergência de formas e modos de organização da vida social de vários países que tentaram implantar esse modelo político-econômico (BRANDÃO, 2010).

O grande exemplo desse desastre econômico e social que o neoliberalismo trouxe, foram os países da América Latina. Estes se tornaram ainda mais dependentes da ajuda das grandes potências mundiais.

Gonçalves (2012, p.654) citando Williamson (2004) mostra as principais diferenças da fase nacional-desenvolvimentista e o neoliberalismo, dizendo que no nacional-desenvolvimentismo as diretrizes são:

[...] industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal, nacionalismo, crescimento liderado pelo mercado interno, e uso recorrente da política macroeconômica para a acumulação de capital. No Consenso de Washington há, praticamente, a troca de sinais: liberalização comercial, centralidade do mercado (*get the prices right*, preços corretos), tratamento nacional, crescimento liderado pelo mercado externo (*export-led growth*), e foco das políticas macroeconômicas na estabilização.

Nesse contexto, diante da situação do aumento das desigualdades, do nível de desemprego e da precariedade da vida nas cidades e no campo, a mobilização social ganhou força, principalmente quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o poder em 1995.

Período esse que movimentos sociais e sindicais do campo começaram a se mobilizar em busca de políticas públicas que respondessem aos seus anseios. Em contrapartida, o Estado começou a ser influenciado pelos pensadores do “paradigma do capitalismo” (FERNANDES, 2010) e de estudos das organizações mundiais como Banco Mundial e FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura).

Assim, o relatório do Banco Mundial⁵⁵ de 1993 que relatava a existência de um alto índice de pobreza no campo é emblemático nesse sentido. Além do estudo realizado entre o INCRA e a FAO, que serviu de base para definir o público que seria atendido pela principal política para as pequenas propriedades, o PRONAF:

[...] com forte influência da concepção de desenvolvimento existente em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, etc, o governo FHC dispôs de uma importante rede de cientistas que deu suporte teórico e ideológico a projetos concebidos para o desenvolvimento no campo brasileiro. Assim, nesta dimensão, o governo FHC direcionou as políticas públicas para: extinção de linha de créditos voltada para o pequeno produtor da reforma agrária como o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e sua substituição por linhas de crédito mais seletivas Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) bem

⁵⁵ Relatório N° 11738-BR de 27 de maio de 1993.

como, criou o engodo do Acesso Direto à Terra (a reforma agrária pelo correio) (RAMOS, 2005, p.49).

Foi nesse sentido que nasceu o PRONAF em 1995 influenciado pelos pensadores da corrente teórica do “paradigma do capitalismo agrário”. Segundo Fernandes (2013, p.62):

Esse paradigma defende que o único futuro para o campesinato encontra-se na transformação do camponês em agricultor familiar. Tal metamorfose ocorre quando da sua integração no mercado, como novo personagem, assumindo sua condição de produtor moderno racionalizando ao máximo sua produção, representando desta forma, o progresso, o novo e o moderno.

Essa política só surgiu por meio da pressão dos movimentos sociais e sindicais que demandavam uma política de crédito diferenciada, visando atender as suas necessidades. Durante o II Grito da Terra Brasil⁵⁶, o governo federal criou o PRONAF.

Bittencourt e Peraci (2010, p.192) relata a respeito:

[...] Em 1994, depois de muita pressão dos agricultores familiares por meio de inúmeras mobilizações sociais realizadas desde 1992 por diversos movimentos sociais, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e para o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT), foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção (Provap). Entre 1992 e 1996, apesar das pautas de reivindicações incluírem assistência técnica, infraestrutura, meio ambiente e tecnologia, durante as negociações esses temas acabaram colocados em segundo plano. O ponto central era a demanda por crédito rural diferenciado e os argumentos utilizados pelas lideranças sindicais na época eram: “não podemos discutir alternativas de diversificação se não tivermos créditos para produzir”[...]

Todavia, ao contrário do que o discurso do Estado e dos movimentos sociais e sindicais pensavam, o PRONAF já nasceu com muitas contradições, a começar com o público escolhido como alvo. O estudo relatado anteriormente

⁵⁶ “O **Grito da Terra Brasil** é a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É promovido pela CONTAG, Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs)”. (CONTAG, 2015).

da FAO/INCRA de 1995 separou os agricultores entre patronais e familiares. Dentro dessa separação, a agricultura familiar ganhou outras três subdivisões de categorias, que serão extremamente importantes para filtrar o perfil de quem ingressaria neste programa: consolidada, agricultores familiares já integrados ao mercado; transição, em processo de integração; e periférica e agricultores pobres com pouquíssima possibilidade de integração ao mercado.

Dessa forma, para mostrar como a política já nasceu na contradição, os agricultores periféricos que deveriam ser o alvo principal de toda e qualquer política que visasse realmente acabar com a pobreza no campo foram excluídos. Essa situação durou até 1999, como relata Bittencourt e Peraci (2010, p.192):

Em 1999 o Pronaf passou do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com a extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procerá) foram criadas novas categorias de beneficiários. Os agricultores começaram a ser classificados em quatro grupos – A, B, C e D.

Contudo, essa classificação que o autor relata, se dava pela renda e capacidade de produção e condição econômica. Logo, houve modificações nos grupos e eles estão classificados da seguinte forma: grupo A assentados da Reforma Agrária:

Grupo B: agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual atual de até R\$ 2.000,00. Esse grupo inclui as famílias rurais com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção no curto prazo localizadas em regiões com concentração de pobreza rural. [...] Grupo C: agricultores familiares com renda bruta anual atual entre R\$ 2.000,00 a R\$14.000,00, que apresentem explorações intermediárias com bom potencial de resposta produtiva. Grupo A/C: agricultores oriundos do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento inicial que substituiu o antigo programa de apoio aos assentados. [...] Grupo D: agricultores estabilizados economicamente com renda bruta anual entre R\$14.000,00 e R\$40.000,00. [...] Grupo E: (Proger Familiar Rural): agricultores com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 a 60.000,00. (CAZELLA; MATTEI; SHINEIDER, 2004, p.2)

O fato de classificá-los em grupos segundo a sua renda e a condição econômica, já mostra um direcionamento para o acesso, pois, os bancos passaram a liberar com mais facilidade crédito para aqueles com maior renda em detrimento daqueles que possuem menos renda. Com esse fato podemos perceber que um dos objetivos dessa política era aumentar a acumulação de capital no campo, inserindo os camponeses no mercado do agronegócio.

Dessa forma, os agricultores camponeses em melhores condições seriam integrados ao mercado, enquanto os pobres apesar de constar na política continuariam sofrendo para conseguir acessar as políticas, devido às imposições das instituições bancárias, como veremos no relato de um dos camponeses.

Outras contradições que citaremos e depois analisaremos pensando na política em Pitanga são: a distribuição desigual de recursos entre regiões que continua alta atualmente; o direcionamento dos contratos para *commodities* da soja e milho; e a desigualdade em quanto ao acesso entre os sujeitos da política e endividamentos.

O PRONAF foi uma das únicas políticas voltadas estritamente para os camponeses, executada durante os governos do FHC. Esta não solucionou o problema da pobreza rural e da questão agrária como o Estado pregava, pelo contrário, acentuou as desigualdades dentro do próprio grupo de beneficiários, pois alguns conseguiram se adaptar ao sistema, mas muitos se endividaram e outros continuaram abandonados pelo Estado por não se adequarem às exigências que lhes era imposta para ter acesso aos recursos.

Diante dessa situação e da crise econômica que o país se encontrava no final do governo FHC, os partidos de esquerda começaram a ganhar mais força, principalmente o Partido dos Trabalhadores na figura de Lula que foi eleito para presidência em 2002. Este prometeu solucionar a crise, acabar com a fome e a miséria, fazer as reformas estruturais entre elas a agrária e diminuir as desigualdades sociais. Essas promessas ganharam o apoio dos movimentos sociais, sindicais e da opinião pública que desejavam um governo que governasse para o povo.

Essa orientação de esquerda e a ligação do governo com os movimentos sociais e sindicais, também trouxe algumas alterações nas políticas públicas direcionadas aos camponeses, em especial, a criação do PAA, do PNAE e o aumento dos recursos disponíveis para o PRONAF.

Nesse sentido, com base nas discussões teóricas das principais mudanças desencadeadas através das referidas políticas, discutiremos tanto em um contexto mais geral, quanto centrado nas próprias políticas públicas.

4.2. O NEODESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E AS DISPUTAS DENTRO DE UM NOVO CONTEXTO DE PODER: AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS CAMPONESES

Com a chegada dos governos do Partido dos Trabalhadores no poder, o Estado se tornou um verdadeiro espaço de disputa de poder. De um lado, os movimentos sociais, ONGs e sindicais, lutando por políticas públicas de redistribuição de riquezas (valorização do salário mínimo, reforma agrária e políticas de cunho social, como Bolsa família, PAA e PNAE) e também de reconhecimento (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais).

De outro, os capitalistas (empresas, bancos e agronegócio) lutando por uma política macroeconômica que lhes favorecessem e que não abalasse as suas estruturas (como a não realização da reforma agrária).

Diante desse contexto, o governo lançou como grande propaganda a promoção do desenvolvimento baseado no crescimento econômico, aliado com a distribuição de renda, o fim da fome e da miséria, a promoção de uma classe média e a diminuição do desemprego como uma forma de lidar com essas disputas. Assim:

O Novo Desenvolvimentismo teria como base o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, via a inclusão de uma massa que até então estava “fora” do mercado. Programas como o Bolsa Família, o crescimento do emprego, do valor do salário mínimo e do acesso ao crédito, teria permitido uma redução da pobreza – a pobreza extrema, já que, como afirma Mercadante (2010), o social passou a ser um importante eixo do desenvolvimentismo. Outra característica importante é o retorno do investimento do Estado para dinamizar a economia, e para tanto, os bancos públicos passaram a ter papel central, em especial o BNDES (ALVES E THOMAZ, 2013, p.3).

Porém, a volta do Estado nos investimentos em infraestrutura e dinamização da economia, só ocorreu no segundo mandato do governo Lula (2006 a 2010) com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento PAC.

No primeiro mandato foram mantidas as políticas neoliberais de forma mais clara, contrariando de certa forma as estratégias políticas propostas pela esquerda. Como relata Alves (2014, p.131) citando Boito (2012):

[...] no primeiro mandato do governo Lula constata-se uma política mais ortodoxa como continuidade das políticas neoliberais de FHC. É justamente o direcionamento dado, em grande parte do seu primeiro mandato, que tem levado alguns aurores a afirmarem a continuidade das políticas neoliberais (BOITO, 2012), e o continuísmo de FHC.

A política que marcou o primeiro governo Lula e também o seu discurso dentro e fora do país foi o programa Fome Zero, criado no ano de 2003, o qual é:

[...] resultado de um ano de trabalho de especialistas, representantes de ONGs, institutos de pesquisas, organizações populares e movimentos sociais ligados à questão da segurança alimentar de todo o Brasil, reunidos pelo instituto cidadania com o objetivo de apresentar uma proposta de Política de Segurança Alimentar e nutricional. (INSTITUTO CIDADANIA, 2010, p.15).

Os estudos iniciais apontaram para um número de 44 milhões de pessoas que sobreviviam com menos de um dólar por dia no país (valor que é adotado pelo Banco Mundial para definir a linha da miséria). Essa população foi então considerada o público alvo que receberia o apoio do governo por meio do Fome Zero.

Essa política, no papel, possuía cinco programas estruturais e mais cinco pontos chamados de específicos. Os programas estruturais eram: 1) Reforma Agrária; 2) Fortalecimento da Agricultura Familiar; 3) Projeto Emergencial de Convivência com o Semiárido; 4) Programa de Superação do Analfabetismo; 5) Programa de Geração de Emprego.

Dentro do programa chamado de específico, aquele que deveria atingir diretamente a população que estava na extrema pobreza eram: 1) Restaurantes

Populares, 2) Bancos de Alimentos, 3) Ampliação da Alimentação Escolar, 4) Programa Cartão de Alimentação Emergencial e 5) Educação Alimentar.

Este projeto motivou a inclusão na Lei Orçamentária Anual, um recurso de 1,8 Bilhão de reais para a Secretaria de Comunidade Solidária, que ficou assim distribuída:

Assistência Financeira à família visando à complementação de renda para compra de alimentos – Fome Zero -, na prática, a implantação do Programa Cartão Alimentação. [...] ficando com a maior parte dos recursos: R\$ 1,2 Bilhão.

Ações voltadas para a compra da produção de alimentos de agricultores familiares, que ficou conhecido como PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: R\$ 400 Milhões.

Ações Voltadas para a Educação Alimentar e melhoria das condições socioeconômicas das famílias, que incorporou outras ações previstas no Programa Fome Zero e ficou com R\$ 200 milhões (TAKAGI, 2010, p.54).

Assim, o Fome Zero foi o primeiro grande projeto que visava a distribuição de renda e de alimentos, atingindo desde a população pobre que recebia os alimentos e as bolsas, até os camponeses que passaram a fornecer alimentos para que o governo redistribuísse para o público alvo.

Esse programa, motivou a criação e ampliação dessas políticas no próprio governo Lula, como a criação do Bolsa Família (que reunia em um só benefício todos os outros, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás criado no governo FHC) e expandindo no mandato da Dilma, com a criação do plano Brasil Sem Miséria (2011) e Brasil Carinhoso (2012), no qual, o Bolsa Família está integrada, gerando uma renda entre R\$ 32 a R\$ 306,00 a cada família beneficiada.

A criação do Fome Zero foi o que motivou a inclusão do PAA, o que visava adquirir diretamente a produção dos agricultores camponeses para ser distribuída para as entidades e famílias cadastradas no programa. Esse também se tornou um instrumento de garantia de preços para parte da produção camponesa (BITTENCOURT e PERACI, 2010).

Além do PAA, outra política importante criada foi o PNAE. Este deveria garantir que pelo menos 30% da merenda escolar fosse adquirida diretamente da agricultura camponesa, segundo FNDE:

Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Outra mudança importante foi a inclusão do atendimento, em 2013, para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado – AEE, para os da Educação de Jovens e Adultos semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral.

O PNAE garantiu a abertura de mais um mercado institucional importante para atender a demanda dos camponeses, mas como mostraremos, ela ainda possui alguns limites que impedem que atinja uma quantidade maior de agricultores.

O PRONAF na era Lula e Dilma sofreu poucas alterações, entre elas, a primeira foi o aumento dos recursos disponíveis para os contratos de custeio e investimento, no entanto, passaram a ser concentrados nos contratos dos grupos mais capitalizados, como mostra Delgado et al. (2011, p.3):

[...] a concentração dos recursos nos contratos de maior valor. Apesar da massiva participação dos menores contratos no número total de operações (sempre acima de 90% do total), cerca de 40% dos valores emprestados encontram-se em contratos cujos valores superam R\$ 300 mil, [...]. É notável o movimento de concentração ocorrido a partir de 2005, quando esse último intervalo passa de 33% para 46% do montante global. Isso corrobora, por outro lado, o aumento, em igual período, dos valores médios emprestados, que passam de R\$ 562/ha em 2003 para R\$ 1.083/ha em 2009. (DELGADO et al, 2011, p.3)

A segunda alteração foi a criação de grupos específicos no PRONAF: mulher, jovem, agroecológico, etc. O PRONAF Jovem é um exemplo de uma linha feita para ter pouco acesso, pois só podem acessar aqueles que estão matriculados em alguma escola técnica, as quais são escassas. Em Pitanga existe apenas a Casa Familiar Rural que vem sofrendo com a falta de repasse do Governo do Estado para o pagamento dos profissionais.

A situação fica mais complicada ainda quando lembramos que os jovens hoje são os mais atingidos pela lógica expropriadora de todo o contexto que estamos mostrando. Pois, são pressionados para que tomem a decisão de partir para as cidades vender a sua força de trabalho ou estudar em busca de um futuro longe do campo.

Delgado (2012) mostra que ocorreram avanços na quantidade de recursos disponibilizados aos camponeses por meio do PRONAF e resume as alterações ocorridas nas políticas públicas para os camponeses, a partir da criação do Plano Safra da agricultura familiar:

Um de seus resultados fundamentais foi estimular, a partir do ano agrícola 2003/2004, o considerável aumento dos recursos financeiros à disposição da agricultura familiar através do PRONAF e da possibilidade de acesso simultâneo a outros programas de financiamento. No contexto do Plano Safra, o governo procurou consolidar também o processo de adaptação do PRONAF a novas demandas oriundas do reconhecimento da diversidade existente na agricultura familiar brasileira, por meio da criação de novas linhas de financiamento ou do fortalecimento das já existentes: PRONAFs jovem, mulher, agroindústria, floresta, agroecologia, ECO, semi-árido, pesca etc. E incentivou o aumento dos tetos e dos limites de enquadramento e a redução de juros e simplificação de garantias para financiamento a diferentes grupos de agricultores familiares, classificados inicialmente em Grupos A, A/C, B, C, D e E (segundo seus níveis de renda e outros critérios), além da inclusão de outros públicos rurais não propriamente de agricultores, como pescadores artesanais, extrativistas, quilombolas etc. (DELGADO, 2012, p.16)

Ter um plano específico para a agricultura camponesa com certeza foi um ganho para esses sujeitos, no sentido de se inserirem nos objetivos do Estado, porém, as contradições que se materializam quando essas políticas chegam a eles, fazem com que as mudanças não os fortaleçam.

Melhor explicando, como podemos dizer que elas os fortalecem, se têm deixado muitos agricultores vulneráveis às oscilações do mercado; subordinados às grandes empresas capitalistas; endividados; e no caso dos camponeses pobres ainda mais excluídos da política pelas burocracias que lhes são impostas.

Dessa forma, embora o neodesenvolvimentismo traga consigo essas políticas sociais, ele continua tendo por base a manutenção das principais diretrizes neoliberais. Gonçalves (2012, p. 661) diz que:

O reformismo social também é evidente no novo desenvolvimentismo, visto que ele reconhece a necessidade de políticas de redução das desigualdades, porém não faz referência ou dá pouca ênfase às reformas que afetam a estrutura tributária e a distribuição de riqueza.

Apesar da criação do PAA, o qual foi uma vitória dos movimentos sociais e do Instituto Cidadania⁵⁷, o governo passou a potencializar os financiamentos para a agricultura patronal (GRÁFICO 23) demonstrando a disputa de poder e a intenção dos governos em mediar esses conflitos atendo-se principalmente, em obter mais recursos e com mais facilidade os desejos do capital agrário.

Outro fato que explica a dificuldade em diminuir a força do setor agroexportador dentro de suas políticas, priorizando a agricultura para o mercado interior, é a constante necessidade de se produzir superávits primários na balança comercial para o pagamento da dívida externa.

Delgado (2012, p.2) relata esse processo revelando a importância da política macroeconômica para responder a prioridade que a produção de *commodities* ganhou nesses governos. Dessa forma, relata que:

[...] a importância da política macroeconômica como condicionante do desenvolvimento agrícola e rural, especialmente como consequência do ajustamento externo imposto à economia e à sociedade brasileiras após a crise da dívida externa dos anos 1980 e a subsequente integração à globalização financeira e comercial na década de 1990. A partir daí, a agricultura tem sido constrangida e estimulada a produzir consideráveis superávits em sua balança comercial, de modo a garantir o ajustamento da balança de pagamentos do país. Nesta perspectiva, a “vocação agroexportadora” do país, tão cara historicamente às suas elites agrárias e agora também agroindustriais, tem sido atualizada para os tempos da globalização.

⁵⁷ O Instituto Cidadania é uma Organização Não Governamental ligada ao ex-presidente Lula que ajudou a elaborar o projeto do Fome Zero e o seu programa de governo.

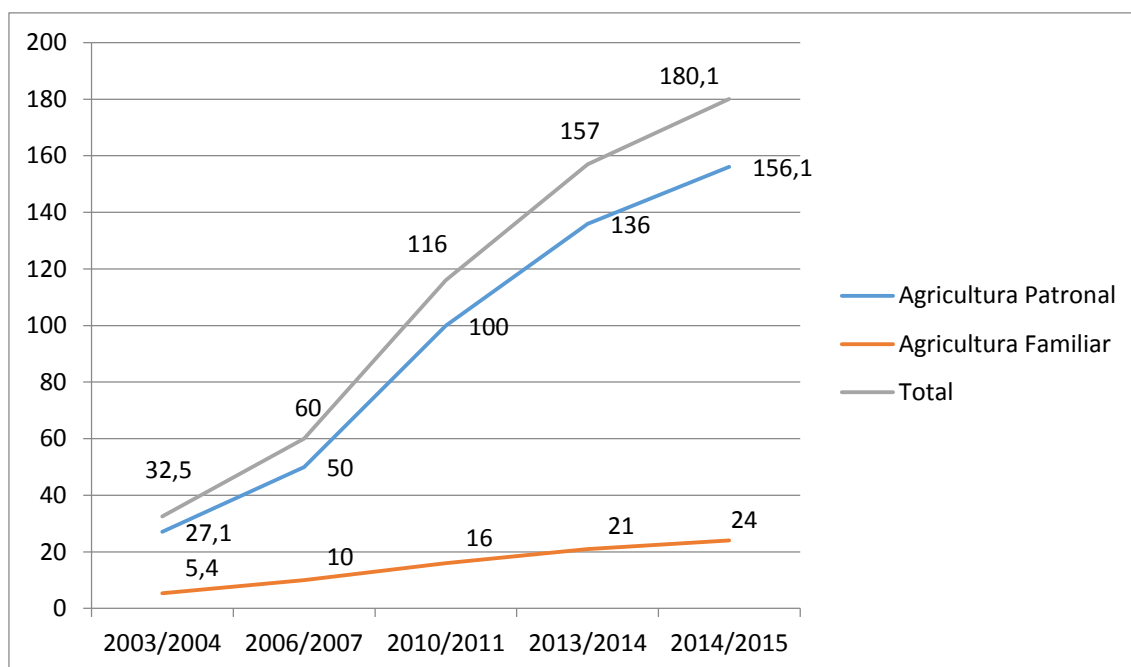


GRÁFICO 23 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR E PATRONAL DE 2003 A 2014 EM R\$ BILHÕES. FONTE: MAPA (2014) E MDA (2014)

Observa-se que, além desses fatos a grande política de Estado que representou esse esforço de manter o crescimento econômico baseado na concentração de riqueza foram os Programas de Aceleração do Crescimento 1 e 2 (PAC). No campo, o agronegócio foi o grande beneficiado desses programas que também chegaram a Pitanga, como veremos mais adiante.

O PAC I foi lançado em 2007, no segundo mandato do ex-presidente Lula e marcou o retorno do Estado nos investimentos em infraestrutura. Incentivando os investimentos de capital privado, principalmente via as chamadas Parceria Pública Privada.

Os investimentos do PAC I foram canalizados para áreas de infraestrutura, social, urbana, logística e energética, segundo Alves e Thomaz (2013, p. 4):

[...] a primeira constatação do PAC 1 é a dos vultuosos investimentos em infraestrutura que o Programa previa para os seus 4 anos de duração. Inicialmente, o valor divulgado foi R\$ 503,9 bilhões, sendo este ampliado com previsão para R\$ 657,4 bilhões. Deste total, foram executados até o ano de 2010, R\$ 619 bilhões, sendo deste montante previsto, realizada a conclusão no valor de R\$ 541,8 bilhões. No fechamento do PAC 1, os dados mostraram que as ações concluídas até o mês de dezembro de 2010 foi de R\$ 444 bilhões, ou seja, 82% do total da execução orçamentária do PAC 1. Já o PAC prevê

investimentos de R\$ 958,9 bilhões para o período de 2011-2014, e após 2014 mais R\$ 631,6 bilhões, totalizando R\$ 1,59 trilhão.

No PAC 2 executado já no governo da presidenta Dilma, foram ampliados os eixos de estruturação do programa, que agora é formado pelo: Transporte, Energia, Cidade Melhor (que é dividido em ações no Saneamento, Prevenção de Áreas de Risco, Pavimentação, Mobilidade Urbana e Cidades Digitais), Comunidade Cidadã (dívida em Unidade Básica de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento, Creches e Pré-Escolas, Quadras Esportivas nas Escolas, Centros de Artes e Esporte Unificados, Centro de Iniciação ao Esporte e PAC Cidades Históricas), Minha Casa, Minha vida, Água e Luz para todos. (Ministério do Planejamento, 2013).

No oitavo balanço (2013) dos recursos empregados pelo programa foram executados 665 bilhões de reais em obras, o que corresponde a 67% do volume total previsto até 2014. Desse montante, 69% (488,1 Bilhões de Reais) das obras prevista para 2014 já foram concluídas.

Analisando a distribuição dos recursos do PAC 2 em obras já concluídas por eixo (GRÁFICO 24), pode-se constatar que a Minha casa, Minha Vida, (278 bilhões) é a que mais obteve recursos e que tem mais obras concluídas, seguido pela Energia, (161,1 Bilhões) e transportes (37,6 bilhões).

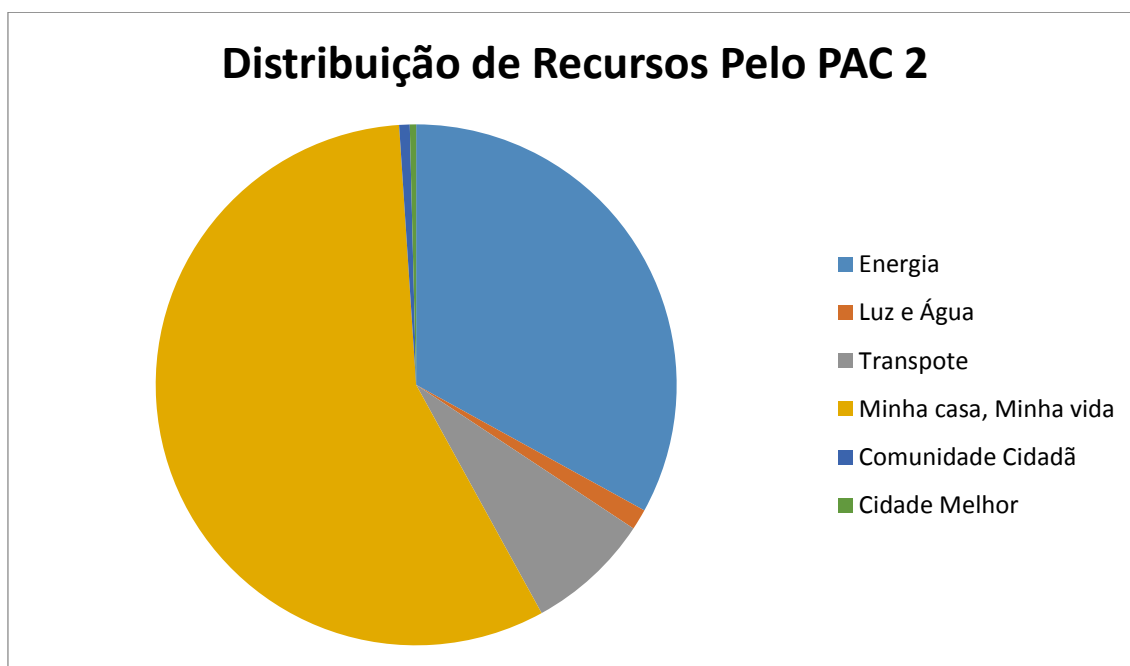


GRÁFICO 24 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO PAC2 POR EIXO.
 FONTE: 8º BALANÇO DO PAC 2, COMITÊ GESTOR DO PAC 2.

Em Pitanga, o PAC 2 chegou por meio de investimentos na pavimentação da área urbana e o recebimento de patrulhas rurais por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esse programa entregou no Estado do Paraná 1.101 equipamentos como retroescavadeiras, caminhões caçambas e motoniveladoras a municípios com menos de 50 mil habitantes.

Todo esse volume de investimentos tem gerado grandes impactos em todo o território nacional, devido às grandes obras que estão sendo financiadas ou executadas pelo governo federal. Alves e Thomaz (2013, p.1) relatam isso dizendo que:

A territorialização do capital via essas grandes obras, ocorre no contexto do chamado Novo Desenvolvimentismo brasileiro, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), gerando fortes impactos na região e nos lugares, seja de ordem ambiental, seja com populações ribeirinhas, extrativistas, grupos indígenas, mas também no campo e na cidade, com os processos de desterritorialização de comunidades camponesas, intensa migração populacional em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Nesse contexto, os impactos causados por essas grandes obras, influenciaram nas críticas formuladas a esse “novo desenvolvimento”. Uma vez que, sem um planejamento que incluísse as populações atingidas por esses investimentos, ou qualquer projeto que não considerasse as Leis ambientais, o governo mostraria sua servidão aos interesses das classes dominantes, que se beneficiam com todos esses investimentos, como ainda do capital internacional. Sampaio (2012, p. 672) diz que:

Ao identificar a realidade da economia brasileira contemporânea com o desenvolvimento capitalista virtuoso, o novo desenvolvimentismo revela-se tal qual é — uma apologia do poder. Não passa de um esforço provinciano para dar roupa nova à velha teoria da modernização como solução para os graves problemas das populações que vivem no elo fraco do sistema capitalista mundial.

Assim, o neodesenvolvimentismo é entusiasta do capital internacional, do agronegócio que gera uma grande concentração de renda, além de expropriar cada vez mais as populações tradicionais e camponesas dos seus territórios e

causar inúmeros impactos ambientais. Além do mais, não favorece, nem fornece nenhuma esperança de que transformações realmente qualitativas venham mudar a história construída pelo capitalismo no Brasil. (SAMPAIO, 2012).

Em uma visão sobre a atual situação do neodesenvolvimentismo, Gonçalves (2012, p. 638), explica sobre a constatação de:

[...]desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação.

Diante desses fatos e do contexto da passagem do neoliberalismo para o neodesenvolvimentismo, em sequência vamos mostrar como se materializaram as contradições, os limites e também as resistências que são invocadas a partir do acesso e do não acesso a essas políticas públicas que foram citadas anteriormente em Pitanga.

4.3 PAA, PNAE E PRONAF: AS EXPROPRIAÇÕES, OS LIMITES, AS CONTRADIÇÕES E AS RESISTÊNCIAS EM PITANGA-PR.

Até o momento, vimos como as políticas públicas foram criadas e transformadas durante a sua existência. Agora o objetivo é revelar como elas se materializaram em Pitanga.

É importante deixar claro ao leitor que não consideramos o PAA e o PNAE como políticas idênticas ao PRONAF, pelo contrário, elas possuem diferenças importantes e por esse motivo não consideramos que as primeiras expropriam o agricultor como a segunda. Além do mais, o objetivo de trazê-las para a análise é para mostrar a existência de alguns problemas que dificultam que elas cheguem a mais camponeses em situação de vulnerabilidade. Pois, os atrasos nos pagamentos e as tentativas de criminalização têm dificultado que

muitos camponeses considerem o PAA e o PNAE com uma política primordial para a sua reprodução.

Assim para uma melhor apresentação e explicação, vamos separá-las em nossa análise. Primeiro vamos debater o PRONAF, posteriormente em outro tópico o PAA e o PNAE.

4.3.1 PRONAF: UMA POLÍTICA QUE CAUSA EXPROPRIAÇÃO/DESTERRITORIALIZAÇÃO, EXCLUSÃO E CONTRADIÇÕES EM PITANGA-PR.

O posicionamento de crítica sobre essa política pode levar o leitor a acreditar que se é exageradamente radical, mas a intenção é mostrar que ela não tem fortalecido, no caso de Pitanga, os camponeses que mais necessitam de uma política de crédito diferenciada. Em algumas situações é pelas próprias diretrizes da política que devem ser seguidas pelos camponeses, outras pela própria realidade conflituosa que temos mostrado, que a mesma potencializa suas contradições.

O primeiro problema é o acesso ao crédito e a distribuição desigual tanto regional, quanto entre os grupos. Infelizmente é impossível encontrar dados atuais específicos de Pitanga-PR, mas existe uma tendência nacional de concentração dos recursos em contratos de maior valor, como mostra Delgado (2012, p.19-20):

(...) permanece ou mesmo se acentua, nas safras agrícolas de 2002/2003 a 2007/2008, a desigualdade de acesso aos recursos do PRONAF entre os grupos de agricultores familiares, a favor dos grupos de maior renda e mais modernizados. A participação do Grupo A (basicamente de agricultores assentados pela reforma agrária), que era de cerca de 20% no montante de recursos executados pelo PRONAF na safra 2002/2003, caiu consideravelmente para cerca de 5% em 2007/2008. O Grupo B, de agricultores com renda bruta anual familiar de até R\$ 4 mil, manteve uma participação constante, em torno de 7-8% do total, enquanto o Grupo C (renda bruta anual familiar de mais de R\$ 4 mil até R\$ 18 mil) teve sua participação reduzida de 30% do total em 2002/2003 para 20% em 2007/2008. Os grupos que mais participam nos montantes do programa são o Grupo D (renda bruta anual familiar acima de R\$ 18 mil até R\$ 50 mil) e o Grupo E (renda bruta anual familiar acima de R\$ 50 mil até R\$ 110 mil), cuja participação conjunta passou de 51% do total em 2003/2004 para 67%

em 2007/2008. Com duas particularidades: o Grupo D é o que tem a maior participação individual nos recursos do PRONAF (oscilando entre 41% e 46% no período) e o Grupo E foi o que apresentou o maior crescimento de participação, iniciando com apenas 9% do total em 2003/2004 e alcançando 23% em 2007/2008.

Como mostramos no segundo capítulo, em Pitanga-PR temos uma grande concentração de minifúndios, logo a maioria dos camponeses se encaixaria nos grupos menos capitalizados do PRONAF, os quais não só vêm diminuindo a participação como são os que menos acessam a política.

Levando em consideração todos os estabelecimentos camponeses de Pitanga, apenas 29% deles tem acesso à linha de financiamento custeio agrícola e 7,8% pecuário. Na linha de investimento apenas 9% deles possuem contratos segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006.

Apesar de serem dados de 2006, em entrevista com um dos fundadores da cooperativa de crédito solidário CRESOL de Pitanga, o qual chamaremos de Roberto afirmou que não houve mudanças significativa em relação ao acesso.

Assim, o referido entrevistado nos relatou que o número de contratos não vem aumentando, devido ao envelhecimento e a expropriação dos jovens do campo como mostra esse trecho da entrevista:

Muitos agricultores no passado acessaram o credito, algumas dessas famílias, dessas pessoas que acessavam o credito lá no passado, vamos jogar lá no 2000 até 2005 por aí, hoje eles não acessam mais porque a idade chego para essas pessoas. Os filhos desses agricultores, alguns permanecem na propriedade, outros saíram em busca de emprego, de estudo e que não voltaram mais pra propriedade, então hoje eu diria assim, a agricultura familiar no município de Pitanga talvez, ela está ficando um pouco velha. Os casais, os pais já deram o que devia de dar pro município, pra família e hoje eles procuram até na propriedade ter um pouco mais de descanso, porque já trabalharam bastante. Então assim, hoje nós temos várias situações, falando aqui de Pitanga, a agricultura familiar tá ficando velha, as pequenas propriedades hoje elas trabalham mais com pequenas coisas, tipo hortifrutigranjeiros, frutas alguns, n/é, mas a questão da produção de grãos quem tem um área um pouco maior arrenda pro vizinho e recebe na colheita aquela renda e consegue sobreviver ali do seu pedacinho de chão com a questão de renda, o leite, algumas outras coisas assim que dá um pouco de renda e temos outra situação que pela agricultura está ficando mais velha só as pessoas de mais idade ficando na agricultura, essas pessoas também hoje o casal ou pelo menos um da família tem o benefício da aposentadoria e que essas pessoas com esse salário da aposentadoria

ou dos dois dependendo da idade do casal lá no sitio eles conseguem sobreviver. [...] Nós temos 1800 associados, desses 1800 associados que toma crédito na Cresol, assim vamos dizer, [...] quando se fala crédito agrícola, pecuário e investimento, nós não temos também... esse número do IBGE acredito que continua mais ou menos parecido, de 1800 associados nós temos, nos na Cresol, nós temos em torno de 500 associados que tomam crédito no investimento, agrícola e pecuária[...]. (ROBERTO, 2014)

Além desses fatores citados pelo diretor da Cresol Pitanga, Favaro e Grando (2004) em um artigo em que analisaram o não acesso à política da comunidade Barra Bonita, chamam atenção para outros fatores:

Os motivos, por parte dos agricultores familiares está expresso de uma forma bem concisa, onde o agricultor mostra todo o seu receio a contrair e o medo de perder a sua terra decorrente deste financiamento. [...] No que se refere a estes dois motivos, o medo do financiamento e medo de perder a terra, existindo uma correlação de causa e efeito, onde ao assumir o financiamento o produtor perderia a sua terra. Isto vem a comprovar o argumento de que para o agricultor, a terra não vem a ser somente um meio de sobrevivência econômica e sim um estilo de viver e relacionar-se com os demais membros da sociedade. [...] Outras causas que dificultam o acesso ao crédito rural diferenciado destes agricultores familiares, é o baixo nível de escolaridade, isolamento geográfico, falta de infra-estrutura, em especial de estradas e assistência técnica, idade avançada, ausência de uma forma de organização, dificuldade de transporte, instituição financeira com atendimento inadequado para este público. (FAVARO e GRANDO ,2004, p.387)

Este medo tem fundamento como mostraremos mais adiante, é pelos inúmeros casos de inadimplência que os sujeitos que acessaram o PRONAF passaram. A falta de documentação das propriedades também é um fator que acaba dificultando o acesso. Apesar de o MDA afirmar que não é necessário o camponês penhorar as suas terras para ter acesso, as instituições financeiras fazem pressão ao contrário. O Sr. Sebastião relatou esse fato depondo o seguinte:

O tal do PRONAF é bom, mas que eu te falei, mais hoje o pequeno tem muita burocracia, pro grande chego lá tão liberando e pro pequeno é burocracia que "deusolivre", daí exige muito pro pequeno, daí é avalista, hipoteque a terra, daí como é que vai fazer né? **Autor:** eles exigem que você hipoteque a terra? **Sr. Sebastião:** Exige que hipoteque a terra n/é, daí você fica preso oito, dez anos sem pode tirar

investimento n/é, daí é complicado por causa disso. **Autor:** Eles nunca te deram outra opção além de hipotecar a terra? **Sr. Sebastião:** Dão, dão mais daí você tem que ir atrás de avalista e hoje sabe que avalista é muito complicado n/é, que nós que trabalhava esses tempos atrás com os meus irmãos, um avalizava o outro tava bão, mas agora que tão cortando os parentescos avaliza, daí não tem jeito n/é, daí é ruim por causa disso n/é. (SEBASTIÃO, 2014).

A questão do jovem no PRONAF também é contraditória e excludente. Estes sujeitos só podem acessar qualquer linha de financiamento se estiverem matriculados em alguma escola técnica, na qual o mesmo deve desenvolver um projeto. A cartilha de acesso ao PRONAF desenvolvida pelo MDA e SEBRAE (2011, p.16) retrata essas exigências:

Jovens agricultores familiares, entre 16 e 29 anos, que cursaram ou estejam cursando o último ano em centros de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio. Devem pertencer a famílias enquadradas no PRONAF ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela SAF/MDA ou que contem com assistência técnica.

Por um ponto de vista, a ideia seria excelente se não fosse a falta de cursos ou escolas que se encaixam nos itens exigidos, pois, em Pitanga, a única opção é a Casa Familiar Rural que está em processo de precarização em razão da falta de repasse dos recursos por parte do governo do estado e da constante ameaça de fechamento.

Assim, um abaixo assinado eletrônico⁵⁸ foi criado para fazer pressão em favor do não fechamento e também uma carta manifesto⁵⁹ lançada pela Articulação Paranaense por uma Educação do Campo (2014):

A Articulação Paranaense por uma Educação do Campo vêm a público manifestar sua indignação e repúdio contra as constantes ações de fechamento de escolas públicas municipais e estaduais localizadas no campo. No estado do Paraná registra-se a constante ação de fechamento de modalidades de ensino, turmas, turnos e etapas, escolas, na área urbana e rural, assim como nas Casas Familiar Rural. Salientamos que é direito dos povos do campo de estudar próximo do

⁵⁸ Para ter acesso ao abaixo assinado acessar o site: https://secure.avaaz.org/po/petition/Governador_Beto_Richa_e_Assembleia_Legislativa_do_Parana_Apoiar_as_Casas_Familiares_Rurais_CFRs_no_Parana_evitando_o_fec/?dCUGdib&pv=5

⁵⁹ A carta manifesto se encontra na integra nos anexos da dissertação.

lugar onde vivem e trabalham. O Paraná especialmente na gestão deste governo está agindo de forma autoritária, fechando dezenas de turmas em cada NRE, o que configura total descaso para os povos do campo. Essas ações visam inviabilizar as escolas do campo para na sequencia serem fechadas. Esta tem sido a prática do governo diante da proposição destas ações. Além da precarização já iniciada das escolas, onde já constata-se a falta de produtos básicos para o funcionamento das mesmas, além do não repasse de parcelas do Fundo Rotativo que é de fundamental importância para o cotidiano da escola.

Essa questão revela que o PRONAF não é uma política que visa fortalecer e garantir a reprodução dos camponeses jovens, transparecendo assim, que o Estado cria essas linhas tidas como diferenciadas apenas para exercer o controle social sobre os movimentos sociais e sindicais atendendo de forma superficial as suas demandas. Portanto, uma política totalmente desarticulada com a reforma agrária ou outra de acesso à terra, de assistência técnica e sem a devida importância que uma formação educacional direcionada para a realidade destes sujeitos pode exercer, não garante o fortalecimento como diz o discurso.

Nesse sentido, os jovens têm acessado o PRONAF por meio dos pais que por estarem com idade avançada deixam os filhos trabalharem na propriedade. Entretanto, como muitos estão sendo expropriados, essa estratégia tem diminuído.

Na fala do diretor da Cresol de Pitanga, ficou clara essa estratégia e também a dificuldade que os jovens tem em acessar essa linha “especial” dessa política:

A Cresol em sim trabalha o crédito jovem, não tivemos muito sucesso aqui em Pitanga na questão dos jovens... Assim não que... Nós temos jovens que são sócios, nós temos jovens que ainda moram lá com a família, com os pais e acessam o crédito. Mas, assim eles mesmos por si, eles não acesso muito ao crédito né, hoje nós temos um inovação dentro do PRONAF que é o PRONAF B, ele não é uma linha específica pro o jovem, é uma linha para todo mundo que tenha DAP B e com renda anual até 20 mil reais e que muitos jovens estão acessando hoje o PRONAF B que tem um subsidio de 25% nas prestações pagas em dias n/é, e que o valor vai até 4 mil reais com prazo de pagamento de dois anos n/é, de 24 meses, podendo ser renovado esse projeto na medida em que tanto o agricultor ou jovem ele consiga provar que aquilo que ele tá investindo é viável na propriedade, que aquilo que ele tá investindo vai retornar para ele podê continuar os seus investimentos. A Cresol tem se preocupado bastante com esse questão da sucessão n/é... da sucessão dos pais na propriedade, tanto

é que temos incentivado os jovens a participarem, nós temos o programa “Um olhar para o futuro” que ele atende nas questões das crianças né, das crianças de quinto ano nas escolas do campo, onde a gente tem o material didático produzido pelo Sistema Cresol, onde a gente discute essa questão da cooperação né, levar para a criança desde cedo o que é uma cooperativa e como funciona as várias cooperativa né, pra essas crianças desde cedo elas cresçam com a ideia de que... as cooperativas de repente pode ser a saída [...] então em um modo geral a Cresol sempre se preocupa... Não temos conseguindo vamos dizer assim estancar a questão do êxodo do jovem mais não é por falta de incentivo e também de orientação né, os jovens hoje eles procuram muito mais facilidades e no meio urbano hoje... Talvez seja ilusão n/é, mas hoje a questão do acesso ao estudo é muito mais fácil e mais tranquilo, bastante jovens sai para trabalhar, mas também pra estudar (ROBERTO, 2014).

Compreende-se que a questão do acesso à política é uma das contradições a torna excludente e conseqüentemente expropriadora por não oferecer condições para que os camponeses pobres se fortaleçam e os jovens permaneçam no campo. Nesse sentido, o direcionamento dos financiamentos para culturas caras e dominadas pela grande propriedade é outro fator que tem força nesse contexto contraditório que a política se materializa.

No estado do Paraná, segundo os dados disponíveis do Banco Central, o milho é a cultura mais financiada pelo PRONAF 45% no ano de 2012, seguida pela soja 37%, enquanto feijão, mandioca e arroz correspondem a menos de 6,5% dos contratos (GRÁFICO 25).

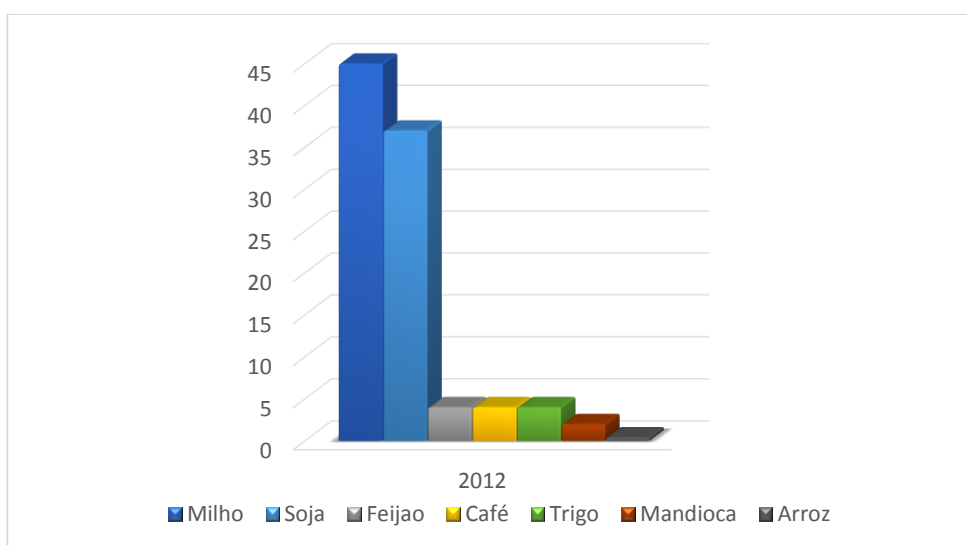


GRÁFICO 25 - DISTRIBUIÇÃO DO SNCR POR PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO PARANÁ – 2012.
 FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL, BACEN.

Os dados demonstrados revelam a outra face expropriadora dessa política, que tem relação tanto com as diretrizes das instituições envolvidas, quanto com a realidade que é imposta aos camponeses que buscam estratégias para resistir no campo.

Assim, a produção da soja como mostramos anteriormente é uma produção que subordina e deixa cada vez mais vulneráveis os camponeses que ficam expostos às oscilações do mercado capitalista das *commodities*, além da necessidade de gastos levados para que a produção se realize.

Portanto, o PRONAF tem sido o principal mecanismo usado por eles para conseguir comprar os insumos caríssimos, como também pagar o maquinário necessário. O relato do diretor da Cresol revela como é a produção da soja nas pequenas propriedades:

[...] A Cresol tem feito um debate com os agricultores no sentido da produção de soja, por exemplo, é um debate difícil, é um debate que o agricultor participa, mas não aceita muito, porque a soja assim... *Ela tem um custo elevado, mas o agricultor ele tem por amor na propriedade fazer a cultura da soja, o jeito que eu vejo tipo assim... Não tem como avaliar porque o sócio é dono da cooperativa então aquilo que ele decide financiar, a cooperativa não é obrigada, mas cooperativa tem que atender o seu associado*, muitas vezes a gente consegue fazer com que o associado desista de plantar um, dois alqueires de soja e plante outra cultura que venha beneficiar mais a pequena propriedade, mas é uma minoria que aceita não plantar soja e plantar outra cultura *n/é*, e parece que tá no sangue do pequeno produtor também produzir soja, *plantar soja porque hoje é uma das commodities que mais rende n/é*, claro que rende se você plantar uma área maior, mas quando você pensa na agricultura familiar, *você pensa na pequena propriedade a soja infelizmente muitas vezes ela só traz muitas complicações e problemas*, eu costumo dizer pros agricultores que trabalhar só para escutar o ronco do motor e da colheitadeira não vale a pena. (ROBERTO, 2014). (grifo nosso)

Temos mostrado nesse trabalho que não é o “amor” à produção da soja que faz com que o camponês entre nesse mercado, mas sim o fetiche que o agronegócio conseguiu criar sobre essa cultura, além da segurança de ter para

quem comercializar a produção, a facilidade maior em conseguir o financiamento e o seguro PROAGRO⁶⁰.

Dessa forma, o financiamento não só de culturas caras, como de animais com melhor genética e o custeio pecuário que não possui seguro tendo uma maior facilidade em conseguir os recursos, levam a ocorrer a face mais perversa da expropriação, o endividamento, seguido da inadimplência que causam muitas vezes a expulsão dos camponeses do campo.

Ramos (2005, p.48) relata como esse processo ocorre:

(...) o produtor individual (antes camponês) aprofunda sua inserção na agricultura voltada para o mercado. Este processo o leva ao endividamento, uma vez que há um descompasso entre o crescimento do seu endividamento (necessário à aquisição dos pacotes tecnológicos voltados à produção agrícola) e a constante queda do valor dos produtos por ele produzidos. Restaria aos camponeses apenas a alternativa de venderem suas terras para quitar seus débitos e posteriormente se converterem em trabalhadores assalariados.

Percebe-se que os casos de endividamento, apesar de não serem divulgados os números exatos, não são casos isolados. Fujii (2009) em uma pesquisa realizada no município de Pitanga, onde entrevistou camponeses que tomavam crédito no Banco do Brasil, relata que mais de 70% dos agricultores precisaram prorrogar o seu financiamento, em função da frustração da safra ou por problemas na comercialização. Assim ele relata que:

Quanto às condições de pagamento desses financiamentos [...] 70,49% dos agricultores tiveram que prorrogar os financiamentos rurais por motivos de frustração de safra provocada por intempéries climáticas (83,61%) e 9,84% por motivo de dificuldade de comercialização dos produtos agrícolas ou pecuários provocados por baixo preço ou demanda reprimida dos produtos. Isso demonstra que o pequeno produtor precisa de mecanismos de seguro para a produção agrícola e, também, mecanismos de garantia de preços ou estoque para agregar renda na comercialização. (FUJII, 2009, p.37)

⁶⁰ “ o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) garante a exoneração de obrigações financeiras relativas a operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações” (MAPA, 2015)

Enfim, a venda da propriedade (ou de uma parte) para sanar as dívidas é uma das formas encontradas pelos camponeses, entretanto, traz como consequência a sua expropriação/desterritorialização do campo. Segundo o diretor da Cresol, apesar de hoje ter diminuído o número de casos de inadimplência, afirma que houve sim muitos casos no passado e inclusive casos onde ocorreu a venda da propriedade para pagar as dívidas:

Nós tivemos é claro, não só no município, na Cresol e várias outras instituições que a gente tem aqui no município problemas, por exemplo, *de pessoas terem que vender o sítio para pagar as contas, isso acontece*, aconteceu na Cresol e outras instituições financeiras, mas a Cresol hoje graças a Deus a gente consegue fazer um trabalho diferenciado e fazendo com que o agricultor não se endivida tanto fora daquilo que ele consegue produzir na propriedade para devolver. (ROBERTO, 2014). (grifo nosso)

Dentro desse trabalho diferenciado está o não financiamento de culturas por meio do crédito custeio agrícola, para os que não têm cobertura pelo seguro do PROAGRO, o qual passou a incluir os financiamentos do PRONAF a partir de 2004.

Porém, o seguro tem duas questões que merecem destaque negativamente: A primeira é que este induz as instituições e os agricultores que ficam mais “seguros” a financiar culturas caras como a soja. Ou seja, os camponeses passam a produzir as chamadas *commodities* para não correr o risco de se endividar por algum problema ocorrido na propriedade, ou causado por eventos climáticos não esperados, inserindo os camponeses no mercado do agronegócio que os deixam totalmente subordinados.

A segunda questão refere-se à rigidez das normas da política, que o camponês precisa seguir a risca o que foi “receitado” pela assistência técnica. Caso isso não ocorra, o camponês não consegue ter acesso à indenização. Mas, muitos sujeitos prezam por sua autonomia na hora de decidir o que comprar e como produzir e deste fato ocorrem os problemas.

O Senhor Clemente, morador de Pitanga entrevistado, é um exemplo desse fato que estamos analisando, pois, a instituição fez um contrato de custeio agrícola para ele produzir milho, mas segundo ele, o contrato deveria ter sido

feito para a produção de soja, a qual lhe trouxe prejuízo devido a uma chuva de granizo ocorrido na hora da colheita. Como ele havia feito um contrato para produzir milho e não soja, na hora de acessar o seguro do PROAGRO não obteve êxito.

Uma vez que, o Senhor Clemente não podia comprovar a compra dos insumos e sementes para a produção do milho já que o mesmo havia comprado os insumos e sementes para a produção de soja. Esse fato já relatado no primeiro capítulo, é importante lembrá-lo novamente, porque trouxe como consequência a expropriação de boa parte de suas terras, fruto de herança e trabalho de sua família.

Antes de acessar o PRONAF, o camponês possuía 8 alqueires (20 hectares), mas devido às dívidas que adquiriu nesse financiamento, precisou vender 5 alqueires (12,5 ha) para quitar o débito com o banco.

Apesar de não ter acesso aos números de endividamentos, o que acontece com muitos camponeses, identificamos uma reportagem do ano de 2009 do jornal Paraná Centro, que trata sobre a questão da inadimplência, trazendo uma entrevista com o gerente da agência do Banco do Brasil Nelson Fujii:

Na sexta-feira, 6 de março, o Banco do Brasil, em Pitanga, reuniu representantes dos setores, como, Secretaria Municipal de Interior, Sindicato Rural e Emater, para debater o *grande índice de inadimplência da região*. Segundo Nelson Fujii, gerente do BB, “o objetivo da reunião foi traçar planejamentos para diminuir a inadimplência do pequeno produtor dos municípios de Pitanga, Boa Ventura, Nova Tebas e Santa Maria, onde sua agência tem jurisdição”. “Visitamos muitos agricultores e vimos que os motivos principais de inadimplência são devidos ao abandono da atividade. Na maioria dos casos, o agricultor não fez o planejamento correto ou foi desestimulado pelo clima, perda financeira ou pela falta de produção” (PARANACENTRO, 2009)

Esses casos de endividamento e conseqüentemente expropriação da renda, da terra e do trabalho camponês não fica restrito a Pitanga ou mesmo ao Paraná. O Banco Central chegou a criar a Res. CMN nº 4.354, de 31 de julho de 2014 autorizando a renegociação de dívidas oriundas do PRONAF.

Tolentino (2013) mostra como os camponeses de Sapé-PB também ficam endividados por meio do PRONAF, principalmente nesse caso pelo

financiamento pecuário. O autor procura demonstrar que mesmo os endividamentos causados por “desvio” dos recursos para outras atividades que não sejam a produção, acabam ocorrendo porque o programa vê apenas a esfera econômica da vida camponesa, não oportunizando assim, meios para o agricultor adquirir dinheiro e então comprar móveis melhores, arrumar a casa ou até mesmo comprar um automóvel. Assim, este acaba desviando parte dos recursos para esse fim. O autor citado faz o seguinte relato sobre a questão:

O crédito do PRONAF visto enquanto empréstimo não se funda apenas em uma esfera econômica, já que empréstimos para os camponeses em questão não são tirados apenas para potencializar as atividades econômicas, mas também para potencializar o atendimento das necessidades da família camponesa. [...] Há, pois, uma contradição entre o Estado e o habitus camponês, em certa medida também produzido a partir da relação dialética com este Estado. Surge, pois, uma contradição gerada na relação. A mercantilização de todas as relações e a regulação pelo mercado não é cara aos camponeses que fazem parte do presente estudo. (TOLENTINO, 2013, p.199)

Outra pesquisa que vai de encontro com a questão do endividamento causado pelo PRONAF é a de Kozelinski (2009) que realizou o seu estudo no município de Marmeleiro-PR. O mesmo relata os resultados da pesquisa dizendo que:

Analisando-se os resultados, observa-se que a maioria dos agricultores pesquisadores teve problemas na produção pelo menos nas últimas duas safras, diferenciando-se quanto a incidência; neste caso, todos solicitaram o seguro do PROAGRO. [...] Talvez em razão desses problemas na produção, agregado a demais fatores, 85% dos agricultores pesquisados tiveram problemas de inadimplência no PRONAF. Dentre os fatores são confirmados a baixa produtividade, confirmando relevante influência; os baixos preços praticados na comercialização dos produtos, com influência que pode ser considerada média; o custo da produção, com influência média na questão da inadimplência; e razoável influência resultante de imprevistos ocorridos com a família. (KOZELINSKI, 2009, p.36)

O mesmo também encontrou a questão dos recursos serem usados também para outras atividades que não apenas a agropecuária:

Consoante à aplicação do montante do financiamento tomado pelos agricultores pesquisados, apenas 69% confirma a totalidade de 100% na atividade produtiva [...]. Verifica-se que parte desse crédito é direcionada para outras necessidades, tais como a aquisição de produtos para a casa e a própria manutenção familiar. (KOZELINSKI, 2009, p.36)

Diante desses fatos, é possível afirmamos que o PRONAF está longe de produzir um “desenvolvimento” ou um fortalecimento da agricultura camponesa. Os casos de expropriação causados ainda não são debatidos amplamente, porque se coloca a culpa nos camponeses que não usam o crédito para o qual contrataram.

Outros ainda jogam a culpa na assistência técnica, a qual tem uma responsabilidade acentuada nos casos de inadimplência, mas pensamos não ser o principal fator, pois, outros casos procuram esconder as contradições existentes, para apenas destacar a criação por meio da pressão dos movimentos sociais e sindicais.

O que notamos durante a pesquisa bibliográfica sobre o tema, é a pouca discussão sobre as diretrizes nas quais o PRONAF vem se assentando e o papel das instituições no processo de expropriação que ela pode causar.

Essas questões sobre o PRONAF são extremamente importantes para as discussões sobre a atualidade da questão agrária no Brasil, principalmente, pela massificação que estas vêm ganhando. A grande questão para outros trabalhos é pensar: qual o papel das políticas públicas de desenvolvimento rural na atualidade da questão agrária?

Pesando ainda nesse contexto, vamos a partir de agora debater duas das políticas públicas mais importantes para a agricultura camponesa O PAA e o PNAE, mostrando como estas, apesar dos avanços evidentes, ainda possuem limites que impedem benefícios para grande parte dos agricultores camponeses de Pitanga-PR.

4.3.2 PAA E PNAE POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA COM LIMITES.

Como mostramos anteriormente, o PAA foi resultado de uma luta incessante dos movimentos sociais. Esta política, junto com o PNAE, vem trazendo resultados interessantes para aqueles que conseguem acessá-la. Mas existem limites e ataques que têm impedido que ela se tornasse amplamente acessada.

Como esta pesquisa tem o objetivo de analisar os entraves e dificuldades que os camponeses de Pitanga-PR vêm enfrentando para permanecer no seu território, focaremos nos desafios, nos limites e nos ataques que caracterizam o acesso e não acesso a essas políticas. Assim, os conflitos que o PAA tem gerado são, principalmente, por seu caráter inovador de gerar renda diretamente na propriedade sem a necessidade de endividar e jogar o camponês na subordinação total ao mercado capitalista das *commodities*.

Dessa forma, gostaríamos de deixar claro ao leitor que reconhecemos a importância dessas políticas para a resistência não só camponesa, mas também de comunidades tradicionais como, faxinalenses e quilombolas. Dessa forma, concordamos com Plein (2012, p. 209) na seguinte citação:

A característica de comercialização dos produtos através do PAA pode ser compreendida como uma forma de redistribuição adotada pelo Estado. Os agricultores familiares pobres, cadastrados para participar do Programa, entrega diretamente para entidades como escolas, creches, hospitais onde é feita a fiscalização e emissão das notas com as quantidades e tipos de produtos. Com base nessas notas, a coordenação local lança os dados dos produtores depositando os valores correspondentes diretamente nas contas bancárias deles. Portanto, é uma política pública com um duplo impacto: por um lado, garante um mercado para os agricultores familiares pobres e, por ou dele necessitam. Conforme destacado no lema do programa: “renda para quem produz e comida para quem precisa”.

Mas sentimos a necessidade de debater as razões dos limites que estão dificultando que essas políticas atinjam uma gama maior dos sujeitos. Um desses problemas é o acesso. Lucas um dos representantes de uma das

cooperativas que entregam para o PAA e PNAE em Pitanga, faz o seguinte relato sobre a questão:

Por incrível que pareça, o problema não é o número de produtores, se você pega um contrato de 200 mil reais, você precisa de 10 agricultores que o limite é 20 mil, mas aí você pensa, tem que colocar mais gente, mas a partir do momento que você pulveriza isso, os agricultores não têm viabilidade, então um cara vai entregar 1 mil reais, vai custar mais ele produzir, trazer, do que o próprio rendimento do produto. Como eu te falei as prefeituras que tem dar essa oportunidade pra que se aumente mais isso, porque se não vai diminuir... porque hoje eu consigo atender 20 produtores com um contrato de 400 mil, pra você ter uma ideia o projeto de Pitanga é menor do que isso, então isso tá desestimulando as cooperativas de buscar mais sócios, não tem porque, se você busca mais sócio você tem que atender, então se eu com 10, 20, 30 sócio eu consigo manter um contrato grande e os agricultores não tem a viabilidade de plantar um pouquinho de produto, a não ser que eu transforme como eu te falei... antes, daí com 10 quilos de doce é 80 reais, 10 quilos de alface é 20 reais então um cara mora 10 quilômetros da cidade e vem trazer esses 10 quilos de alface ele não paga o combustível, então na verdade tá diminuindo o número de agricultores que está vindo para as cooperativas e pra nós isso é ruim, mas não tem como aumentar fica muito limitado.

Concordamos com o Lucas que o tamanho dos contratos muitas vezes não comporta um número maior de agricultores camponeses. Mas essa dificuldade acaba ilustrando um dos maiores desafios dessa política.

Nesse sentido, o acesso ao PAA e PNAE tem sido limitado em Pitanga-PR, o qual não foge da realidade do estado e de todo o país. Em 2013 apenas 2,1% dos estabelecimentos tidos como agricultores familiares acessaram o PAA no Brasil. No Paraná, 3,5 % e em Pitanga 0,5%. Se levar em conta o ano que Pitanga teve mais produtores acessando o PAA, o índice sobe para 3,5% (GRÁFICO 26).

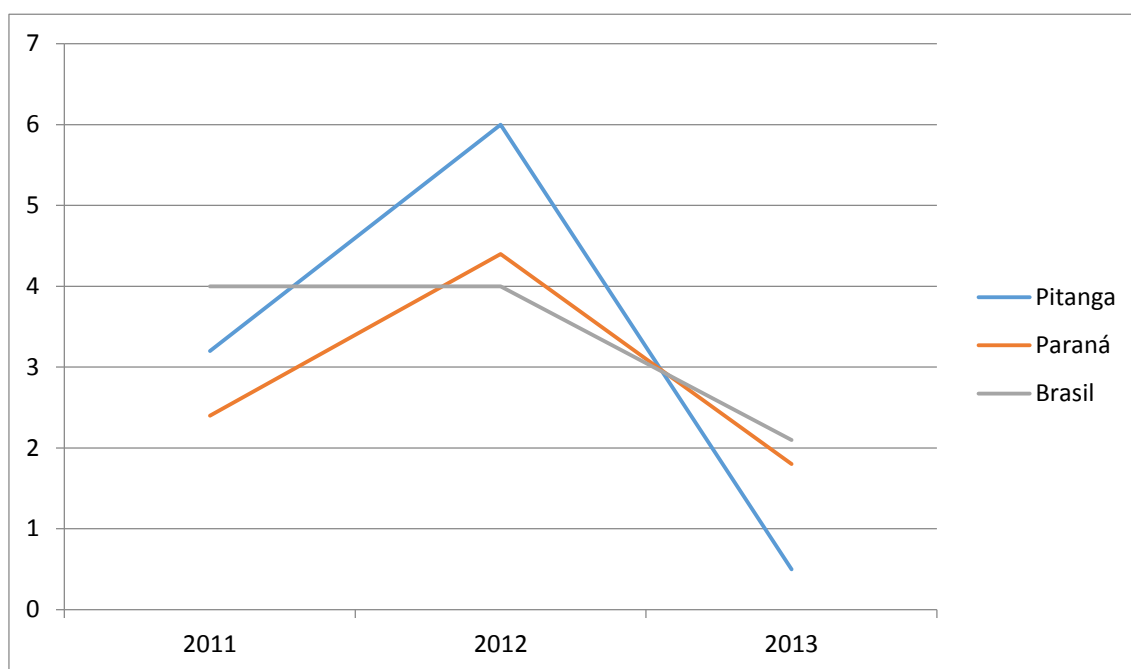


GRÁFICO 26 - PORCENTAGEM DE AGRICULTORES CAMPONESES QUE ACESSAM O PAA NO BRASIL, NO PARANÁ E PITANGA-PR
 FONTE: MDS (2014).

Os dados do GRÁFICO 26 revelam que não só é pequeno o número de camponeses que acessam o PAA, como teve uma queda grande em 2013 no número de agricultores que estão entregando alimentos para o programa. Esta queda pode ser resultado de dois processos que ocorreram simultaneamente, o primeiro, a investigação “agrofantasma” da polícia federal e, em segundo lugar, os seguidos atrasos nos pagamentos dos alimentos entregues pelos camponeses.

Em Pitanga, no ano de 2012, existiam 119 agricultores que entregavam alimentos para o PAA estadual e PAA CONAB e em 2013 caiu para apenas 19. No estado, em 2012 existiam 17.869 fornecedores de alimentos já em 2013 caiu para 11.388.

A operação “agrofantasma” ganhou destaque no final do mês de setembro de 2013, quando a Polícia Federal realizou prisões com base em investigações com objetivo de averiguar supostas irregularidades na execução do PAA no Estado do Paraná.

As acusações, que recaíram sobre servidores e agricultores camponeses fornecedores de alimentos, davam conta que estariam sendo feitas

notas fiscais “fantasmas” que caracterizariam o desvio de recursos, mas o que de fato estaria ocorrendo era a troca de produtos. Por exemplo, se um agricultor cadastrado para entregar alface não conseguiu produzir a quantidade exata ou não teve uma boa produção, entregava a mesma quantidade em batatas, o que garantia que não ficassem sem renda, nem as instituições sem produtos.

A partir dessa investigação, a grande mídia e os setores do grande capital agroindustrial afetados por esse tipo de políticas, passaram a dar grande relevância à operação e tratar o caso como um grande escândalo de corrupção na CONAB. O portal de notícias G1 (2013) é representativo nesse sentido dizendo que: “PF faz operação para combater desvio de recursos do programa Fome Zero”, no portal UOL (2013) “PF prende vereador e gerente de Conab em operação contra desvios do Fome Zero no PR” e na EBC Brasil (2013) “Operação Agro-Fantasma quer desmontar quadrilha que fraudava Programa de Aquisição de Alimentos”.

Logo, os agricultores envolvidos foram tratados como criminosos em razão dessa estratégia de troca de produtos, fato que manchou não só a honra dos investigados, mas a imagem de um programa que vinha trazendo resultados interessantes para a agricultura camponesa e para as entidades atendidas.

Salienta-se que os meios de comunicação tradicionais deste país, sempre agiram no sentido de criminalizar qualquer política ou ação governamental que estivesse ou pudesse mudar as relações de poder e a desigualdade.

A reforma agrária foi um exemplo histórico e a investigação “agrofantasma” deu o conteúdo para um novo ataque às tão criticadas, por alguns setores, políticas sociais. Em uma carta aberta⁶¹ várias entidades, ONGs, movimentos sociais, sindicatos e outras instituições relatam o desvio do foco das investigações para atacar o programa:

Os movimentos sociais e organizações da sociedade civil aqui representados repudiam os procedimentos utilizados, bem como a forma distorcida e pouco clara que as informações sobre a operação foram divulgadas por grande parte dos meios de comunicação. Vale destacar que mesmo o processo correndo em sigilo, alguns meios de comunicação contavam com informações privilegiadas no dia da realização da operação policial. Os procedimentos da operação policial e sua divulgação contribuem para criminalizar as organizações da

⁶¹ A carta se encontra na íntegra nos anexos da dissertação.

agricultura familiar e deslocam a atenção da sociedade da necessária apuração de irregularidades na execução do programa para um tratamento meramente policial de um programa fundamental para a realização do direito humano à alimentação. É importante salientar que estes mesmos canais de comunicação divulgam muito pouco ou quase nada os resultados positivos do programa em todas as regiões do Brasil. (CARTA ABERTA AO GOVERNO E À SOCIEDADE BRASILEIRA SOBRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB), 2013)

Essas investigações tiveram rebatimento em Pitanga no sentido do congelamento dos pagamentos aos produtores. Os camponeses que entregaram alimentos nesse período precisaram esperar mais de 6 meses para começar a receber novamente, como conta o Sr. Sebastião (2014):

Eu entreguei que nem do PNAE e do PAA, até que é mais ou menos, o problema é os pagamento, pagamento vem muito atrasado né, as vezes tem que trabalhá dois mês, três mês pra recebe e que nem teve aqui ano passado que nós entreguemos, e era bastante, nós recebemos só um pouco até agora, foi aquele negócio que deu lá né, [a operação “agrofantasma”] então recebemos agora um pouco, mais não recebemos tudo né... .

Lucas, representante de uma das cooperativas que entregam os produtos para o PAA e PNAE, também conta os rebatimentos que a cooperativa e seus associados tiveram com todo o processo de investigação:

Exatamente isso, trouxe um impacto muito negativo, e nós mesmos da cooperativa não foi, porque a gente estava tudo certo, mas a gente não conseguiu executar o projeto, tivemos que devolver recurso pra CONAB, porque demoro muito tempo pra pagar os agricultores né, nós ficamos seis meses sem receber, então imagina o agricultor planto, investiu e fica seis meses sem receber, e não foi provado nada, não teve prova e não teve crime nenhum, então o agricultor se desestimula, ele chega aqui na cooperativa: *a quanto tempo vou demorar pra receber? Vou demorar seis meses como eu tive anteriormente? Não tem como a gente afirma que isso não vai acontecer, então foi um crime que foi feito com a agricultura familiar, então acabou desestimulando bastante gente, nós mesmos das organizações como que nós vamos fazer um projeto se não sabemos se vamos executar? [...] quando você vê um avanço nisso eles vem com uma proposta de corta isso, de criminalizar isso.* (LUCAS, 2014).

Nesse sentido, os seguidos atrasos nos pagamentos dificultam à vida do camponês que não pode ter a certeza que aquele dinheiro, seu direito e fruto do trabalho vai chegar para quitar os gastos e ter uma renda para sobreviver.

Portanto, esse fato desestimula muitos a continuar entregando ao programa, como Lucas relatou anteriormente, e acrescenta mais um aspecto negativo que impacta tanto quem está dentro, quanto quem ainda não acessa à política. Outro resultado é que o camponês não consegue dar maior importância à produção destinada ao PAA e PNAE, justamente por não ter a segurança de ter o pagamento no tempo certo.

Mas além dessas dificuldades existem outros limites dentro do PAA e PNAE, como o comprometimento dos governos estaduais e municipais em incentivar e aumentar a demanda dos produtos da agricultura familiar. Lucas (2014) relata esse fato que é um entrave para conquistar mais camponeses para a cooperativa:

O limite maior é a vontade política né, dos governantes de otimizar isso, então cada vez.. ao invés de aumentar isso, cada vez mais tão colocando burocracia, muita questão burocrática, as prefeituras preferem comprar de outros fornecedores que não sejam dos agricultores familiares, não é o caso da nossa aqui, mas a gente percebe isso né, o próprio estado ele tem ampliado bastante a compra da agricultura familiar mais tem um campo muito grande pra se cresce, mas há muita dificuldade, tem que estar pressionando pra se fazer, eu acredito que precisa de mais vontade política, tem muitos município aqui que nem atingiram a legislação que é 30%, dá pra vê que é má vontade dos gestores de fazer isso.

Com certeza esse é um dos entraves para que o programa tenha uma expansão mais significativa. A pressão que alguns fornecedores locais e regionais fazem para com os prefeitos, além da maior facilidade de lidar com empresas já estruturadas no mercado, fazem com que exista essa má vontade em investir na agricultura camponesa.

Por outro lado, a agregação de valor nos produtos também é um dos desafios que as cooperativas têm enfrentado, pois, a produção agroecológica aumenta o valor da produção dos camponeses em 30%, mas não existe nenhum projeto para que se consiga acessar essa linha de preços nos programas do PAA e PNAE em Pitanga.

Lucas (2014) explica as dificuldades para o desenvolvimento da agroecologia no município:

Aqui ainda não tem nenhum trabalho sobre isso... tem se conversado sobre isso, mas nenhum agricultor quis fazer isso, também você não tem referência nenhuma, você não tem um técnico com experiência nisso, a gente não tem base nenhum para fazer isso. A prefeitura tem vários técnicos, pra você ter uma ideia as prefeitura tem técnico pra fazer estrada, não é papel da secretária da agricultura meche com estrada [...] essa questão dos orgânicos, a questão agroecologia é uma ciência, então é necessário ter muito conhecimento [...] e o agricultor não domina isso, então tem que ter um técnico especialista para se fazer isso, pra se ajudar, o valor é muito melhor... 30% e não difícil produzir agroecológico, mas precisa ter... pra você ter uma ideia as prefeitura nem querem comprar agroecológico, porque o valor é 30% a mais então eles preferem comprar um produto inferior do que incentivar ter um produto orgânico pra paga 30% a mais, na ótica do gestor ele quer economizar [...] (LUCAS, 2014)

O problema da inserção da produção camponesa no mercado agroecológico tem vários desafios, como ter uma gama de técnicos preparados, ter mercado e principalmente, quebrar um paradigma de produção presente desde a chegada da Revolução Verde. Plein (2012) também constatou que, apesar de tudo, muitos camponeses já produzem sem utilização de químicos:

A pesquisa de campo revelou que, no processo de produção das hortaliças os agricultores não utilizam adubos químicos e agrotóxicos, entretanto, as propriedades não são certificados como orgânicos, o que é um processo bem mais complexo. Assim, estão deixando de conseguir preços superiores para os seus produtos, uma vez que o PAA prevê pagar de forma diferenciada pelos produtos dependendo do seu processo de produção (convencional ou orgânico). (PLEIN, 2012, 207).

As dificuldades em agregar valor à produção também esbarram nos custos que os camponeses e as cooperativas têm com a logística para entregar os produtos e com os custos administrativos, pois “um cara mora 10 quilômetros da cidade e vem trazer esses 10 quilos de alface, ele não paga o combustível” (LUCAS, 2014). Delgado (2013, p.15) em seu relatório de avaliação também encontrou esse problema:

Identificou-se também um problema, que é comum à relação das associações de agricultores com as entidades assistidas, qual seja, a remuneração dos custos administrativos e logísticos de distribuição de alimentos, atualmente integralmente internalizados pelas associações e cooperativas (PAA-CONAB), ou distribuídos pelas prefeituras e entidades contratadas (PAA-Paraná).

Esses problemas e limites do PAA e PNAE são desafios que os camponeses e suas cooperativas, associações, sindicatos e movimentos sociais precisam enfrentar, não só para melhorar e expandir a política, a qual pode sim ajudar na resistência desses sujeitos, mas para mantê-las ativas, principalmente, o PAA que é um programa de governo e não uma lei, como o PNAE e por esse motivo tem uma vulnerabilidade maior.

Trazendo o PRONAF para fechar o capítulo verificamos que apesar dele ser resultado de uma luta histórica dos camponeses, existem inúmeras contradições que surgem na materialização dessa política pública, gerando inclusive processos de expropriação/desterritorializações diretamente, como nos casos dos endividamentos.

Outras contradições se materializam pelo seu caráter estritamente econômico e muito ligado ao mercado do agronegócio que tem trazido só resultados negativos. Além do mais a forma como ela está organizada hoje não fortalece o camponês, pelo contrário, deixa o mesmo mais vulnerável a problemas climáticos e mercadológicos.

Portanto, com a análise dessas políticas públicas encerramos a gama de formas de expropriações debatidas nessa pesquisa. Em seguida, pensaremos as faces dessas expropriações e contradições que o espaço agrário vem enfrentando, como também as discussões sobre a atualidade da questão agrária paranaense.

Temos buscado desde o primeiro capítulo mostrar que as formas de expropriações são múltiplas. Elas ocorrem de várias maneiras como: expropriação do modo de vida e das tradições, do acesso e não acesso a terra, da sucessão familiar, de políticas públicas de acesso à terra ineficazes, da modernização técnica da agricultura que acabou com inúmeros postos de trabalho e modificou a matriz produtiva afetando as propriedades camponesas,

entre outras. Destaca-se que todas essas formas de expropriações geram processos de desterritorializações, fazendo parte do contexto da questão agrária em Pitanga.

Entendendo que os processos são similares ao que acontece no estado e no Brasil, sentimos a necessidade de fechar a pesquisa com um capítulo que tenha por objetivo compreender os principais desdobramentos da pesquisa e a sua relação com o que está sendo pensado e discutido no âmbito da atualidade da questão agrária.

Os desdobramentos são os seguintes: sabendo que a questão agrária não foi resolvida e que persiste o quadro de desigualdades sociais no campo, como está o debate sobre o tema na atualidade? Existe um consenso sobre a atualidade da questão agrária?

Outros temas também se mostraram importantes: Os sujeitos da questão agrária são os mesmo de antes? O que isso interfere na execução das políticas públicas? A diminuição da força das mobilizações tem relação com uma possível mudança no perfil dos sujeitos da questão agrária hoje? Sabendo que existe uma grande quantidade de minifúndios em Pitanga e no Brasil, por que não existe uma pressão maior para avançar a Reforma Agrária no país? No debate ela ainda é necessária?

Essas são algumas questões que surgiram como desdobramentos dos resultados obtidos e que neste último capítulo vamos debater pensando nas discussões sobre a atualidade da questão agrária.

5. ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA, DA REFORMA AGRÁRIA E DAS EXPROPRIAÇÕES NO CAMPO: UMA LUTA CONTRA O PENSAMENTO HEGEMÔNICO

Durante os quatro capítulos dessa dissertação buscou-se revelar que a realidade agrária atual é tão perversa quanto foi há tempos atrás, ainda que seguindo processos diferentes ou atualizados. Essa perversidade se traduz por mecanismos silenciados pelo Estado, pela mídia, por uma gama de intelectuais e principalmente por grupos empresariais ligados intimamente com o agronegócio brasileiro.

Em tempos passados era mais facilmente aceito pela sociedade, a existência de uma problemática agrária que necessitava de solução. Já no final do século XX e início do XXI, ganhou força o pensamento de intelectuais, agências internacionais de desenvolvimento e do próprio Estado que as desigualdades no espaço agrário teriam origem na não inserção dos camponeses no mercado capitalista.

Navarro (2007) em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, explica sobre a reforma agrária e a questão agrária:

Por que o sr. diz que o tempo da reforma agrária passou? O Brasil não tem mais razões, de nenhuma ordem, para mobilizar consideráveis recursos para promover uma ampla redistribuição de terras. *Passamos a ser um país predominantemente urbano e insistir na existência de uma "questão agrária brasileira" é uma miopia de quem tem os pés no passado remoto.* As demandas sociais apropriadas para a população rural mais pobre são outras, pois a atividade agrícola não garantiria a sobrevivência daqueles que recebessem sua parcela de terra. Sequer existe uma demanda social digna do nome que justifique tal esforço e uma boa parte do que o MST organiza como formas de pressão, é constituído por membros de famílias de assentados mobilizados para tanto. Só se justifica uma ação mais abrangente de redistribuição de terras na ampla região que se estende da metade norte de Minas Gerais e até o Maranhão ocidental. Nela, encontramos a vasta maioria da população pobre ainda residente em áreas rurais e as atividades agrícolas não são significativas para o conjunto da agropecuária. Ou seja, se realizada massivamente nesta região, reduziríamos de forma importante os níveis de pobreza no Brasil e eliminaríamos da vida política os remanescentes das oligarquias. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2007). (grifo nosso)

Essas análises como a de Navarro, não levam em consideração o amplo processo de expropriação que caracteriza a acumulação por despossessão que

Harvey (2013) vem debatendo. Pensar a questão agrária apenas pelo viés econômico e desconsiderar o número de conflitos e violência, juntamente à falta de mecanismos eficazes de acesso a terra que mantenham os jovens agricultores nesse espaço, entre outras questões associadas a pobreza rural, criam a ilusão de que a questão agrária é coisa do passado como relata Navarro (2007).

Por esses motivos, vários intelectuais além de estudar e mostrar a relevância em continuar discutindo a questão agrária, têm se empenhado em rebater esse tipo de pensamento que Fernandes (2008, p.39) caracteriza como paradigma do capitalismo agrário. Desse modo ele relata:

[...] a leitura do paradigma do Capitalismo agrário que ao entender a agricultura familiar como unidade do sistema capitalista, considera parte deste modelo. Nesta acepção, o agronegócio é a única forma de desenvolvimento da agricultura, limitando qualquer análise da conflitualidade. Assim, o conflito perde sentido, aparece como uma coisa de fora e não de dentro do agronegócio. Essa mudança de eixo da questão agrária desafia os pesquisadores deste problema para pensar outros modelos de desenvolvimento territorial, rompendo com a cooptação do agronegócio e de sua postura totalitária.

As diferentes formas de ver os sujeitos que fazem parte do espaço agrário brasileiro também remetem a formas de implantar o pensamento hegemônico sobre o fim da questão agrária. Porto-Gonçalves e Alentejano (2011, p. 1) fazem o seguinte relato sobre esse pensamento:

Nos últimos anos uma visão triunfante vem predominando na análise do campo brasileiro. A questão (da reforma) agrária vem perdendo espaço não só nos meios acadêmicos e midiáticos como até mesmo em setores que historicamente pautaram suas ações e análises em torno dela por acreditarem que a reforma agrária teria um papel estruturante na construção de uma sociedade mais justa e democrática no Brasil. Esse deslocamento do debate tem sua razão de ser em abordagens que tendem a priorizar a dimensão econômica e sua crença no papel do desenvolvimento das forças produtivas que, sabemos, tem fortes raízes não só na tradição liberal-conservadora como também em certos setores do pensamento de esquerda. Não é o que se observa quando analisamos a dinâmica do espaço agrário brasileiro pelo viés da luta por direitos, justiça e democracia onde podemos perceber que a questão (da reforma) agrária mostra não só sua persistência como exige que se elabore um escopo teórico-político que dê conta da complexidade com que ela vem se redesenhando e demonstrando os limites das abordagens com que vem sendo tratada.

A crença no papel que o “desenvolvimento” pode trazer para o campo faz os números de conflitos, violência e expropriações sejam mascarados. Em Pitanga, por exemplo, temos mostrado que os conflitos se manifestaram em diferentes formas, apesar de não serem revelados algumas vezes.

Nesse contexto, o conflito que está ocorrendo pela realidade que o capital agrário impôs no campo e dessa forma os verdadeiros vilões, (o agronegócio e o próprio Estado) escondem o problema jogando a culpa da pobreza e das expropriações na conta dos próprios sujeitos que são vítimas deste processo. Pois dizem que não se desenvolvem porque não buscam modernizar as suas práticas ou então se endividam porque gastam o dinheiro em questões que não trazem retorno financeiro para pagar a dívida.

Apesar desses fatos em nível nacional, a CPT continua registrando vários casos de assassinatos que estão ocorrendo em função da luta pela terra e mostra que o conflito ainda permanece. Cuin e Porto-Gonçalves (2013, p.22) dizem que:

Ainda que o número de pessoas assassinadas em conflitos por terra tenha diminuído em 2013 em relação a 2012, caindo de 34 para 31, a média anual de pessoas assassinadas durante os três anos do governo Dilma Rousseff foi de 31,3, maior que a média do segundo mandato do governo Lula da Silva, que foi de 27,3, voltando a superar a faixa de mais de 30 pessoas assassinadas por ano, média do período 1985-2006.

Assim, essa volta dos ataques de violência contra os camponeses e as comunidades tradicionais que habitam o campo produzindo alimentos, se dá pelo fortalecimento do agronegócio e das empresas extrativas, como as mineradoras, apoiadas com volumosos recursos do Estado que se diz desenvolvimentista (o neodesenvolvimento que debatemos no capítulo anterior). Dessa forma, seja pelo conflito silenciado, seja pelo conflito revelado, a questão agrária se reafirma nos dias atuais como uma das grandes problemáticas sociais não resolvidas. Sampaio Jr. (2012, p.1) relata que:

A presença de um grande contingente populacional vivendo no campo em condições de grande precariedade revela a persistência e gravidade da questão agrária na sociedade brasileira. A dimensão do problema fica caracterizada quando se leva em consideração que, no final da primeira década do segundo milênio, cerca de 30 milhões habitam a zona rural – mais do que a população da Venezuela – sendo que aproximadamente 55% –quase 17 milhões de pessoas - encontram-se em situação de pobreza – população superior à chilena. A persistência de homens pobres no campo está diretamente relacionada à forma de exploração da terra. O predomínio de grandes empresas agrícolas, que organizam sua atividade produtiva tendo como base o controle de vastas extensões de terra e a mobilização de grandes contingentes de mão-de-obra barata para produzir mercadorias em grande escala no regime de monocultura, cristaliza o latifúndio e a superexploração do trabalho como pilares fundamentais da vida econômica e social no campo.

No pensamento contrário à questão agrária, como mostramos na fala de Navarro (2007), caracteriza-se o Brasil como urbano, onde restariam apenas 14,57 % da população vivendo no campo. Esta quantidade representa, como mostrou Sampaio Jr. (2012), mais de 29 milhões de pessoas, das quais 17 milhões delas estão em situação de pobreza.

Esse fato mostra que os tempos realmente mudaram no campo, mas em sentido negativo, no caso dos camponeses e das comunidades tradicionais, apesar das afirmações anteriormente citadas de Navarro.

Sendo assim:

Ao aumentar a corrida por terras, a revitalização do agronegócio tende a acirrar ainda mais as terríveis contradições que opõem o latifúndio ao homem pobre. É a necessidade de dar uma resposta ao agravamento da crise social no campo que recolocou a questão agrária no debate nacional. O surgimento de uma diversidade de movimentos de trabalhadores rurais pobres e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário foram produtos históricos dessas contradições - representam respostas opostas para as tensões e conflitos no campo. (SAMPAIO JR., 2012, p.3)

A união desses vários fatores instaura no campo um ambiente de conflitualidade, como relata Fernandes (2005), o qual está presente nos resultados apresentados pela nossa pesquisa. Sobre esse conceito Fernandes (2005, p.2) discorre:

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão reduzida, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização–desterritorialização–reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades.

Nesta pesquisa analisamos até agora as causas da desterritorialização no campo atualmente. A preocupação com a temporalidade dos processos, bem como a sua espacialidade permitiu analisar as formas de expropriação que se reproduziram no passado (entre a década de 1920 a 1990, no caso de Pitanga). Entretanto, também novos processos, como sucessão familiar, o abandono da reforma agrária, as políticas de crédito, de geração de renda e de acesso a terra, a falta de assistência técnica, enfim inúmeros processos que caracterizam a questão agrária no território estudado em vários momentos históricos, ainda que com maior ênfase na atualidade.

Apesar de todas as contradições, o agronegócio conseguiu criar uma barreira de proteção quase intransponível. A mídia, as empresas, os fazendeiros, os sindicatos patronais e as associações que representam o setor, criaram por meio de um forte *marketing* a ideia que a humanidade não pode “viver sem” o agronegócio. Fernandes (2008, p.38) explora sobre esse processo:

A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando *invisibilizar* sua conflitualidade. O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, aparece como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais.

Essa estratégia de *marketing* do agronegócio ficou ainda mais clara no ano de 2011 quando foi lançada em rede nacional a campanha publicitária “Sou agro”. Bruno (2012, p.1) mostra o conteúdo usado para convencer a opinião pública de que o agronegócio era imprescindível para a sociedade:

Em meados de julho de 2011, os meios de comunicação de massa veicularam filmes publicitários que ressaltavam o dinamismo do agronegócio e sua conexão com o dia a dia da sociedade. O horário nobre nos trouxe, como protagonistas dos filmes, Lima Duarte – de origem rural e ator de inúmeros papéis identificados com o campo, como “O Salvador da Pátria” – e Giovanna Antonelli, carioca, atriz global, representante de uma nova geração de atores. Nos anúncios, enquanto o primeiro louva a “Bendita Terra”, a segunda transformava, simbolicamente, sua geladeira em uma fazenda.

Em territórios como o de Pitanga, onde o agronegócio está fortemente monopolizado e territorializado, mostrar as contradições e possíveis alternativas a esse modelo expropriador é como se estivéssemos falando apenas inverdades e sem credibilidade, nadar contracorrente apesar dos fatos apresentados. Pois com a forte propaganda e sem nenhuma contestação nos faz entender as razões dos camponeses de investir na produção da soja quando acessam políticas como o PRONAF.

O *lobby* e o status que o agronegócio criou, implanta em muitas unidades camponesas a ilusão de que fazer parte desse setor é estar no caminho do progresso, da tecnologia e da qualidade de vida. Mas muitas vezes como mostramos no quarto capítulo, o efeito é o contrário, porque acabam deixando as suas propriedades em crise que:

[...] deve ser creditado ao controle das atividades no campo que o grande capital agroalimentar (leia-se os Impérios) exerce desde a produção à circulação das mercadorias, fruto da imposição de um estilo de produção altamente dependente de insumos industriais, que funcionam como drenos de escoamento da riqueza, seja por meio do controle das matrizes ou pela valorização exponencial dos insumos em detrimento do produto final - o que resulta rebaixamento dos preços pagos ao produtor (ALMEIDA; COLLADO; HERNÁNDEZ, 2014, p.24)

A inclusão das unidades camponesas no modelo do agronegócio não causam impactos apenas nelas mesmas, como também na oferta de empregos no campo. O trabalho acessório, que é uma estratégia de reprodução camponesa, está mais ameaçado pelo avanço das culturas da soja (poupadora de trabalho vivo) em detrimento, no caso de Pitanga, da produção do feijão que mobilizava uma grande quantidade de mão de obra para a sua colheita.

Esse processo instaura no campo várias formas de expropriação que vão além do sujeito, pois as relações de solidariedade como a vizinhança, as crenças, as formas de produzir tradicionais, ou seja, toda uma cultura construída durante anos é substituída por outra matriz de produção que muda totalmente essas relações.

Fontes (2008, p. 6) explica os impactos da expropriação dizendo que:

A expropriação é a produção de trabalhadores livres e, nesse sentido, a liberdade corresponde à mais plena disponibilidade da força de trabalho para o capital. A liberdade da força de trabalho é real, dúplice e contraditória. Ela consiste em enorme negatividade, expressando a impossibilidade de crescentes massas populares de prover a própria subsistência (singular ou familiar) fora de relações de subordinação “voluntária” ao capital (ao mercado); tende a destruir as formas de solidariedade tradicionais entre trabalhadores; a dismantelar as crenças e modos de existência até então predominantes; exacerba a concorrência; impessoaliza os contatos sociais, ao promover uma individualização contraditória, opondo seres isolados e competitivos, porém precisam cooperar estreitamente no processo social de produção, sob a batuta do capital.

Sendo assim, a intensificação da questão agrária tem rebatimento no conjunto da sociedade que paga pelos resultados negativos que o agronegócio traz. Esses impactos como mostramos anteriormente, se escondem em uma gama de ações que traduzem as relações de poder que conformam a problemática social desse país. Sampaio Jr. (2012, p.5) demonstra:

O nexó entre a questão agrária e a problemática da formação do Brasil contemporâneo é definido pelos efeitos negativos do desemprego estrutural e da extrema concentração de renda sobre a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios do desenvolvimento capitalista. O problema deve ser visto na sua totalidade. A precariedade da situação do homem pobre no campo gera um vazio sócio-econômico que associa o modo de funcionamento do padrão de

acumulação e dominação capitalista à reprodução dos dois condicionantes fundamentais do capitalismo dependente – o controle do capital internacional sobre os elos estratégicos da economia e a perpetuação da segregação social como base da sociedade nacional.

Nesse sentido, essa totalidade que o autor relata é um dos eixos chaves para se entender como as contradições do desenvolvimento desigual e contraditório se materializam no campo. Estes fatos mostram a necessidade do fortalecimento das questões da questão agrária para mostrar que não diminui a importância dos estudos sobre o tema.

Com base em Alentejano (2011, p.69):

[...] quatro questões que nos parecem intimamente correlacionadas e que conformam o cerne da questão agrária brasileira neste início de século: a persistência da concentração fundiária e as desigualdades que isto gera; a crescente internacionalização da agricultura brasileira expressa pelo controle da tecnologia, do processamento agroindustrial e da comercialização da produção agropecuária, bem como pela aquisição de terras; as transformações recentes na dinâmica produtiva da agropecuária brasileira que têm fomentado uma crescente insegurança alimentar; a persistência da violência, da exploração do trabalho e da devastação ambiental no campo brasileiro como características centrais de nosso modelo agrário.

Três das quatro questões como o leitor pode perceber, se fizeram presentes em nossas análises mais diretamente. Dessa forma, em seguida, relacionamos as principais problemáticas que caracterizam a questão agrária no século XXI com os resultados encontrados durante o transcorrer da pesquisa. Porto-Gonçalves e Alentejano (2011, p.4) discutem que:

[...] estamos diante de fatos que nos instam a repensar toda a questão (da reforma) agrária não só em função de os protagonistas tradicionais da luta pela terra e pela reforma agrária se tornarem minoritários nos conflitos que envolvem a apropriação das condições naturais da vida e da existência, como também por envolver outras questões e outros protagonistas até aqui não contemplados na luta pela reforma agrária, quando não considerados de modo marginal ou subsidiário.

No subcapítulo a seguir, debatemos sobre esses protagonistas na visão de diferentes autores, partindo desde uma análise do que encontramos no recorte territorial estudado até o que está acontecendo em escala nacional.

5.1 OS SUJEITOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XXI.

Durante o transcorrer do tempo foi possível ver que os sujeitos que fazem parte da questão agrária se tornaram plurais. Se antes as grandes massas de excluídos do campo eram consideradas genericamente como de trabalhadores camponeses sem terra, hoje ganham importância as comunidades tradicionais, os camponeses proprietários de minifúndios e os jovens.

Nesse sentido, a expropriação da renda e da terra, a sujeição ao capital, ou seja, todos os processos latentes das contradições que o agronegócio implanta no campo, atingem diretamente os camponeses. No decorrer do trabalho, procuramos revelar como diferentes processos prejudicam e até expulsam esses sujeitos do seu território.

Os camponeses não só reproduzem a sua existência como se tornaram objeto de disputa entre diferentes visões. Essas disputas não só econômicas, mas também política-ideológicas trazem elementos para compreender a tentativa de deslegitimar as discussões sobre a questão agrária.

Abramovay (2007, p.137-138) relata que o camponês quando se integra ao mercado se transforma em agricultor profissional:

É o que ocorreu de maneira intensa no Sul do Brasil -, integram-se plenamente a tais estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: *de camponeses, tornam-se agricultores profissionais*. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a

eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social.
(grifo nosso)

Esse processo de transformação social que o autor defende, serve de base para a busca incessante do Estado de inserir cada vez mais, os camponeses no mercado capitalista por meio de políticas públicas como o PRONAF. Logo, a tentativa de integração chocou-se com a realidade dos sujeitos, causando processos de expropriação. Além de buscar deslegitimar a reforma agrária como o eixo principal do fortalecimento da agricultura camponesa, afirmando que basta se integrar ao capital intensivamente que o problema da pobreza será solucionado.

Fernandes (2008, p.14) faz uma análise da ideia desenvolvida por Abramovay (2011)⁶²:

Para o paradigma do Capitalismo Agrário a permanência ou fim do campesinato é uma questão conjuntural, porque depende de uma *mudança na conjuntura* socioeconômica determinada pelo desenvolvimento do capitalismo. Segundo o autor, em um determinado estágio, o capital cria relações mercantis que aniquila um modo de vida que não se adequaria ao capitalismo. Entretanto, ocorre uma *metamorfose* e este modo de vida vira uma profissão. Logo, entende-se que o camponês por não ser um agricultor profissional, é *asfixiado* pelo desenvolvimento do capitalismo e então, para sobreviver, ele precisa se *converter* em *agricultor familiar*. A *integração plena* a um *mercado completo* que possui *fisionomia impessoal* define o processo em que o camponês adentra o mundo moderno do capital.

Essa forma de pensamento interfere no contexto da questão agrária no sentido de criar uma ideia de que o camponês precisa se integrar ao mercado do agronegócio e não lutar por mais direitos e principalmente, por terra.

A orientação, por exemplo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga de que a reforma agrária como tem sido feita é errada e que o certo, seria a compra por meio de políticas públicas de financiamento, representa como esse pensamento chega aos sujeitos.

Para Delgado (2010, p.105 – 106) esse processo:

⁶² O livro citado do autor citado por nós é a sua terceira edição, por esse motivo o conflito com as datas.

O relançamento do capital financeiro na agricultura em uma nova aliança do grande capital e da grande propriedade fundiária, sob tutela das políticas públicas, favorece a desmobilização das forças sociais normalmente aliadas da reforma agrária. Por seu turno, o movimento camponês vem se dividindo, sob influência dos setores da pequena agricultura tecnificada que vislumbram associação com o agronegócio. A Igreja Católica, por intermédio da CNBB e das Pastorais Sociais, perdeu liderança na luta pela reforma agrária. E os partidos de esquerda, sucessores da tradição agrária do antigo Partido Comunista, hoje no governo, colocaram-se na perspectiva de administrar o “ajustamento estrangido”. Esses setores, por ação ou omissão, terminam repercutindo e corroborando o discurso do agronegócio. Nesse ambiente social, também desempenham papéis importantes determinados círculos acadêmicos e técnico-burocráticos, fortemente influenciados pelo fascínio do progresso técnico que o agronegócio domina.

A união desses fatores contribuiu para a própria desmobilização social. O camponês atingido por esses pensamentos e pelas formas distorcidas como os meios de comunicação repassam os fatos sobre a luta pela terra, cria pânico e medo no campo. A nosso ver é um dos procedimentos principais para criar um controle social sobre os impactos negativos que o agronegócio tem gerado dizendo “a culpa é da não integração ao mercado”.

Por esse motivo, entender o camponês por meio de outras matrizes de pensamento é necessário nas discussões sobre a questão agrária para disputar espaço na formação ideológica sobre os problemas no campo, pois:

A formação do campesinato não acontece somente pela *reprodução ampliada das contradições do capitalismo*. A outra *condição* de criação e recriação do trabalho camponês é uma estratégia de *criação política do campesinato: a luta pela terra*. É por meio da *ocupação da terra* que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da *lógica do capital* (Fernandes, 2000, p. 279 *et seq.*). A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e ou recriação da relação social familiar ou camponesa. (FERNANDES, 2008, p.7, grifos do autor).

Revelar que a agricultura camponesa possui lógicas próprias e que as políticas públicas, que buscam a homogeneização, não são adequadas a realidade analisada, remete:

A principal diferença entre as duas últimas formas é que a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza. Insumos e outros fatores artificiais de crescimento substituem os recursos naturais, o que significa que a agricultura está sendo industrializada. (PLOEG, 2009, p.17).

As ideias de Ploeg (2009) vêm contribuindo para uma percepção do camponês sobre outros parâmetros. O autor fala da necessidade de compreender esse sujeito por meio do conceito de condição camponesa:

Para falar do lugar que os camponeses ocupam na sociedade podemos utilizar o conceito de condição camponesa. A agricultura camponesa (ou o modo de produção camponês) tem origem e está imersa nessa condição. A condição camponesa consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação (PLOEG, 2009, p.18).

Entender como ocorre essa condição camponesa na sociedade do século XXI se torna extremamente importante para revelar os mecanismos que têm buscado torná-los excluídos social e materialmente da sociedade. Os conflitos gerados pela inserção do modelo do agronegócio nas propriedades camponesas ocorrem porque os setores ligados a esse mercado e sua forma de pensar não entendem que:

A agricultura camponesa tende a se basear principalmente em um capital de recursos não-mercantilizado associado a uma circulação de recursos também não mercantilizada.[...] A produção camponesa é baseada numa relação de troca não-mercantilizada com a natureza. Ela somente se insere na troca de mercadorias para vender seus produtos finais. Conseqüentemente, os circuitos de mercadorias não ocupam papel central na mobilização de recursos. Se não todos, pelo menos a maioria dos recursos resulta da coprodução do ser humano com a natureza viva (por exemplo, terra bem fertilizada e trabalhada, gado cuidadosamente selecionado e reproduzido, sementes selecionadas). (PLOEG, 2008, p.19-20).

O conflito gerado pelo PRONAF é um exemplo dessa não compreensão da sociabilidade camponesa, juntamente à exigência de que se invista em uma cultura, com um tipo de semente industrializada e com insumos químicos que quebram toda uma maneira própria de desenvolver a agricultura dos camponeses. Marques (2008, p.59) diz:

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês.

O relato da autora sobre o campesinato mostra que eles estão em plena luta de resistência para permanecer na terra. Mas as formas de expropriação que o capital impõe sobre esses sujeitos os expulsam ou os tornam subordinados à lógica monopolista do capital. Porém, a dimensão simbólica e as suas formas de recriação permanecem mesmo longe da terra. Marques (2008, p.65) fala que:

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador.

Se não é por meio da luta pela terra, o camponês expropriado mantém o seu vínculo com a terra por meio da família que continua resistindo no campo, por práticas de agricultura nas áreas urbanas ou pela volta ao seu território depois de viver na cidade, como foi o caso da camponesa Tereza que migrou para Joinville-SC.

Além do mais, essa discussão que está se fazendo aqui é importante para mostrar que existem outras possibilidades de se pensar os sujeitos do campo, que não aquela que se tornou hegemônica.

Nesse contexto, existem autores que buscam compreender o camponês como uma classe social que é subalterna dentro da sociedade capitalista. Por essa razão, está diariamente resistindo aos ataques do capital sobre o seu modo de vida. Oliveira (2001, p.185) um dos maiores intelectuais que defende essa ideia afirma:

[...] o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parto também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele.

Santos e Teló (2011) defendem que além de uma classe social os camponeses devem ser entendidos como um modo de vida que possuem as suas especificidades, dessa forma:

Trata-se do campesinato, concebido a um só tempo enquanto uma classe social e um modo de vida inserido no modo de produção capitalista, que estabelece no seu cotidiano relações não-capitalistas de produção, porque ele tem relativa autonomia sobre seus meios de produção, majoritariamente não usa mão-de-obra assalariada, ou a utiliza como complementar ao trabalho familiar. Portanto, não sobrevive da extração de mais-valia, um dos elementos centrais na caracterização das relações capitalistas, tanto quanto não se apropria da renda fundiária capitalista. (SANTOS e TELÓ, 2011, p.160).

Outros autores buscam entender o camponês como um sujeito que faz parte da classe trabalhadora e que é fruto das contradições do desenvolvimento capitalista. Thomaz Jr. (2012, p.5) diz que é:

[...] por meio das contradições imanentes ao metabolismo do capital que devemos entender a existência camponesa. É também sob esse referencial que devemos sintonizar que, ao mesmo tempo em que a reprodução/recriação do campesinato é uma possibilidade historicamente presente, aceita/negada e subordinada pelo próprio capitalismo, que é, portanto, uma realidade de dentro do modo de produção capitalista e vinculada à produção de mercadorias, por outro lado se garante essencialmente pela luta e pela resistência.

Essas formas de compreender a sociabilidade camponesa devem ganhar destaque para combater o pensamento hegemônico que estamos debatendo. A recusa de muitos camponeses em buscar a reforma agrária como uma estratégia de reprodução é fruto também desse embate político-ideológico, que influencia na criação e exclusão de políticas públicas.

Mas além dos camponeses surgem outros sujeitos que têm sido atingidos pelos impactos e pela expropriação que o capital impõe sobre os seus territórios, como os jovens e as comunidades tradicionais.

No caso de Pitanga, foi possível compreender que os sujeitos mais impactados negativamente pelo agronegócio foram os camponeses jovens. Segundo Castro *et al.* (2009), a emergência da juventude rural como tema de estudos é recente e que por esse motivo passou por transformações em suas definições.

Dessa forma Castro *et al.* (2009, p.55-56) citando os autores Champagne (1979), Woortman e Woortman (1997) e Martins (2008) diz:

[...] A primeira imagem à qual o jovem rural é associado – e à qual ficou durante muito tempo restrito – consiste na do jovem *filho de agricultores familiares* ou *camponeses*. O jovem seria aquele que vive um período da vida de aprendizado, de preparação para suceder aos pais, por meio da transmissão de bens e da terra, mas também de poderes entre as gerações (Champagne, 1979). O jovem *agricultor* ou *camponês*, como membro da unidade familiar da produção, estava associado à reprodução da mesma, cujo processo de trabalho era indissociável (Woortman e Woortman, 1997). Contudo, a imagem do jovem rural vem sendo modificada a partir da percepção das transformações das estratégias de reprodução das famílias de agricultores, que trazem à tona questões vinculadas à juventude rural como o êxodo rural, a crise dos processos sucessórios e a tensa relação entre campo e cidade (Martins, 2008). Os jovens rurais saem da condição de apenas filhos de agricultores e tornam-se categoria significativa nos estudos rurais, associada a algumas problemáticas específicas, tais como êxodo rural e a migração;

As transformações que o conceito de jovem vem sofrendo demonstra a importância que estes sujeitos estão ganhando dentro dos estudos que englobam a atualidade da questão agrária. Neste trabalho mostramos que os jovens são os principais sujeitos expulsos do campo. As condições estruturais que o capital impôs no território durante a sua construção aliado com as ações do Estado que não criou as condições para que estes continuem se reproduzindo no campo são responsáveis por esse processo.

A fala do camponês Agnaldo sobre a saída dos seus filhos é reveladora nesse sentido:

Os outros mais novo já saiu tudo, dois é casado já, o outro mais novo tem 18 anos e já saiu fora. **Autor:** por que eles foram embora? **Agnaldo:** Por modo, não tem serviço no lugar, no Quinze não tem serviço... **Autor:** E como senhor se sentiu quando viu os seus filhos irem embora do sítio? **Agnaldo:** Pra gente não fica muito bom, mas não pode segura eles também... eles precisam ganhá, daí não tem serviço, eles precisam de compra as coisas e a gente também não pode dar pra eles né.

As políticas públicas existentes que têm eles como objeto não são efetivas. O crédito fundiário, por exemplo, é uma política usada para controle social apenas, além de problemas na própria forma (principalmente o limite de 80 mil reais) a maneira com é implantada e a burocracia imposta trava todos os procedimentos necessários.

O fechamento de escolas no campo é outro problema que coloca os jovens como protagonistas. No Paraná, essa problemática ganha fôlego com a reeleição do governador Beto Richa. No final do ano de 2014, por exemplo, este determina o fechamento de mais escolas do campo em todas as regiões paranaenses. Quando não houve o fechamento de escolas ocorreu o fechamento de turmas.

Os processos expropriatórios que os jovens vêm sofrendo, são uma parte importante para analisar a questão agrária no transcorrer desse século. Castro (2009, p.56) relata que:

Essa tendência migratória dos jovens e as características da transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares às novas gerações são questões recorrentes nas pesquisas sobre os jovens

rurais, que evidenciaram para o campo acadêmico a necessidade de compreender os fatores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural.

Nesse contexto, os jovens não só se tornaram sujeitos de política pública como estão também na luta pela terra por meio da reforma agrária. No Paraná, em 17 de julho de 2014, cerca de 3 mil famílias ocuparam a fazenda Rio das Cobras localizada nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu. Reivindicaram a desapropriação da fazenda de cerca de 35 mil hectares para fins de Reforma Agrária, a qual, vem sendo explorada pela Araupel. Desses três mil acampados a grande maioria é jovem. Aliás, o nome do acampamento “Herdeiros da Terra de 1º de Maio” revela ainda mais os fatos destacados. A FOTO 11, tirada por Joka Madruga e exposta no site do MST também mostra a quantidade de jovens presentes nessa ocupação (MST, 2014).



FOTO 10 - FOTO DO ACAMPAMENTO HERDEIROS DA TERRA DE 1º DE MAIO.
FONTE: JOKA MADRUGA (2014); MST (2014)

A ação desses jovens e do próprio movimento MST revela que se por um lado existe o desejo de migrar para o espaço urbano, por outro, existe a vontade de permanecer perto da sua família e no seu território. Castro (2009, p.57) relata que:

[...] se, de um lado, há pesquisas que identificam o “desinteresse” dos jovens em relação ao campo e sua recusa à profissão de agricultores, por outro lado, muitas pesquisas têm notado que diferentes experiências de exploração do trabalho nas cidades, bem como os processos de *luta pela terra*, têm contribuído para a ressignificação do meio rural por parte dos jovens.

No caso de Pitanga a situação dos jovens é mais complexa. Sem conseguir ter acesso a qualquer política pública de acesso a terra, com poucas possibilidades de se organizarem nos movimentos sociais por vários motivos entre eles a criminalização⁶³ que estes sofreram, só o desejo de permanecer não é suficiente. Por essa razão pensar a questão do jovem na atualidade da questão agrária é extremamente relevante.

Entretanto, além dos camponeses, dos jovens, emergem da atualidade da questão agrária as comunidades tradicionais que têm protagonizado grandes disputas no país inteiro contra: projetos de desenvolvimento que atingem os seus territórios, pela retomada de territórios expropriados pelo capital e por reconhecimento de suas práticas diferenciadas que:

[...] no caso dos movimentos latino-americanos, especialmente os movimentos sociais do mundo rural buscam afirmar suas diferenças por meio do direito ao território. São lutas por direitos territoriais, em que o território funciona como uma espécie de condensador de direitos. (CRUZ, 2013, p.120).

⁶³ Sobre a criminalização dos movimentos sociais vamos debatê-la mais adiante pensado no reatamento desta para a atualidade da questão agrária.

Por essa razão, o território tem ganhado cada vez mais força não só na academia, mas como instrumento de luta dos movimentos e das comunidades tradicionais. Cruz (2013, p.119) explica:

O território ganhou uma dupla centralidade no contexto das lutas dos movimentos sociais na América Latina, uma centralidade analítica e política, ou seja, como “categoria de análise” e como “categoria de práxis”. Na primeira perspectiva, podemos verificar que o conceito de território tem sido amplamente mobilizado em diversos campos disciplinares como uma categoria explicativa essencial para se pensar a realidade dessas lutas sociais. Já como ‘categoria da práxis’, a palavra território tem funcionado como um dispositivo de agenciamento político. Essa categoria é uma espécie de catalisador das energias e das estratégias emancipatórias desses movimentos, ela está presente nas entrevistas, depoimentos e declarações de lideranças dos movimentos camponeses, indígenas, movimentos quilombolas e dos chamados povos ou comunidades tradicionais. Deparamo-nos com o uso constante da noção de território como um marcador discursivo central na retórica desses chamados “novos” movimentos sociais no contexto latino-americano.

A identidade territorial que esses grupos criaram e criam com os seus territórios ganharam importância para reclamar especificamente daquele território que foram expulsos ou que estão lutando para continuar resistindo nele. Porto-Gonçalves (2006) também fala sobre o território e como ele está ligado à dimensão simbólica:

[...] o território não é algo anterior ou exterior à sociedade. Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades.

Essa necessidade de reclamar não só por distribuição, mas por reconhecimento, tem tornado esses os sujeitos mais envolvidos em conflitos considerando a escala nacional, como mostra Cuin e Porto-Gonçalves (2013):

Entre as categorias que sofreram ações violentas, as Populações Tradicionais, desde a segunda metade dos anos 2000, se destacam. Em 2013, do total de vítimas fatais (assassinatos), 61,3% pertencem a

grupos/classes sociais/etnias caracterizados como Populações Tradicionais. Estas correspondem a 58,8% do total das categorias sociais que sofreram ações violentas. Em todas as macrorregiões do país, mais de 50% das categorias sociais envolvidas em conflitos são Populações Tradicionais, exceto na região Sudeste.

A violência foi tão grande contra esses grupos que eles se tornaram a categoria social com maior número de conflitos. Esses ocorrem, principalmente, contra a ação do Estado aliado a grandes grupos econômicos que buscam se apropriar dos seus territórios visando ampliar a acumulação capitalista.

Dessa maneira, o Estado neodesenvolvimentista cria estradas, portos, aeroportos, hidroelétricas promovendo o chamado “desenvolvimento” para o capital. A análise dos dados da CPT por Cuin e Porto-Gonçalves (2012, p. 22-23) revela que:

Em 2013, cerca de 45 conflitos por terra e água foram registrados em áreas diretamente ligadas a obras do PAC, 20 no Nordeste, 14 na Amazônia e 11 na região Centro--Sul. Desses, 19 se deram em obras de complexos industrial-portuários, Suape, em Pernambuco, Porto do Açu e Comperj, no Rio de Janeiro; 18 foram resultados de barragens, com destaque para Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, e represas nos rios Teles Pires e Tapajós.

Podemos visualizar nesse relato que o Estado está presente em grande parte dos conflitos envolvendo as comunidades tradicionais. Os processos expropriatórios que os sujeitos estão sofrendo revelam a face mais contraditória e perversa do desenvolvimento capitalista. Para promover a acumulação incessante, grupos econômicos, principalmente, dos mineradores e do agronegócio, se utilizam dos investimentos e do poder desapropriatório do Estado para expulsar quem for necessário. Dessa forma:

O predomínio do capital promove um modo de existência contraditório. Suas raízes mergulham na expropriação permanente dos recursos sociais de produção. Nem todos os expropriados serão convocados a produzir mais-valor diretamente para o capital. No entanto, para que seja possível a produção de valor, a expropriação necessita ser incessante e ampliada. (FONTES, 2008, p.7)

Compreendemos assim, que para a acumulação de capital o Estado e as empresas capitalistas não medem esforços para expropriar os sujeitos de seus territórios. Sujeitos que dentro da atualidade da questão agrária devem ser pensados de maneira diferenciada de antes, a final, hoje os sujeitos são outros.

Os camponeses expropriados e desterritorializados no caso de Pitanga são neste século XXI proprietários de pequenas parcelas de terras que possuem uma relação diferenciada com a propriedade privada. Essa relação é muito influenciada pelos ataques midiáticos que os movimentos sociais sofrem quando ocorrem ocupações ou mobilizações em favor da Reforma Agrária, podendo trazer resultados negativos sobre o tema. Esse resultado negativo influencia os jovens a não pensarem a reforma agrária como uma estratégia para permanecer no campo.

Esse contexto também é vivido pelos povos tradicionais que buscam reafirmar a suas práticas passando elas de geração a geração que é interrompido quando os filhos migram para a cidade. Mas o principal desafio neste caso são os conflitos gerados por projetos de desenvolvimento e pela apropriação de empresas capitalistas sobre as áreas que compõe o seu território.

Dessa maneira, verificamos que o Estado têm assumido um papel primordial dentro das contradições que criam os processos expropriatórios. Há doze anos quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo federal na figura de Lula, se implantou uma verdadeira arena de disputas e de favores a grandes empresas, entre elas as que são ligadas ao agronegócio, inclusive com muitos recursos financeiros públicos disponibilizados a sua expansão⁶⁴. Assim, vamos pensar no próximo subcapítulo sobre o papel do Estado neodesenvolvimentista na atualidade da questão agrária.

⁶⁴ A Klabin S/A, por exemplo, recebeu cerca de 3, 37 bilhões do BNDES em 2014 para a construção de uma nova fábrica de celulose em Ortigueira-PR. Esta empresa tem causado vários impactos negativos ao ambiente e a populações camponesas de Imbaú-PR. Os camponeses, os movimentos sociais e pesquisadores organizaram um boletim informativo sobre a questão com o título “ Deserto Verde no município de Imbaú-PR”.

5.2 O NEODENSVOLVIMENTISMO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS EXPROPRIAÇÕES/DESTERRITORIALIZAÇÕES NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Diante desses fatos, pensar a figura do Estado e as alianças realizadas nos últimos tempos tornou-se um dos temas centrais da questão agrária na atualidade. Nesse contexto, O MST, vem tecendo críticas à forma de governar do PT, como exemplo, tem-se a entrevista à revista Carta Maior em abril de 2014 de Stédile, a um dos coordenadores nacionais do movimento, o qual demonstra um pouco da conjuntura política do neodesenvolvimentismo:

CM: O mais recente governo do PT foi decepcionante?

Os governos Lula e Dilma não foram governos do PT, nem da classe trabalhadora. Foram governos de composição de classe, que gerou um programa de governo do neodesenvolvimentismo, que se propunha a fazer a economia crescer, distribuir renda e retomar o papel do estado suplantando o mercado (dos tempos do neoliberalismo). Nesse sentido eles cumpriram o programa, e nesse programa todas as classes ganharam um pouco, sendo que, como diz o próprio Lula, os banqueiros foram os que mais ganharam.

Mas esse programa e essa composição de classes, na opinião dos movimentos sociais, bateram no teto. E agora já não conseguem mais resolver os problemas fundamentais do povo que ainda padece com falta de moradia digna, emprego qualificado, acesso à universidade, e transporte público civilizado. *As manifestações do ano passado foram o sinal de que o modelo do neodesenvolvimentismo chegou ao seu limite.* E como disse antes, espero que os setores organizados da classe trabalhadora construam um programa unitário de mudanças, e retomem a iniciativa das mobilizações de massa. (CARTA MAIOR, 2014) (grifo nosso).

Esse fracasso não só do governo neodesenvolvimentista, mas também da aliança com os movimentos sociais coloca em pauta a reorientação e a necessidade da retomada da luta para avançar na conquista de mais direitos.

Segundo Sampaio Jr. (2010, p.32):

O abandono da causa da reforma agrária e das reformas sociais em geral pelo PT não pode ser reduzido a um problema moral. Na realidade, na hora da verdade, quando ficou claro que o Brasil continuaria sob a rígida tutela dos organismos internacionais, que o Governo Lula promoveria uma nova rodada de reformas liberais e que a agenda de reformas seria abandonada, as organizações dos trabalhadores não deflagraram um processo de mobilização social

capaz de reverter a correlação de forças e obrigar o presidente eleito a cumprir seu mandato popular de mudar o Brasil

A demora em perceber que os governos do PT não lograriam êxito em executar uma política ligada à reformas estruturais ocorre também pelas conquistas de algumas políticas públicas que no papel se mostram interessantes, porém, devido às burocracias, os entraves para o acesso acabam tendo um papel importante nas estratégias de controle social.

O PAA e o PNAE, por exemplo, foram conquistas ocorridas pela inserção dos movimentos sociais dentro do governo. Embora tenha ocorrido avanços, não houve uma evolução significativa para que mais camponeses conseguissem acessá-las e ainda apresentaram uma série de limites que mostramos no quarto capítulo.

A diminuição da força para mobilizar os camponeses atingidos pelos processos expropriatórios também contribuiu para que os interesses externos e internos dos grandes grupos políticos ganhassem mais força dentro do governo para promover o “ajuste constrangido” que Delgado (2010) denuncia. Sobre este “ajustamento constrangido”:

[...] se caracteriza basicamente por restrições de ordem externa e interna, expressas por alto endividamento público e dependência externa. Essas restrições são geridas por meio de vários ajustes macroeconômicos, que no essencial não têm sido capazes de equacionar esses endividamentos. Ao contrário, prolongam essa fase de estagnação da economia brasileira por mais de duas décadas.

Em razão do “ajustamento constrangido” o agronegócio ganha cada vez mais poder dentro da política federal. No ano de 2015, por exemplo, o setor ganhou de presente da presidente Dilma a nomeação da Katia Abreu para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a qual chegou dizendo que “não existe latifúndio improdutivo no Brasil” e que a Reforma Agrária deve ser apenas “pontual” como mostra essa entrevista:

Repórter: O país não necessita acelerar a reforma agrária? **Kátia Abreu:** Em massa, não. Ela tem de ser pontual, para os vocacionados.

E se o governo tiver dinheiro não só para dar terra, mas garantir estrutura e a qualidade dos assentamentos. Latifúndio não existe mais. Mais isso não acaba com a reforma. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015)

Essa ação é tida como mais um golpe dado pelo governo sobre os movimentos sociais que lutam justamente contra o que a Katia Abreu representa. Dessa maneira, é necessário pensarmos formas de combater esse tipo de discurso. Sampaio Jr. (2010) fala sobre a necessidade de se repensar a forma como foi direcionada a luta pela terra nos últimos tempos:

No momento em que absoluta subordinação da agricultura à lógica do capital financeiro aumenta assustadoramente a fome por terras e que o ajuste do Brasil à ordem global desencadeia um processo devastador de reversão neocolonial, é urgente a necessidade de uma profunda crítica à teoria e à prática que fundamentaram a luta pela reforma agrária no último período. (SAMPAIO JR. 2010, p.39)

Essa revisão deve passar para além da política para a Reforma Agrária, uma vez que, é cada vez mais necessária a reavaliação de como as políticas públicas direcionadas para os camponeses têm sido executadas. Por esse motivo os sindicatos de trabalhadores rurais precisam mobilizar-se novamente para analisar as suas ações, pois, o que temos observado é que elas têm aumentado as desigualdades no campo em vez de minimizá-las.

Assim, verificamos que as políticas públicas são criadas:

Para reducir los impactos negativos de un agronegocio dominante en el medio rural, las políticas de desarrollo rural dan continuidad a los procesos de modernización para pocos, de mercantilización para todos y de expropiación y expulsión para muchos. En un estado [Paraná] que se sitúa entre los tres primeros productores del país en la mayor parte de los principales productos comercializados (soja, maíz, caña de azúcar, pinos, eucaliptos, porcinos y aves) y que mantiene una presencia importante de agricultores familiares inseridos en las redes del agronegocio, las políticas de desarrollo rural que promueven esta inserción disfrutaron de una dosis extra de legitimidad. (MONTENEGRO, 2014, p.22)

Portanto, descoladas da realidade da agricultura camponesa e da sua sociabilidade percebe-se que as políticas públicas geram processos de

expropriação da renda e da terra, pois, os endividamentos causados pelas próprias normas da política, pela frustração de safras e por eventos climáticos têm expulsado muitos camponeses do campo ou deixando a sua reprodução ainda mais vulnerável.

Para complementar esse pensamento, cabe observar a seguinte citação:

La integración bajo presión de los agricultores familiares a una lógica mercantil exógena es clara y el capital financiero a través de los préstamos de políticas públicas como el PRONAF es un actor fundamental en ese proceso de subyugación, ya que para tener acceso a los fondos exige a los beneficiarios la adopción de una agricultura basada en paquetes tecnológicos convencionales (semillas, plaguicidas, etc.), muchas veces ajenos a las prácticas habituales de este tipo de agricultura, por lo menos de los campesinos más tradicionales que están acostumbrados, por ejemplo, a trabajar con sus propias semillas. (MONTENEGRO, 2014, p.15)

É por meio dessas contradições que se estabelece em Pitanga um ambiente de conflitualidade, onde, o conflito não revelado muitas vezes entre a agricultura camponesa e o agronegócio tem expulsado por meio de formas diferenciadas de expropriação os camponeses do seu território.

No segundo capítulo, discutimos que a construção histórica, geográfica e política do território influenciaram na formação de uma estrutura fundiária concentrada, que conseqüentemente criou uma quantidade grande de minifúndios. Através desses dois fatores, surgiu o problema do acesso a terra.

Primeiramente existe uma concentração de terras que impede o acesso da ampla maioria de trabalhadores sem-terra, camponeses e jovens. Em segundo plano se revela um processo de expropriação geracional, ou seja, os jovens não conseguem construir a sua família na mesma propriedade do pai e se vêem obrigados a migrar.

Nesse sentido, a valorização do preço da terra em função da também valorização do agronegócio, impede que os camponeses consigam adquirir terras com meios próprios. Entretanto, quando buscam ajuda por meio de políticas públicas de crédito, não conseguem nem acessar nem comprar nada com o limite de oitenta mil reais.

Para Almeida, Collado e Hernández (2014), o aumento do poder dos impérios agroalimentares e do preço da terra tem colocado a agricultura camponesa em crise. Sobre a elevação do preço da terra eles explicam:

[...] retira da pequena unidade de produção, a possibilidade de se expandir por meio da aquisição do fator terra para busca de equilíbrio interno, o que resulta, na maioria das vezes, em arrendamento ou, até mesmo, em venda da propriedade para o agronegócio. [...] Portanto, neste jogo de mercado ao sem-terra, é impossível o acesso via compra, e a Reforma Agrária, mais do que nunca, é o caminho. Esta compreensão, ainda que periférica, tem suscitado debates acerca da necessidade de medidas de intervenção pública para regulamentar o uso da terra, por exemplo, o limite de propriedade e de cultivo-bandeiras de lutas históricas no Brasil. (ALMEIDA; COLLADO; HERNÁNDEZ, 2014, p.23).

Percebe-se que o aumento do preço da terra ocorre também pelo fato que Delgado (2010) chama de “frouxidão da política fundiária”. Esta é uma crítica à incapacidade do governo em fiscalizar e regular o mercado de terras no caso do comprimento ou não do princípio da função social da propriedade fundiária.

Dessa forma, as propriedades usadas para especulação imobiliária e financeira continuam sendo valorizadas. Enquanto isso, os camponeses não conseguem ter acesso à terra. A respeito Delgado (2010, p.100) especifica:

Nos termos da Constituição Federal de 1988, o princípio da função social da propriedade é estabelecido como fonte legitimadora do direito de propriedade. Esse conceito é herdado em parte do antigo Estatuto da Terra de 1964, mas também atende às pressões políticas do processo constituinte. Na função social da propriedade fundiária de 1988 entram simultaneamente os critérios “aproveitamento racional e adequado”, “preservação ambiental” e “bem-estar nas relações de trabalho”. Contudo, a lei que regulamenta esse dispositivo constitucional, promulgada em 1993, só recolheu o critério do “aproveitamento racional e adequado”, conferindo-lhes indicadores precisos – “grau de utilização” e “grau de exploração econômica”, deixando de definir os indicadores ambientais e de relações trabalhistas.

A punição do latifúndio improdutivo por meio da desapropriação para fins de reforma agrária deve ir além da desapropriação pelos níveis de produtividade. As outras duas dimensões da função social da terra precisam ser reguladas e cumpridas. Logo, é fundamental acabar com a zona de conforto das grandes

propriedades causadoras de danos ambientais graves, ou com aquelas que têm relações de trabalho extremamente exploradoras, como por exemplo, o trabalho análogo à escravidão.

A promulgação da PEC do Trabalho Escravo no dia 05/06/2014⁶⁵, por exemplo, demorou anos para ser aprovada. Mas mesmo assim, a bancada ruralista conseguiu condicionar a sua aplicação a uma regulamentação do conceito de trabalho escravo que está hoje em vigor, os quais vão se articular para introduzir mudanças para amenizar a fiscalização.

Por esses motivos concordamos com as palavras de Sampaio Jr. (2010, p.40):

A reforma agrária não pode se ater à reivindicação das terras improdutivas sem colocar em questão o caráter socialmente perverso e ambientalmente predatório das terras produtivas. As necessidades históricas impõem uma completa mudança no padrão de desenvolvimento da agricultura que tem na socialização das terras e dos meios de produção o seu ponto nevrálgico. A reforma agrária é parte da luta de todos brasileiros que se batem pela consolidação do Brasil como uma sociedade democrática e soberana.

Portanto, a necessidade de se romper o padrão do poder conservador, capaz de manter relações análogas à escravidão em pleno século XXI é um dos benefícios que uma reforma agrária ampla poderia proporcionar. Pois, aliada com políticas públicas bem direcionadas que sigam a linha do PAA e PNAE é uma possibilidade de uma real transformação social no campo.

O neodesenvolvimentismo tem mostrado as suas contradições ao expropriar as populações camponesas e tradicionais dos seus territórios, com os quais não possui uma relação de exploração predatória que é característica da lógica capitalista. Consequentemente, incentiva o agronegócio a causar

⁶⁵ PEC do trabalho escravo - Altera a redação do art. 243 da Constituição Federal, para determinar que as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. E altera o parágrafo único do mesmo artigo para dispor que todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com a destinação específica, na forma da lei. (SENADO FEDERAL, 2014)

impactos negativos no campo, injetando na conta de grandes empresas volumosos recursos públicos todos os anos para financiar a sua produção.

Enquanto isso, os camponeses que mais precisam de ajuda ficam com as migalhas. Nesse sentido, a volta de uma forte mobilização social é necessária neste momento, onde os direitos sociais conquistados com muita luta e sangue são ameaçados pelo governo que comanda o Estado na atualidade.

Entretanto, com base na realidade encontrada em Pitanga para a luta pela terra retomar a sua importância, é preciso quebrar outro fator que tem ajudado na desmobilização social: a criminalização dos movimentos sociais.

Por esse motivo no próximo subcapítulo tratamos especificamente sobre esse tema.

5.3 A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA E OS DESDOBRAMENTOS PARA A MOBILIZAÇÃO DOS SUJEITOS EXPROPRIADOS

Nos últimos seis anos, têm sido verificado que o número de ocupações de famílias acampadas e de novos assentamentos tem diminuído significativamente. No caso de Pitanga a luta pela terra não se faz presente desde 2002 quando foi criado o assentamento Vale da Serra e Nova Esperança.

No decorrer da pesquisa de campo, informalmente foi perguntado sobre a possibilidade da Reforma Agrária como uma maneira de continuar vivendo no campo. Todos olhavam com um ar de desconfiança sobre a pergunta e geralmente negavam imediatamente a possibilidade, como ficou claro na fala do Sr. José que relatou ser perigoso entrar em movimentos sociais e lutar pela reforma agrária.

Dessa forma, debater nesta parte do trabalho a criminalização e a visão negativa que os camponeses adquiriram sobre essa questão, torna-se fundamental para pensar a atualidade da questão agrária.

Segundo Fernandes (2008, p.35 – 36):

A diminuição das ocupações de terra não era resultado do sucesso da política do mercado de terras. Era um refluxo produzido pela judicialização da luta pela terra e criminalização dos movimentos camponeses. Essa “ajudinha” política por meio de medidas provisórias³⁵ era para “desideologizar” a reforma agrária e pacificar o

campo. Este é outro caráter da conflitualidade: o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao consenso. A mercantilização da reforma agrária estipulava a regra por meio de uma ordem determinada e de um suposto consenso. Os conflitos representavam a oposição a uma política que delimitava os territórios de negociação, subordinando o campesinato à lógica rentista.

Compreende-se assim, que a criminalização dos movimentos sociais partiu de todos os lados, midiáticos, judicial, executivo e legislativo. Pois, o fato da diminuição das ocupações e do número de pessoas envolvidas na luta pela terra, relaciona-se em partes com esse processo.

Assim, a Reforma Agrária que deveria ser uma luta constante de todos os camponeses jovens ou não, acaba sendo manchada pelos constantes ataques que os movimentos sociais vêm sofrendo.

Nesse contexto, a recusa de muitos jovens, em participar de movimentos sociais e ou em lutar pela terra, parte da ideia criada no campo de que estes são violentos, criminosos e que roubam terras daqueles que trabalharam para conquistá-las e mantê-las. Essa ideia é construída, principalmente, pela divulgação dos fatos sobre a reforma agrária de maneira distorcida e com a intencionalidade de denegrir qualquer ação que fere o direito a propriedade privada. Fonseca (2013, p.2) diz que a grande imprensa é:

[...] considerada a instituição que, nas sociedades complexas, é capaz de simultaneamente publicizar, universalizar e sintetizar as linhagens ideológicas. Isso porque a periodicidade diária (que lhe confere mais agilidade do que as revistas semanais), com todo o aparato das manchetes, editoriais, artigos, charges, fotos, reportagens, dentre outros recursos, possibilita aos jornais uma influência sutil, capaz de sedimentar – embora de forma não mecânica – uma dada idéia, opinião ou representação.

Essa construção pelas grandes mídias atinge a imagem dos movimentos, principalmente, o MST. Devido às influências dos setores empresariais ligados com o agronegócio e da própria visão dos meios de comunicação, o camponês que está inserido na luta pela terra é personificado como perigoso, desocupado, desonrado, etc., pois:

[...] a imprensa é uma das instituições mais eficazes na inculcação de ideias no que tange a grupos estrategicamente reprodutores de opinião – constituídos pelos estratos médios e superiores da hierarquia social brasileira caracterizando-se (seus órgãos) como fundamentais aparelhos privados de hegemonia – isto é, entidades voltadas à propagação de idéias com vistas à obtenção da hegemonia.

Mesmo com a diminuição das ocupações, a grande mídia não perde a oportunidade de colocar sobre a imagem do MST a ideia de perigo, de tensão e de medo. O jornal Gazeta do Povo, por exemplo, coloca como título da reportagem sobre a ocupação da área grilada da empresa Araupel S. A. o seguinte título “Nova invasão do MST na Araupel leva tensão ao campo” (GAZETA DO POVO, 2014), descrevendo no início da reportagem:

A ocupação promovida pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na madrugada desta quinta-feira (17) nas terras da empresa Araupel, entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, na região Centro-Sul do Paraná, deixou o clima tenso no campo. (GAZETA DO POVO, 2014)

Percebe-se que além de colocar falas dos sujeitos envolvidos na questão, buscou em boa parte desta reportagem denegrir a ocupação colocando depoimentos de representantes da empresa, os quais dizem que as terras são legais e criticam o senador Roberto Requião que manifestou a sua opinião favorável a ação do MST.

Outra estratégia usada pela imprensa é mostrar o quanto a sociedade pode “perder” com o avanço da reforma agrária. Para representar essa ideia, usamos novamente a ocupação Herdeiros da Terra de 1º de Maio, na área contestada da Araupel. A empresa espalhou o boato a fim de ganhar o apoio da opinião pública de que caso a área seja desapropriada mais de mil empregos ficariam em risco. Um jornal mais regional CGN (Central Gazeta de Notícias) fez uma reportagem falando sobre esse fato com o título: “Invasão na Araupel coloca mais de mil empregos em jogo”. Com depoimentos negativos sobre a ocupação eles postaram:

No dia 30 de maio, cerca de 5 mil pessoas foram às ruas de Quedas do Iguaçu para protestar contra a ameaça de invasão. Funcionários e diretores da empresa também participaram da manifestação que aconteceu em uma praça pública da cidade. Os moradores temem que a invasão force o fechamento da empresa e conseqüentemente enfraqueça o comércio local. A própria empresa já havia se manifestado sobre os riscos de suas operações na cidade caso ocorresse uma nova ocupação. (CGN, 2014).

Para ajudar ainda mais na criminalização, o poder executivo e legislativo também lançaram suas ações. A primeira delas foi a criação da Medida Provisória 2109-52 de 26 de abril de 2001, a qual criminaliza as pessoas que participam de ocupações, Fernandes (2008, p.49) relata que:

Em 2000, o número de ocupações começou a diminuir e em maio de 2001, o governo do presidente FHC publicou uma medida provisória de criminalização das ocupações. A Medida Provisória 2109-52, de 24 de maio de 2001, criminaliza as pessoas que ocupam terra e privilegia os latifundiários com a condição da não desapropriação por dois anos, no caso de uma ocupação e por quatro anos, quando houver reincidência. [...] Enquanto o governo Collor colocou a Polícia Federal para reprimir os sem-terra, o governo FHC utilizou-se do Poder Judiciário. As ocupações de terra eram acompanhadas com rigor pelo governo e as liminares de reintegração de posse e despejo das famílias ocupantes eram expedidas em menos de vinte e quatro horas, que resultava na maior parte das vezes na prisão das lideranças. A esse processo político denominamos de judicialização da luta pela reforma agrária. Ocorreram casos em que os juízes mandavam prender lideranças como prevenção as ocupações.

O segundo passo para alimentar a mídia criando publicidade negativa sobre os sem-terra, foi a CPI da Terra criada em setembro de 2003 com término das suas atividades em 2005. Esta demonstrou o desejo da bancada ruralista em frear a reforma agrária. Sauer, Souza e Tubino (2006, p.41) relatam os desdobramentos da CPI:

Criada em setembro de 2003, a chamada CPMI da Terra concluiu suas atividades em novembro de 2005, rejeitando o parecer do relator oficial da Comissão, Deputado João Alfredo (PSOL/CE), e aprovando um voto em separado apresentado pelo Deputado ruralista Abelardo Lupion (PFL/PR), que dificulta o avanço das políticas de reforma

agrária e criminaliza a luta pela terra, materializada na atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O voto em separado é tão reacionário que chega a recomendar a aprovação de dois projetos de lei que tipificam as condutas de quem ocupa terras como crime hediondo e ato terrorista. [...] O relatório aprovado representa mais um capítulo do processo de criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra.

Todos esses instrumentos usados na criminalização dos movimentos sociais têm dificultado que os camponeses expropriados e sem-terra vejam os movimentos sociais como alternativa de conquistar o direito de se reproduzirem no campo. Como a reforma agrária nesse país só avançou, o pouco que avançou com a pressão que o MST, MAB e CPT, entre outros exerceram sobre o governo, ela não tem sido cogitada pelos sujeitos que participaram da pesquisa.

A saída encontrada pelos desterritorializados é vender a sua força de trabalho nas cidades. São Paulo-SP, Curitiba-PR e Joinville-SC têm sido os destinos mais procurados. Isso levanta outra questão: o contínuo processo de inchaço das áreas urbanas das grandes cidades. Por meio das redes sociais da migração criadas, estas cidades sempre serão os lugares preferidos pelos futuros migrantes, ou seja, a perspectiva de aumento de população é ainda maior.

Segundo Oliveira (2001, p.187 – 188):

A lógica contraditória é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um campinho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra.

A migração das pessoas desterritorializadas do campo para a cidade levanta novamente a questão da união entre a questão agrária e a questão urbana. Enquanto a primeira não for colocada novamente como estratégica para diminuir as desigualdades existentes, a segunda não será resolvida.

Sampaio Jr (2012, p.17) complementa a respeito, explicando que:

A metástase das contradições geradas pelo acirramento das contradições no campo gerou uma complexa questão urbana, cujo ponto nevrálgico consiste em última instância no bloqueio sistemático do acesso do homem pobre ao solo urbano. A solução da questão agrária como base do processo de integração nacional passou a confundir-se, desse modo, com mudanças de grande alcance nas estruturas econômicas, sociais e políticas das cidades. Reforma agrária e reforma urbana tornaram-se duas faces de um mesmo processo de transformação social que envolve todas as dimensões da sociedade – a revolução brasileira.

Por esse motivo é que defendemos sim a necessidade da uma reforma agrária ampla, atualizada e responsável. Ampla no sentido de encontrar maneiras de incluir mais pessoas na luta e na conquista da terra, principalmente, camponeses que vivem em minifúndios que não têm a mínima condição de garantir a reprodução das novas gerações, como no caso de Pitanga, que possuem 29% das propriedades com menos de 5 hectares.

Também é preciso incluir com mais ênfase a questão da juventude na possibilidade da Reforma Agrária, pois, com os dados apresentados sobre valorização da terra, torna-se impossível a compra de terra com recursos próprios, conseqüentemente as políticas de crédito fundiário são ineficazes.

Uma Reforma Agrária atualizada deveria ser aquela que pensa as contradições que o capital impõe sobre os diferentes territórios e a sociabilidade dos sujeitos que seriam beneficiários da reterritorialização proporcionada por esse processo. Logo, é preciso pensar as políticas estruturantes de crédito, de assistência técnica, de infraestrutura, de educação do campo e de valorização dos saberes tradicionais para que levem como principal matriz a diversidade da agricultura camponesa.

Uma Reforma Agrária responsável deveria ser aquela em que o Estado não apenas distribui a terra e abandona os assentamentos. Muitos camponeses são expropriados dos assentamentos, por não conseguirem acessar as políticas que deveriam estruturar a sua reprodução social e produtiva. Além do mais, uma Reforma Agrária ampla, atualizada e responsável traria benefícios para a sociedade em geral, por esse motivo concordamos com Almeida, Collado e Hernández (2014, p.31) que afirmam:

A possível aliança cidade-campo expressa na aproximação da luta pela permanência e recriação dos camponeses, (...) anuncia um novo paradigma centrado na compreensão de que um mundo com camponeses é melhor que um mundo sem eles, pois o modo de vida camponês contém as condições de produzir a soberania alimentar que necessitamos, uma vez que salvaguardar a biodiversidade tem sido o seu recurso de sobrevivência secular [...] trata-se de pensar numa aliança cidade campo de sujeitos, com direito a cultivar diferenças na construção de uma hegemonia política de soberania alimentar. Isto significa dizer que num cenário de centralização exacerbada da riqueza, crise agroambiental e terceirização dos mercados, a alternativa que se desenha está voltada à defesa da terra como bem comum e dos sujeitos que promovem seu uso para a vida, e este uso atende pelo nome de agroecologia.

Práticas inovadoras como agroecologia devem ser buscadas como uma estratégia de apoderar os camponeses, diminuindo a sua sujeição aos ditames do modelo do agronegócio que é tão incentivado nos dias atuais. Além desse fato, esse sistema traz benefícios para a saúde, para alimentação e para conservação da natureza, assim o:

[...] debate campo-cidade necessita ser considerado como parte intrínseca da discussão da transição agroecológica no sentido da construção de uma aliança entre os que produzem comida e aqueles que consomem via potencialização dos canais curtos de comercialização que podem devolver autonomia aos camponeses ao mesmo tempo em que criam práticas de desobediência aos impérios agroalimentares que controlam a garganta da circulação. Esta relação social direta entre quem produz e quem consome contém o germe da insurgência contra o capital porque o capitalismo não é uma estrutura pura e simples, ele é uma relação social que se alimenta cotidianamente, enfrentá-lo é também desobedecer suas regras de acumulação. (ALMEIDA, 2014, p.6)

Dessa forma, os movimentos sociais se articulariam em torno de uma Reforma Agrária Popular, que segundo o MST:

[...] consiste na distribuição massiva de terras a camponeses, no contexto de processos de mudanças de poder nos quais se constituiu uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista, e os camponeses. Desses processos resultaram leis de Reforma Agrária progressistas, populares, aplicadas combinando-se a ação do Estado com a colaboração dos movimentos camponeses. (MST, 2015).

Observa-se novamente, a promessa da intensificação da luta pela terra estampada na capa do Jornal dos Trabalhadores Sem-Terra (2014) com a frase: “2015 será o ano de retomar grandes mobilizações pela Reforma Agrária”, prometendo assim, recolocar a Reforma Agrária na agenda política do Estado, revelando ainda que a questão agrária não foi resolvida.

Caminhando no sentido da conclusão deste capítulo, compreendemos desde o início que existe um movimento midiático, intelectual, governamental e empresarial no sentido de deslegitimar todo e qualquer debate sobre a questão agrária. Deslocam as discussões para a questão do desenvolvimento rural e a necessidade de integrar cada vez mais os camponeses às cadeias produtoras do setor chamado de agronegócio.

Nesse contexto percebemos que os principais eixos que contextualizam a questão agrária continuam exercendo o seu papel expropriatório em defesa do contínuo processo de acumulação por despossessão.

Nesse sentido, a elevação absurda do preço da terra, as dificuldades de se manter a sucessão familiar, as políticas de acesso à terra ineficazes e o contínuo incentivo à modernização agrícola por meio de uma política de crédito mal direcionada, entre outras questões, dão a tônica das contradições que configuram a questão agrária em Pitanga.

Os sujeitos que fazem parte dos processos expropriatórios também se mostraram importantes para pensar esse novo contexto. Os camponeses, os jovens, as mulheres e as comunidades tradicionais fazem parte da luta pela terra nos dias atuais. Dessa forma, debater a maneira que a academia, os movimentos e o Estado estão vendo estes sujeitos nos permite ver as razões para que exista um abandono por parte dos governos e das entidades ligadas ao capital agrário das questões que envolvem a questão agrária.

Para a maioria: os camponeses estão fadados a desaparecer, os jovens se tornam um custo muito elevado para se investir e as comunidades tradicionais são taxadas como improdutivas e por esse motivo, um mal para a totalidade da sociedade.

Por essa razão a forma de criminalizar e diminuir a importância dos movimentos sociais, faz parte das estratégias usadas pelos setores ligados ao agronegócio, para deslegitimar qualquer intenção de se fazer andar neste século XXI a Reforma Agrária.

A Reforma Agrária hoje é uma maneira não só de distribuir riquezas, mas também de mudar as relações de poder que continuam sendo paternalistas, principalmente em territórios conservadores de poder como é o caso da região, na qual, Pitanga está inserida.

Dessa maneira, a grande conclusão é de que se necessita cada vez mais de uma Reforma Agrária para garantir a reprodução dos jovens no campo, como também aumentar o número de camponeses, pois como diz Ploeg (2009) um mundo com camponeses é muito melhor do que sem eles. Assim, se nada for feito, com certeza teremos grandes crises alimentares nas próximas gerações junto com problemas ainda maiores nos espaços urbanos do país.

Neste contexto, compreendemos que a questão agrária no mundo contemporâneo tornou-se mais complexa. Entender os vários meandros que levam a problemática social no campo, os quais caracterizam todas as discussões em torno desse conceito, é imprescindível, porém está longe de ser ultrapassada.

Destaca-se que os camponeses que vivem em pequenas áreas são os sujeitos que sofrem as consequências das desigualdades impostas pelo contexto agrário ligado ao modelo do agronegócio. Pois, advém das pequenas áreas, grande parte dos jovens que sem trabalho, sem-terra e sem possibilidade de gerar renda na mesma propriedade dos pais. Assim veem como a única saída migrar para as cidades, principalmente as mais dinâmicas economicamente. No caso de Pitanga os jovens migram para Joinville-SC, Curitiba-PR e São Paulo-SP.

Ou seja, a questão agrária hoje, como bem afirmou Sampaio Jr. (2010) tem fortes relações com a área urbana. E não é só pelo inchaço populacional que a desterritorialização no campo ajuda a provocar, mas também pelo constante aumento da demanda de alimentos nas cidades. A lógica desse fato

é simples, se temos menos jovens camponeses vivendo no campo, logo, no futuro teremos ainda menos camponeses produzindo alimentos que compõe a sexta básica brasileira.

O processo contínuo de expropriação/desterritorialização camponesa e conflitualidade que envolve o Estado, como também todos os setores ligados ao agronegócio, ao nosso ver pode favorecer na identificação da questão agrária, pois todas as formas que encontramos de expropriação que envolvem a educação do campo, a assistência técnica, o acesso à terra, a modernização produtiva da agricultura e a formulação e execução de políticas públicas, envolvem todos esses agentes citados.

De maneira a finalizar, reafirmamos a necessidade de se voltar a analisar e verificar a questão agrária neste século XXI. Pois, tem revelado um cenário excludente de desigualdades sociais, onde que grande parte dos camponeses e as comunidades tradicionais continuam vivendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Esta pesquisa teve como objetivo analisar e verificar as múltiplas formas de expropriação e desterritorialização camponesa em Pitanga-PR. Esse objetivo nos possibilitou contextualizar os resultados obtidos nas discussões sobre a atualidade da questão agrária. A motivação em descobrir as razões da população rural diminuir a cada contagem censitária, junto com o conhecimento pessoal de camponeses que se obrigaram a migrar para a cidade em função da falta de oportunidades de gerar renda e sobreviver com sua autonomia financeira, nos fez verificar como as desigualdades sociais se perpetuam e se reinventam no campo, expropriando e desterritorializando.

Trabalhar com as questões como expropriação, território e desterritorialização foram fundamentais nas análises sobre a construção de um determinado território, bem como os mecanismos que o capital e o Estado se utilizam direta e indiretamente para expropriar a terra, a renda e o trabalho camponês, gerando processos de desterritorialização.

A expropriação como um conceito operacional nos auxiliou na descoberta das razões pelas quais os sujeitos não conseguiriam mais se reproduzir nos seus territórios enquanto camponeses. Como um dos mecanismos usados para gerar acumulação de capital, a expropriação se mostra incessante e enraizada na lógica do sistema capitalista. Harvey (2011 e 2013) e Fontes (2010) têm contribuído nesse sentido, apesar de cada um desenvolver uma forma de pensar as expropriações. Fontes (2010) defende que os conceitos de acumulação primitiva e expropriação seriam suficientes para explicar o contínuo processo de transformação de sujeitos autônomos em trabalhadores assalariados a disposição do capital. Já Harvey (2011 e 2013) introduz conceitos novos para analisar esse contexto, principalmente, com a acumulação por despossessão ou espoliação. Estes, segundo o autor, seriam para mostrar que na atualidade o capital ainda se utiliza dos mesmos instrumentos usados na chamada

acumulação primitiva⁶⁶ formulada por Marx (1996) mas, que também gera novos processos. O mesmo relata ainda que a mudança seria uma forma de facilitar o entendimento de pessoas que não tem acesso às discussões formuladas dentro do marxismo.

De uma forma ou de outra, as expropriações se mostraram em nossa pesquisa uma maneira eficaz de investigação das desigualdades sociais e como a lógica capitalista continua desterritorializando milhares de sujeitos do campo no caso de Pitanga.

As formas verificadas se mostraram múltiplas e conectadas em um contexto social e territorial. Algumas de maneira mais clara, outras são mais difíceis de serem percebidas sem uma análise. Para relembrar as principais formas de expropriação/desterritorialização encontradas, enumeramos elas em sete pontos principais que são:

1. A negação histórica do acesso à terra, principalmente, por meio da Lei de Terras de 1850, que trouxe como maior resultado negativo a fixação de preço e a proibição das posses. Este fato, além de criar muitos conflitos limitou o acesso à terra ao longo do tempo e está na origem do número elevado de pequenas propriedades camponesas com menos de 20 hectares em Pitanga (64% de todas as propriedades existentes que ocupam menos de 11% da área agricultável, enquanto apenas 8 propriedades ocupam 13%). Este fato expulsa os jovens que não conseguem se reproduzir na mesma área dos pais.
2. A não realização da Reforma Agrária de uma forma ampla também foi uma das formas encontradas de expropriar os camponeses do campo, pois o acesso democrático a terra poderia suprimir grande parte das desigualdades sociais encontradas nos espaços rurais e urbanos.
3. As políticas públicas também se mostraram como uma forma de expropriar camponeses. O acesso à terra representado pelo PNCF é incapaz de garantir a reprodução camponesa em função da sua não efetividade. O PRONAF, outra política analisada foi considerada muito

⁶⁶ “A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.”(MARX, 1996, p.340)

distante do discurso pregado de fortalecer os camponeses, o que se verificou foi a uma constante subordinação ao capital, vulnerabilização financeira e social e processos de expropriação gerados diretamente por ela em razão dos endividamentos. O PAA e PNAE, **políticas públicas diferenciadas** que poderiam ajudar na resistência de muitos dos sujeitos desterritorializados se mostraram limitadas quanto ao acesso, pois no ano 2012 apenas 6% das propriedades camponesas de Pitanga eram atendidas (ano em que houve o maior número de acesso); os atrasos e as dificuldades na logística de entrega dos alimentos também se mostraram um entrave para que esta garanta a resistência de mais camponeses no campo, além das tentativas de criminalização das mesmas.

4. A modernização expropriadora/desterritorializadora continua extinguindo postos de trabalho no meio rural. Agora chega também às propriedades camponesas responsáveis por grande parte do emprego no campo, principalmente pela inclusão destas no modelo do agronegócio que além do trabalho, expropria a renda camponesa, pois os camponeses vêm cada vez mais aumentar os gastos e diminuir o valor pago pela sua produção.
5. A desvalorização dos saberes tradicionais camponeses e da sua sociabilidade também se mostra como um processo de expropriação/desterritorialização. Estes sujeitos são constantemente incentivados a se inserirem em práticas ditas mais “modernas” visando aumentar a sua renda. Mas na verdade só diminui ainda mais a sua autonomia, os deixando subordinados ao capital e com a sua sociabilidade ainda mais vulnerável.
6. A precarização e o fechamento de escolas no campo também se mostram como um fator de expropriação/desterritorialização. A dificuldade em se chegar nas poucas escolas ainda existentes, principalmente, em dias chuvosos incentiva os jovens e suas famílias camponesas a migrarem para as cidades em busca de um ensino de melhor qualidade e acessibilidade.
7. A falta de assistência técnica foi apontada por muitos sujeitos entrevistados como um dos grandes problemas enfrentados no campo.

As que existem são insuficientes quando mais autônomas ao mercado (assistência oferecida por órgãos públicos) e extremamente mercadológicas quando não, sendo chamadas até de “venda técnica”.

Todos esses fatores têm gerado processos de desterritorialização. Este conceito tão discutido nos dias atuais deve ser usado como relata Haesbaert (2006) para análise de situação de desigualdade sociais que provocam a vulnerabilização dos sujeitos que fazem parte desse espaço provocando a sua desterritorialização que automaticamente imprime a reterritorialização destes em outros contextos sociais. A:

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador, é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 67).

O contexto no qual os sujeitos são expulsos dos seus territórios e as formas que esse processo acontece foi o que norteou o nosso entendimento sobre esse conceito. Como verificamos a desterritorialização sempre implica em um novo processo de reterritorialização. Nos casos dos sujeitos estudados nesta pesquisa a reterritorialização tem ocorrido no próprio espaço urbano de Pitanga e em outras cidades maiores e mais dinâmicas economicamente falando, as quais são: Joinville-SC, Curitiba-PR e São Paulo-SP. Saquet (2007, p.15) diz que:

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as reterritorialidades. Estes processos (des-re-territorialização) são concomitantes, nos quais, a natureza exterior ao homem é um dos componentes importantes.

Os conceitos de desterritorialização e expropriação são portanto, uma importante ferramenta teórica e metodológica para entender o contexto de vários processos que caracterizam a questão agrária no século XXI. Pensar os rebatimentos desses processos nos faz ter a plena certeza da necessidade de recriar e recolocar a Reforma Agrária na pauta política do Brasil. Pois precisamos de maneira urgente de mais camponeses e menos agronegócio, de mais alimentos saudáveis e menos alimentos contaminados, de mais relações culturais arraigadas e menos relações mercadológicas, de mais respeito a natureza e de menos danos socioambientais. Utilizando as palavras de Ploeg (2009) novamente gostaríamos de encerrar essa pesquisa reafirmando que um mundo com mais camponeses é muito melhor.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** – 3. Ed. – São Paulo: Edusp, p. 296, 2007.

ALENTEJANO, Paulo, **Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da Geografia.** Terra Livre São Paulo Ano 27, Vol. 1, n.36 p.1- 291, 2011

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Questão agrária, internacionalização e crise agroambiental. Campo-território,** ed. especial do XXI ENGA-2012, p. 1-27, 2014.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; COLLADO, Ángel Calle; HERNÁNDEZ David Gallar; **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 17, nº. 24 , pp. 09-35. 2014

ALVES, Giovanni, **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições.** – Londrina: Editora Praxis, G. A. P. Alves, 2001.

ALVES, José e THOMAZ, Antonio, **Novo desenvolvimentismo e degradação do trabalho na UHE de Jirau (RO).** In: ANAIS XIV Jornada do Trabalho, Ourinhos, São Paulo, 2013.

ANTUNES Ricardo, ALVES Giovanni, **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital,** Revista *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, R. L.C. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho – 2. ed. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BAREIRO, Edson **Escolas rurais no Paraná – evolução e situação atual, algumas reflexões.** In: Anais do I Encontro Estadual de Geografia e Ensino E XX Semana de Geografia, Maringa, PR, p.0221 – 0236, 2011.

BETTENCOURT, Gilson Alceu; PERACI, Adoniram Sanches. A Agricultura Familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. In: SILVA, José Graziano da, DEL GROSSI, Mauro Eduardo, Fome Zero: A experiência brasileira; - Brasília: MDA, 2010.

BRANDÃO, Carlos Antonio, Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global, Campinas, SP: Editora da Unicamp, p.237, 2007.

BRASIL, Lei Nº 6.969 de Dezembro de 1981.

BRASIL, **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.**

BRUNO, Regina, **Movimento Sou Agro: marketing, *habitus* e estratégias de poder do agronegócio**, In: Anais do 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Águas de Lindóia – SP, 2012, p.1-28.

CANO, Wilson. **Prefácio**, in: BRANDÃO, Carlos Antonio, Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p.237.

CARTA MAIOR, **Stedile: "o neodesenvolvimentismo chegou ao seu limite"**. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Stedile-o-neodesenvolvimentismo-chegou-ao-seu-limite-/4/30740>. Acesso em: 24/09/2014.

CARVALHO, Horácio Martins de, **O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial** Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8243.html>, acessado em: 10/04/2014.

CARVALHO, Horacio Martins, O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social, Curitiba, Paraná, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de *et al.* **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X ; Seropédica, Rj, EDUAR, 2009, pp.223.

CAZELLA Ademir Antonio; MATTEI Lauro, SCHNEIDER Sergio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de**

Fortalecimento da Agricultura Familiar Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>. Acesso em: 22/01/2015.

CLEVE, J. J. C. **Memórias de Pitanga**. Curitiba: Artes e Textos, 2010.

CNG, Invasão na Araupel coloca mais de mil empregos em jogo. Disponível em: <http://cgn.uol.com.br/noticia/98475/invasao-na-araupel-coloca-mais-de-mil-empregos-em-jogo>. Acesso em: 28/01/2015.

COMITÊ GESTOR DO PAC, **Oitavo Balanço**, 2013, Brasília, Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/ffaff442f57973143fbd0a6c39b8ae69.pdf>, Acessado em: 22/11/2013.

CRESTANI, Leandro de Araújo, **Histórias quase invisíveis: posse, titulação e conflitos agrários no velho oeste paranaense (1930/1960)**, Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/11.pdf>, Acessado em: 27/08/2014.

CRUZ, Valter do Carmo. **Das lutas por redistribuição de terras às lutas pelo reconhecimento de territórios**. Uma nova gramática das lutas sociais? En: ACSELRAD, Henri (org.). Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: IPPR/UFRJ, 2013, p. 119-176.

CUNHA, José Marcos Pinto da, DUARTE Fábica A. Silveira. **Migração, redes sociais, políticas públicas e a ocupação dos espaços metropolitanos periféricos: o caso de Paulínia-SP**, Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_18_pgs_515_537.pdf, acessado em: 20/08/2014.

DELGADO, Guilherme Costa, **A questão agrária e o agronegócio no Brasil**, In: Carter, Miguel, **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. – São Paulo: Editora UNESP, 2010. 564p.

DELGADO, Nelson Giordano. **Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural**. Revista Novos Cadernos NAEA, Vol. 15, Nº1, 2012.

DRUCK, Graças. **Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: Cooptação e Resistência**. In: OSAL, Observatório Social da América Latina, ano VI, nº19. CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2006, p.239 – 240.
EMBRAPA, **Embrapa feijão e arroz**, Disponível em: <https://www.embrapa.br/arroz-e-feijao>, acessado em: 20/07/2014.

ERTHAL, Rui, **Colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade**, SANTOS, In: Milton e BECKER, Bertha k. (org) território, territórios - ensaios sobre o ordenamento territorial – 3. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina.

EURICH, Grazieli, **O índio no banco dos réus: historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na Vila Pitanga (1923)**, Maringá-PR pp.112.– Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, 2012.

FABRINI, João Edmilson **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/pr enquanto território de resistência camponesa**, Presidente Prudente -SP 284p. Tese (doutorado em geografia) Universidade Estadual Paulista , Faculdade de Ciências e Tecnologia Campus de Presidente Prudente, 2002.

FAJARDO, Sergio **Cooperativas Agropecuárias no Complexo Agroindustrial**, Jundiá: Paco Editora, 2012.

FAJARDO, Sergio, **Territorialidade corporativas no rural paranaense**. Ed. Unicentro, Guarapuava, pp.414, 2008

FAVARO, Jorge Luiz, **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania** Paraná Centro– Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. pp.380

FÁVARO, Jorge Luiz, GRANDO, Vilmar N. **Entraves dos agricultores familiares para o acesso ao crédito agrícola – PRONAF: estudo de caso na comunidade de Barra Bonita, no município de Pitanga-PR**. In: CAMARGO, Gisele, CAMARGO, Maurício, FAVÁRO, Jorge Luiz. Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar – Guarapuava, Ed. UNICENTRO, 2004, pp.390.

FERNANDES, Bernardo Mançano, **Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2008, acessado em: 15/08/2015. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico / Presidente Prudente: [s.n], v.1-2: il Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013, pp.329.**

FOLHA DE SÃO PAULO, **Não existe mais latifúndio no Brasil, diz nova ministra da Agricultura.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570557-nao-existe-mais-latifundio-no-brasil-diz-nova-ministra-da-agricultura.shtml>. Acesso em: 25/01/2015.

FONSECA, Francisco. **Grande imprensa, ultraliberalismo e criminalização dos movimentos sociais: dimensões globais e locais.** Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/franciscofonseca.pdf>. Acesso em: 20/12/14.

FONTES, Virgínia, Marx, **Expropriações e capital monetário – notas para o estudo do imperialismo tardio.** Rev. Crítica Marxista, Nº 26, 2008, p.28.

FONTES, Virgínia, **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** - 2. ed., Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FUJII, Nelson Yassuo. **Crédito PRONAF e Sustentabilidade em Pitanga – Paraná.** Especialização em administração, Porto Alegre: Escola de Administração, UFRGS, 2009.

GAZETA DO POVO, **Exploração de novos campos de gás natural no Paraná deve ficar para 2015.** Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/exploracao-de-novos-campos-de-gas-natural-no-parana-deve-ficar-para-2015-1xy7o1zt6sq2yqpoggh3iaqmm>. Acesso em: 17/12/15.

GAZETA DO POVO, **Nova invasão do MST na Araupel leva tensão ao campo,** Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/nova-invasao-do-mst-na-araupel-leva-tensao-ao-campo-eazt29kpwxyxckk0x9f5um1ji>. Acesso em: 28/01/15.

GERMANI, G. I. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro,** Rev. GeoTextos, Salvador - BA, vol. 2, n. 2, 2006, p. 115-147.

GOMES, M. de F. V. B. **Trajatória Sócio Ambiental de Guarapuava: Leituras de Paisagem.** Presidente Prudente, 352p. Teses (Doutorado em Geografia). Universidade Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, 2009.

GONÇALVES, Reinaldo, **Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado**. Rev Serviço Soc. Soc. São Paulo, n. 112, p. 637-671, 2012.

GRISA, Catia et al., **Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Revista CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 540-573, 2014.

GUDYNAS, E. **Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa**. In: LANG, Miriam y MOKRANI, Dunia, Más allá del desarrollo, Ediciones AbyaYala, Quito – Ecuador, 2011. p.21 a 82.

HAESBAERT, Rogério, **Concepções de território para entender a desterritorialização** In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha k. (org) território, territórios - ensaios sobre o ordenamento territorial – 3. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

HAESBAERT, Rogério, **Migração e desterritorialização**, In: PÓVOA NETO, Helion e FERREIRA, Ademir Pacelli, Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE Glauco, **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**, Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/74/72>. Acesso em: 10/01/2015.

HARVEY, D. **Para entender O capital**; tradução: de Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HERNÁNDEZ, JULIO CÉSAR VELÁSQUEZ, BERNARDINO MATA GARCÍA, **Desarrollo endógeno campesino: Análisis, crítica e perspectiva**, Universidad Autónoma Chapingo, Chapingo, México, 2008.

INSTITUTO CIDADANIA, **Projeto Fome Zero: Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. In: SILVA, José Graziano da, DEL GROSSI, Mauro Eduardo, Fome Zero: A experiência brasileira; - Brasília: MDA, 2010.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro**. Curitiba: IPARDES, 2007.

IURKIV, J. E. **A Revolta do Tigre (1955) Posseiros, proprietários e Grileiros: uma luta de representação**. 120 p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1999.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, “**2015 será o ano de retomar grandes mobilizações pela Reforma Agrária**”. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Ano XXXIII, Nº326, 2014.

JORNAL PARANÁ CENTRO, **Prazo para renegociação de dívidas do Pronaf**, 2009. Disponível em: <http://www.paranacentro.com.br/noticia.php?idInsercao=668>. Acesso em: 04/01/2015.

KOZELINSKI, Benigno. **Inadimplência de financiamentos da agricultura familiar no PRONAF C: um estudo no município de Marmeleiro**, Paraná. Especialização Gestão de Negócios Financeiros, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, pp.45.

KRÜGER, N. **Guarapuava Fases Históricas Ciclos Econômicos: Das Missões Jesuíticas do século XVI a Modernidade do Século XXI**. Guarapuava: Edição do autor, 2010.

KULLER, Antonio Michel; SOUZA Roberto Martins de; VANDRESEN José Carlos. **Mapeamento situacional dos faxinais no Paraná**. In: ALMEID, A Alfredo Wagner Berno de; SOUZA Roberto Martins. de **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.

LAMOSO, Lisandra Pereira, “**Neodesenvolvimentismo**” brasileiro: **implicações para a integração regional no âmbito do Mercosul**, Rev. Soc. & Nat., Uberlândia, ano 24 n. 3, 391-404, set/dez. 2012.

LEINIG, Ricardo Campos, **Nem brabo nem manso: homens, animais e plantas no assentamento Vale da Serra; Pitanga – PR** – Dissertação (mestrado em antropologia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, 2012, pp.100.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho CASALINHO, Helvio Debli, **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária** Presidente Prudente, Revista NERA Ano 13, nº. 17, 2010 pp. 65-80.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho, CASALINHO, Helvio Debli **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária**, Revista NERA Presidente Prudente, Ano 13, nº. 17, 2010 pp. 65-80.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O novo significado da questão agrária**. In: V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária - SINGA, 2011, Anales...Belén : Açaí, 2011.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MENIM, Emanuel, **Faxinalenses: identidade étnica e política e a luta pelo reconhecimento social**, 166 f. Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2014.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorialrural** – Presidente Prudente. 438f. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, SP, 2006.

MONTENEGRO, Jorge Ramon Gómez, **Una reconversión silenciosa de la producción y comercialización campesina en el Estado del Paraná (Brasil): lectura multiescalar de las políticas públicas Implementadas** In: Anais do IX CONGRESO ALASRU, Cidade do México, 2014.

MORAES, REGINALDO Carmello de, **Globalização e Radicalismo Agrário: Globalização e Políticas Públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MOREIRA, Ruy, **Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho**, In: Programa Integrar – CNM/CUT – Caderno do aluno - Trabalho e tecnologia, 1998.p. 116 -130.

MOREIRA, Ruy, **Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho**, Ciência Geográfica, Bauru –VI – Vol.11 – (16): Maio/agosto, 2000.

MOREIRA, Ruy, **Trabalho e movimentos sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória?** Pegada, vol. 4, n.1, junho 2003, pp. 41-63.

MORO, Dalton Aureo, **A modernização da agricultura paranaense**, In: VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra, Geografia social e agricultura, Maringá, PR, Programa de Pós Graduação em Geografia-UEM, 2000.

NASCIMENTO, Alan Faber do. **A crise de acumulação do capital e a busca por sobrelucros na natureza: a expropriação da vida pelas grandes frações do capital industrial, imobiliário e financeiro**. Revista Pegada –vol. 13 n.1, p. 149 – 169, 2012.

NAVARRO, Zander. **“Tempo da reforma agrária acabou”** Entrevista com Zander Navarro. Folha de São Paulo, Acesso em: 15/12/15. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2202200708.htm>.

NUNES, Sidemar Presotto **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de Desenvolvimento Rural**. Rev. Deser, nº157, 2007, p. 1 – 15.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção agricultura e reforma agrária**. São Paulo FFLC, 2007.

OLIVEIRA, A. U; STEDILE, J. P. **A natureza do Agronegócio do Brasil**. Brasília: Via Campesina, 2005.

OLIVEIRA, Almir, Almeida de, **Observação e entrevista em pesquisa qualitativa**, Revista FACEVV, Vila Velha, Número 4, 2010. p. 22-27.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Rev. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001

ORTEZ, E.E. e SCRIBANO A. **El proces metodológico de la investigación cualitativa**. IN: SCRIBANO, Adrián. El proceso de investigación social cualitativo, Buenos Aires: Prometeo, 2008.

PARANA, SEAB, Manual Operativo – **Contração de Financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário**. 2. Ed. – Curitiba: Paraná, 2013.

PAULINO, ELIANE TOMIASI, **Terra e vida: A geografia dos camponeses no Norte do Paraná**, 2003, 430f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PESSÔA, Vera, Lúcia Salazar, **Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo**, Geo UERJ, Ano 14, nº. 23, v. 1, 2012, p. 4-18.

PIZZIO, Alex **O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza**. Revista Ágora, Salgueiro-PE, v. 5, n. 1, p.96-117, 2010.

PLEIN, Clério. **Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados? As instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na microrregião de Pitanga, Paraná**, Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2012, pp.266.

PLOEG, J. D. V. **Sete Teses Sobre a Agricultura Camponesa**. In: **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. PETERSON, P. (org) Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-32.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, CUIN, Danilo Pereira, **Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013) Expropriação, violência e r-existência Conflitos no Campo – Brasil 2013**, Lazzarin[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano**, Rev. GEOgraphia, Vol. 8, Nº 16, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo (2011), **A reconfiguração da questão agrária e a questão das territorialidades**, Revista Agencia Latinoamericana de Información. Acessado em: 06.09.2015, disponível em: <http://alainet.org/active/47807&lang=p>.

QUEIROZ, Marcos, **Organização socioespacial da região central do paraná**. IN: **Anais do I Simpósio de Estudos Urbanos - I SEURB**, 2011. v. 2. p. 1-26.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva, **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa.** São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, CLACSO, 2013.

RAMOS, Eraldo da Silva Filho. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Revista NERA – Ano 8, Nº. 6, 2005, p.46-58.

RAMOS, José Onesio. **Faxinal dos Kruger: conflitos do passado e do presente**, 118f. Dissertação (mestrado Antropologia) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2009.
Revista Pegada – vol. 13, n.24, pp.4 – 19 2012

RIBEIRO, Marlene. **Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência.** Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 54, 2013

SABOURIN, E. **Que Política Pública para a Agricultura Familiar no segundo governo Lula?** Brasília: Sociedade e Estado.V 22, n 3 p 715-751. Set/dez. 2007.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda, **Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária.** Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/notas-cr%C3%ADticas-sobre-atualidade-e-os-desafios-da-quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria>, Acesso em: agosto de 2014.

SAMPAIO, Plínio de Arruda Jr., **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

SAMPAIO, Plínio de Arruda, **MST, política e sociedade no Brasil**, IN: CARTER, Miguel, Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTOS, Anderson Luiz Machado dos; TELÓ Fabrício. **O lugar do campesinato no capitalismo: as múltiplas dimensões do processo de (re)criação de uma classe e de um modo de vida.** Rev.Agrária, São Paulo, No. 15, p. 145 – 170 , 2011.

SANTOS, Milton, **Pobreza Urbana.** – 3.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 136, 2009.

SANTOS, Milton, **Território do dinheiro**, In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha k. (org) território, territórios - ensaios sobre o ordenamento territorial – 3. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp. 416.

SANTOS, Roseli Alves, **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. Presidente Prudente, SP, p.246 (Tese em Geografia) Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, 2008.

SANTOS, Roseli Alves. **Território e modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. Rev. Espaço Acadêmico, Marínga: UEM, nº 118, 2011, p.114 – 122.

SAQUET, Marcos Aurelio, **Campo-território: considerações teórico-metodológicas**, Urbelândia, Revista de Geografia Agrária, v.1, a.1, 2006, p.60-81.

SAQUET, Marcos Aurelio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, 2007.

SAUER, Sérgio; Souza Marcos Rogério de; TUBINO Nilton. **O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra**. Disponível em: www.semapi.org.br/semapi2005/galeria/BalancodaCPMIdaTerra-TextoABRA.doc&hl=pt-BR&sa=T&oi=ggp&ct=res&cd=0&ei=McqIVdbvLK-s0AGs2YDoAg&scisig=AAGBfm1m6-tl9k8CFp_JeBhTgtlZzYd94g&nossl=1&ws=1366x655. Acesso em: 15/11/2015.

SAUER, Sérgio e LEITE, Sergio Pereira. **Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil**. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2012, vol.50, n.3, pp. 503-524.

SEAB, PARANÁ, **Manual operativo – Contração de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário**. 2. Ed. – Curitiba: Paraná. SEAB, 2013.

SEBRAE, **CARTILHA DE ACESSO AO PRONAF Saiba como obter crédito para a agricultura familiar 2011/2012**, 2011, disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.esaf.fazenda.gov.br%2Fa_esaf%2Fminas-gerais%2Fcartilha-da-agricultura-

[familiar.pdf&ei=FOamVNutJoWyggTpgYLgAg&usg=AFQjCNGzJ3sGn0xyisbEK4tBjG6T_6l_rg&bvm=bv.82001339,d.eXY](#). Acessado em: 20/03/2014.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS Rafael de Brito. **Análise de política: uma revisão da literatura**. Revista Cadernos de Gestão Social, Vol.3, Nº 1, p.121 - 134, 2012.

SERRA, C. A. T. **Considerações acerca da evolução da propriedade daterra rural no Brasil**, Rev. ALCEU, Rio de Janeiro - RJ - v.4 - n.7, p. 231 – 248, 2003.

SILVA, Ligia Osorio, **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Editora Unicamp, - 2ª ed. – Campinas, SP, 2008, pp.392.

SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2005.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes, **A luta pela terra: experiência e memória**. – São Paulo: Unesp, 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes, MELO, Beatriz Medeiros de, **Partir e ficar. Dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes**, Rev. Inter. Mob. Hum. Brasília, Ano XVII, Nº 33, 2009, p. 129-151.

SILVA, Murilo Ferreira da, **Agricultura familiar e normas de regulação de sucessão**, cultura e técnica na comunidade rural de pedra roxa, Ibitama-ES, Rev. Cad. Adm. Rural, Lavras, v. 10, n. 2. 1998.

SOUZA Roberto Martins de. **Mapeamento social dos faxinais no Paraná**. In: ALMEIDA Alfredo Wagner Berno de; SOUZA Roberto Martins. de Terras de Faxinais. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

STROPASOLAS, Valmir Luiz, **Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar**, Rev. Agriculturas, v. 8 – n. 1 2011, p. 26 – 29.

TAKAGI, Maya, **A implantação do Programa Fome Zero em 2003**, In: SILVA, José Graziano da, DEL GROSSI, Mauro Eduardo, Fome Zero: A experiência brasileira; - Brasília: MDA, 2010.

THOMAZ JR. Antonio, **A geografia do mundo do trabalho na viragem do século xxi**, Pegada vol. 4 n. 2 5 Novembro 2003, pp.2 a 22.

THOMAZ JR. Antonio, **Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora**, Revista Pegada – vol. 14 n.2 1, dezembro/2013.

THOMAZ JR., Antonio e MENDONÇA, Marcelo Rodrigues, **A “modernização” da agricultura e os impactos sobre o trabalho**, Revista Pegada, Presidente Prudente – SP, Volume 3, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio . **(Des)Realização do trabalho: se camponês, se operário! (Repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil)**. In: ALASRU VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, 2006, Quito. CD ROM, 2006. v. 1. p. 1-20.

THOMAZ JUNIOR, Antonio, **Reflexões sobre a práxis do trabalho e a necessidade da emancipação da classe trabalhadora**, Revista Pegada – vol. 9 n.2 1 Dezembro/2008.

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima, **O (DES) ENVOLVIMENTO NO PRONAF: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses** – Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, pp. 244.

WHITAKER, Dulce. **História Oral: o relato e a análise**. Cadernos CERU, série 2, n. 11, p. 146 – 156, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1- CARTA ABERTA AO GOVERNO E À SOCIEDADE BRASILEIRA SOBRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB).....	302
ANEXO 2 – ROTEIROS DE ENTREVISTAS.	306

ANEXO 1- CARTA ABERTA AO GOVERNO E À SOCIEDADE BRASILEIRA SOBRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)

O Brasil tem realizado, nos últimos anos, avanços significativos na promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) e na realização do direito humano à alimentação, com a superação da situação de pobreza e miséria de milhões de famílias e o fortalecimento da agricultura familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem sido fundamental para a concretização destes avanços. O programa, que envolve vários ministérios, visa garantir a oferta de alimentos da agricultura familiar para grupos sociais em situação de insegurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, e garantindo o acesso a alimentos de qualidade para as pessoas mais pobres.

Graças ao seu sucesso no Brasil, comprovado por muitos estudos independentes e por muitos documentos de organizações beneficiárias, o PAA é reconhecido internacionalmente, e é referência para diversos programas similares em outros países, da América Latina e da África.

Atualmente o programa adquire alimentos de mais de 185 mil agricultores familiares, beneficiando 19.681 entidades receptoras dos alimentos, com a distribuição de 529 mil toneladas de alimentos por ano. O PAA já beneficiou, ao longo dos seus 10 anos, 2.352 municípios em todos os estados do Brasil. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), através da Diretoria de Política Agrícola e Informações, dirigida por Silvio Porto, tem cumprido papel determinante na efetivação do programa.

Recentemente a Polícia Federal deflagrou a operação denominada de “agrofantasma”, que investiga supostas irregularidades e desvios de recursos no programa. Tal operação chamou a atenção pelo aparato policial utilizado e pela

repercussão desproporcional do fato nos meios de comunicação. Tal operação resultou na detenção de 10 agricultores e do funcionário da Conab no Paraná, Valmor Bordin, bem como no indiciamento policial do Diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, Silvio Porto.

Os movimentos sociais e organizações da sociedade civil aqui representados repudiam os procedimentos utilizados, bem como a forma distorcida e pouco clara que as informações sobre a operação foram divulgadas por grande parte dos meios de comunicação. Vale destacar que mesmo o processo correndo em sigilo, alguns meios de comunicação contavam com informações privilegiadas no dia da realização da operação policial. Os procedimentos da operação policial e sua divulgação contribuem para criminalizar as organizações da agricultura familiar e deslocam a atenção da sociedade da necessária apuração de irregularidades na execução do programa para um tratamento meramente policial de um programa fundamental para a realização do direito humano à alimentação. É importante salientar que estes mesmos canais de comunicação divulgam muito pouco ou quase nada os resultados positivos do programa em todas as regiões do Brasil.

O PAA é implementado há 10 anos, ao longo dos quais foram criados e aprimorados mecanismos de gestão e controle social do programa. Sua execução é acompanhada por centenas de conselhos municipais e estaduais de segurança alimentar e nutricional, assistência social e desenvolvimento rural. A busca pela transparência e pela responsabilidade no trato do recurso público tem sido permanente nos espaços de gestão e acompanhamento do programa, seja no seu Grupo Gestor, Comitê Consultivo, ou no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Este aprimoramento tem se orientado pela transparência e pela busca da adequação de seus procedimentos à realidade da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais, segmentos da população que, embora responsáveis pela maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, foram historicamente excluídos das políticas agrícolas.

Defendemos a apuração de toda e qualquer irregularidade, da mesma forma que defendemos o amplo direito à defesa das pessoas que se encontram detidas e

indiciadas. Manifestamos nosso repúdio à forma como a ação policial foi realizada, efetivando detenções de agricultores e funcionários da Conab que vinham colaborando com as investigações.

Os movimentos sociais e as organizações aqui representadas reafirmam a relevância do Programa de Aquisição de Alimentos e exigem sua continuidade e ampliação, nos marcos que vem sendo discutidos em suas instâncias de gestão e controle social. Reafirmamos a importância da Conab como órgão executor do PAA e o nosso reconhecimento e plena confiança no seu Diretor de Política Agrícola e Informações, Silvio Porto, gestor público reconhecido pela sua ética e retidão no exercício da função pública e dotado de uma história de vida pública na área do abastecimento e segurança alimentar e nutricional que lhe confere idoneidade e capacidade técnica e gerencial para a implementação e gestão do PAA. Repudiamos as tentativas de “linchamento” político dos gestores públicos da Conab e de lideranças de organizações beneficiárias.

Assinam:

AARJ – Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ACTIONAID Brasil

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

ANA - Amazônia

ANC - Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região

AOPA – Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia

APTA - Associação de Programas em Tecnologias Alternativas

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro

AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia

ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ

CÁRITAS Brasileira

CAA – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de MG

CENTRO ECOLÓGICO

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras

Rurais Quilombolas (Conaq)

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CPT – Comissão Pastoral da Terra

ECONATIVA - Cooperativa Regional de Produtores Ecologistas do Litoral Norte do RS e Sul de SC

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FESANS-RS – Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná

FOSAN-ES – Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo

GESAN - Grupo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MCP – Movimento Camponês Popular

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PESACRE - Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre

Rede de Mulheres Negras pela Segurança Alimentar e Nutricional

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

SASOP – Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais

UNICAFES - União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

VIA CAMPESINA

CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

ITAVALE – Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Vale do Jequitinhonha

Caritas Brasileira Regional MG

Cáritas Diocesana de Leopoldina

Rede de Intercambio de Tecnologias Alternativas

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

AMEFA – Associação Mineira das Escolas Família Agrícola

AMA - Articulação Mineira de Agroecologia

ABA-Agroecologia - Associação Brasileira de Agroecologia

Rede Cerrado.

Roteiro Geral.

1. O Sr. (a) autoriza fazer essa entrevista e utilizá-la no trabalho?
2. Qual o seu nome e a sua idade?
3. Em qual comunidade fica a sua propriedade?
4. Qual o tamanho da sua propriedade?
5. Como o Sr. conseguiu a terra? Foi por meio de compra? Herança? Posse? Arrendamento?
6. Da onde vem a principal fonte de renda da família?
7. Quais os produtos agrícolas o senhor comercializa e como quem?
8. O que produz? Como produz? Usa maquinário? Para quem comercializa? Como comercializa? Quanto gastas na produção? Quanto de lucro?
9. Arrenda a terra para alguém? Na parte arrenda o que é plantado? Quanto o Sr. Recebe pelo arrendamento?
10. O Sr(a) ou alguém da sua família precisa trabalhar fora da propriedade para completar a renda? Se sim, no que eles trabalham?
11. Utiliza o Pronaf? Quais os pontos negativos e positivos dessa política?
12. Antes de acessar a política o que o senhor produzia e como produzia?
13. Qual a importância do PAA e do PNAE para a renda da família?
14. O Sr. enfrenta algum problema para entregar a produção?
15. O que precisa ser melhorado no PAA e no PNAE?
16. Quais as dificuldades que o Sr. enfrenta hoje no campo?
17. Alguém da sua família teve que ir embora da sua propriedade ou do campo? Se sim quem e quantos?
18. Alguém desses que foram embora possuíam uma propriedade rural?
19. Para onde eles se mudaram depois de deixar a propriedade?
20. No que eles trabalham hoje?
21. Existia algum apoio familiar para o seu parente no local de destino da pessoa que foi embora? Ele foi importante, por que?
22. Quais foram os motivos que levaram os seus familiares a deixar o campo e ir embora?
23. Você ou alguém ou a pessoa da sua família que foi embora sofreu algum problema com endividamento ou disputa pela terra?
24. Eles queriam sair? Ou foi a única opção?
25. Qual foi o sentimento deles ao deixar o campo? E do Senhor em ver seus familiares indo embora?
26. Eles pensam em voltar para o campo algum dia?
27. Em sua opinião por que as pessoas estão deixando o campo?
28. Você tem filhos vivendo hoje na propriedade? Você acredita que eles continuaram vivendo no campo no futuro? Por quê?

Roteiro de entrevista – Jovens.

1. Autoriza fazer essa entrevista e utilizá-la no trabalho?
2. Qual o seu nome?
3. Quantos anos você tem?
4. Quantos Integrantes a sua família possui?
5. Quantos Irmãos têm em sua família?
6. Quantas Irmãs têm em sua família?
7. Que tipo de produção era ou é feita na propriedade de vocês?
8. Mais algum integrante de sua família deixou ou já havia deixado o campo?
9. Deseja deixar o campo?
10. A família incentiva você a ficar? Por que?
11. Como é sua vida no campo? Gosta de viver aqui? Por que?
12. Quais os motivos que podem fazer você se mudar para a Cidade?
13. Você acredita que isso acontece com os jovens que vivem no campo? Por que?
14. Você participava das atividades ligadas a produção em sua propriedade? (plantar, colher e etc)?
15. Você já ouviu ou teve interesse em alguma política do governo para o acesso a terra?
16. Já ouviu falar em reforma agrária? Qual a sua opinião sobre ela?
17. Já ouviu falar do Movimento do trabalhadores sem-terra (MST)? Qual a sua opinião sobre o movimento?
18. Seria capaz de ingressar em algum desses movimentos para lutar por um pedaço de terra?

Roteiro de entrevista com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga-PR.

1. Autoriza fazer essa entrevista e utilizá-la no trabalho?
2. Qual o seu nome?
3. Há quanto tempo existe o sindicato dos trabalhadores rurais?
4. Quantos e quem são os associados hoje no sindicato?
5. Quais as principais transformações no público atendido pelo sindicato?
6. Na sua visão quais as principais dificuldades os trabalhadores rurais sofrem hoje? Por que?
7. Como o sindicato enfrentou as transformações que ocorreram no espaço rural de Pitanga?
8. Quais tem sido as ações do sindicato no passado e hoje para que o trabalhador sem terra consiga terra para trabalhar?
9. O sindicato teve ou tem alguma ligação com movimentos sociais do campo, como MST?
10. Qual a sua opinião sobre a reforma agrária e as ações do MST?
11. Qual papel o sindicato teve e qual o seu papel hoje diante do processo de reforma agrária?
12. Qual a sua opinião sobre as políticas de crédito fundiário? Qual o papel do sindicato nesse processo?
13. Hoje uma boa parte da população rural está deixando o campo, por que o Sr. acredita que está acontecendo isso?
14. O sindicato recebeu denúncia de trabalho análogo a escravidão?
15. O sindicato recebe denúncias de acidentes físico ou de condições degradantes de trabalho no campo? Que tipo de trabalho é mais comum encontrar essa situação?
16. O sindicato oferece algum curso de formação para os trabalhadores do campo? Se sim quais e por estes?

Roteiro de entrevista - Cresol

1. Autoriza fazer essa entrevista e utilizá-la no trabalho?
2. Fale um pouco sobre a história da Cresol em Pitanga?
3. Qual a sua importância para a agricultura familiar do município?
4. Quantos cooperados a Cresol de Pitanga possuem?
5. Quantos desses cooperados acessam o Pronaf?
6. Qual a importância na visão da Cresol do Pronaf?
7. O Pronaf possui limites ou problemas? Se sim, quais são?
8. Segundo dados do IBGE de 2006, apenas 30% dos agricultores familiares acessam o Pronaf, quais os motivos desse índice baixo na visão da Cresol?
9. A instituição convive com casos de endividamento pelo Pronaf? Sabe mais ou menos quantos agricultores já ficaram envidados?
10. Na visão da Cresol quais os fatores que levam o agricultor a ficar endividado?

11. Quando um agricultor fica endividado quais as medidas que a Cresol toma?
12. Se existe endividamentos, eles ocorrem mais nos contratos custeio agrícola, pecuário ou nos de investimentos?
13. O fato de grande parte dos contratos agrícolas ser direcionados a culturas que possuem um custo levado, como a soja, contribuiu de alguma forma com o endividamento?
14. A Cresol reconhece que a população rural de Pitanga continua diminuindo? Se sim, quais as medidas necessárias para diminuir ou acabar com o problema?
15. Os jovens têm sido os principais sujeitos expulsos do campo na atualidade, a Cresol tem alguma ação no sentido de fazer com que esses jovens não migrem para a cidade?
16. Para a Cresol, quais os principais problemas a agricultura familiar enfrentam?

Roteiro de entrevista - Cooperativa da Agricultura Familiar do Centro do Paraná.

1. Autoriza fazer essa entrevista e utilizá-la no trabalho?
2. Fale um pouco sobre a história da Cooccepa?
3. Quais as principais ações da cooperativa?
4. A cooperativa é quem coordena a entrega dos produtos para o PAA e o PNAE, quantos agricultores entregam hoje?
5. Qual a importância dessas políticas para os agricultores familiares?
6. Quais os limites e problemas dessas políticas?
7. Em quais aspectos elas poderiam ser melhoradas?
8. Quantos por cento a cooperativa consegue atender da demanda do município? É feita a entrega em outros? Se sim em quais?
9. Por que existem um número considerado pequeno de agricultores que entregam para o PAA e o PNAE?
10. A cooperativa realiza alguma ação no sentido de incentivar que mais agricultores entrem para esses programas?
11. O como a cooperativa avalia a questão da assistência técnica para os agricultores? Tem ajudado a melhorar produção para venda nos programas?
12. Quais as principais dificuldades os agricultores familiares têm enfrentado hoje na visão da cooperativa?